



VOLUME 53

UEBER JOSE DE OLIVEIRA

Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002



Esta obra foi selecionada para integrar a “Coleção Pesquisa Ufes”, a partir de Chamada Pública feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) aos programas de pós-graduação da universidade.

A seleção teve por base pareceres que consideraram critérios de inovação, relevância e impacto.

O financiamento da Coleção foi viabilizado por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (Proap) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e de recursos do Tesouro Nacional.



**Universidade Federal
do Espírito Santo**



Editora Universitária – Edufes

Filiada à Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (Abeu)

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus de Goiabeiras
Vitória – ES · Brasil
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852
edufes@ufes.br
www.edufes.ufes.br

Reitor

Paulo Sergio de Paula Vargas

Vice-reitor

Roney Pignaton da Silva

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Valdemar Lacerda Júnior

Chefe de Gabinete

Aureo Banhos dos Santos

Diretor da Edufes

Wilberth Salgueiro

Conselho Editorial

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,
Eneida Maria Souza Mendonça, Fabrícia Benda
de Oliveira, Fátima Maria Silva, Gleice Pereira,
Graziela Baptista Vidaurre, José André Lourenço,
Marcelo Eduardo Vieira Segatto, Margarete Sacht
Góes, Rogério Borges de Oliveira, Rosana Suemi
Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

Secretaria do Conselho Editorial

Douglas Salomão

Administrativo

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Fernanda Scopel, George Vianna,
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

Seção de Design

Ana Elisa Poubel, Juliana Braga,
Samira Bolonha Gomes, Willi Piske Jr.

Seção de Livraria e Comercialização

Adriani Raimondi, Ana Paula de Souza Rubim,
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,
Maria Augusta Postinghel



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>.



Diretor da Graúna Digital

Thiago Moulin

Supervisão

Laura Bombonato

Seção de edição e revisão de textos

Carla Mello | Natália Mendes | José Ramos
Manuella Marquetti | Stephanie Lima

Seção de design

Carla Mello | Bruno Ferreira Nascimento

Projeto gráfico

Edufes

Diagramação e capa

Bruno Ferreira Nascimento

Revisão de texto

MC&G Editorial

Fotografia da capa por
wildpixel em

<https://istockphoto.com>.

Esta obra foi composta com
a família tipográfica Crimson Text.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

O48d

Oliveira, Ueber José de.

Desempenho político-eleitoral do Partido dos
Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002
[recurso eletrônico] / Ueber José de Oliveira. - Dados eletrônicos.
- Vitória, ES : Edufes, 2023.
265 p. : il ; 21 cm. - (Coleção Pesquisa Ufes; 53)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7772-546-5

Modo de acesso: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Partidos políticos. 2. Eleições. 3. Campanhas eleitorais.
I. Título. II. Série.

CDU: 32(815.2)

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

UEBER JOSE DE OLIVEIRA

Desempenho político- eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002

 **EDUFES**

Vitória, 2023

Dedico este livro ao Prof. Valter Pires Pereira (in memoriam),
figura fundamental na minha formação. Ao mencioná-lo, dedico
também aos demais mestres que atravessaram minha trajetória.

Agradecimentos

O presente livro é uma versão com algumas alterações da minha dissertação de mestrado defendida no ano de 2008 junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHis/UFES). E no momento em que a publico em livro, faço questão de reforçar alguns agradecimentos a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua realização. Agradeço, primeiramente, ao orientador do trabalho, o Prof. Dr. Valter Pires Pereira (*in memoriam*), mestre paciente que, desde a graduação, me forneceu orientações preciosas para a minha formação e decisivas para produzir esta pesquisa.

Devo agradecer também a meu irmão, Ueliton José de Oliveira, que foi um dos grandes responsáveis por me inserir na vida acadêmica, e aos meus pais, Florita Plaster e José Maria de Oliveira, que me prepararam para a vida, além da minha esposa, Elisângela dos Santos, pela força e compreensão de sempre.

Menciono, mais uma vez, o amigo, e hoje colega de universidade, professor Ednilson Silva Felipe, pela leitura da versão original e pelas valiosas dicas à época de sua confecção. Do mesmo modo, faço questão de mais uma vez agradecer aos professores que compuseram, em 2008, a banca examinadora de mestrado, os professores Sebastião Pimentel Franco, Nara Saletto (*in memoriam*) e Aloísio

Krohling. As críticas e recomendações foram fundamentais na revisão e no aprimoramento do trabalho.

Relembro, de modo igualmente carinhoso, os colegas da turma de mestrado em História da UFES, pelo companheirismo e pela troca de ideias. Dentre eles, nomeio Ronaldo Luiz Cassundé, Fabiano Mazzini, Auxília Guizolfi, e Enaile Flauzina, que se tornaram amigos para além dos muros da universidade.

Agradeço, também, ao Partido dos Trabalhadores, na pessoa de Terezinha Aprígio, pelo acesso às fontes e pela atenção dispensada a este pesquisador durante os anos de 2006 e 2008.

Devo também mencionar aqueles que deixaram suas rotinas e atenciosamente me receberam para a realização das entrevistas: Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Brice Bragato e Perly Cipriano.

Por fim, devo salientar que aqueles que foram mencionados tiveram uma participação fundamental nos acertos desta pesquisa. Porém os erros, os equívocos e as lacunas que possam ser encontrados aqui são de minha inteira responsabilidade.

[...] pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.

Antônio Gramsci

Lista de siglas

ADERES	Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo
ADUFES	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMES	Associação Médica do Espírito Santo
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CESAN	Companhia Espírito Santense de Saneamento
DOI-CODI	Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna
FUNDAP	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
MCR	Movimento Comunista Revolucionário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEP	Movimento de Emancipação do Proletariado
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária

PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Popular
PPB/PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
SNI	Serviço Nacional de Informação
TRE-ES	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

Sumário

Introdução	14
-------------------------	----

Capítulo 1

Referencial teórico – o fenômeno partidário: algumas tipologias	29
---	----

1.1 Reforma ou Revolução?	34
---------------------------------	----

1.2 A institucionalidade democrática brasileira e o PT.....	37
---	----

1.3 O voto no Brasil: aspectos das mudanças de comportamento eleitoral ...	53
--	----

1.4 A conformação de um campo político e o eleitor na “idade média”	60
---	----

Capítulo 2

A formação do sistema partidário no Espírito Santo e a conjuntura político-eleitoral de 1982-1992: a hegemonia do PMDB e o PT

contra a ordem	73
-----------------------------	----

2.1. Aspectos Socioeconômicos do Espírito Santo	75
---	----

2.2 A abertura política: novos partidos no processo eleitoral (1982).....	83
---	----

2.3 O Partido dos Trabalhadores: da fundação à primeira experiência nas urnas	91
--	----

2.4 A campanha das “Diretas já” e os processos eleitorais de 1985 a 1988: o acúmulo de forças	107
--	-----

2.5 Eleições de 1989/1992: a inserção do Espírito Santo na idade média e a fragmentação partidária	127
---	-----

2.6 Uma Breve Conclusão	142
-------------------------------	-----

Capítulo 3

A conjuntura político-eleitoral de 1994/2002 no Espírito Santo: a fragmentação partidária e o PT dentro da ordem 144 |

3.1 A ideologia neoliberal: aspectos históricos e mudanças institucionais...146	
---	--

3.2 O neoliberalismo, o PT e a transição inconclusa.....	150
--	-----

3.3 O apogeu e a queda: a vitória nas urnas, os conflitos internos e o enfraquecimento (1994-1997)	156
---	-----

3.3.1 O PT e as eleições de 1994 no Espírito Santo	168
--	-----

3.3.2 O cenário de representação da Política e o fenômeno Cabo Camata.....	179
3.3.3 O Candidato Vitor Buaiz no processo eleitoral de 1994	188
3.3.4 O Segundo Turno	196
3.3.5 Os anos 1995-1997 – Conflitos entre PT e Governo Vitor Buaiz..	204
3.4 Eleições 1998/2002 e o PT: da fragilidade eleitoral ao revigoramento ..	216
3.4.1 Paulo Hartung e o pleito de 2002	225
Considerações finais.....	228
Referências.....	238
Fontes primárias	250
Fontes do Partido dos Trabalhadores (PT)	250
Jornais e Periódicos.....	251
Depoimentos	264
Pesquisa em meios eletrônicos.....	265

Introdução

O presente livro tem como objeto-problema o estudo do desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) em comparação com outras organizações congêneres, no estado do Espírito Santo, nas eleições ocorridas entre 1982 e 2002. O foco são as eleições estaduais majoritárias, realizadas segundo legislações eleitorais vigentes em cada pleito e em circunstâncias conjunturais próprias. Parte-se da ideia de que, por um lado, os processos de escolha dos candidatos podem alterar o desfecho de uma eleição e, por outro, as campanhas dialogam com o eleitorado, tendo o objetivo de persuadi-lo a, simultaneamente, escolher determinado candidato e rejeitar os concorrentes/adversários. Nesse sentido, a explicação de um resultado eleitoral passa, necessariamente, pela análise do debate que as campanhas travam entre si.

Em virtude das limitações deste trabalho, os pleitos voltados para preenchimento de vagas legislativas, nos níveis estadual e federal, bem como as eleições municipais ocorridas no período, serão observados sem grandes aprofundamentos.

A hipótese fundamental é a de que o PT, em sua origem e nos seus primeiros dez anos de existência, tinha como principal característica a organização de classe, em detrimento da concorrência eleitoral, e prenunciou uma requalificação da política, pois se apresentou

como possibilidade efetiva e inovadora no cenário político brasileiro. Nos anos seguintes, especialmente a partir do I Congresso realizado em 1991, o PT deslocou-se paulatinamente para o âmbito eleitoral, abandonando a sua linha de atuação original e passando a adotar como eixo a centralidade da esfera eleitoral, tornando-se um partido muito semelhante aos demais. O exercício do mandato presidencial, a partir do ano de 2002, entendido como o objetivo maior do PT na década de 1990, inaugurou uma terceira fase na história do partido, igualmente tensa e conflituosa, constituindo-se, assim, um processo em aberto, motivo pelo qual ela não será analisada. Acerca desse período serão feitas apenas algumas considerações.

Outra hipótese aqui concebida é a de que o processo de adequação dos partidos aos parâmetros democráticos vigentes, que os tornou extremamente parecidos, independentemente de se posicionados à esquerda ou à direita do espectro político, ocorreu por diversos fatores, dentre os quais podemos elencar: as características do arcabouço institucional brasileiro, em que a ênfase é dada ao candidato e não a aspectos doutrinários ou político-partidários; os elementos culturais que norteiam nossa política em longa data, como o oligarquismo, o patrimonialismo, o tradicionalismo e o clientelismo, que corroboram a prevalência do indivíduo; e a questão da grande intervenção do Estado na conformação de quase todos os nossos sistemas partidários. Esses três principais fatores conduzem a atenção para o indivíduo, fato que redundou em eleições amplamente baseadas em recursos propagandísticos ou midiáticos, dentro daquilo que chamamos de *Idade Mídia*¹.

1 Expressão cunhada por Rubim (2004a), em *Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política*. Segundo o autor, na realidade contemporânea, há uma dependência recíproca entre mídia e política. Nesse sentido, a mídia passa a ocupar um espaço muito importante na sociedade, transferindo para a política as lógicas de funcionamento que incidem na produção midiática, levando ao processo de espetacularização da política.

O objeto deste estudo, o Partido dos Trabalhadores, tem sido tema de pesquisa de diversos historiadores, sociólogos e cientistas políticos – que produziram uma literatura relativamente variada a respeito da temática em nível nacional –, tornando-se a agremiação partidária brasileira mais estudada.

Segundo a proposição do cientista político Paulo Roberto Figueira Leal (2005), a produção bibliográfica acerca do PT pode ser dividida em quatro grandes fases: os primeiros estudos, clássicos, produzidos nos anos 1980, sobre a formação do Partido dos Trabalhadores, apontaram o ineditismo da experiência petista no que diz respeito às tradicionais formações partidárias brasileiras; a segunda fase de estudos acerca do PT tratou de problematizar as primeiras administrações petistas; na terceira, tivemos os trabalhos que analisam as mudanças internas do partido diante da sua inserção institucional; e, mais recentemente, verificam-se os trabalhos críticos sobre o PT.

Dentre as primeiras publicações, merecem destaque os trabalhos de Raquel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991), que partilharam da visão de que o PT representava algo novo na política brasileira, pois se tratava de um partido, o único na história política do Brasil, nascido de “baixo para cima”, constituído com forte apoio de segmentos populares.

As autoras consideraram-no a única agremiação verdadeiramente de massa, pois foi composta pelos setores menos favorecidos da sociedade brasileira, pelo movimento sindical, pelas comunidades eclesiais de base, por intelectuais, por setores progressistas da Igreja, por ex-militantes da luta armada, além de outros diversos movimentos sociais organizados que viam no PT um meio de alcançar o poder e a possibilidade de implementar mudanças qualitativas na sociedade brasileira, além de meio para buscar a ampliação dos direitos democráticos, num período de grave deterioração da economia e grande perda da credibilidade e governabilidade, no final dos anos 1970 e início dos 1980.

Os primeiros trabalhos tiveram, portanto, esse tom, como se pode constatar em alguns dos livros organizados por Emir Sader (1986, 1993) e por Moacir Gadotti e Otaviano Pereira (1989), que também causaram impacto considerável nos anos 1980. Este último, por exemplo, trata de focar os desafios de um partido de esquerda, com vocações revolucionárias, disputando a arena eleitoral. Num país em que a esquerda esteve, na maior parte de sua história, na clandestinidade, a opção petista por agir politicamente pela via eleitoral foi tema de diversos estudos. Mais: o PT surgiu em meio aos movimentos contra a ditadura militar e pela redemocratização do Brasil. Não obstante, desde o início, demonstrou grande repúdio pelos vícios da democracia instaurada, considerada pelo partido como um mero arranjo. Dessa forma, defendia a ampliação da participação da população nas decisões dos rumos que o país deveria tomar. Por outro lado, criticava veementemente a esquerda tradicional, que era acusada pelos petistas de obreirista e sectária. “O PT, portanto, recoloca a questão democrática e a questão operária” (OLIVEIRA, 1986, p. 11).

A partir da década de 1990, o Partido dos Trabalhadores, cuja primeira experiência de governo se deu já em 1982, com a eleição de Gilson Menezes para a Prefeitura de Diadema (SP), começou a acumular vitórias e a ampliar a sua experiência administrativa. Foi nesse contexto de sucessos eleitorais que se verificou a segunda onda de estudos sobre o partido. Dessa vez, os trabalhos tenderam a problematizar e refletir acerca das primeiras gestões petistas.

Júlio Assis Simões (1992), em estudo sobre a administração em Diadema, já aponta conflitos que iriam marcar várias outras administrações petistas. Até o sucesso administrativo em Porto Alegre, a partir de 1988, a maioria dos trabalhos fazia alusão à incapacidade do PT em colocar seu projeto de governo popular em prática, como no caso de Diadema.

Contudo, com administrações petistas bem sucedidas no Rio Grande do Sul, surgiram estudos como o de Tarso Genro e Ubiratan de Souza (1997), nos quais são feitas reflexões acerca de realizações

como a do orçamento participativo. O sucesso em Porto Alegre, marco do crescimento petista, foi, na avaliação de Leal (2005), o elemento estimulador da tendência de estudos sobre o PT, pois essas administrações sinalizavam para o fato de que o Partido dos Trabalhadores passava a ser efetivamente uma alternativa real de poder. A partir das reflexões sobre essa gestão, Genro e Souza (1997) defendem a tese de que seria necessário reinventar o Estado democrático de direito:

É fundamental repensar os princípios democráticos que regem a nossa sociedade, buscar um conceito de democracia no qual a conquista do governo, por meio do voto popular, não esgote a participação da sociedade, mas, ao contrário, permita iniciar um outro processo, gerando dois focos de poder democrático: um originário no voto; outro, originário de instituições diretas de participação (GENRO; SOUZA, 1997, p. 19).

A eleição e o governo de Luiza Erundina, em São Paulo, a maior cidade do Brasil, nos anos de 1989-1992, levaram também à produção de muitos estudos. O mais importante deles foi provavelmente o de Cláudio Couto (1995), que discutiu, basicamente, a difícil combinação entre convicções e pragmatismo no exercício do poder e as conflituosas relações entre governo e partido. Sobre esse mesmo governo, foram produzidos alguns outros trabalhos, dentre eles a dissertação de Joaquim Leonel de Rezende Alvim (1991), cuja visão pessimista a respeito da administração petista de Erundina tratou do insucesso que foi a tentativa de ampliar o envolvimento da população na administração pública. Na visão do autor, esse envolvimento é algo que se conquista somente através de um processo de aprendizado, de organização e incorporação do conflito como forma de gestão, não bastando, portanto, somente a presença do PT no governo.

É no bojo das reflexões sobre as primeiras administrações petistas que surge a terceira categoria de estudos sobre o PT: aqueles que

enfocam os dilemas e mudanças internas como consequências de uma inserção institucional. Emir Sader, um dos primeiros a identificar o ineditismo da proposta petista, iniciou uma rediscussão dos rumos tomados pelo partido a partir dos anos 1990 (LEAL, 2005).

Um importante trabalho de pesquisa, que traça a trajetória e a mudança do discurso do Partido dos Trabalhadores, é o de Paulo Roberto de Almeida (2003), intitulado “A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula”. Nele, o autor analisa as posições de política externa assumidas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo então candidato à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desde a fundação do partido, no início dos anos 1980, passando pelas eleições de 1989, até o pleito vitorioso de 2002. Destacam-se os temas básicos do programa partidário e sua evolução gradual em direção a uma postura mais próxima da forma tradicional de atuação da diplomacia profissional, caracterizada pelo multilateralismo, pelo gradualismo, pelo pacifismo e pela observância a aspectos jurídicos. Além disso, Almeida examina as principais questões da agenda diplomática brasileira – especialmente as econômicas e comerciais –, as negociações e a discussão dos limites e as possibilidades de inovação nesse terreno, concluindo pela preservação das grandes linhas de continuidade na política externa brasileira dos últimos governos.

A respeito dessas mudanças internas sofridas pelo PT, não se pode esquecer do trabalho produzido por Clovis Bueno de Azevedo (1995), no qual o autor busca entender por que o partido, a despeito das novidades que trouxe, possui limitações essenciais no que concerne à associação da democracia com o socialismo, que é, segundo Bueno, a base do discurso do partido. O autor também analisa o PT internamente, com suas várias tendências. Segundo ele, “[...] há uma convivência contraditória do leninismo com a social-democracia, tanto entre os grupos constituintes, quanto entre os agrupamentos internos [...]” (AZEVEDO, 1995, p. 4). Nessa mesma direção, vale a pena citar ainda autores como Cláudio Gurgel (1989), Ingrid Sarti

(1998), Olavo Henrique Pudenci Furtado (1996), Benedito Tadeu César (1995), além de vários outros que analisam diferentes aspectos das mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores.

A quarta e última categoria de estudos acerca do PT é constituída por aqueles que têm a preocupação de apontar a degeneração do projeto petista. Esse tipo de estudo tornou-se mais comum a partir do momento em que o PT passou a ocupar mais as esferas de poder. Dentre essa gama de trabalhos, destaca-se o de Cyro Garcia (2000), o qual concluiu que, a partir do início da década de 1990, o PT já havia se alterado em vários aspectos e tinha diversos problemas a resolver: indefinição do seu projeto socialista, mudanças na sua política de alianças, trazendo desconforto junto a algumas tendências (neste mesmo período a Convergência Socialista rompeu com o partido, fundando o Partido Socialista dos Trabalhadores Unidos [PSTU]), abandono da luta anti-imperialista (a tese da suspensão da dívida externa estava, aos poucos, sendo colocada de lado), além de outras questões que se abatiam sobre o PT.

Outra categoria de estudos sobre o partido, que se pode enquadrar em qualquer uma das expostas anteriormente, é aquela que o aborda nos estados. Uma vasta literatura regional floresceu em todo o país, debatendo a especificidade da história e das características das seções estaduais do PT. O livro de Pere Petit (1996), que descreve a trajetória do PT no estado do Pará, é um exemplo.

Um importante estudo regional sobre o PT é aquele que aparece na dissertação de mestrado de Ângela Peralva Baumgratz Marques (2005), em que é analisado o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, em Minas Gerais, entre 1989 e 2002, enfocando o legislativo mineiro. Partindo da premissa de que a fragmentação do mundo soviético repercutiu na conformação dos partidos, a autora defende que o PT, para garantir melhores desempenhos eleitorais, partiu para uma proposta de centro no espectro político, conhecida como *socialismo democrático*, abandonando o discurso revolucionário e aderindo a uma via reformista.

Apesar de ter havido essa vasta produção de estudos nacionais e regionais pelo país a respeito do Partido dos Trabalhadores, o mesmo não se deu a respeito da trajetória do PT no Espírito Santo, pois essa temática só tem sido objeto de preocupação acadêmica recentemente, mostrando-se uma lacuna ainda não totalmente resolvida.

São pouquíssimos os estudos a respeito do Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo. Os que existem limitam-se a algumas monografias, a exemplo do trabalho realizado pela ex-aluna de graduação em História pela UFES Carolina Julia Pinto (2001), que se dedicou em estudar o PT no município de Viana, em trabalho intitulado: “Partido dos trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana”, e outra pesquisa de iniciação científica realizada em 2002, sobre o PT no município de Serra, por Marlon Cezar do Nascimento. Podem ser citados ainda alguns artigos, organizados por grupos de pesquisa da UFES, e algumas dissertações, como a de Canício Scherer (2005), que estudou os conflitos entre o PT e o governador Vitor Buaiz entre os anos de 1995 a 1998, além da pesquisa de Letícia Viana Costa (2006), que, em sua dissertação, estudou as políticas educacionais da gestão petista na prefeitura de Vitória, no quadriênio 1988/1992, bem como o trabalho de pesquisa de Douglas Cristian Ferrari de Melo (2007), que estudou o PT na Câmara de Vereadores de Vila Velha e a sua atuação na área de educação. Todas as três são dissertações estimuladas pela recente implantação do Mestrado em História Social das Relações Políticas na UFES.

Este livro trata justamente de um estudo regional acerca do Partido dos Trabalhadores. O estudo focado em uma região é modalidade muito importante, pois:

[...] não se pode ignorar o peso do regionalismo na evolução política de um país como o Brasil dada a natureza limitada do controle do governo central sobre o poder local durante um longo período de formação do Estado Nacional [...]. Governos locais gozavam

de autonomia administrativa e comercial, perdendo-a gradualmente para centros nacionais de poder (SILVA, M., 1990, p. 48).

Com esse raciocínio, não se pode concluir que a história nacional é o somatório das histórias regionais, mas estas indicam as variáveis que são relevantes para a compreensão do sistema global de relações, que é o Estado Nacional. Salienta-se, ainda, que as “histórias regionais podem indicar o grau de estabilidade e de continuidade deste sistema” (SILVA, M., 1990, p. 49).

Além disso, é importante observar que as especificidades dos estados e também dos municípios quase nunca são incorporadas a um tratamento analítico mais elaborado. Na maioria dos estudos, são abordados somente seus aspectos antiprogressistas ou, na melhor das hipóteses, são vistos como unidades coadjuvantes do eixo Rio-São Paulo. Este trabalho inclina-se, portanto, a caracterizar tal tipo de análise como insuficiente, uma vez que não são considerados os processos políticos e eleitorais reais e específicos dessas regiões.

Este estudo também pretende dar conta de refletir acerca da participação do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais e das mudanças sofridas pela agremiação no Espírito Santo a partir de sua inserção institucional.

Ainda em relação ao nosso objeto de estudo, é importante ressaltar que representa um grande desafio estudá-lo, por se tratar da análise de um momento muito recente de nossa história, de uma realidade que pode ser enquadrada naquilo que se convencionou chamar de *História do Tempo Presente*, escola fundada por François Bédarida em meados da década de 1970 e que trazia como principal inovação a união e a interação entre o presente e o passado, em meio a uma crise de paradigmas das ciências sociais, momento do “retorno vigoroso da história e da memória” (BÉDARIDA, 2005, p. 219). Surgida no bojo das profundas transformações no campo do estudo da história no século XX, essa modalidade ainda não adquiriu total legitimidade entre os historiadores, sendo alvo de muitas críticas, especialmente daqueles

que defendem a necessidade do afastamento temporal do objeto como forma de se evitarem as distorções ocasionadas pelas subjetividades. Outra crítica muito comum é decorrente da aproximação quase inevitável entre *História do Tempo Presente* e a utilização dos métodos e técnicas da história oral, que este trabalho também utiliza. Diante do desafio e das críticas que a produção de uma pesquisa desta natureza pode acarretar, este estudo busca uma consonância com alguns autores que advogam a necessidade de estudar o tempo presente, tais como os professores Marieta de Moraes Ferreira (2002), Francisco Carlos Teixeira, Janaina Amado, dentre outros que se tornaram alguns dos principais expoentes da *História do Tempo Presente* no Brasil.

Para o presente estudo, foram utilizados como instrumental teórico alguns dos principais autores de várias áreas das ciências humanas que problematizaram acerca da questão partidária e também sobre eleições, tais como: Maurice Duverger (1970), Daniel-Louis Seiler (2000), Scott Mainwaring (2001), Antônio Gramsci (1984), dentre outros.

Quanto às fontes primárias consideradas, estas podem ser de natureza quantitativa, como os dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE-ES) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Também serão utilizadas fontes de caráter qualitativo, como as resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, além de outros documentos oficiais do partido. A escolha destes últimos documentos resulta da observação de Serge Berstein (*apud* MARTINEZ, 2007, p. 244), que advoga a ideia de que “em partidos de origem exterior ao Parlamento, reside na base militante representada nos congressos a fonte essencial do poder partidário”. Consideramos que esse seja o caso do PT.

Por se tratar de um estudo acerca de um partido em processos eleitorais, serão exploradas de modo especial as fontes jornalísticas, uma vez que a imprensa é parte fundamental em pleitos, sobretudo

no atual momento histórico, marcado pelo extraordinário avanço dos meios de comunicação. Diante do grau de parcialidade dessas fontes, ter-se-á o cuidado de cotejá-las seletivamente em face às circunstâncias de relevância política, não sendo elas, portanto, elencadas de forma aleatória. Seguindo-se adequadamente a metodologia da pesquisa, procurou-se, isto sim, selecionar as épocas mais importantes de um pleito, principalmente aquelas em que são feitas as articulações e definidos os candidatos, além daqueles dias que antecedem ao dia da eleição, momento de muita agitação de todas as partes.

Após a seleção das fontes, elas foram separadas de acordo com a natureza. Os resultados eleitorais estão sendo submetidos ao método estatístico descritivo e foram organizados em planilhas e gráficos que permitem observar os dados eleitorais, tanto do Partido dos Trabalhadores quanto de agremiações congêneres.

As fontes qualitativas situam-se no campo do discurso e, por isso, devem ser submetidas a análises pertinentes aos estudos semânticos. Nesse sentido, a ferramenta de análise que utilizaremos vê a linguagem como “interação, como uma [...] relação necessária entre homem e realidade social” (ORLANDI, 1988, p. 17), assumindo, dessa forma, um papel de trabalho, ação social e, essencialmente, uma relação dialética entre a materialidade do mundo e o sistema de significação usado para organizá-lo.

Assim, foi elencado também como referência metodológica a *Análise de conteúdo*, tendo como suporte Laurence Bardin (2006). A opção pela análise de conteúdo ocorreu, porque esta compreende um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento que se aplicam em discursos extremamente diversificados” (BARDIN, 2006, p. 7). A nossa pesquisa visa a compreender a trajetória de um partido em disputas eleitorais, momentos naturalmente caracterizados por embates discursivos entre diferentes grupos políticos.

Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois polos, o do rigor da objetividade e o da fecundidade da

subjetividade. Nesse sentido, as análises aqui realizadas não reivindicam somente uma leitura objetiva do real, visto de um ângulo que pretenda ser externo e neutro quanto às disputas em jogo. Entende-se que isso seria uma pretensão inalcançável. Pelo contrário, corrobora-se aqui a ideia de Vianna (2006, p. 7), o qual argumenta que, se não for levado em conta o elemento vontade do analista, seus interesses e suas paixões, os dados imediatos não passam de um amontoado caótico ou, na melhor das hipóteses, uma cronologia dos sucessos e fracassos de diferentes atores. Segundo Bardin (2006, p. 34),

[...] o analista é como um arqueólogo. Trabalha com vestígios: os documentos que pode descobrir ou suscitar. Mas os vestígios não são as manifestações de estados, de dados e de fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. Tal como a etnografia necessita da etnologia para interpretar as suas descrições minuciosas, o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio.

Outra motivação quanto à escolha desse método é o fato de a análise de conteúdo compreender um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 2006), pois, na presente pesquisa, se faz amplo uso de fontes jornalísticas. As técnicas da análise de conteúdo decifram qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, pois visa a obter “por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2006, p. 37).

Bardin (2006) fornece-nos alguns exemplos a respeito da aplicação do método: deve-se tentar descobrir estados de tensão em diferentes momentos através das palavras de um grande homem histórico, ou

ainda pôr em evidência as avaliações (opiniões, julgamentos, tomadas de posição, conscientes ou não) e as associações subjacentes de um indivíduo a partir de seus enunciados. No nosso caso, mais especificamente: a ideia é tentar enxergar o cenário de articulações políticas com base nas informações veiculadas pela imprensa, sobretudo a escrita. Também se anseia por captar as condições de produção dos textos oficiais do Partido dos Trabalhadores e de seus principais quadros, assim como as intenções que supostamente estiverem por detrás deles. O que se procura fazer é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas e sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias ou atitudes) dos enunciados.

A presente pesquisa se justifica por diversos fatores: o primeiro refere-se à sua originalidade. Trata-se de um tema ainda pouco pesquisado, limitando-se a algumas monografias, artigos e dissertações, que são, em sua maioria, estudos de caso e, dessa forma, não apresentaram uma visão ampliada da trajetória do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais no Espírito Santo, desde o início da recente onda de redemocratização.

Além disso, o estudo do tema se justifica também pelo interesse próprio, enquanto estudante de história política e social. É fundamental entender o lugar que o Partido dos Trabalhadores ocupa na sociedade capixaba, sendo um partido de esquerda, com uma base social forte, e uma das principais agremiações partidárias da atualidade. Esse entendimento pode auxiliar na compreensão da própria dinâmica do sistema político-eleitoral brasileiro, pois o PT é parte integrante dele, principalmente porque representa um paradoxo no que tange a um partido político no Brasil, uma vez que é o único que surge genuinamente popular, das bases, servindo, inclusive, de referência para entender a diferenciação em relação às formações partidárias tradicionais, e que, em vários sentidos, com o tempo, sofreu mudanças, tornando-se um partido muito parecido com os demais.

O tema nos interessa de modo especial, pois significa uma oportunidade singular de contribuir para a elucidação da trajetória do Partido

dos Trabalhadores na região, sendo ele um dos poucos partidos cuja fundação foi feita por trabalhadores, além de outros segmentos subalternos da sociedade, contrapondo-se aos tradicionais partidos de quadros. O estudo deve contribuir para reconhecer politicamente os seus principais organizadores, suas vinculações com movimentos sociais e demais participações na sociedade; e a sua relação com movimentos sociais organizados e a composição de alianças com outros agrupamentos congêneres. Busca-se, portanto, entender a maneira pela qual o PT dialoga com a sociedade capixaba num período importante da história brasileira, de construção da democracia. Ao focar a participação de partidos ou grupos políticos na arena eleitoral e governamental, este trabalho contribui para o conhecimento de uma das faces do complexo sistema democrático do Espírito Santo – e também brasileiro –, com suas nuances, variáveis, conflitos, contradições e clientelismos, e, ainda, para o conhecimento de como o PT, um partido de esquerda, ao assumir governos e mandatos, se comporta e se relaciona com a sociedade.

A escolha do presente objeto, bem como a delimitação deste recorte cronológico, se deve ao fato de ser esse um período extremamente importante da recente história política do Brasil e do Espírito Santo, pois é nessa época que se verifica o restabelecimento da democracia, após mais de 20 anos de um regime ditatorial e opressor. Período importante também quando se tem em mente a mobilização social. Diversos segmentos da sociedade brasileira se uniram para fazer frente ao mal maior – o Regime Militar –, e é a partir dessa conjuntura que o PT, um partido de massas na sua composição e de esquerda, aparece como uma força política de expressão e chega, inclusive, ao poder na Prefeitura de Vitória em 1988 e no governo do Estado em 1994².

Partindo dessas considerações, o presente livro está dividido em três capítulos, além desta introdução. A primeira parte do trabalho

2 O Espírito Santo e o Distrito Federal foram as duas primeiras unidades da federação em que o PT obteve vitória para governo.

é mais conceitual. Nela são apresentadas as referências teóricas que balizam o estudo. O capítulo reflete, em linhas gerais, acerca do conceito de partido político e de sistemas partidários, sempre com o olhar voltado para o Partido dos Trabalhadores, além de fazer uma reflexão sobre o *voto* no Brasil Republicano, com a preocupação de observar o tipo de eleitor com o qual se deparou o PT no curso de sua história e quais as melhores formas de conquistá-lo. Nessa discussão, foi inevitável aludirmos minimamente acerca da influência da mídia.

No segundo capítulo, analisa-se, em primeiro lugar, a formação do sistema partidário no Espírito Santo no período pós-ditadura e, em seguida, faz-se uma leitura do desempenho político-eleitoral do PT nos pleitos estaduais ocorridos entre os anos de 1982 e 1992, momento de dominância do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No terceiro e último capítulo, serão analisadas as eleições do período 1994-2002, em que se dá o ofuscamento de um partido dominante (PMDB) em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas. Serão também analisados alguns aspectos do governo Vitor Buaiz, bem como os conflitos entre ele e o PT, pois se considera que este é um momento fulcral da história do partido no Espírito Santo. Por fim, serão tecidos alguns apontamentos em termos de comentários finais, seguidos das referências bibliográficas.

Capítulo 1

Referencial teórico – o fenômeno partidário: algumas tipologias

Não existe uma ciência das instituições, no sentido epistemológico tradicional, capaz de antecipar com segurança absoluta o funcionamento e os efeitos, a médio e longo prazo, de um sistema eleitoral específico, de um sistema particular de governo, de uma estrutura – unitária ou federativa – de estado ou de organização – unicameral ou bicameral – do Poder Legislativo, sobre o sistema político em particular e sobre o conjunto da sociedade.

José Guasti Tavares

Ao propormos o estudo do Partido dos Trabalhadores, é preciso que apontemos alguns conceitos, sem os quais a análise pode assumir um caráter abstrato a ponto de perder seu fundamento. Isso se dá porque o termo *partido político* engloba muitas definições, tratando-se de um tema estudado exaustivamente em todo o mundo, mas sobre o qual, mesmo havendo tanta dedicação, não há ainda o estatuto de

indiscutibilidade. Até hoje, cientistas políticos, sociólogos e historiadores não se entendem quanto a defini-lo. Usando as palavras de Seiler (2000, p. 9), quanto às definições, “tratar dos partidos políticos significa, para o pesquisador, encalhar numa praia onde ele será obrigado a tomar uma posição, a escolher o seu campo”.

É importante salientar que as principais referências teóricas que serão utilizadas neste trabalho foram retiradas das ciências irmãs da história, sobretudo da ciência política e da sociologia política. No entanto, o objeto central que irá nortear esta pesquisa é de caráter genuinamente histórico, qual seja: a análise da trajetória do PT no estado do Espírito Santo. Buscar-se-á compreender as relações entre o partido e a sociedade, bem como entre aquele e as agremiações congêneres, atentando para a historicidade dessa dinâmica, ou seja, para as mudanças que se processaram no decorrer do período proposto.

Muito embora a maioria dos conceitos elaborados ao longo do tempo acerca dos partidos tenha sido criada a partir de tipologias formadas à luz dos sistemas norte-americano e europeu – fato que causa, em muitos momentos, um desconforto para analisar sistemas partidários mais recentes como o do Brasil –, serão utilizados elementos de maior flexibilidade para alcançar o objetivo da pesquisa: estabelecer um instrumental teórico que dê conta de iluminar o objeto de estudo, no caso, a trajetória do Partido dos Trabalhadores em processos eleitorais. Antes, porém, será feita uma rápida revisão bibliográfica acerca da questão partidária, para depois apontar a combinação de perspectivas e conceitos que consideramos mais pertinentes para a análise do presente objeto.

Seiler (2000) salienta que, quer seja no vocabulário das ciências sociais ou na linguagem corrente, o emprego da palavra “partido” revela um uso muito antigo. Etimologicamente³, o termo *partido*

3 Uma ampla análise etimológica do termo *partido* se encontra em SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

deriva de uma acepção primeira do verbo *partir*, que, em francês antigo, significa *fazer partes, dividir*. Partido designará, primeiramente, um grupo armado, mais precisamente uma tropa irregular de militares agindo à margem do grosso das forças armadas ou em ruptura com elas; uma espécie de *corpo independente*, como um partido de soldados veteranos.

O termo “partido” veio, posteriormente, a denominar as diferentes facções que dividiam as repúblicas antigas e, para Afonso Arinos de Melo Franco (1976), era usado para designar grupos sociais que se opunham a Atenas. Essa qualificação também era dada aos clãs que se agrupavam em torno de um *condottiere* na Itália da renascença. Assim também ocorria com os clubes, os comitês e as assembleias, que se digladiavam na França pré-revolucionária, aos quais também se dava o nome de partidos. Apesar de essas instituições apontarem como objetivo a participação política, não são sinônimos daquilo que, na contemporaneidade, se denomina partidos (DUVERGER, 1970).

Existe, entre os estudiosos do assunto, uma discórdia muito grande sobre a origem dos partidos políticos na acepção atual. Contudo, não é foco deste estudo a imersão nesse debate. Para este trabalho, o fenômeno partidário será aquele apontado por Duverger (1970), para o qual os partidos, na forma atual, datam do século XIX, e o seu desenvolvimento parece estar associado à democracia, isto é, à extensão do sufrágio universal e das prerrogativas parlamentares, e por Seiler (2000, p. 7), que é ainda mais taxativo quando afirma que: “[...] o fenômeno partidário se mostra indissociável da democracia ocidental [...], constitui a condição *sine qua non* do funcionamento do regime representativo”.

Não será necessário resgatar os pioneiros no estudo a respeito da questão partidária, como Hume, Burke, Benjamin Constant, Bryce, dentre outros. A ideia é apontar alguns nomes que auxiliem a análise do objeto. Um dos primeiros estudiosos a lançar o olhar sobre os partidos na acepção contemporânea foi Robert Michels (1982), que escreveu seu livro pouco antes da Primeira Grande Guerra (1914-1918).

Esse autor estabeleceu uma verdadeira *lei de ferro* quando se trata do fenômeno partidário. Na sua interpretação, os partidos políticos, nascidos da instauração da democracia e concebidos como instrumentos privilegiados de seu desenvolvimento, transformam-se, inexoravelmente, até mesmo os mais democráticos, em organizações oligárquicas. Embora o autor seja enfático e decisivo em suas conclusões, essa não é uma posição unânime entre os estudiosos do tema, uma vez que observam que os partidos políticos guardam, minimamente, diferenças importantes em sua composição⁴. Não restam dúvidas, entretanto, que Seiler (2000) tem razão ao afirmar que a lei de “ferro da oligarquia” ainda pode ser aplicada a muitos partidos contemporâneos.

A tese que marcou época foi, sem dúvida, a de Maurice Duverger (1970) sobre os partidos de massa em substituição aos partidos de quadros. Segundo Duverger, os típicos partidos do século XIX seriam de quadros. Ou seja, agremiações que surgem quase sempre dentro do parlamento e que reúnem lideranças políticas para alcançar determinados objetivos imediatos e específicos. Diante das restrições do sufrágio, não há, ainda, a necessidade dos partidos se dirigirem à população em geral. Bons exemplos de partidos de quadro seriam o Liberal e o Conservador, vigentes no período imperial brasileiro (1822-1889).

Entretanto, por ocasião do surgimento de outras formas de organização da atividade social, no âmbito do movimento socialista na virada do século XIX para o XX, e da ampliação do sufrágio, surgiu aquilo que Duverger (1970) chama de partido de massa. Esse segundo tipo de partido é aquele que baseia sua força não só nas eleições, mas também no grande número de filiados. Diferentemente dos partidos de quadros, nos quais a unidade é garantida por uma convergência sempre instável das opiniões e atitudes, a coesão dos partidos de massa baseia-se num profundo trabalho de construção ideológica,

4 Esta reflexão de Michels será alvo de muitas críticas, sobretudo, de Antônio Gramsci na obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (1984).

que abrange os líderes e os militantes de base. Segundo essa interpretação, os partidos de massa teriam imposto aos partidos burgueses a necessidade de estes modificarem sua forma de organização sob a pena de sofrerem fracassos eleitorais sistemáticos.

Revendo a tese de Duverger (1970) e Kirchheimer, (1990) Domingues (1998) sugeriu que, embora correto no que diz respeito à importância do surgimento dos partidos de massa entre a esquerda europeia no final do século XIX, Duverger teria exagerado ao supor como inevitável essa forma de organização. Para Kirchheimer, os partidos burgueses não se transformaram em partidos de massa, mas apenas copiaram certos aspectos desse tipo de organização, dirigindo sua atenção ao conjunto da população e não a bases sociais específicas. Os partidos burgueses mantiveram, portanto, uma ampla independência dos seus filiados.

Diante das transformações verificadas na organização dos partidos, Downs (1957), seguindo a concepção de democracia formulada por Schumpeter (1984), sugeriu que os partidos são essencialmente grupos de pessoas voltados para a conquista do poder por meio eleitoral. Com esse anseio, os partidos organizam-se e agem para maximizar a obtenção de votos nas eleições. Nessa perspectiva, a vitória decorre da capacidade que uma agremiação tem de formular programas, estabelecer compromissos e adequar seu discurso, de modo a atrair os eleitores no mercado eleitoral.

Essa concepção sugere que o partido, com o objetivo de conquistar a maioria, voltaria seu olhar para o eleitor médio. Isso levaria as agremiações partidárias concorrentes a amenizarem o discurso, a adotarem uma linha político-ideológica moderada, tornando-as pouco diferentes entre si. Esse modelo de partido foi denominado por Kirchheimer (1990) de *Catch-all*⁵, e, segundo o autor, ele se tor-

5 Termo consagrado por Otto Kirscheimer para designar um partido que busca conquistar o maior número possível de votos, atraindo os eleitores situados nas mais diversas posições do espectro político, mediante um discurso genérico, que evita retórica de classe.

naria uma tendência dominante tanto nos EUA quanto nos países europeus do pós-guerra.

Essa similaridade entre as agremiações partidárias, em função da busca da maximização de votos, levou a um relativo declínio dos partidos e a uma baixa participação do eleitorado. Esse vácuo deixado pela ausência de agremiações partidárias fortes foi ocupado pela figura do candidato. Quando a opinião pública tende a neutralidade no que diz respeito aos partidos, é o candidato que polariza o debate (LEAL, 2005).

1.1 REFORMA OU REVOLUÇÃO?

Quando o assunto é o Partido dos Trabalhadores, não se pode deixar de lado a ambiguidade verificada nas entranhas do próprio movimento esquerdista internacional desde os seus primórdios. Isso diz respeito às polêmicas em torno do debate sobre que caminho a esquerda no mundo deveria trilhar, o da reforma ou o da revolução. Essa análise é importante, porque o PT é parte integrante de tal debate como um partido que, embora se intitulando diferente dos tradicionais partidos de esquerda, sempre refletiu, no seu interior, essas controvérsias, conforme sugere Clovis Bueno de Azevedo (1995). Além disso, o PT é um partido de esquerda que se vinculou, durante boa parte de sua existência, às massas.

Esse debate, reforma *versus* revolução, permitiu que as análises oscilassem entre duas visões polares: de um lado, uma interpretação determinista, que reduz a política a processos e estruturas socioeconômicas, e, de outro, uma visão voluntarista, que supõe que o campo de escolhas é quase ilimitado (PRZEWORKSKI, 1989).

O chamado socialismo utópico, defendido pelos primeiros socialistas (Fourier, Sant Simon, Robert Owen etc.), “tinha o objetivo de construir uma sociedade, dentro da sociedade o falanstério” (PRZEWORKSKI, 1989, p. 19), uma sociedade alternativa. Esses pensadores

elaboraram soluções que não chegaram a constituir doutrina, e, sim, modelos idealizados, por isso chamados de utópicos.

Com o desenvolvimento das instituições políticas, da burocracia, das forças armadas, do Parlamento popularmente eleito, depois da ampliação paulatina, mas constante, e do sufrágio universal, não mais foi possível manter essa postura de distanciamento e independência da realidade. Colocava-se a questão da necessidade da conquista do poder político. Tanto é assim que, em Marx, já existe a sugestão de se formar um partido, quando afirma que toda luta de classes é uma luta política e que a organização dos proletários em classe é, consequentemente, a sua organização em um partido (MARX; ENGELS, 1999).

De imediato, a grande questão se coloca: o partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes para alcançar o poder? O voto seria uma arma já pronta para a classe trabalhadora? Tão imediata quanto a indagação foi a resposta dos anarquistas. Para eles, a ideia de participação eleitoral modificaria o socialismo, transformando-o “de uma nova teoria da sociedade e de mundo em um reles programa, de um reles partido meramente parlamentarista” (PRZE- WORSKI, 1989, p. 20).

Os socialistas foram mais cautelosos na sua resposta: comprometeram-se a não fazer alianças, mas usaram as eleições para fins propagandistas. Outros segmentos da esquerda defendiam a ideia de que qualquer partido que pretendesse mobilizar os trabalhadores deveria tirar proveito dessa oportunidade.

Essa polêmica esteve presente no decorrer de toda a história do movimento socialista, com alguns pontos altos. Um dos mais marcantes foi aquele travado entre, de um lado, Eduard Bernstein e Kautzky, defensores do revisionismo, e de outro, Rosa Luxemburgo, que advogava a ideia da manutenção do internacionalismo operário e a revolução como meio de alcançar o poder e fomentar transformações na sociedade.

Diante dessa controvérsia, nas palavras de Adam Przeworski (1989, p. 26), a questão que se colocava era a seguinte:

O envolvimento na política eleitoral pode resultar no socialismo ou deve reforçar a ordem social existente, isto é, a capitalista? [...] É possível o movimento socialista encontrar uma passagem entre os dois recifes descortinados por Rosa de Luxemburgo?

Apesar de toda a ambivalência, os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar eleições e buscar, dentro da institucionalidade vigente, as reformas que levassem ao socialismo. No geral, buscou-se fazer uso das oportunidades oferecidas pela democracia que, mesmo sendo limitada na ótica de muitos movimentos, era a mais viável aos trabalhadores para fazer frente ao capital e ao poder que dele emana.

Esse posicionamento político dará origem à social-democracia. Na visão dos revisionistas (Bernstein e Kautzky), a decadência do modo de produção capitalista tornava-se cada vez mais improvável, principalmente pela sua capacidade extraordinária de adaptação às adversidades. Decorre desse posicionamento que a ação política da social-democracia para a implantação do socialismo não se daria como consequência de uma crise social e política, mas por meio da extensão progressiva do controle social e aplicação paulatina da cooperação (LUXEMBURGO, 2001).

Eduard Bernstein via no socialismo simplesmente a “democracia levada à sua conclusão lógica. A democracia para os social-democratas tornou-se simultaneamente o meio e o fim” (PRZEWORSKI, 1989, p. 29). É importante frisar que aqueles que conduziram o movimento de esquerda para as disputas eleitorais acreditavam que as classes dominantes podiam ser vencidas dentro do seu próprio jogo. Existia, inclusive, um otimismo, por parte de muitos teóricos, acerca de vitórias em eleições, pois o proletariado era maioria numérica. Assim, aos poucos, ele se libertava das restrições eleitorais, mas ainda estava submetido à hegemonia burguesa, e isso impossibilitava a sua vitória nas urnas. Surgia, então, a necessidade de formar alianças: “a combinação da condição de minoria com o governo da maioria constitui a condição histórica sob a qual devem agir os partidos socialistas” (PRZEWORSKI, 1989, p.

39). Essa condição objetiva impôs aos partidos socialistas, de um modo geral, inclusive ao PT (que se intitulava como tal), uma escolha: ter um partido homogêneo no que diz respeito à questão classista, mas condenado à perpétua derrota eleitoral, ou um partido que luta pelo êxito nas eleições à custa da diluição de seu caráter de classe. “A decisão de participar de eleições alterou, desse modo, a própria lógica do problema da transformação revolucionária [...]” (PRZEWORSKI, 1989, p. 47).

Os partidos socialistas, a partir de então, passaram a buscar apoio fora da classe operária, na perspectiva de aglutinar votos nas eleições. Desde então, eles oscilam entre buscar aliados para a obtenção de vitórias e a tentativa de manter, minimamente, as suas bases no movimento operário. A análise feita por Robert Michels acerca do Partido Trabalhista inglês é exemplar: “seus apelos não mais se dirigem aos operários manuais, mas a todos os produtores e a toda a população que trabalha, sendo seus termos aplicáveis a todas as classes e camadas da sociedade” (MICHELS, 1982 *apud* PRZEWORSKI, 1989, p. 40).

Não se pode concluir, com essa análise, que tal fenômeno ocorre e ocorrerá inevitavelmente com todos os partidos socialistas. Não se trata, portanto, de um determinismo pretensioso. Mas se tornaram lugares comuns, na maioria da bibliografia, análises acerca dos deslocamentos em direção ao centro de partidos dessa natureza, mediante suas inserções institucionais.

1.2 A INSTITUCIONALIDADE DEMOCRÁTICA BRASILEIRA E O PT

Se a organização partidária é um dos principais requisitos para o desenvolvimento de um regime representativo, fato que torna o estudo dos partidos muito difuso, no caso brasileiro, entretanto, é possível identificar um mal-estar em relação aos partidos políticos (LAMOUNIER, 1989). Avoluma-se a cada dia, no Brasil, um sentimento negativo com relação aos políticos, ao Congresso e, por consequência direta, aos partidos, sentimento que se estampa diariamente

na imprensa escrita e nos meios de comunicação de massa. Muito desse desprestígio se deve, em parte, a comportamentos individuais pouco virtuosos de alguns parlamentares.

Rodrigo Patto Sá Motta (1999) vai além dessa afirmação e sugere que essa frustração com os partidos tem uma raiz objetiva e outra subjetiva, ou cultural: de um lado, a evidência incontornável de uma excessiva intermitência e fragilidade nos sistemas partidários que se sucederam na história; de outro, o desencontro quase sempre amargo, às vezes chocante, entre as expectativas que se formam e o desempenho efetivo desses sistemas, ou das principais organizações que os integram.

Consideramos que Motta (1999) está correto na sua afirmação. As razões do subdesenvolvimento partidário no Brasil devem ser buscadas, em primeiro lugar, nas frequentes rupturas da ordem constitucional e na vigência de longos períodos de autoritarismo. Tanto é assim que, na história do Brasil independente, observam-se nada menos que seis configurações partidárias, praticamente sem elementos de continuidade na passagem de uma para outra (MOTA, 1999; CHACON, 1981).

O atual quadro de partidos estruturou-se no âmbito da reforma partidária de 1979. Ele se inseriu num contexto denominado por Samuel Huntington (1994) como sendo de terceira onda. O autor aponta que a primeira onda de democratização mundial ocorreu entre os anos de 1920-1926 e a segunda nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial até o ano de 1974, momento da queda do regime de Salazar em Portugal com a Revolução dos Cravos⁶. Em seguida, a

6 Trata-se do golpe de Estado ocorrido no dia 25 de abril de 1974, que derrubou, num só dia, o regime político que vigorava em Portugal desde 1926, sem grande resistência das forças leais ao governo, que cederam perante a revolta das Forças Armadas. Esse levantamento é conhecido por Dia D, 25 de Abril ou Revolução dos Cravos. O levantamento foi conduzido pelos oficiais intermédios da hierarquia militar, na sua maior parte capitães que tinham participado na Guerra Colonial. Considera-se, em termos gerais, que essa revolução trouxe a liberdade ao povo português (denominando-se “Dia da Liberdade” o feriado instituído em Portugal para comemorar a revolução).

democracia sofreu um retrocesso com o crescimento do comunismo e a queda das frágeis democracias na América Latina. Após 1974, por fim, surgiu a terceira onda: nas duas décadas finais do século XX, ocorreu simultaneamente o surgimento de dezenas de democracias, com a queda do bloco soviético e com o declínio dos regimes militares na América Latina.

O sistema partidário brasileiro enquadra-se, como apontou Huntington (1994), numa democracia de terceira onda, e é marcado pela fragilidade e por uma baixa institucionalidade⁷. Outro aspecto importante do sistema brasileiro de partidos é um problema verificado nas democracias de terceira onda em geral: a questão da intervenção do Estado e das elites no processo de constituição dos sistemas partidários (MAINWARING, 2001; SARTORI, 1992). Cinco dos seis sistemas verificados no Brasil foram forjados pelo Estado, sendo a única exceção o atual sistema de partidos (MAINWARING, 2001). Os sistemas de terceira onda são particularmente sujeitos à ação modeladora das elites, uma vez que não possuem uma longa e contínua trajetória democrática, abrindo espaço, nos períodos autoritários, para que determinados líderes possam extinguir antigos sistemas de partidos e criar outros. São menos institucionalizados e, por isso, mais susceptíveis à ação dos líderes políticos. Mainwaring (2001, p. 70) salienta que “se um sistema de partidos está profundamente enraizado na sociedade, os líderes encontram mais dificuldades

7 Segundo Scott Mainwaring (2001), existem quatro dimensões de institucionalização dos sistemas partidários: a primeira consiste em que os sistemas mais institucionalizados são estáveis e seus padrões de competição interpartidária têm regularidade; em segundo lugar, nos sistemas mais institucionalizados, os partidos têm fortes raízes na sociedade. Os vínculos entre os partidos e os cidadãos são estáveis; a terceira dimensão de um sistema institucionalizado consiste em que os atores políticos conferem legitimidade aos partidos; por fim, em um sistema bem institucionalizado, as organizações partidárias fazem diferença. Os partidos não estão subordinados aos interesses de uns poucos líderes ambiciosos, adquirem independência e importância por virtude própria.

para odifica-lo substancialmente”. No caso das democracias de terceira onda, é comum terem passado por vários processos de rupturas democráticas que levam necessariamente a fases de transição, momentos especialmente favoráveis à transformação pelo alto dos sistemas partidários.

Os partidos brasileiros sempre foram marcados por um altíssimo grau de permeabilidade, elitismo e personalismo, e o PT, pelo menos inicialmente, rompeu com essa tendência, pois se constituiu com uma base formada pelos excluídos do jogo político. Segundo estudo de Meneguello (1989), o partido surgiu como o único, na história brasileira, enquadrado naquilo que Duverger (1970) denominou de partidos de massas.

Diante das peculiaridades verificadas no Partido dos Trabalhadores em relação à sua formação social, bem como à sua maneira de conceber o poder e a tomada dele, não podemos deixar de mencionar referenciais teóricos elaborados pelo pensador italiano Antônio Gramsci acerca do partido político e do papel que ele deve exercer na sociedade.

A menção a Gramsci (1984) deve-se ao fato de que o PT, pelo menos durante os seus dez anos de existência, recusava veementemente o socialismo real aos moldes soviéticos. Também não se colocava como social-democrata, além de fazer duras críticas ao modelo de democracia verificado no Brasil. Sendo assim, o PT empenhava-se em formular o que os membros do partido chamavam de socialismo-democrático, conceito muito recorrente nos seus documentos oficiais, colocado sempre de maneira obscura. A esse respeito, pode-se citar a seguinte colocação do partido nas suas resoluções do Primeiro Encontro Nacional, realizado em 1981:

Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate a porta? Estamos obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país?

[...] Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra [...] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 114).

Além disso, nos textos oficiais, nas resoluções dos Encontros e Congressos, se utilizam muitas categorias teóricas que recorrem às ideias gramscianas. Uma delas é a importância que o PT, assim como Gramsci, atribuía aos organismos de base para a construção de uma sociedade capitalista (COUTINHO, 1989). É constante nos documentos oficiais do partido a referência aos chamados núcleos de base, os quais, apesar de aparentemente não terem emplacado como desejado, eram muito valorizados e mencionados pelo partido.

A referência a Antônio Gramsci ocorre, acima de tudo, porque o pensador sardo buscou na esfera política, ou seja, na relação entre governantes e governados, entre aqueles que dirigem e os que são dirigidos, a gênese da sua ampla elaboração teórica. Todo o pensamento de Gramsci está voltado a responder questões/problemas da sua própria prática política. E, nessa ampla construção intelectual, elemento-chave é a sua visão ampliada de partido político.

No texto *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*, Gramsci (1984), ao mesmo tempo que mantém uma interlocução com Maquiavel, diverge dele, apontando que o seu *moderno príncipe* não pode ser um indivíduo, mas o partido político:

[...] o *moderno príncipe* não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto [sic] só pode ser um organismo [...], um elemento complexo da sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação [...]. Este organismo já é determinado pelo reconhecimento histórico: o partido político – a primeira célula

na qual se aglomeram germes da vontade coletiva tendem a se tornar universais e totais [sic] (GRAMSCI, 1984, p. 6, grifo nosso).

Para Gramsci, todas as classes subalternas desenvolvem ações políticas, que são espontâneas. Essas ações são carentes, portanto, de consciência. Na visão gramsciana, cabe ao partido político fornecer a direção consciente, conceder pressupostos político-intelectuais que superem essa espontaneidade corporativa e heterogênea dos movimentos classistas e os convertam em algo “homogêneo, universalizante, que seja capaz de uma ação eficaz e duradoura” (COUTINHO, 1989, p. 105).

Para Gramsci, portanto, o partido é o centro da rede social, organismo de mediação e síntese, de hegemonia, de dominação e que luta para formar a vontade coletiva. A esse respeito, Gruppi (1980, p. 83) esclarece:

[...] as classes subalternas têm uma filosofia real, que é a sua ação, do seu comportamento. E ela têm também uma filosofia declarada, que vive na consciência, a qual está em contradição com a filosofia real. É preciso juntar esses dois elementos através de um processo de educação crítica, pelo qual a filosofia real de cada um, sua política, se torne também a filosofia consciente.

Por meio da união entre consciência e ação, que são estritamente ligadas, é que se conquista a hegemonia, mesmo antes de se conquistar o poder. Segundo Gramsci (1984), aliás, a conquista da hegemonia é fundamental para se formar o que ele chama de um novo “bloco histórico” a fim de, depois, conquistar-se o poder, ultrapassando a ordem anterior. Portanto, o partido tem uma função pedagógica, “pois é o grande reformador intelectual e moral, o que supera uma velha concepção e constrói outra nova” (GRUPPI, 1980, p. 80).

A partir da ideia de hegemonia e contra-hegemonia em Gramsci, é importante que se chame atenção para outro conceito ao qual o

autor também faz muitas referências: a questão da ideologia, que alcançou um outro patamar, uma vez que Gramsci amplia o conceito, dando a ele um sentido positivo, como Lênin o fez. O conceito de ideologia em Gramsci ultrapassa sua localização na superestrutura, ao lado do Estado, e avança sobre a infraestrutura. Dessa forma, a ideologia, como própria superestrutura, não é um mero reflexo da infraestrutura econômica.

Essa menção acerca da ideologia é importante, porque nos documentos do PT é comum a apresentação de suas propostas políticas como as mais vantajosas, em detrimento de tudo aquilo que existia na política brasileira, ou seja, o partido colocava-se como aquele verdadeiramente democrático e defensor da ética e da moral política. As demais agremiações existentes no Brasil eram colocadas como imorais e demagógicas. Essa demonstração de vantagens de uma proposta sobre outra marca o caráter ideológico de seu discurso, no nível mais simples.

A partir do conceito de ideologia, dois outros conceitos são importantíssimos na teoria gramsciana: bloco histórico e hegemonia. Ambos são complementares. O bloco histórico é representado pelo conjunto de forças que dominam o poder no Estado num determinado momento histórico. Seu caráter de historicidade aponta a possibilidade da sua não perpetuação, daí a necessidade de o bloco histórico procurar constantemente os meios adequados para a manutenção do poder. Para o funcionamento do bloco histórico, a hegemonia é um elemento estratégico, pois é o que garante a permanência do *status* de classe dominante diante do grupo dominado.

Essa reflexão leva a aludir à maneira ampliada pela qual Gramsci concebe o Estado, que, segundo ele, é lócus de duas esferas distintas, mas que não se descolam, formadoras de um par dialético composto pela sociedade civil, por onde perpassam as relações de hegemonia, e pela sociedade política, de onde emanam as práticas coercitivas. Na primeira, situam-se as organizações sociais, tais como: partidos, sindicatos, igrejas, escolas, meios de comunicação etc. Já a sociedade

política abarca o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, dentre outros.

Nesse Estado ampliado, não há espaço para a revolução. O desenvolvimento do capitalismo foi responsável por pluralizar a sociedade, gerando uma complexidade na estrutura social, que, por sua vez, buscou maior representação através das organizações sociais:

A técnica política moderna mudou completamente depois de 1848, depois da expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e 'privadas' (político-privadas, partidárias e sindicais) e das transformações que se verificaram na política num sentido mais largo, isto é, não só do serviço estatal, destinado à repressão da delinquência, mas do conjunto das forças organizadas pelo estado e pelos particulares para tutelar o domínio público e econômico das classes dirigentes [...] (GRAMSCI, 1984, p. 65).

Nesse sentido, Gramsci lança mão daquilo que ele chama de guerra de posição, que seria o processo de luta pelo estabelecimento da hegemonia, no qual um determinado grupo deve se tornar dirigente, conquistando espaços políticos, tomando a direção político-ideológica antes de conquistar o poder governamental. "Constitui a etapa fundamental em sociedades onde o Estado se ampliou, deslocando a luta de classes para o âmbito da sociedade civil" (MARQUES, 2005, p. 119).

Gramsci compreende, portanto, essas duas esferas da sociedade dentro de uma nova realidade da luta de classes. Ele aponta para a concepção tática e estratégica do que poderíamos conceber como confronto, que se estabeleceria no nível da correlação de forças entre as classes dominante e dominada, principalmente quanto aos partidos que as representassem. Assim, a fortaleza da hegemonia burguesa seria atacada paulatina e constantemente através da longa batalha na esfera da sociedade civil, com o objetivo de conquistar posições e

espaços e ir solidificando uma direção político-ideológica que estabelecesse um consenso entre setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder do Estado (COUTINHO, 1989).

A atuação do Partido dos Trabalhadores nos seus aproximadamente dez primeiros anos de existência esteve voltada para aquilo que os petistas chamavam de acúmulo de forças, ou seja, utilizar de todos os meios disponíveis, inclusive as eleições, para conscientizar a classe trabalhadora da sua condição subalterna para se construir uma nova forma de sociabilidade: “Era preciso preparar o campo e construir uma outra hegemonia” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 482-483). A partir dos anos 1990, observa-se que, nas resoluções dos seus Encontros e Congressos, se fortalece no PT a concepção de que, para transformar a sociedade, era necessário legitimar e institucionalizar a democracia brasileira. Isso fica claro na análise de alguns pontos das resoluções do 1º Congresso do partido, realizado entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991:

Desde a sua origem, o PT vem buscando construir, prática e teoricamente, uma alternativa tanto ao chamado socialismo real quanto à social-democracia, [...] nosso partido vem reafirmando sua concepção de que o socialismo não nascerá de um decreto, nem do PT nem de ninguém. [...] Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia. Isso quer dizer que a concepção de socialismo do PT é substancialmente distinta de tudo que, enquanto concepção, vimos concretizado em todos os países do chamado socialismo real. [...] Afinal, democracia para nós é simultaneamente meio e fim. Dizer isso implica recusar todo e qualquer tipo de ditadura, inclusive a ditadura do proletariado, que não pode ser outra coisa senão ditadura do partido único sobre a sociedade, inclusive sobre os próprios trabalhadores [...] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 489-490).

Observa-se claramente um abandono sistemático da ideologia de classes trabalhadoras em favor do atendimento dos interesses nacionais. Nota-se também que o Estado deixou de ser visto como um instrumento de dominação social, passando a ser concebido como alavanca para a transformação social.

Em parte, essa mudança se configurou por ocasião da queda do bloco soviético e da conseqüente crise que se abateu sobre a esquerda mundial a partir de então. Mas Maria Dalva Kinzo (1993) e Mainwaring (2001) salientam que a questão da estrutura institucional é um condicionante fundamental à formação e ao desenvolvimento dos partidos políticos e que, no caso do Brasil, tem sido um elemento que contribui sobremaneira para a volatilidade das organizações partidárias.

Segundo Silva (2004, p. 38), “instituições, no sentido mais amplo, têm sido entendidas como procedimentos formais e informais, normas, rotinas, e convenções inseridas na estrutura organizacional da política ou da economia política”. Nesse sentido, o sistema político não poderia deixar de ser influenciado pelo desenho institucional e pelo contexto socioeconômico do qual é parte integrante.

A hipótese de que as bases de poder podem ser transformadas pelas mudanças verificadas nas instituições encontra-se presente no arcabouço analítico neoinstitucionalista. Entretanto, sabemos que o novo institucionalismo não compreende um corpo de pensamento hermeticamente fechado. Sob este rótulo, encontram-se diversas formas de se conceber a origem, o desenvolvimento e o funcionamento das instituições políticas e sociais. Para o presente trabalho, basta o argumento mais geral do neoinstitucionalismo, o qual afirma que, resguardadas certas condições, o comportamento dos atores políticos é adaptável às mudanças e às disposições das regras e normas de determinado contexto. Essa síntese, tem sido muito aceita nos meios acadêmicos (SILVA, 2004). Nas palavras de Putman (2000 *apud* SILVA, 2004, p. 34-35),

O novo institucionalismo sustenta que a política é estruturada pelas instituições. James March e Johan Olsen assim resumem essa teoria sobre o papel das instituições: a organização da vida política é importante, e as instituições influenciam o fluxo da história. As decisões tomadas no âmbito das instituições políticas modificam a distribuição de interesses, recursos e preceitos políticos, na medida em que criam novos atores e identidades, incutem nos atores a noção de êxito e fracasso, formulam regras de conduta apropriada e conferem a certos indivíduos, e não a outros, a autoridade e outros tipos de recursos. As instituições influenciam a maneira pela qual indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora das instituições estabelecidas, o grau de confiança entre cidadãos e líderes, as aspirações comuns da comunidade, o idioma, os critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e o significado de conceitos como democracia, justiça, liberdade e igualdade [...].

Ainda na visão de Silva (2004), a análise institucional nos permite examinar as relações entre os atores políticos tanto como objetos quanto como sujeitos da história. As instituições que estão no centro das análises institucionais – desde os sistemas partidários aos interesses econômicos (estrutura) – podem configurar e restringir as estratégias políticas de modo importante. Mas elas próprias são também resultados – intencionais ou não – de cálculos deliberados, conflitos e escolhas políticas. Ao centrar-se nas características intermediárias da vida política, o novo institucionalismo vincula os homens – construtores da história – às circunstâncias sob as quais eles são capazes de agir.

O raciocínio apresentado nos ajuda a lançar luz sobre o nosso objeto da seguinte forma: apesar de o PT representar um paradoxo no que tange a partido político no Brasil, tanto no aspecto ideológico quanto no que diz respeito à sua composição social, ele não deixa de estar inserido, como apontou Kinzo (1993), dentro de estrutura

institucional que interfere em seu formato. Certamente, um dos fenômenos mais sintomáticos do sistema político-eleitoral brasileiro é a sobrevalorização do candidato, em detrimento do partido político. Segundo Leal (2005), essa questão, que já levou alguns autores a aventar a possibilidade de morte das estruturas partidárias, deixou de ser um fenômeno exclusivo do sistema eleitoral norte-americano para se transformar em manifestação de alcance praticamente global. No Brasil, os últimos anos forneceram numerosas demonstrações da centralidade dessa discussão, vide a eleição de Collor e todos os desdobramentos de sua vitória.

Segundo sugere Mainwaring (2001, p. 36), quando analisa os sistemas democráticos de terceira onda, “as instituições criam incentivos para o comportamento dos atores”. Ou seja, as instituições estruturam as regras do jogo e criam parâmetros dentro dos quais os atores fixam seus comportamentos.

Não é intenção deste estudo fazer uma análise detalhada do arcabouço institucional brasileiro tampouco das mudanças que sofreu ao longo do tempo. Deseja-se apenas chamar atenção para certos mecanismos que afetam diretamente a dinâmica político-partidária. O desempenho eleitoral dos partidos e a modalidade de sua atuação, bem como o seu perfil, dependem em grande medida das regulamentações atinentes ao processo eleitoral (KINZO, 1993). O primeiro aspecto a ser abordado é a questão da ênfase dada à pessoa do candidato em detrimento das agremiações políticas.

Essa anomalia foi evidenciada em 1989, quando a crispação se dava em torno de dois nomes: Collor e Lula, respectivamente do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e do Partido dos Trabalhadores, ao passo que os dois grandes partidos eram o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e o Partido da Frente Liberal (PFL). Aquela eleição explicitou, além de tudo, a importância do marketing político numa disputa eleitoral majoritária (CARREIRÃO, 2002a), algo que trabalharemos mais adiante.

Vários elementos contribuem para a personalização do voto no Brasil, principal característica do que Leal (2005) chamou de “nova ambiência eleitoral”. Um deles é o que o cientista político Sérgio Abranches (1988) cunhou de “presidencialismo de coalizão”, para se referir ao sistema republicano brasileiro recente. Nele, o presidente tem grande peso de decisão, porém não conta com um partido amplamente majoritário no Congresso e precisa de uma coalizão de forças partidárias para obter sustentação parlamentar. Isso acaba tornando o Parlamento muito ligado à figura do presidente.

Além disso, como se sabe, a eleição presidencial realiza-se atualmente pelo sistema de dois turnos, que tem como fundamento assegurar maioria absoluta ao vencedor. Esse mesmo sistema é aplicado aos Estados e Municípios com mais de 200 mil eleitores. Como em geral ocorre em eleições majoritárias, esse preceito leva a uma forte individualização e personalização da disputa política. A maioria do apoio dado a um dos candidatos, sobretudo no segundo turno, quando são somente dois os concorrentes, leva a um desequilíbrio de forças entre os Poderes Legislativo e Executivo, contribuindo para que, mais uma vez, este acabe por prevalecer sobre aquele.

Por outro lado, a inexistência de legislação estável para a formação de alianças é outro aspecto que contribui sobremaneira para a fragilidade do sistema partidário brasileiro. É comum, no Brasil, duas agremiações partidárias, diametralmente opostas em nível nacional, se unirem no estado ou no município, como foi o caso da aliança firmada entre PT e PFL no município de Fundão, ou a coalizão PSDB-PT no município de Viana, ambas em 2004, nas eleições para prefeito. Esse problema confunde o eleitor, que passa a perceber os partidos como idênticos, desprovidos de programas e ideologias, direcionando os olhares para a figura do candidato. Isso é reflexo da busca de votos para além do seu eleitorado base.

Outro problema é o voto proporcional de lista aberta. Por um lado, esse modelo estimula, por excelência, as alianças, pois dificilmente um partido recebe a maioria das cadeiras (NICOLAU, 2004a).

Por outro lado, o sistema propicia uma disputa entre elementos do mesmo partido ou coligação, pois somente os primeiros da lista são eleitos, fato que leva os candidatos, nas campanhas, a darem destaque às suas realizações individuais, negligenciando o partido.

Pode-se apresentar ainda outro fator que contribui para a fragilidade do sistema brasileiro: a infidelidade partidária. O troca-troca de partidos demonstra um alto grau de pragmatismo da nossa classe política, que passa a ser vista sem identidade e/ou projeto. Além disso, é quase regra, no Brasil, os políticos se abrigarem no partido que está no poder, fortalecendo ainda mais a imagem dos chefes do Executivo. Esse problema tornou-se tão grave no Brasil, que levou o TSE a aprovar, no dia 27 de março de 2007, por seis votos a um, a medida segundo a qual o mandato pertence ao partido ou à coligação e não ao candidato eleito⁸.

Nesta pesquisa, cuidado foi tomado em termos de inserir o PT dentro dessa engenhosa e complexa estrutura partidária, com suas teias de alianças, com seus arranjos, com seus vícios, seu clientelismo, pois firma-se a convicção que essa estrutura moldou o partido, e a sua trajetória é reflexo dessa modelação. Essa análise é fundamental, pois um dos grandes problemas enfrentados pelos partidos de massa é a sua inserção institucional e a sua transformação em partido do tipo *catch-all*.

Na análise da mudança sofrida pelo Partido dos Trabalhadores, a obra de Pierre Bourdieu é também uma referência pelo fato de abarcar, numa só reflexão, muitos dos aspectos expostos acima. Segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 165),

8 O entendimento do TSE foi em resposta à consulta feita pelo PFL em decorrência da grande migração de parlamentares para a base aliada do governo Lula. O questionamento dos peefelistas era o seguinte: “os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?”.

A fronteira entre o que é politicamente dizível e indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta [sic] e, por este modo, política, lhe assegura. Uma intenção [...] encarna-se numa situação, em costumes e em instituições humanas. Se a técnica do jogo do xadrez não existisse, eu não poderia ter a intenção de jogar o xadrez [...]. A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político, e mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento.

O Partido dos Trabalhadores surgiu no bojo das manifestações que objetivavam redemocratizar o Brasil após os *anos de chumbo*⁹, uma das fases mais obscuras da história do Brasil. Surgiu a partir dos setores menos favorecidos da sociedade brasileira, pelo movimento sindical, pelas comunidades eclesiais de base, por setores progressistas da Igreja, por ex-militantes da luta armada, intelectuais, dentre outros. Esses segmentos viam no PT o meio de alcançar o poder e a possibilidade de implementar mudanças qualitativas na sociedade brasileira, além da busca pela ampliação dos direitos democráticos, num período de grave deterioração da economia e grande perda da credibilidade e governabilidade no final dos anos 1970 e início dos 1980.

Após a ampliação de sua experiência administrativa, surgiram diversos estudos que enfocavam os dilemas e mudanças internas do PT como consequência de uma inserção institucional. A respeito das mudanças verificadas em um partido a partir de sua inserção institucional, Pierre Bourdieu (1989, p. 170) é ainda mais taxativo:

Nada é menos natural do que o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político: como o *habitus*

9 Expressão utilizada para designar os anos em que o Brasil permaneceu submetido à Ditadura Militar, entre os anos de 1964 e 1985.

religioso, artístico ou cultural, o *habitus* do político supõe uma preparação especial [...], como o domínio de uma certa linguagem e de uma retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a do *debater*, necessária nas relações entre os profissionais. Mas é também e sobretudo esta espécie de iniciação, com as suas provas e seus ritos de passagem, que tendem a inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político e a impor uma submissão de fato aos valores, às hierarquias e às censuras inerentes a este campo ou à forma específica de que se revestem os seus constrangimentos e os seus controles no seio de cada partido.

Fica patente, segundo o texto de Bourdieu (1989), a necessidade, por parte do partido ou de qualquer agente político, de se enquadrar ao jogo político. Para o autor, o campo político é caracterizado por um constante conflito, que opõe profissionais numa luta simbólica pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social (BOURDIEU, 1989). É, na verdade, uma “luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os poderes públicos (as administrações do Estado)” (BOURDIEU, 1989, p. 175). Nas democracias modernas, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (os seus votos, as suas quotizações etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a distribuição do poder sobre os poderes públicos.

Ainda segundo Pierre Bourdieu (1989), os agentes por excelência dessa luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem essa forma sublimada de guerra civil, mobilizando de maneira duradoura o maior número possível de agentes dotados da mesma visão do mundo social e do seu porvir.

Pierre Bourdieu (1989) chama atenção para o fato de que os partidos devem trilhar dois caminhos a fim de garantirem uma

mobilização duradoura: por um lado, elaborar e impor uma representação de mundo, um discurso capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos, e, por outro, ocupar postos-chave da máquina pública, capazes de assegurar um poder sobre seus tributários. Por isso, diz Bourdieu (1989), a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder.

Quando se examinam as resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, observa-se uma adequação da sua fala oficial à lógica do jogo político vigente no Brasil desde a abertura política empreendida no início da década de 1980. Para tanto, paradigmática é a Resolução do 1º Congresso, realizado em 1991, quando foram feitas as primeiras reflexões sobre a conjuntura internacional e sobre a crise do socialismo real como ponto de partida para a formulação de uma política estratégica. O documento produzido pelo Congresso representou o grande marco de mudança ideológica e teórica do partido. Foram retirados de seu programa termos como *revolução* e *socialismo*, além de assuntos como o boicote à dívida externa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). Por outro lado, entraram em pauta questões acerca da política de alianças com partidos posicionados mais ao centro do espectro político, que mais tarde provocaram, inclusive, diversos rachas no partido.

1.3 O VOTO NO BRASIL: ASPECTOS DAS MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO ELEITORAL

Como o objeto desta pesquisa é o PT em processos eleitorais, no Espírito Santo, entre 1982 e 2002, e a maneira pela qual o partido se adaptou aos parâmetros institucionais vigentes, cabe aqui uma rápida, mas importante, reflexão acerca das mudanças no comportamento eleitoral no Brasil no decorrer do período republicano e uma análise um pouco mais detalhada do perfil do eleitorado brasileiro no atual regime democrático do país. Os apontamentos serão feitos à luz dos

principais modelos de explicação do voto, com o objetivo de explicitar o tipo de eleitor com que o PT se deparou e que tinha de alcançar para obter sucesso eleitoral, e quais mudanças deveriam ser delineadas pelo partido, na sua feição, para atrair tal eleitor.

Até a década de 1960, o principal elemento de explicação eleitoral no Brasil foi o *clientelismo* (SILVEIRA, 1998). A maior parte da literatura sobre o assunto associa o fenômeno clientelista à dependência pessoal e às coerções políticas.

Esse modelo explicativo apontava que o eleitorado brasileiro, predominantemente rural, pouco escolarizado e desinformado, não era capaz de apreender de maneira plena as propostas políticas e de reconhecer seus próprios interesses, deixando-se manipular pelo líder local. Segundo essa interpretação, isso ocorria por conta do grau de dependência do cidadão em relação ao chefe local, em virtude dos favores como o atendimento de suas necessidades imediatas, tais como serviço médico, assessoria jurídica, assistência educacional, transporte, vestuário, dentre outros. Por outro lado, a submissão ao coronel¹⁰ também se baseava numa relação coercitiva demonstrada pela expressão *voto de cabresto*. Ou seja, num período em que o voto não era secreto, o eleitor era obrigado a votar em determinados candidatos da preferência do chefe local sob pena de sofrer represálias, de perder seu emprego ou passar por vários outros constrangimentos (LEAL, 1978).

Segundo a interpretação pautada no clientelismo, o processo político eleitoral era um jogo de cartas marcadas, controlado em sua plenitude pelos chefes políticos locais. Nessa perspectiva, os partidos políticos não passavam de meras organizações artificiais, voltadas a atender aos interesses da elite agrária. Os partidos eram também agremiações carentes de ideologia e não representavam os interesses da sociedade como um todo.

10 Acerca do fenômeno do coronelismo, ler: LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

Essas práticas coronelistas e clientelistas perderiam fôlego com as profundas transformações estruturais verificadas na sociedade brasileira em decorrência da industrialização, da urbanização e do desenvolvimento econômico, verificados a partir da *Era Vargas* (1930/1945).

Com a democratização de 1945, constata-se uma profunda mudança na fisionomia do eleitorado. A interpretação que classificava o eleitor como ignorante e desinformado perde sentido com as elevações dos níveis de escolaridade da população. O fomento dos meios de comunicação, naquele momento o rádio, também contribui para a diminuição do controle da liderança política sobre o eleitor, pois proporciona uma maior circulação de informações acerca de política.

A sociedade brasileira tornara-se mais complexa e hierarquizada, havia deixado de ser enquadrada no binômio senhor de terras e seus dependentes. Como se sabe, no período anterior a 1930, as eleições baseavam-se em inúmeros expedientes, como fraudes, falsificação de assinaturas, alterações de atas eleitorais (instrumento de falsificação chamado de *bico de pena*), dentre outros (NICOLAU, 2004a). Após a redemocratização de 1945, foram criadas diversas regras visando a diminuir as falcatruas eleitorais: foi criado o voto secreto (criado na Constituição de 1934, mas só entrou em vigor depois de 1945); as mesas receptoras e comissões legislativas perderam a atribuição de apurar os resultados eleitorais; e foi criada a justiça eleitoral, esfera independente, que teria a responsabilidade de organizar os pleitos e apurar votos.

Embora tivesse sido mantida em algumas regiões a influência dos chefes políticos e dos clãs familiares locais e tivesse crescido a importância de lideranças personalistas, a política começava a girar mais em torno dos partidos, organizações que estavam começando a se firmar política e organizacionalmente. A partir desse momento, começaram a predominar as explicações baseadas na *identificação partidária* e nas *diferenciações socioeconômicas* (LIMA JR., 1983; LAMOUNIER, 1980; LAMOUNIER; CARDOSO, 1975). Aumentava a competitividade

eleitoral em pleitos mais lisos e democráticos e surgiam as condições de incertezas típicas de processos eleitorais (SILVEIRA, 1998).

O estudo de Antonio Lavareda (1991) é exemplar nesse sentido. Em brilhante trabalho de pesquisa, o autor apontou que os partidos do período 1945/1964 estavam em fase de institucionalização, processo interrompido pelo golpe de 64. Ou seja, as agremiações partidárias do período – Partido Social Democrático (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Democrática Nacional (UDN), principalmente – não podiam mais ser taxadas de artificiais, como foram os partidos de períodos anteriores. A partir dos resultados de pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), o autor mostrou que parte considerável do eleitorado reconhecia as diferenças políticas entre os partidos e estabelecia relações de identificação com indivíduos. O estudo aponta que a UDN dispunha de preferência relativamente maior entre as classes alta e média, o PTB tinha vantagem entre as classes pobres, e as preferências do PSD dividiam-se entre os diversos segmentos da sociedade, isso por conta do seu pragmatismo e fisiologismo.

No mesmo espaço desses modelos explicativos utilizados para o caso do período 1945-1964, podem se conjugar tipologias estruturadas a partir da distinção e oposição entre “identificação partidária” e “identificação personalista” (SILVEIRA, 1998). O grupo de eleitores que estabelecia relações duráveis de identificação partidária era apresentado nos estudos como o responsável pelo importante e saudável fortalecimento dos partidos e pelo refinamento do sistema democrático brasileiro. Por outro lado, a identificação com personalidades políticas era vista como algo retrógrado, como prática politicamente subdesenvolvida, que contribuía para o enfraquecimento dos partidos e da democracia.

Neste contexto, apesar desse relativo fortalecimento das instituições partidárias, o personalismo atingiu seu auge com a emergência de líderes que gozavam de grande carisma entre as massas populares, tais como: Getúlio Vargas, Ademar de Barros, Jânio Quadros,

Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda, dentre outros. Mas a relação estabelecida não se dava mais aos moldes tradicionais, ou seja, a partir de contatos e compromissos definidos caso a caso. A proteção do líder passava a ser implementada por intermédio de medidas governamentais que beneficiavam as grandes massas, via Estado.

Silveira (1998, p. 50) aponta algo que não foi percebido na época: a convivência entre o personalismo forte e o crescente fortalecimento dos partidos. Em muitos casos, afirma o autor:

[...] havia forte associação entre a imagem do partido e a imagem do candidato, de modo que as identificações personalistas e partidárias encontravam-se amalgamadas. Enquanto mantinha-se ampla crença em lideranças personalistas, crescia o reconhecimento dos partidos como organizações políticas diferenciadas que assumiam papéis importantes na cena política.

A mudança do sistema partidário imposta pelo Regime empresarial-militar¹¹ em 1964 veio para tentar barrar essa tendência crescente de identificação partidária. O Ato Institucional n.º 2, dentre outras atribuições, tinha o objetivo de extinguir os partidos que compunham o sistema multipartidário e estabelecer o bipartidarismo, criando artificialmente duas agremiações: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que, em tese, funcionaria como aliada do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que seria uma espécie de oposição consentida, de fachada – essa era a esperança do regime. Mas a ação governista teve um efeito contrário. Isso se deu porque, com a crescente repressão, originou-se, no seio da oposição, um

11 Expressão utilizada oralmente pelo professor Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em banca de seminário de dissertação deste pesquisador na Universidade Federal do Espírito Santo, realizada no dia 25/5/2007. A preferência do professor por esse termo ocorre para explicitar o caráter classista daquele regime, algo que as outras denominações não o faziam.

debate sobre a eficácia, em tais circunstâncias, de sua própria organização no âmbito das instituições legais (ALVES, 2005). Essa reflexão veio a estimular mais tarde o surgimento do sindicalismo autêntico e de uma identificação entre a sociedade e o partido de oposição – o MDB. Dessa forma, o artificialismo que marcou os partidos criados de forma coercitiva e arbitrária pelo poder central refletiu-se somente nos primeiros pleitos (1966 e 1970).

Embora vários aspectos do clientelismo e personalismo ainda verificados no período anterior (1945/1964) tenham permanecido, como mostra o estudo de Eli Diniz (1982) sobre o *Chaguismo*¹², as explicações baseadas nos modelos da *identificação partidária* e das *diferenciações socioeconômicas* tenderam a se fortalecer.

A partir do momento em que a sociedade brasileira, insatisfeita com a repressão e com os rumos do país, começa a identificar o MDB como uma forma de se colocar contra o regime empresarial-militar, o partido começou a ter vitórias significativas nas urnas. Com essas vitórias, veio o aumento de identificação partidária, que em 1974 atingiu os mais altos patamares (SCHMITT, 2000; SILVEIRA, 1998). Mesmo com todas as restrições das regras eleitorais e todos os cerceamentos e casuísmos impostos pelo regime, os eleitores passaram a acreditar minimamente no jogo político eleitoral, haja vista que outras formas de expressão haviam se esgotado.

No que diz respeito às *clivagens socioeconômicas*, o eleitorado estava dividido em dois grandes grupos. Estudos mostram (LAMOUNIER; CARDOSO, 1975; LIMA JR., 1978) que o MDB tinha mais força nos bairros pobres, enquanto a ARENA se destacava nas regiões mais nobres.

12 O deputado Chagas Freitas, do MDB do Rio de Janeiro, fornecia vários serviços à sua clientela, como assistência social, encaminhamento profissional, assessoria e acompanhamento jurídico, dentre outros expedientes. Através de uma rede de ligações com as diferentes instâncias do executivo, as demandas individuais eram processadas e os pedidos atendidos. O deputado atuava como um verdadeiro “despachante de luxo”.

Em contraste com a ideia de um eleitorado politicamente ignorante e manipulável, herança do pensamento autoritário dos anos 1930, afirmou-se a imagem de um eleitor capaz de identificar clivagens relevantes e relacioná-las com seus interesses, ideias, percepções e sentimentos.

Essa capacidade de discernimento político do eleitorado foi reconhecida pelo regime militar, que buscou, em 1976, através do estabelecimento da chamada Lei Falcão¹³, restringir e tornar absolutamente enfadonha a propaganda eleitoral nas emissoras de televisão e rádio. O Serviço Nacional de Informação (SNI) constatou que o partido opositor vinha obtendo crescente simpatia e apoio do eleitorado, sobretudo nos centros urbanos e mais desenvolvidos, por meio de seu discurso aguerrido, contrário ao autoritarismo e favorável às reivindicações populares. A ideia, com esse casuísmo, era favorecer os candidatos da ARENA, cuja maior preferência estava no meio rural, nas pequenas cidades do interior e nas regiões menos desenvolvidas, locais onde ainda predominavam os apelos clientelistas (MOTTA, 1999; SCHMITT, 2000; SILVEIRA, 1998).

A partir das décadas de 1980 e 1990, vários fatores indicaram a tendência de declínio ainda maior da importância do voto clientelista. As mudanças sociodemográficas e econômicas contribuíram para restringir as condições contextuais que asseguravam a existência do clientelismo tradicional. Com o processo de urbanização, iniciado na Era Vargas e acelerado no período do regime militar, mais as mudanças nas relações de trabalho no campo – que passaram a ser mais assalariadas e profissionalizadas, enfraquecendo os laços de dependência – e, ainda, a grande ampliação dos meios de comunicação,

13 A Lei Falcão, subscrita em 1976 pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, impunha severos limites às campanhas eleitorais no rádio e na televisão, e vigorou até o pleito de 1982. Nas propagandas eleitorais na televisão e no rádio só poderia aparecer a foto e alguns dados biográficos do candidato (SCHMITT, 2000).

sobretudo a mídia eletrônica, que intensificou a circulação de informações (SILVEIRA, 1998), passou a ser inevitável o incremento de relações políticas pautadas em outros parâmetros.

O mesmo ocorreu com o voto baseado na *identificação partidária* e nas *clivagens socioeconômicas*. No quadro multipartidário instaurado a partir de 1979, foi descrito o número de eleitores vinculados, de algum modo, com partidos. A máquina partidária foi decisiva em alguns processos eleitorais, como no caso de Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) em 1990, que obteve a vitória com o amplo apoio da estrutura do PMDB no interior paulista e também com o auxílio da máquina governamental de Orestes Quércia, do mesmo partido. Mas esse fator, de maneira geral, teve importância crescentemente reduzida. Isso ficou manifesto nas eleições seguintes, de 1994, quando o candidato peemedebista ao governo do estado obteve baixíssima votação¹⁴. Além desse resultado negativo, Orestes Quércia, candidato a presidente pelo PMDB, recebeu apenas 5,8% dos votos no estado de São Paulo, ficando atrás, inclusive, do candidato Enéas Carneiro, do inexpressivo Partido da Reconstrução da Ordem Nacional (PRONA).

1.4 A CONFORMAÇÃO DE UM CAMPO POLÍTICO E O ELEITOR NA “IDADE MÍDIA”

A partir da década de 1980, as eleições passaram a ser fortemente marcadas pela importância dos meios de comunicação, especialmente da mídia eletrônica. A inauguração da campanha eleitoral midiática guarda essencial conexão com o declínio da ditadura empresarial-militar e a inserção do Brasil na chamada idade mídia. Isto

14 O candidato do PMDB ao governo de São Paulo em 1994 foi Barros Munhoz, que ficou em 4º lugar, com 11,3% dos votos válidos, atrás de José Dirceu, do PT (14,9%), Francisco Rossi, do PDT (22,2%), e Mario Covas, do PSDB (46,8%). Este último venceu no segundo turno, quando obteve 56,1% dos votos, contra 43,9% do segundo colocado.

é, a instauração de uma sociedade estruturada em rede e ambientada pela comunicação, em especial por sua modalidade midiaticizada (RUBIM, 2004b). O desenvolvimento desse novo ambiente de comunicação ocorreu no Brasil, em verdade, já no período autoritário, mas não houve condições de ele interagir livremente com a política, isso devido às duras restrições e aos constrangimentos imanentes à própria situação de ditadura.

Com o declínio do autoritarismo e o final do regime militar, as campanhas passam a adquirir um formato eleitoral midiático, e isso fica patente nas eleições de 1982, apesar de sua forma atenuada. Os episódios eleitorais posteriores à ditadura, de 1985 a 1988, avançam nessa perspectiva e já mostram experimentos interessantes para a construção de um novo padrão, mesmo não sendo os mais importantes, pois ocorreram de forma circunscrita aos âmbitos municipal e estadual. Foi a eleição presidencial de 1989 que representou, sem dúvida, o marco de um novo tempo na política.

Diante desse novo cenário, uma questão importante se coloca: que tipo de eleitor floresceu com a redemocratização iniciada após a decadência do *regime empresarial-militar*? Para responder a esta questão, é inevitável um mergulho, mesmo que panorâmico, nas conexões entre comunicação e política, porque a importância da mídia nos processos eleitorais provocou alterações relevantes no jogo político e eleitoral.

E para melhor situarmos o momento inaugural dessa interação comunicação-política, é preciso retornar à Grécia Clássica, mais precisamente a Atenas do século V a.C. É nela que surge o entrelaçamento entre política e comunicação (RUBIM, 2000).

O termo *política* deriva do adjetivo *politikos*, originado de *pólis*, e se consolida na *Política*, de Aristóteles (1985), obra que inaugura uma reflexão mais aprofundada acerca dessa nova área do saber (BOBBIO, 2004). A retórica, inventada pelos sofistas, surge como técnica de convencimento por intermédio de mecanismos de persuasão discursiva. Nesse momento, portanto, a comunicação já é a forma de

expressão da política, o elemento que conchama os cidadãos para um debate público visando a criar e implementar alternativas de governo.

Não cabe, no limite deste trabalho, descrever nos seus mínimos detalhes todo o desenlace histórico desta interação comunicação-política. Basta apontar, como sugere Rubim (2000), que o elemento que caracterizou essa interação foi o da instrumentalidade. Ou seja, a comunicação sempre foi vista como um instrumento do campo político. Nessa perspectiva, tanto os jornais que proliferaram em torno da Revolução Francesa e das suas lideranças envolvidas no processo quanto os pasquins políticos do século XIX no Brasil, por exemplo, atuavam como meros amplificadores das opiniões e ideias políticas e não como meios submetidos a alguma lógica oriunda da comunicação, a não ser aquela elementar que naturalmente garantia a comunicabilidade. A rigor, tais publicações caracterizam-se, antes de tudo, como extensões da dinâmica política, e somente nessa operação podem ser analiticamente elucidadas.

Evidentemente, a prática política dos gregos apresentou acentuadas limitações. O caráter excludente de sua democracia mantinha a maioria da população excluída da política, pois esta era restrita somente aos homens livres nascidos na cidade-estado. Na prática, essa mesma exclusão atravessou todo o período medieval e pré-moderno.

Tal lógica foi sendo paulatinamente superada no mundo moderno com a conformação de um campo político (BOURDIEU, 1989) e com o seu aperfeiçoamento no contemporâneo, no plano formal e legal. A partir da ilustração, com a difusão do liberalismo político, instalaram-se formalmente os direitos individuais e civis. É importante salientar que esse liberalismo não aparece de forma simultânea à democracia, pois, inicialmente, ele só reconhece os proprietários como cidadãos, construindo uma *democracia das elites* (RUBIM, 2000). Foi a partir das lutas de trabalhadores e de outros segmentos (classes médias, mulheres, negros etc.) que a política começou a ser ampliada, sobretudo com o sufrágio universal, com liberdade de

organização associativa e partidária, que são, sem dúvidas, alicerces da sociedade civil.

Como bem assinala Rubim (2000, p. 21),

[...] a possibilidade de ampliação da política e da democracia não foi dádiva das classes dominantes. Em verdade resultou dessas imensas lutas, que não podem nem devem ser esquecidas. Elas representam conquistas duramente arrancadas às classes dominantes.

O século XX possibilitou a realização da socialização da política e a inauguração da democracia ampliada de massas. Apesar dessa ampliação dos direitos democráticos, há ainda muitas limitações no que tange à participação plena dos cidadãos na política por conta das desigualdades imanentes ao próprio sistema capitalista.

Joseph Schumpeter (1984, p. 234), no clássico *Capitalismo, socialismo e democracia*, chega a salientar o seguinte:

[...] democracia não significa e não pode significar que o povo governe em qualquer dos sentidos óbvios de “povo” e de “governo”. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que devem governá-lo [...]. Assim um aspecto disto pode ser expresso dizendo-se que a democracia é o governo dos políticos.

Não é outro raciocínio o de Bonfim (2004, p. 78), ao discorrer acerca dos dilemas e das limitações da democracia brasileira:

Há, contudo, para além da discussão sobre as características da democracia brasileira contemporânea, [...] uma dificuldade a ser enfrentada. O aspecto participativo da democracia brasileira, presente tanto na atividade partidária clássica, mas sobretudo na organização dos movimentos sociais, ainda parece acanhado

e insuficiente para fazer funcionar a contento todo o aparato institucional construído para absorver esta organização. Em outras palavras, os elementos básicos de nossas culturas cívica e política ainda refletem enormemente as condições autoritárias e hierárquicas que marcaram nossa chegada ao mundo e valores modernos.

Como sabemos, a democratização que se iniciou com a restauração do governo civil não foi produto de uma ruptura com a antiga ordem. Isso significa dizer que a reconstrução do sistema político se deu através de acomodações e entrelaçamentos de práticas e estruturas novas e antigas, combinação essa que estruturou as opções e estratégias seguidas pelos principais atores do processo político (KINZO, 2001).

Pierre Bourdieu (1989) afirma que o *capital político* está concentrado nas mãos de um grupo muito restrito e selecionado de pessoas. Com isso, o exercício direto da política passa a não ser mais a atividade pertinente a todos os cidadãos, mas a um número muito pequeno de profissionais da política. O campo da política congrega estados, parlamentos, partidos, dimensões públicas, opinião pública, eleições e políticos profissionalizados, com a finalidade de governar a sociedade. Nesse novo cenário, o indivíduo com maior capacidade de agregar em torno de si os melhores atributos enquanto um agente político tende a receber o maior número de votos, independentemente de sua filiação partidária ou perspectiva ideológica.

Esta rápida visitação por alguns aspectos da configuração e autonomização do campo político pode nos dar pistas para o entendimento do perfil do atual eleitorado brasileiro. O novo quadro multipartidário possibilitou, além da fragmentação partidária, o retorno do personalismo. A anistia e o processo de redemocratização redundaram no regresso à cena política de antigas lideranças personalistas como Brizola (eleito governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982) e Jânio Quadros (eleito prefeito da capital paulista em 1985),

além de vários outros. Ocorreu também o surgimento de novas lideranças personalistas regionais e nacionais, formadas nas estruturas dos antigos partidos, como Orestes Quéricia e Paulo Maluf. As novas condições políticas e as enormes facilidades para a criação de novos partidos, permitidas pela legislação eleitoral a partir de 1985, mais as regras eleitorais, que tendiam à prevalência do indivíduo, tornaram possível que personalidades políticas voltassem a utilizar legendas de forma meramente instrumental.

Assistiu-se, dessa forma, a lideranças mais fortes que os partidos por elas criados. Algumas, utilizando siglas até então inexpressivas, obtiveram resultados eleitorais extremamente favoráveis em várias eleições, enquanto os principais partidos brasileiros tiveram, em importantes ocasiões, um desempenho muito ruim nas urnas, vide eleições de 1989.

É importante salientar, entretanto, que votar em função do candidato não significa, necessariamente, um retorno ao mesmo personalismo anteriormente existente. Nas palavras de Silveira (1998), não se trata mais de um personalismo na antiga acepção de uma identificação durável em função de fidelidade, paternalismo, tradição, veneração e devoção pessoal. Embora alguns desses aspectos possam até pontualmente existir, esse personalismo possui características efetivamente novas: grande parte do eleitorado que atualmente vota em função do candidato estabelece relações de identificação pontuais, efêmeras, voláteis, definidas eleição a eleição, tendo em vista atributos dos candidatos percebidos através de construção midiática.

As campanhas eleitorais modernizadas desenrolam-se tendo como pano de fundo sociedades *espetacularizadas* ou até mesmo *estados espetacularizados* (SCHWRTZENBERG, 1978 *apud* RIBEIRO, 2004). Nesse universo, a imagem televisiva é o liame principal entre o indivíduo e o mundo real, constituindo-se, com sua linguagem artificial, fragmentada, em forma de espetáculo, em poderoso modelador de fenômenos sociais e políticos, que passam a ter a necessidade de se adequar à sua estrutura. Assim, segundo Sartori (2001 *apud* RIBEIRO,

2004, p. 28), a televisão é não só um instrumento de comunicação, mas também um organismo antropogenético, na medida em que molda os indivíduos e, sendo instrumentalizada eficazmente, acaba impondo aos dominados a visão de mundo dos dominantes.

A centralidade da mídia como elemento de mediação alterou o modo de fazer política, já que seus agentes tiveram que se amoldar à linguagem televisiva e ao uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e específicas, sob pena de situarem-se em oposição marginalizada no jogo político (RIBEIRO, 2004). Por esse motivo, alguns autores já chegaram a falar em uma completa substituição dos partidos pela televisão, uma visão excessivamente pessimista com a qual esta pesquisa não se coaduna, já que existem determinadas funções nas quais a televisão não conseguiu substituir os partidos, tais como a de traduzir interesses e demandas societárias em políticas públicas exequíveis e implementar o governo representativo, ou seja, representar o cidadão nas arenas institucionais e exercer as funções legislativas e executivas (RIBEIRO, 2004). Mas não se pode negar que mesmo essas funções que continuam sendo dos partidos sofrem muitas influências diretas da imprensa.

É evidente que ainda existem muitos políticos ou partidos que permanecem fazendo uso da intuição ou do *achismo* em campanhas eleitorais. Mas não se pode negar que a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação abriram as portas para a utilização cada vez mais ampliada da propaganda, mesclada às técnicas de marketing, com o intuito de promover imagens de candidatos diante do eleitorado. É óbvio que a utilização da propaganda como forma de divulgar ações políticas ou governamentais não é inédita no Brasil, a partir da última onda de redemocratização. Se a história mundial nos apresenta alguns exemplos do uso de meios propagandísticos na política, como Goebbels, na Alemanha; Eisenhower, nos Estados Unidos, também há casos nacionais que, sem dúvida, marcaram época, tais como o de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Um caso interessante ocorreu em terras capixabas entre as décadas de 1950 e 1960: refiro-me à campanha de

Francisco Lacerda de Aguiar, que utilizou sacadas de comunicação de alto efeito, decisivas para interromper a trajetória política da mais longa oligarquia do Estado¹⁵. Mas esses episódios não eram comuns, pois as campanhas eleitorais tradicionalmente eram feitas basicamente “por meio de contatos imediatos entre candidato e eleitor, em um corpo a corpo eleitoral que se materializava em atividades como comícios, carreatas, caminhadas, confraternizações, reuniões ou panfletagens, etc.” (RIBEIRO, 2004, p. 38). No caso dos partidos de massa, poder-se-ia contar com militantes, quadros partidários e voluntários como força de trabalho para as atividades de campanha.

Porém hoje o cenário é outro. Segundo Ribeiro (2004), à proporção que as sociedades ocidentais convertem-se em sociedades midiáticas, que os meios de comunicação e, em especial, a televisão passa a representar a arena mais importante da disputa política, passa a prevalecer aquilo que se convencionou chamar de formas modernizadas de campanha eleitoral. Nelas,

[...] contrata-se um batalhão de profissionais, muito além de publicitários: relações públicas, preparadores de terreno¹⁶, coletores de fundos, especialistas em pesquisas de opinião, demógrafos, estatísticos, cientistas políticos, sociólogos, especialistas em informática, dentre outros (RIBEIRO, 2004, p. 39).

15 Até 1954, Francisco Lacerda de Aguiar era praticamente desconhecido em nível estadual e federal. Havia sido prefeito de Guacuí e deputado federal, ambos os mandatos inexpressivos. Surpreendentemente, Lacerda de Aguiar ou Chiquinho, como era popularmente denominado, acabou saindo vencedor, fazendo uso de sofisticadas e inovadoras técnicas de comunicação. Venceu o candidato do PSD, partido que reunia as principais lideranças políticas do Espírito Santo daquele momento. Para mais esclarecimentos ver: MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. *Século Diário*, Vitória, p. 24-26, abr. 2002.

16 São profissionais que chegam antes do candidato aos locais de visita para organizar a imprensa, verificar a segurança, preparar a estrutura física, dentre outros trabalhos.

A utilização em larga escala desses profissionais relegou a segundo plano os militantes, os quadros partidários e os voluntários. Esse fato contribuiu ainda mais para o enfraquecimento dos partidos.

As técnicas de marketing mais utilizadas por publicitários e suas agências tornaram as campanhas eleitorais baseadas muito mais na emoção do que na argumentação crítico-racional como forma de convencimento do eleitorado. Em geral, o que ocorre é a adaptação do perfil e do discurso dos candidatos ao *cenário de representação da política*, que, segundo Almeida (2001, p. 10), seria “o cenário simbólico no qual a disputa política se desenvolve”, isto é,

[...] atitudes, intenções, fatos já acontecidos (por exemplo, a pesquisa de boca de urna que capta o voto já dado pelo eleitor), audiência e frequência da mídia, imagem de políticos, popularidade de líderes, interesses, comportamentos, questões morais e éticas, boatos, emoções, medos, rejeições, simpatias, antipatias, gostos e outras preferências ou rejeições subjetivas de difícil definição.

Tudo isso é captado pelas pesquisas de opinião¹⁷, que são consideradas fundamentais numa campanha eleitoral modernizada, uma vez que são elas que fornecem esse conjunto de informações que permitem desenvolver, manter ou alterar ações e estratégias de marketing.

Uma vez constatado o *cenário de representação da política*, os profissionais da área de marketing eleitoral passam então a elaborar a estratégia de uma determinada campanha. Isso, segundo Manhanelli (1988), se dá partir de três leis básicas que explicam o comportamento típico dos eleitores:

17 Foge dos propósitos deste trabalho adentrar no debate acerca da questão da opinião pública. Para mais esclarecimentos ver: ALMEIDA, Jorge. **Marketing político**: hegemonia e contra-hegemonia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Xamã, 2002.

1. Lei da indiferença: refere-se àqueles eleitores que estão indecisos e que se mostram indiferentes, ou seja, que não notam e/ou não fazem força para notar o que se passa a seu redor;
2. Lei da procrastinação: diz respeito à maioria dos eleitores, que deixa para decidir em quem votar nos últimos momentos antes do pleito eleitoral;
3. Lei da efemeridade: afirma que, durante as campanhas eleitorais, as pesquisas demonstram a existência de oscilações da opinião do eleitorado, mostrando a mudança da intenção de voto. Qualquer acontecimento, fala ou ação do candidato pode influir na decisão final.

De fato, nota-se com muita frequência o grande crescimento da instabilidade e da volatilidade eleitoral nas eleições a partir dos anos 1980, tornando-se constantes os comportamentos mudancistas e contraditórios do ponto de vista de uma lógica política. Tais comportamentos são relativos a eleitores que mudavam o voto de uma direção para outra, eleitores que mudavam a intenção de voto durante a campanha e, principalmente, nos últimos dias, eleitores que, numa mesma ocasião eleitoral, escolhessem para os cargos em disputa candidatos cujos partidos e propostas eram totalmente diferentes, configurando o chamado *voto frankenstein*, que combina escolhas politicamente díspares. Nesse novo momento eleitoral, os eleitores fazem suas escolhas pautados não em aspectos de identificação partidária, inserção socioeconômica e/ou critérios ideológicos, mas em função de elementos pontuais, relativos às imagens dos candidatos, em função das qualidades pessoais desses.

A vitória de Collor, em 1989, é exemplar nesse sentido. Tratava-se de um candidato relativamente desconhecido, que conseguiu, durante a campanha, conquistar a simpatia e a preferência dos eleitores, a partir das características simbólicas exibidas na campanha. Igualmente ocorreu bom exemplo no pleito de 1994, quando a imagem do Fernando Henrique Cardoso foi fortemente associada

ao sucesso do Plano Real. Além disso, associou-se (até hoje isso tem alguma importância) Fernando Henrique aos atributos de uma pessoa culta, falante de vários idiomas, madura, experiente. Ou, ainda, no caso da vitória de Albuíno Azeredo para governador, em 1990, a primeira grande campanha modernizada do Espírito Santo.

A partir dessas e de outras várias constatações, pode-se considerar que a construção da imagem tem se mostrado fundamental nos juízos sobre política e nas decisões eleitorais. O campo político vem integrado à esfera da comunicação, entendida, como sugeriu Antônio Albino Canelas Rubim (2000, p. 73), como

[...] um universo que reúne os meios em suas diversas modalidades (jornais, revistas, rádios, televisão, cinemas, redes de informática, etc.); organizações derivadas (assessorias de imprensa e de marketing, agências de relações públicas, publicidade e propaganda, institutos de sondagem e opinião), além de profissionais da comunicação, linguagens próprias com o objetivo de dar visibilidade à sociedade, em seu conjunto, valores específicos e a visibilidade como seu princípio de legitimidade.

Constituídos nessa perspectiva, tais campos, sempre integrados no contexto societário, adquirem e desenvolvem poderes, modelados em diferenciadas modalidades de realização.

Durante as décadas de 1980 e boa parte dos anos 1990, a única exceção à tendência geral observada foi o PT, que mantinha um nível médio de eleitores. Em 1989, o partido ainda tinha uma expressão eleitoral relativamente pequena, muito inferior à proporção de votos obtida no primeiro turno das eleições presidenciais (17,1%). Contudo, as taxas de identificação partidária do PT, que, de modo geral, sempre se mostraram relativamente elevadas, chegaram a 15,6% em 1989 (SILVEIRA, 1998). Não podemos negar que a imagem do candidato Lula também foi importante para a votação obtida. Houve uma associação muito grande entre a imagem do candidato e a imagem

do partido. Mas o PT se distinguiu dos demais partidos por conta do elemento propriamente partidário, o que foi indicado pela elevada proporção de preferência pela agremiação. Mas isso também veio a se modificar nos anos posteriores, pois o partido passou a fazer uso sistemático do marketing eleitoral para a obtenção de sucesso nos pleitos, fato que culminou em profundas modificações na sigla.

Essa reflexão será complementada com uma análise da relação entre esta nova forma de fazer política e o neoliberalismo, presentes no início do terceiro capítulo deste livro. Por ora, é importante, depois dessa explanação, destacar que o partido político, num sentido genérico, será entendido aqui em duas acepções básicas: em primeiro lugar, partido é criado para ser uma estrutura de interação entre cidadão e Estado. Ou seja, partidos têm, em tese, como principal atribuição servir de canal mediante o qual as demandas da sociedade tenham expressão e possam ser traduzidas em políticas públicas. Em segundo lugar, o partido é uma organização que estrutura a escolha pelo voto, ou seja, é a única organização que compete por votos no mercado eleitoral. Por isso, aliás, como sugere Epstein (1982), partidos não são uma condição suficiente para a democracia, mas uma condição necessária. Kinzo (1993, p. 3) complementa essas duas acepções da seguinte forma:

O partido político é crucial não apenas por ser um canal de comunicação entre cidadãos, líderes organizacionais e detentores de posições no governo, mas também porque proporciona a esses atores uma base para interação, bem como para a cooperação entre legislativo e executivo, e entre instituições e lideranças nacionais, estaduais e locais. Além disso, o partido político é um fórum no qual grupos podem apresentar suas posições e pressionar em favor de políticas específicas ou de candidaturas a cargos públicos. Neste sentido, o partido político se constitui também em uma arena para o desenvolvimento de negociações e compromissos políticos [...].

Portanto, a relevância dos partidos para a consolidação de um sistema político democrático decorre de pelo menos quatro funções:

1. Estruturar a participação popular;
2. Conferir inteligibilidade ao processo eleitoral, propiciando aos cidadãos algum grau de controle sobre os eleitos;
3. Organizar a competição de diferentes grupos pelo poder;
4. Estimular a negociação política e a construção de consensos.

Entretanto, pode-se constatar, com a explanação, e esse foi o objetivo desta seção, que três principais fatores impedem que as agremiações partidárias desenvolvam as funções apontadas: a experiência da cultura política brasileira, que sempre desestimulou o fortalecimento de partidos; a força do Estado no processo de formação de quase todos os sistemas de partidos desde a independência; e, por fim, a nossa estrutura político-institucional, que também tem afetado negativamente o desenvolvimento do sistema partidário. Toda essa ordem de coisas torna o processo político muito pautado no indivíduo, fato que cria a necessidade de se recorrer aos recursos de propaganda.

O presente trabalho discute em que medida o Partido dos Trabalhadores, que inicialmente era um partido extremamente diferente dos demais, sofreu mudanças no seu interior por conta de toda essa ordem de coisas, transformando-se em um partido muito semelhante aos outros.

Capítulo 2

A formação do sistema partidário no Espírito Santo e a conjuntura político-eleitoral de 1982-1992: a hegemonia PMDB e o PT contra a ordem

lembramos então, em primeiro lugar, que as instituições políticas são obra dos homens (embora vez por outra se ignore a proposição), devendo a origem e a existência inteira à vontade humana. Não acordaram os homens em manhã de estio para com elas deparar completas. Nem se assemelham às árvores que, uma vez plantadas, estão sempre a crescer enquanto os homens estão a dormir. Em qualquer estado de existência são o que são pela atuação voluntária do homem.

John Stuart Mill

Neste capítulo, as atenções estarão voltadas, inicialmente, para a análise da formação do sistema partidário, no Espírito Santo, e para o desfecho do processo de distensão lenta, gradual e irrestrita ao término do regime militar. Em seguida, serão analisados os processos eleitorais ocorridos a nível estadual entre os anos de 1982-1992, momento iniciado pela ascensão, seguido pelo apogeu e concluído pelo ofuscamento de um partido dominante (PMDB) em circunstâncias de fragmentação partidária e ideológica no modelo de representações políticas, atentando para o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores. A reflexão será feita à luz dos regimes anteriores, em especial do período 1946/1964 e do Regime Militar, já que os três sistemas guardam uma semelhança fundamental: a dispersão dos votos em pequenos municípios. Como já observado, os pleitos municipais e as eleições proporcionais serão mencionados sem maiores aprofundamentos, posto que seria impossível realizar um trabalho de tamanha envergadura em tão pouco tempo e espaço.

Como se sabe, todo processo eleitoral é extremamente nebuloso, e isso desde as articulações e debates visando à definição das candidaturas, passando pela formação das chapas, até o próprio processo de disputa. Diante disso, este trabalho não tem a pretensão de exaurir o assunto, mas sim apontar, dentro do conjunto de variáveis que podem ser aventadas em um pleito, alguns aspectos que consideramos pertinentes para a análise como um todo.

Neste capítulo, assim como no posterior, utilizar-se-á como referência básica a escassa bibliografia disponível acerca do assunto e fontes primárias de diversas naturezas, principalmente jornalísticas, em especial o jornal *A Gazeta*¹⁸ e alguns periódicos. Far-se-á uso

18 A preferência pelo jornal *A Gazeta* se deve a diversos fatores. Em primeiro lugar, foi o que mais deu cobertura aos processos eleitorais do período considerado. O jornal *A Tribuna* adotava um modelo editorial que se dedicava a cuidar de notícias de polícia e morte, linha que não atendia todos os públicos (SILVA; MINGO, 2003). Por isso, durante boa parte da década de 1980, era um jornal

também das resoluções dos Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores, além de fontes quantitativas, como dados do TRE-ES, do TSE e do IBGE.

2.1. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS DO ESPÍRITO SANTO

O Espírito Santo é um estado da Região Sudeste, cuja população atual é estimada em 3.408.365 habitantes, distribuídos em 78 municípios (ESTIMATIVAS..., 2005). Apesar de estar situado na região com maior prosperidade econômica e ao lado dos três principais estados do país, o Espírito Santo ainda não ocupa uma posição tão privilegiada. Sua participação no PIB¹⁹ nacional representa apenas 1,95%, estando o estado posicionado em 13º lugar no *ranking* nacional, enquanto os seus vizinhos de região, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais ocupam o 1º, 2º e 3º lugares, respectivamente (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES [IJSN], 2004). O Espírito Santo passou a ter mais importância a partir da década de 1970, sobretudo com a instalação de grandes empreendimentos industriais, com o incremento do terceiro setor (PEREIRA, 1998) e, mais recentemente, com a descoberta de importantes jazidas petrolíferas na sua região marítima.

Por suas próprias características socioeconômicas, o estado não acompanhou o dinamismo da Região Sudeste, mantendo suas tendências de industrialização atrasada e dinâmica menos intensiva (SIQUEIRA, 2001). Talvez em decorrência de sua inexpressiva

pouco vendido. Além disso, o grupo Nassau, proprietário da Rede Tribuna, cobriu boa parte das eleições, principalmente a de 1982, de forma muito semelhante ao jornal *A Gazeta*. Por fim, naquela década, o jornal teve uma grave crise que levou à ocorrência de diversas greves e culminou com o seu fechamento entre os anos de 1984 e 1987. Por todos esses problemas, o jornal *A Gazeta* acabou quase monopolizando a imprensa escrita no Espírito Santo no período.

19 PIB significa Produto Interno Bruto. Esse dado representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região.

força política dentre as demais unidades da Região Sudeste, o Espírito Santo passava despercebido no grande mapa do Brasil e era aliado das decisões da política e economia nacional. Essa situação levou o Estado, nas palavras de Maria da Penha Smarzarzo Siqueira (2001), a uma posição indefinida e desfavorável, entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina. Da mesma forma, não participava da capitalização do sul nem das reivindicações do nordeste.

Durante a maior parte de sua história, o Espírito Santo baseou suas atividades econômicas na produção cafeeira, seguindo um modelo primário-exportador, com relações de produção de predomínio familiar, desenvolvidas em pequenas propriedades. Essa situação permaneceu até no final da década de 1950, momento em que, no Brasil, já prevaleciam relações de produção capitalistas (RIBEIRO, 2005; SIQUEIRA, 2001).

Essa estrutura agroexportadora só foi modificada nos anos 1960, quando a economia passou por uma intensa transformação, provocando mudanças radicais no quadro socioeconômico estadual. Nesse processo, a crise do café, motivada pelo declínio dos preços relativos e pelos programas de erradicação, foi decisiva no processo de mudança (SIQUEIRA, 2001).

Conforme Pereira (2004) e Silva (1995), o atraso do Espírito Santo em se inserir no processo de industrialização do Brasil foi um dos grandes responsáveis por manter a principal marca de sua estrutura político-partidária: o caráter profundamente oligárquico. Isso é corroborado pelo fato de que, até o atual momento, mesmo com o grande processo de urbanização pelo qual o estado passou, mais da metade do eleitorado capixaba se encontra no interior, ou seja, o tipo de distribuição geográfica do voto contribui para a manutenção de certos expedientes tradicionais da política brasileira.

De 1945 até 1989, o Espírito Santo representava, em média, 1,7% da população total do Brasil e a mesma proporção em eleitores. Em

1982, a região da Grande Vitória²⁰ possuía 37,4% do eleitorado. Os cinco municípios da Região Metropolitana, aliados aos de Colatina, Cachoeiro e Linhares, somavam cerca de 53% dos eleitores²¹. No ano de 1990, essa realidade não se modificou muito: a Grande Vitória representava cerca de 39,8% do eleitorado total (PEREIRA, 2004). Percebe-se que a esmagadora maioria dos municípios²², no período considerado, possuía pequenos volumes de votos, caracterizando a situação de alta dispersão (PEREIRA, 2004).

Tabela 1 – Relação entre População e n.º de eleitores do Espírito Santo – 1982-1991

n.º	N.º de habitantes	% Brasil	N.º de eleitores	% Brasil	N.º de eleitores/N.º de habitantes (%)	Nº de Eleitores da Grande Vitória (%)
1982	2.121.229	1,7	968.882	1,6	45,7	37,4
1986	2.334.546	1,7	1.159.546	1,7	49,7	38,2
1989	2.449.103	1,7	1.407.759	1,7	56,3	39,8
1991	2.598.231	1,8	1.453.925	1,7	55,9	-

Fonte: Vieira (1993)

20 Na época, a Grande Vitória era composta por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Posteriormente, os municípios de Guarapari e Fundão foram incorporados, mas para efeito de análise não serão considerados nesta seção.

21 GRANDE Vitória tem 37,4% do eleitorado capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p.06, 21 out. 1982.

22 O número de municípios que o Espírito Santo possuía era de 57 em 1982. Em 1990, esse número passou a ser de 67, chegando ao número de 77 em 1998.

Essa característica se manteve mesmo com o fomento do processo de industrialização e urbanização verificado nos últimos anos e com a concentração populacional na região metropolitana²³. Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que deseje obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior, coisa difícil de conseguir por elementos ideológicos. Na prática, a principal estratégia para se formar um bloco hegemônico, ao longo do tempo, tem sido a articulação de alianças entre lideranças locais dos municípios mais importantes.

Em outras palavras, o desenho de partido que se institucionalizou no Espírito Santo permaneceu pautado em lideranças cujos interesses são eminentemente pessoais, ou seja, o projeto pessoal se sobrepõe ao coletivo.

O estudo realizado por Silva (1995) a respeito da necessidade de se articular com líderes locais para angariar os votos do interior do estado é exemplar. Ela defende a tese de que o Espírito Santo, que teve sua ocupação iniciada no século XVI, pelos lusitanos, teve muitas dificuldades de integrar suas quatro principais regiões, a da capital e suas imediações, o sul, o norte e a região serrana. Segundo a interpretação da autora, com o passar do tempo, interesses muito divergentes estabeleceram-se em cada uma delas: a aristocracia cafeeira do sul, pequenos proprietários enquadrados numa agricultura familiar e imigrantes alemães e italianos na região serrana, a elite comercial e os burocratas na capital, aos quais se uniriam mais tarde os madeireiros e cafeicultores. Com essa divisão, a estabilidade política do

23 O processo de industrialização do Espírito Santo se deu à luz da desestruturação da economia cafeeira e de deslocamentos sucessivos e constantes de populações de áreas rurais para urbanas. As cidades, lócus de atração, pois oferecem mais oportunidades de vida, acabam por se transformar em centros de reserva de mão de obra mal remunerada, contribuindo para a formação de favelas cujas condições de sobrevivência são subumanas. A esse respeito, ver: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarzo. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da grande Vitória, 1950-1980. Vitória: Edufes, 2001.

Estado dependeria da capacidade de se articular com esses grupos locais, com seus respectivos interesses.

No regime democrático dos anos 1945-1964, objeto de estudo de Silva (1995), foi o PSD, o partido que mais teve a capacidade de aglutinar essas diversas forças em disputa. Nas duas vezes em que o partido saiu perdedor no período, exatamente em 1954 e 1962, quando Chiquinho²⁴ foi eleito, a derrota ocorreu justamente por conta de conflitos internos envolvendo Carlos Lindemberg e o ex-interventor de Vargas, Jones dos Santos Neves, que foram os dois principais elementos protagonistas da luta pelo controle da sigla.

As outras legendas importantes, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não conseguiram aglutinar os grupos que faziam oposição ao Partido Social Democrático (PSD). A UDN ficou sendo o segundo partido mais forte, e o PTB, que foi criado aqui no estado por um oficial da Polícia Militar, o que lhe deu um perfil conservador desde o início, não conseguiu lograr o mesmo êxito do partido em nível nacional (PEREIRA, 2004).

Pereira (2004, p. 103), acerca do período 1945/1964, chega à seguinte conclusão:

As oposições ao PSD eram formadas por partidos conservadores [...] entre os quais nenhum era suficientemente grande para se posicionar de maneira a hegemonizar (*sic*) o grupo” [...] Logo, o sistema partidário era nucleado em torno do PSD porque tanto a disputa interna quanto entre suas oposições se dava num espectro político muito estreito resumido ao conservadorismo [...].

Além disso, no mesmo estudo, Marta Zorzal e Silva (1995) chama atenção para dois tipos de comportamento que se destacaram nas articulações para a constituição dos diretórios partidários do período

24 Chiquinho era o apelido dado ao ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, figura extremamente carismática do cenário político capixaba.

democrático (1945/1964). Esses comportamentos, pelo menos em parte, se reproduziram no Espírito Santo, tanto no período da ditadura quanto no contexto da redemocratização. De um lado, observa-se que representantes de um mesmo grupo político abrigaram-se em legendas distintas, por exemplo, Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves, que ingressaram no PSD, e seus respectivos irmãos, Fernando Lindemberg e Guilherme dos Santos Neves, que ingressaram na UDN e no PTB, respectivamente; e, de outro, lideranças historicamente divergentes reuniram-se em um mesmo partido, tornando tais partidos extremamente divididos, como foi o caso de Atilio Vivácqua e Asdrúbal Soares, que ingressaram no PSD ao lado de Fernando Abreu, Carlos Lindemberg e Jones dos Santos Neves, seus inimigos políticos (SILVA, 1995), sendo que os dois últimos também se tornaram rivais.

Com a ditadura militar e a imposição do bipartidarismo em 1965, muitos dos membros da elite, que dominavam o cenário político do período anterior, foram eliminados politicamente. Apesar disso, a questão apontada no parágrafo anterior permaneceu. O velho PSD teve a maior parte dos seus quadros migrando para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e consigo levou os seus conflitos internos, os quais eram resolvidos, na maioria das vezes, pela intervenção de Brasília. Dentre os agrupamentos internos do partido, dois se destacaram: a *ARENA UM*, liderada por Élcio Álvares, que foi governador biônico entre os anos de 1975 e 1979; e a *ARENA DOIS*, que tinha como líder Eurico Rezende, sucessor de Élcio no governo do Estado. Além desses dois, figurou como membro da ARENA Gérson Camata, que, apesar de ter migrado para o MDB junto ao grupo no final da década de 1970, continuou ligado a Élcio Álvares.

Quanto à oposição oficial à ARENA, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reuniu todos aqueles que se opunham, de alguma forma, ao Regime Militar. Apesar de esse período demandar um estudo mais aprofundado, observa-se que durante parte da validade do regime, aparentemente, a rivalidade era maior entre os próprios arenistas do que entre ARENA e MDB.

Durante a vigência do bipartidarismo (1966-1979), a ARENA conquistou, no plano nacional, vantagens significativas sobre o MDB nas duas primeiras eleições – 1966 e 1970. Como já argumentado neste trabalho, a maré começou a virar em favor do MDB a partir das eleições de 1974, diante das crescentes insatisfações da sociedade brasileira com a repressão e com os rumos tomados pelo país, que amargava uma grave crise econômica na qual o dito *Milagre Brasileiro*, e a sua superficialidade, sucumbia ante a Primeira Crise Internacional do Petróleo (1973).

O pleito de 1974, realizado já no contexto do lento e gradual processo de abertura política iniciado pelo quarto presidente militar, o general Ernesto Geisel, acabou trazendo resultados surpreendentes para a oposição. O MDB quase duplicou a sua bancada na Câmara Federal, a qual passou, pela primeira vez, a ter uma distribuição de poder mais próxima a um autêntico sistema bipartidário. Nas eleições para o Senado Federal, o MDB elegeu praticamente o triplo do número de senadores eleitos pela ARENA (SCHMITT, 2000). Esse padrão mais ou menos se repetiu nas eleições de 1978, conforme pode ser constatado nas tabelas a seguir.

Tabela 2 – Representação na Câmara dos Deputados – ARENA-MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
ARENA	277	67,7	223	71,9	204	56	231	55
MDB	123	32,3	87	28,1	160	44	189	45
Total	409	100	310	100	364	100	420	100

Fonte: Schimtt (2000)

Tabela 3 – Representação partidária no Senado Federal – ARENA-MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
ARENA	18	81,8	41	89,1	6	27,3	15	65,2
MDB	4	18,2	5	10,9	16	72,7	8	34,8
Total	22	100	46	100	22	100	23	100

Fonte: Schimtt (2000)

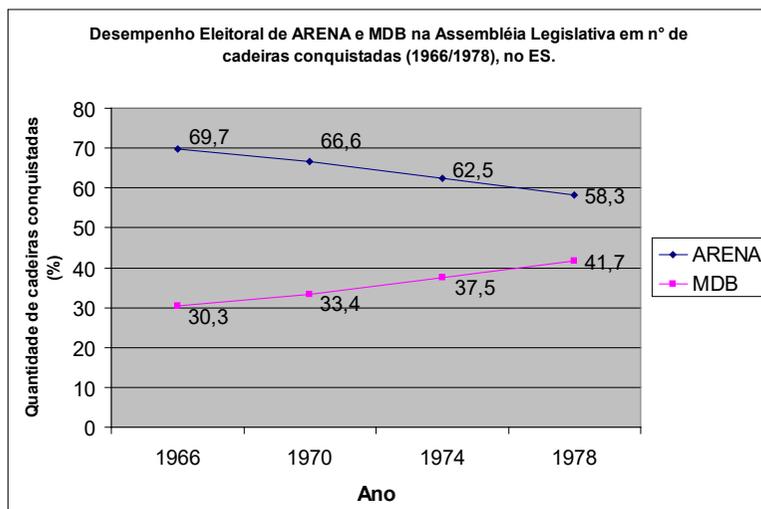
Esses resultados se repetiram, *grosso modo*, no Espírito Santo. Na tabela e no gráfico a seguir, pode-se observar o desempenho dos dois partidos nas eleições proporcionais para a Assembleia Legislativa. Nota-se que o MDB capixaba obteve um crescimento parecido, embora mais tímido, em comparação com o obtido pelo partido no plano nacional. Diante desse cenário, inicia-se um movimento por parte do governo visando a ofuscar os êxitos do MDB.

Tabela 4 – Representação Partidária na Assembleia Legislativa – ARENA-MDB (1966-1978)

PARTIDO	1966		1970		1974		1978	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
ARENA	30	69,7	14	66,6	15	62,5	14	58,3
MDB	13	30,3	7	33,4	9	37,5	10	41,7
Total	43	100	21	100	24	100	24	100

Fonte: Schimtt (2000)

Gráfico 1 – Desempenho eleitoral da ARENA e do MDB na Assembleia Legislativa em n.º de cadeiras conquistadas (1966/1978), no Espírito Santo



Fonte: TRE-ES (1966, 1970, 1974, 1978)

2.2 A ABERTURA POLÍTICA: NOVOS PARTIDOS NO PROCESSO ELEITORAL (1982)

No final da década de 1970, com a derrocada do Regime Militar e a consequente liberalização para a formação de novos partidos políticos, deu-se início à última onda de redemocratização.

O denominado processo de abertura lenta e gradual foi inaugurado no governo Geisel (1975/1978) e caracterizou-se pela contradição entre a política oficial de liberalização e a realidade da remanescente repressão política. De um lado, a política oficial de distensão deu aos setores de oposição mais espaço para se organizarem e maior possibilidade de êxito. Por outro, as pressões coordenadas por melhoria das condições de vida, fim da censura à imprensa e revogação da legislação repressiva intensificaram os temores dos setores mais estreitamente identificados com a linha-dura e com a doutrina de segurança interna. Consequentemente, o período foi de profunda incerteza, permitindo-se hoje atividades para desencadear amanhã o aparato repressivo em operações maciças em busca de detenção (ALVES, 2005)²⁵.

25 Nesse contexto, ocorreram dois dos vários casos que marcaram negativamente os *anos de chumbo* e que iriam aguçar ainda mais a contestação ao Regime: as mortes do jornalista Wladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho. Em setembro de 1975, as forças de segurança de São Paulo, comandadas pelo coronel Erasmo Dias, desencadearam uma operação militar denominada “operação Jacarta”. Wladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi uma das vítimas dessas manobras militares de repressão. No dia 24 de outubro, Herzog foi intimado a depor na sede do Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), onde morreu na tarde do mesmo dia. Segundo a versão oficial, ele cometeria suicídio, enforcando-se com sua própria gravata. Seu corpo foi enviado à viúva em caixão lacrado, sem maiores explicações. Ela foi ameaçada e advertida a não abrir o caixão. O sepultamento foi feito sob guarda militar. Com Manoel Fiel Filho ocorreu algo muito semelhante. Este morreu vítima de tortura, mas nos documentos oficiais constava como suicídio. Em ambos os casos, posteriormente, foi provada a farsa.

Visando diminuir a pressão da oposição e garantir que o processo de abertura em curso fosse lento e gradual, o governo estabeleceu, conforme já apresentado no primeiro capítulo, a Lei Falcão (n.º 6.339, de 1º de julho de 1976) e o Pacote de Abril (Emenda Constitucional n.º 8, de 14 de abril de 1977). Mas nem mesmo essas medidas foram suficientes para tranquilizar inteiramente o governo militar em relação à ameaça representada pelo MDB. Algo mais deveria ser feito para barrar o crescimento alcançado pela oposição nas últimas eleições. O bipartidarismo deixara de ser uma alternativa de organização política e institucional atraente para os estrategistas do regime militar. A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o já aludido caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas da ARENA. Dividir a oposição passara a ser cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000).

A partir de 1979, dois novos fatores políticos somaram-se aos motivos de ordem eleitoral para justificar a reforma do quadro partidário. O primeiro foi a decretação da anistia, com o conseqüente retorno ao país dos exilados políticos, restituindo, dessa forma, os direitos políticos daqueles afetados pelas arbitrariedades do regime autoritário, inclusive daqueles que haviam sido cassados. O outro foi a proliferação, a partir de meados da década de 1970, de organizações como associações de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos contra a carestia e, principalmente, organizações ligadas aos direitos humanos. A conjunção dessas circunstâncias tornava impraticável a permanência de apenas duas agremiações partidárias.

Assim, visando barrar o avanço da oposição, o governo decretou, em 1979, a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP), que extinguiu o bipartidarismo e provocou uma reformulação partidária, abrindo a possibilidade para a formação de vários novos partidos. A intenção era dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando e aguçando as suas várias divisões internas existentes. O

objetivo fundamental era destruir esse mesmo partido, que estava se tornando um partido extremamente popular.

O quadro político-partidário que floresceu no Espírito Santo, no contexto, foi reflexo daquilo que ocorreu a nível nacional. As principais agremiações também se fizeram representar em solo espírito-santense.

Assim, da ARENA surgiu o Partido Democrático Social (PDS), que, no novo quadro partidário, continuou sendo aquela agremiação posicionada naquilo que se convencionou chamar de direita do espectro político. Ao contrário dos emedebistas, que trataram de assegurar a continuidade do partido conservando o seu nome, os arenistas buscaram se desfazer de sua sigla impopular. Com a criação de novos partidos possibilitada pela reforma partidária, a ARENA não só mudou de nome, como também perdeu numerosos membros, que deixaram o partido para se integrar, em sua maioria, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o Partido Popular (PP). No entanto, com a incorporação do PP ao PMDB²⁶, em consequência dos obstáculos criados pelo chamado *Pacote Eleitoral*, de novembro de 1981, que diminuíram drasticamente as chances eleitorais do novo partido, muitos daqueles ex-arenistas e ex-pepistas foram parar no PMDB. Foram membros fundadores do PDS, no Espírito Santo, tradicionais nomes do cenário político, bem como membros de famílias tradicionais capixabas, como Theodorico de Assis Ferraço, Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen, o então governador Eurico Rezende, José Carlos da Fonseca, João Calmon (que depois foi para o PMDB), Lúcio Merçon, Juarez Martins Leite, Moacir Dalla, além dos ex-governadores Élcio Álvares, Cristiano Dias Lopes Filho, Francisco Lacerda de Aguiar, dentre outros.

26 A incorporação do PP, por um lado, ajudou o PMDB, pois evitou que ocorresse aquilo que os militares pretendiam, ou seja, dividir a oposição, mas, por outro, trouxe inúmeros problemas para o PMDB do Espírito Santo, conforme veremos adiante.

A definição do candidato que iria concorrer às eleições de 1982²⁷ para governador começou a ser ensaiada no final de 1981, quando o então governador Eurico Rezende (PDS) recebeu os 88 membros do partido com direito a voto na convenção para indicar preferências (TRUNFOS..., 1982; A CRISE..., 1978). Nesse momento, apareceram as surpresas e os problemas, pois foram sugeridos oito correligionários pelo governador e, dentre eles, não estava Élcio Álvares, fato que acirrou ainda mais os conflitos entre elcistas e rezendistas, iniciados ainda na época da ARENA. O resultado dessa consulta apontou, nas quatro primeiras colocações, o deputado federal Theodorico de Assis Ferrazo em primeiro, o prefeito da capital Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen em segundo, o prefeito da Serra José Maria Feu Rosa em terceiro, ficando o empresário e ex-prefeito de Vitória entre 1971 e 1975, Chrisógono Cruz, em quarto (TRUNFOS..., 1982).

Como se percebe, a escolha do candidato pedessista ao governo foi toda conduzida pelo governador, acompanhada de uma exclusão premeditada do ex-governador Élcio Álvares, que insistia em se tornar candidato. Eurico exprimia em diversos pronunciamentos o retrato falado do seu sucessor, que deveria ter “inegável senso administrativo, temperamento político equilibrado, independência econômica e condições de dar continuidade as suas obras dentro de um plano de austeridade absoluta” (TRUNFOS..., 1982).

O primeiro colocado na lista, Ferrazo, não se encaixava nesse perfil, pois era visto como um homem irrequieto e estabonado (SUCESSÃO..., 1982). Os outros três pré-candidatos se enquadravam relativamente bem no contorno, com uma pequena vantagem

27 Nas eleições que ocorreriam em novembro de 1982 seriam escolhidos, além do governador, representantes para os cargos de vereador, prefeito, deputados estaduais e federais e senador. A população só não iria às urnas para escolher o presidente, fato que só viria a ocorrer em 1989, e para escolher prefeitos de capitais, consideradas áreas de segurança nacional, cujos pleitos se realizariam em 15 de novembro de 1985.

de Von Schilgen, considerado mais denso nas urnas (SUCESSÃO..., 1982; TRUNFOS..., 1982).

Nas eleições de 1982, portanto, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente o partido. Em convenção bastante questionada, a ala do partido capitaneada pelo então governador Eurico Rezende, escolheu Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (conhecido como Carlito) e José Maria Feu Rosa para candidatos a governador e a vice, respectivamente. Esse grupo ficou sendo conhecido como *PDS UM*. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silveira e Juarez Martins Leite protocolaram, no dia 1º de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS. Os dois deputados, sendo o primeiro presidente da Assembleia Legislativa, faziam parte de um grupo dissidente chamado de *PSD DOIS*, liderado pelo ex-governador Elcio Álvares²⁸.

O recurso especial, com 22 laudas datilografadas, protestava, em toda a sua redação, contra a forma como fora feita a convenção do PDS, pedindo a sua anulação. A base para tal protesto era o *Pacote*

28 A ARENA, que antecedeu ao PDS, sempre esteve muito longe de ser um partido homogêneo no Espírito Santo. Os conflitos entre os principais líderes do partido se acirraram no ano de 1978, no momento da escolha de João Batista Figueiredo para a sucessão presidencial que ocorreria no ano seguinte. Essa escolha dividiu grandemente a ARENA capixaba, fato que, segundo Maria D'Alva Kinzo (1993), também ocorreu a nível nacional. Outra questão que sempre trouxe muitas discordâncias na ARENA capixaba era a disputa pela Prefeitura de Vitória, que, durante o Regime Militar, tinha o prefeito indicado pelo governador por ser considerada área de segurança nacional. A leitura de diversas fontes nos leva a entender que a nomeação do prefeito da capital era uma forma de acomodar as divergências da própria ARENA, fato que gerava muitos conflitos, já que a administração da capital foi sempre um grande meio de promoção política. Em 1978, o então governador, Elcio Álvares, exonerou Setembrino Pelissari e colocou em seu lugar como prefeito seu fiel auxiliar Wander Bassini. Problemas como esses desencadearam muitas polêmicas e a saída de vários arenistas do partido. Um deles foi o próprio Gerson Camata, que saiu insatisfeito, dentre outros fatores, com a indicação de Figueiredo.

do *Presidente Figueiredo*, de dezembro de 1979, que, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, previa o indeferimento de chapas incompletas. A petição afirmava que as chapas apresentadas na 1ª convenção do partido só eram compostas por candidatos a governador e a vice, e que não haviam sido acompanhadas de candidatos a deputados estaduais e federais, além de nomes para o Senado (ADVOGADOS..., 1982). Toda essa polêmica durou até poucos dias antes do fim do prazo das inscrições, sendo ratificados os nomes de Carlito Von Schilgen para o governo e José Maria Feu Rosa para vice-governadoria, a contragosto dos elcistas.

Posicionando-se ao centro do espectro político, estava o PMDB, que substituiu o antigo MDB. Ao contrário do que aconteceu com o PDS, o PMDB tentou a todo custo manter a unidade e o rótulo de partido opositor. Entretanto, a definição do candidato para concorrer ao cargo de governador em 1982 não foi tranquila, na verdade, quase levou a uma divisão interna na agremiação. O senador Dirceu Cardoso aparecia como o principal nome para disputar o pleito, apesar de desconversar suas pretensões eleitorais. Além do senador, apresentavam-se como candidatos Gerson Camata e Max Mauro, que, embora fossem do mesmo partido, sempre tiveram muitas divergências (NO PMDB..., 1982). Resolvido o problema com Dirceu Cardoso, que decidiu não lançar o seu nome, as conversas intrapartidárias levaram à indicação como candidato ao governo do deputado federal o ex-arenista Gerson Camata, mas essa escolha não foi tranquila como parece ao primeiro olhar.

Durante o Regime empresarial-militar, Mauro era do MDB e Camata, da ARENA. Na fase final do regime, arenistas históricos, como aqueles que compunham o grupo de Camata, trocaram de uniforme, e sob o rótulo de *moderados*, fizeram juras pela redemocratização do Brasil no final dos anos 1970. Camata e Max Mauro disputariam dentro do PMDB, numa pré-convenção que seria realizada no dia 4 de abril de 1982 (SEPARAÇÃO..., 1987), para decidir quem figuraria como candidato ao governo. Embora tenha ocorrido uma

acirrada disputa, as fontes consultadas apontam para o fato de que houve um acordo pelo qual ficou definido que Camata seria apoiado por Mauro naquela eleição, e, em 1986, ocorreria o inverso. Isso se deu porque nos ombros de Mauro pesava a fama de ele ser um homem radical de esquerda. Além disso, prognósticos de importantes figuras do PMDB apontavam sua fraqueza eleitoral no interior do estado, e todos sabiam da importância de se obterem votos fora da Grande Vitória. Situação totalmente inversa era a de Camata e a do candidato do PDS, Carlito Von Schilgen. Tal fato levou, inclusive, figuras aliadas de Mauro a votarem em Camata, como Mário Moreira e Sérgio Ceotto (SEPARAÇÃO..., 1987). O que inicialmente levava a crer em um impasse grave foi, temporariamente, resolvido.

O principal problema do PMDB naquele pleito ficou por conta da escolha do vice-governador para compor a chapa com Camata, polêmica que deixou algumas marcas e contribuiu para grandes divisões após as eleições de 1982.

Três eram os candidatos que se apresentaram para a vaga de vice-governador: o ex-presidente do partido Mário Moreira, considerado o preferido de Camata e do Sul do estado; o empresário José Moraes, homem visto como dono de posições extremamente conservadoras (DEFINIÇÃO, 1982); e o próprio senador Dirceu Cardoso. Além desses, o suplente de deputado Gerles Gama também pleiteava ser candidato, mas foi logo persuadido por líderes do partido a desistir em nome da unidade partidária.

A Executiva Regional do PMDB delegou poderes a Camata para escolher seu candidato a vice-governador. O grande problema de Camata estava no receio de escolher uma dentre as opções que estavam postas e, com isso, dividir o partido. Prevendo que uma ruptura pudesse acontecer, Gerson Camata, em várias reuniões, pediu aos seus companheiros de partido que lutassem pela unidade partidária. O presidente estadual do partido, Max Mauro, também fez diversas vezes o mesmo apelo, quando solicitava que todos tentassem uma maior aproximação das correntes para que o partido pudesse sair unido da

questão da vice-governadoria (UNIDADE..., 1982). Durante todo o mês de julho de 1982, permaneceu o impasse. Camata conferia ao PMDB a missão de escolher o vice, e o PMDB, por sua vez, delegava essa incumbência a Camata, dando a ele, inclusive, carta-branca para escolher aquele que fosse de sua preferência. O grande problema estava no acordo feito com o extinto Partido Popular (PP)²⁹, que, ao se incorporar ao PMDB, teria o direito, pelo acordo firmado, de indicar o vice. Por isso, não abria mão de José Moraes, que ainda estava sendo ajudado pelo deputado federal e ex-prefeito de Guarapari Hugo Borges. Por outro lado, havia a necessidade de agregar forças no interior do estado, e Camata e o PMDB sabiam dessa necessidade estratégica, por isso aparecia o nome de Mário Moreira, que se tornou o preferido, uma vez que o então prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Gilson Carone, nome de maior consenso, não havia se desincompatibilizado, ao não renunciar ao cargo que ocupava.

Além disso, havia a direção progressista do PMDB, que era presidida por Max Mauro. As lideranças maxistas acreditavam que a chapa majoritária do partido poderia ficar muito à direita com o ex-arenista José Moraes, o que poderia propiciar um crescimento do PT e, consequentemente, enfraquecer o PMDB na sua condição de majoritário no campo da oposição (DEFINIÇÃO, 1982). A discussão para a escolha do candidato a vice se arrastou até o dia 18 de julho, quando se definiu por José Moraes, ex-pepista.

Embora o PMDB tenha conseguido se articular melhor no que tange ao quesito unidade partidária, algumas fissuras se tornaram evidentes. Mário Moreira, após o episódio, reclamou do seu esmagamento político e culpou o ex-PP, grupo de José Moraes. Max Mauro também não se sentiu satisfeito com o desenrolar das articulações, mas, em nome da unidade partidária, aceitou a disputa para deputado

29 Do extinto PP, que ingressou no PMDB em 1982, faziam parte, além de José Moraes: Luiz Batista, Hugo Borges, Ozéas Ximenes Monte, João Batista Motta, Martinho de Castro Machado, Maridéia Rosa Bitti, dentre outros.

federal e abraçou a candidatura Camata. Mas essa aparente afinidade não duraria para sempre, uma vez que, no decorrer da década de 1980, aumentaram as divergências entre os dois³⁰.

Também se posicionando no centro do espectro político, estavam outros dois outros partidos: o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que inicialmente lançou Augusto Calmon Nogueira da Gama como candidato ao governo, mas que na reta final mudou para Oswaldo Mármore; e o PTB, que ainda estava em processo de organização no estado e, por isso, não conseguiu lançar candidatos.

2.3 O PARTIDO DOS TRABALHADORES: DA FUNDAÇÃO À PRIMEIRA EXPERIÊNCIA NAS URNAS

O PT não quer reproduzir a experiência das elites brasileiras, que submetem os partidos aos governantes, e tampouco confunde o estado com o partido. Buscamos uma relação democrática, que preserve a autonomia administrativa e integre as diretrizes partidárias.

Partido dos Trabalhadores

À esquerda do cenário político estava o Partido dos Trabalhadores. A ideia de se criar um partido representativo dos trabalhadores remonta aos meados dos anos de 1970, momento marcado por altos níveis de industrialização e urbanização do Brasil, pela efervescência dos movimentos de massa e pela articulação dos trabalhadores como agentes políticos atuantes no processo de luta contra o estado.

30 Os conflitos internos do PMDB foram visíveis desde a sua fundação. Inclusive, essa constatação levou à assinatura da *Carta de Brasília*, ocasião em que todos os candidatos do PMDB a governadores firmaram um pacto de continuar no partido depois das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. O então candidato ao governo no Espírito Santo, Gerson Camata, também se comprometeu a segui-la. A ruptura explícita e definitiva entre Max Mauro e Gerson Camata será mais bem abordada à frente.

Nesse período ocorreram vários encontros de trabalhadores, que contribuíram para romper com a desmobilização da categoria. Dentre os mais conhecidos, podemos citar aquele ocorrido em Salvador/BA, no qual dirigentes sindicais dos petroleiros e da indústria petroquímica, com a presença de Lula e do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, elaboraram um manifesto em que solicitavam a imediata redemocratização do país, além de terem aventado a criação de um partido de trabalhadores. No mesmo mês, ocorreram, em Santos, o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria e o Encontro dos Sindicalistas Autênticos (LIMA, 1988 *apud* MARQUES, 2005). Ao mesmo tempo que a ação sindical crescia, a ideia de se formar um partido foi ganhando força pelo país. Além desses, vários outros eventos de diferentes movimentos sociais passaram a fazer menção à necessidade de criar um partido político que pudesse, de fato, representar a classe trabalhadora.

Mas, *grosso modo*, podemos afirmar que o PT surgiu no seio das lutas operárias do ABC Paulista e de lá se irradiou para o restante do país. Isso se deu, sobretudo, porque lá se encontrava a maioria de operários e sindicalistas do país (MARQUES, 2005). O ato nacional de fundação do Partido dos Trabalhadores ocorreu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, onde foi apresentado e aprovado o manifesto de lançamento. Em fins de maio do mesmo ano, foi organizada a Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de aprovar o programa e o Estatuto e oficializá-lo perante a Comissão Nacional Provisória³¹.

A formação do PT no Espírito Santo não foi muito diferente do que ocorreu a nível nacional. Resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, militantes de esquerda e cristãos progressistas. Convergir também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes

31 Acerca da formação do PT nacional, ler: Keck (1991), Marques (2005), Meneguello (1989).

de organizações populares, dentre outros grupos, mas o tripé sindicalistas-cristãos-esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o partido (AZEVEDO, 1995).

No decorrer do ano de 1979, ocorreram vários encontros visando à criação do PT regional. Desconsiderando as polêmicas em torno do assunto, a primeira reunião oficial, para a formação da primeira comissão provisória que dirigiria o partido no estado, ocorreu no dia 28 de janeiro de 1980, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, com a presença de importantes personalidades, como Rose de Freitas, Max Freitas Mauro e Nelson Aguiar, além de diversas lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja e sindicalistas (CIPRIANO *apud* PINTO, 2001; VIEIRA, 1993). Também compareceram Jacob Bittar e José Ibrahim³², lideranças do diretório nacional que vieram para colaborar na formação do PT no Espírito Santo.

Do meio sindical, despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vitor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia certa (ECOS..., 1982), e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista, despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada apareceu Perly Cipriano. As articulações levaram à escolha de Perly para se candidatar ao governo. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais, essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo³³.

32 O Partido dos Trabalhadores conseguiu formar comissões diretoras provisórias em 14 municípios capixabas: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Linhares, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Pinheiros, Aracruz, São José do Calçado e Nova Venécia.

33 Outros fundadores do PT no Espírito Santo, alguns dos quais membros do primeiro diretório, foram: Brice Bragrato, João Carlos Coser, Iriny Lopes, Magno Pires, Carlos Alberto Peixoto Lobo, Ângelo Pim, Floriano Vieira da Silva, Gilberto Álvares dos Santos, José Aguilar Dalvi, Aldemindo Gonçalves Pereira, dentre outros.

Mal havia se formado, o Partido dos Trabalhadores já enfrentaria o seu primeiro desafio: as eleições de 1982, que não marcariam somente o PT, mas também toda a sociedade brasileira e capixaba, que voltariam às urnas para escolher, depois de 18 anos, boa parte de seus governantes pelo voto. E não foram poucos os desafios com os quais o recém-formado partido se deparou. Muito pelo contrário. Naquele primeiro pleito, tudo parecia se voltar contra o PT.

Dois grandes temas dominavam o cenário político capixaba daqueles importantes momentos iniciais dos anos 1980: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava-se do processo de redemocratização do Brasil, que estava em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar-se, por parte do governo Figueiredo, o processo de distensão e destruição do chamado entulho autoritário, como a Lei Falcão, dentre outros casuísticos verificados a partir da ascensão do general Ernesto Geisel ao poder em meados dos anos 1970. Em segundo lugar, tema importante era o quadro de deterioração econômica pelo qual passava o Brasil e, principalmente, o Espírito Santo. Essa crise era reflexo de múltiplos fatores, principalmente as duas crises do petróleo de 1973/1979.

A economia capixaba sofria de modo especial, pois, até a década de 1960, baseou-se na produção do café. A erradicação dos cafezais, de 1964 a 1968, reduziu em cerca de 70% a área plantada, num total de 300 milhões de pés erradicados, e provocou um impacto social de 60 mil desempregados rurais, equivalendo a 200 mil pessoas que saíram do campo para a cidade, dos quais 120 mil dirigiram-se para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o estado (RIBEIRO, 2005). Apesar da criação de grandes projetos industriais, esse quadro levou ao surgimento de grandes bolsões de pobreza³⁴, sobretudo na região metropolitana.

34 A respeito da formação dos bolsões de pobreza, ver o filme produzido pelo jornalista Amylton de Almeida, *Lugar de toda pobreza*, de 1983, em que são retratadas as péssimas condições de vida a que estavam submetidos os moradores do Bairro de São Pedro, em Vitória.

Outros aspectos que agravavam essa situação foram apontados pelo candidato do PMDB, Gerson Camata: em destaque, a concentração de decisões financeiras nas mãos do governo central³⁵, fato que dificultava a implementação de projetos (CANDIDATOS..., 1982). Além disso, os grandes empreendimentos industriais haviam se instalado no estado, com grandes benefícios fiscais, o que, aliado à grave recessão, diminuía drasticamente a arrecadação, deixando o Espírito Santo numa situação de penúria financeira. Diante desse quadro de crise econômica, as duas principais candidaturas advogavam, no campo do discurso, reformas que pudessem recuperar a capacidade de autonomia de gestão dos estados e municípios em dificuldade.

Ao contrário de tais posicionamentos estava o candidato do PT Perly Cipriano, dizendo que os recursos eram de fato escassos, mas o grande problema, dizia, era a má administração deles, que eram desigualmente distribuídos. Além disso, também apontava o problema tributário, que penalizava as classes assalariadas, ao passo que os grandes grupos econômicos gozavam de bondosas isenções fiscais. Diante desse prognóstico, defendia a ideia de colocar a economia e a administração pública a serviço do povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). A implantação de um governo popular, portanto, se colocava como a principal bandeira do PT (CANDIDATOS..., 1982).

O pleito se iniciou com um elemento nitidamente voltado a favorecer o PDS, o partido do governo. Foi instituído o chamado *Pacote de Novembro*, em 1981, que, em suas deliberações, exigia que todos os partidos concorressem obrigatoriamente a todos os seis cargos em

35 No aspecto financeiro e tributário, os militares fizeram duas macrorreformas que afetaram diretamente a dinâmica federativa: a mudança na sistemática orçamentária e a alteração do quadro tributário. A primeira visava a acabar com a extrema pulverização dos recursos orçamentários federais, tal como aconteceu no período pré-64. Esse centralismo de recursos nas mãos do governo federal servia também para garantir o apoio dos outros níveis de governo. Essa reflexão está em ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

disputa e estabelecia o *voto vinculado*, isto é, a nulidade no voto dado a candidatos de partidos diferentes. Ou seja, o eleitor teria que votar em candidatos de um mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal e senador, sob a pena da anulação do voto. Supunha-se que essa vinculação entre os votos beneficiaria o PDS, porque o candidato a governador puxaria os votos para o partido nos outros cinco níveis. A proibição das alianças e a obrigatoriedade de os partidos concorrerem a todos os cargos visavam a fragmentar o voto oposicionista. Eram medidas, portanto, extremamente prejudiciais aos partidos recém-criados, que ainda não tinham tido tempo para lançar nacionalmente suas organizações.

Outro artifício que serviu como um grande obstáculo ao Partido dos Trabalhadores foi a campanha do *voto útil*, que, aliás, veio a reboque do voto vinculado. Essa campanha foi desenvolvida principalmente pelo PMDB, com o objetivo de continuar monopolizando o voto oposicionista. A ideia do *voto útil* sugeria que votar no PT significaria perder o voto, uma vez que o partido não tinha nenhuma chance de eleger candidatos. O voto tinha que se dirigir a outros quadros, com chances reais de vitória. Essa campanha sensibilizou diversos membros do partido em nível nacional, como a filósofa Marilena Chauí, que se mobilizou e percorreu todo o Brasil com o intuito de desfazer essa ideia (PINTO, 2001), algo que era extremamente complexo naquelas circunstâncias.

Esse mesmo tema foi motivo de revolta para membros eminentes do partido. Em três de julho de 1982, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional do PT, na abertura de uma reunião do partido, “acusou o PMDB de usar métodos fascistas de ataque com a campanha do voto útil” (LULA..., 1982, p. 2).

Outro desafio colocado ao PT foram os ataques extremamente degradantes contra seus candidatos, veiculados pelos principais meios de comunicação de massa. O PT, desde o início, teve que enfrentar a estratégia do *medo* criada e promovida para combater as candidaturas

petistas³⁶. Por todo o ano eleitoral, foram publicadas matérias que depreciavam de maneira extremamente desqualificadora os candidatos do partido. Um exemplo foi a matéria do jornal *A Gazeta*, publicada no dia 5 de julho de 1982, assinada por um jornalista chamado Octávio Senna, que dizia:

Somente de um partido liderado por um candidato tão inexpressivo, insignificante e com tão poucas qualidades morais como o tal Perly Cipriano, candidato ao governo do Estado (a maior e mais cômica piada desta eleição) é que poderiam surgir alguns adeptos com índole para fazer o que estão fazendo com Guarapari, pichando toda a cidade de preto com frases e o nome deste candidato que para vereador já seria piada. Aliás, quando o juiz prendeu o tal Perly e seu bando só cometeu um erro: soltá-los (CANDIDATO..., 1982, p. 16).

Ataques semelhantes também eram publicados constantemente pela jornalista Maria Nilce, proprietária do *Jornal da Cidade*, que chegou, em diversas ocasiões, a chamar o candidato petista, que havia passado dez anos na prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nos anos de chumbo³⁷, de “apenas um assaltante de bancos” (CANDIDATO..., 1982).

36 Acerca da utilização do medo como “estratégia de persuasão” promovida por determinados candidatos para convencer o eleitor a votar contra Luiz Ignácio Lula da Silva e contra candidatos do PT, veja: CHAIA, Vera. *Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política*. In: RUBIM, Antônio Canelas. **Eleições presidenciais em 2002**: ensaio sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004. p. 29-52.

37 Perly Cipriano iniciou sua militância no campo da esquerda em 1960, no Partido Comunista. Depois fez parte da dissidência que deu origem à Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo que era liderado pelo jornalista Carlos Mari-guela, morto em uma emboscada preparada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Depois de ter cumprido pena de dez anos como prisioneiro político, Perly Cipriano foi libertado em dezembro de 1979, quando veio para o Espírito Santo.

Esse modo de fazer política não envolveu somente o Partido dos Trabalhadores. Os candidatos foram para a disputa eleitoral de 1982 prometendo uma campanha de alto nível (CAMATA..., 1982b; CARLITO..., 1982b). Entretanto, iniciado o pleito, o que se viu foi exatamente o inverso. Além desses ataques voltados ao candidato do PT, Perly Cipriano, os dois principais candidatos, Camata (PMDB) e Carlito Von Schilgen (PDS), iniciaram um jogo de acusações e ataques mútuos, algo que se transformou na principal estratégia para se conquistarem votos.

Os ataques e acusações começaram ainda no final do mês de julho, assim que foram definidos os candidatos. Nesse contexto, o governador Eurico Rezende fez uma representação judicial contra Camata com o objetivo de enquadrá-lo na lei de segurança nacional por injúria. Segundo o governador, com base numa gravação feita por um assessor, o candidato do PMDB havia feito um discurso em Afonso Cláudio, no mesmo mês, no qual ofendia profundamente a honra do presidente da República João Batista Figueiredo³⁸.

Gerson Camata defendeu-se das acusações, dizendo que Eurico estava desesperado, pois, em pesquisas do IBOPE, ele aparecia com 65% da preferência dos eleitores, enquanto o candidato do governo, Carlito Von Schilgen, possuía apenas 11%. Os principais nomes do PDS governista, em vários momentos, demonstraram confiança de que as denúncias contra Gerson Camata poderiam comprometer seriamente o desempenho do PMDB nas eleições daquele ano (FEU..., 1982). Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: o episódio acabou dividindo ainda mais o PDS. Na ocasião, o líder do *PDS DOIS*, o ex-governador Élcio Álvares, veio em defesa de Camata,

38 O jornal *A Gazeta*, do dia 1º de agosto de 1982, publicou uma matéria em que noticia que o discurso proferido pelo candidato peemedebista Gerson Camata teria sido gravado por Antônio Carlos Garcia, assessor de Leni Alves de Lima, prefeito de Afonso Cláudio, que o teria entregado para Eurico Rezende, o qual o enviou ao senador Dirceu Cardoso e ao SNI.

afirmando que tudo aquilo não passava de intrigas político-eleitorais (ASSESSOR..., 1982). Esse fato, inclusive, nos leva à certeza de que, nessa altura dos acontecimentos, já havia uma aproximação muito forte entre o grupo de Camata e Élcio Álvares³⁹, união que se consolidaria mais tarde.

Outra arma utilizada pelo candidato governista para desestabilizar o candidato do PMDB foi a de constantemente aludir a sua origem governista. Dizia que, por essa razão, o PMDB começava a se dividir e afirmava que o partido teria cometido um grande erro ao indicar Camata como candidato ao governo, já que ele não representava o pensamento oposicionista. A esse respeito, Carlito completou dizendo: “[...] se a minha disputa fosse com Max Mauro, seria bem diferente, aí sim eu estaria preocupado [...]”. Por esse motivo, Carlito chegou a esbanjar otimismo ao afirmar que a disputa não se daria entre o governo e a oposição, mas, sim, entre o *PDS UM* e o *PDS DOIS* (CARLITO..., 1982a, p. 5).

O PMDB tentou se centrar na construção de uma imagem de partido que disputava eleições baseando-se em propostas e não em agressões. Além disso, o partido propunha uma ampla reforma tributária e fiscal que viabilizasse o desenvolvimento dos estados e municípios em dificuldade. Dessa forma, procurava esquivar-se das acusações vindas do candidato governista. Gerson Camata sempre argumentava que o que eles queriam, na verdade, era atingir não o deputado Camata, mas ganhar as eleições. E contra-atacava afirmando

39 No dia 7 de outubro saiu uma matéria em *A Gazeta* que informava que Vicente Silveira, ex-presidente da Assembleia Legislativa, candidato ao Senado e membro do grupo de Élcio Álvares, revelou: “antes da convenção do PMDB, participei, através de alguns amigos lá, da indicação do Deputado Gerson Camata. Fiz isto por que acredito que naquela agremiação ele teria mais condições de, sendo eleito, contribuir para a formação democrática”. O apoio explícito à candidatura Camata ocorreu com o lançamento do seu jornal de campanha, em que numa matéria, na sua primeira edição, o ex-governador Élcio faz duras críticas a Eurico Rezende.

que os sucessivos enquadramentos de padres, jornalistas, deputados⁴⁰ e, agora, candidatos do PMDB, punham por terra todas as promessas de abertura à democracia que o governo havia feito. Isso provava, dizia Camata, “[...] que a abertura só existe para eles, os donos do poder, para eles, os melhores empregos, os melhores salários e as mordomias, só para eles [...]” (CAMATA..., 1982a, p. 3). Dessa forma, Camata utilizava as difamações em seu benefício e dizia que a tentativa de processá-lo não impediria a sua candidatura rumo ao Palácio Anchieta: “[...] Agora é que nossa campanha rumo à vitória toma mais força. Vamos percorrer todos os municípios e distritos do Espírito Santo, levando a nossa proposta de governo popular de participação de todas as camadas da população deste estado sofrido” (CAMATA..., 1982a, p. 3).

Fica nítido que esse posicionamento agressivo do candidato Camata contra a ditadura e favorável à abertura democrática foi uma forma de marcar posição, ou seja, de desvincular a sua imagem do regime militar. Não há dúvida que logrou êxito, pois, até hoje, é visto como democrata congênito.

Em oposição às duas campanhas gigantes, o candidato do PT Perly Cipriano enfatizava a importância estratégica das eleições. Ele afirmava que o número de votos não deveria preocupar o PT, mas, sim, o saldo deixado em termos de organização. Sendo assim, partiu para o pleito tendo como principais bandeiras a organização de classe, a decência e a honestidade. Segundo ele, faria uma campanha sem utilizar cabos eleitorais, que ele considerava privilégio apenas do PMDB e do PDS, e que o discurso dos candidatos do partido não seria feito no estilo convencional (NÚMERO..., 1982). O partido também combatia a compra de votos e promessas demagógicas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). O PT, portanto, já no início das eleições, se colocou como um paradoxo em relação

40 Essa mesma crítica foi feita pelo Partido dos Trabalhadores nas resoluções do 1º Encontro Nacional do partido.

às demais agremiações. Em matéria publicada em 4 de julho, assim se pronunciou Lula, presidente nacional do partido: “[...] no PT não tem vez o populismo, nem o paternalismo. O PT não segue as regras de outros partidos, que não escolhem os meios para se alcançar os fins. O PT luta pelos seus objetivos com métodos descentes e honestos” (LULA..., 1982, p. 2).

Essa plataforma de campanha estava contida nas resoluções do 1º Encontro Nacional realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 1981 em São Paulo:

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do país. Entretanto não cremos que as eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas tem (*sic*) uma importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união do nosso povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 112).

Portanto, o Partido dos Trabalhadores, na primeira eleição no Espírito Santo, segue as diretrizes do diretório nacional, cuja preocupação seria “[...] organizar a classe trabalhadora, sem vanguardismo, sem paternalismo, e sem falsas promessas ao povo [...]”. Lula, em diversos depoimentos, chamava atenção para a importância da atuação do partido em cada estado, enfatizando a necessidade de organizar o PT e a classe trabalhadora. “O principal não é vencer as eleições, mas organizar os trabalhadores, em busca de mais liberdade, de melhores condições de vida, para a luta contra o poder econômico [...]” (LULA..., 1982, p. 2). A plataforma petista se baseava, portanto, no moralismo, na anticorrupção e, em especial, na questão da mobilização das massas.

Essa postura de utilizar a campanha eleitoral apenas como uma forma de mobilizar as massas advém da própria maneira como o partido via essas primeiras eleições: com muito descrédito, pois elas representavam

[...] mais um passo na tentativa de o governo consolidar seu processo de reformas limitadas, sob o título inadequado de abertura. Através dela o que se pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 129).

Para o Partido dos Trabalhadores, o regime militar queria continuar aplicando, agora através do jogo parlamentar e de concessões, que incluíam eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda, imposto desde o golpe de 64. Tal ideia está presente nas resoluções dos vários encontros nacionais ocorridos no período. Para o partido, as eleições, nem de longe, colocariam em disputa a estrutura do poder político vigente. Essa desconfiança em relação ao processo eleitoral levou o PT a direcionar o seu olhar para a mobilização social, e o partido via as eleições apenas como um meio para tal fim.

Apesar dessas dúvidas e incertezas acerca do pleito, os membros do partido reconheciam que ele se realizaria numa conjuntura mais favorável do que qualquer outro pleito pós-64. E isso por dois motivos: primeiro, porque se realizaria sob uma crise que agravava grandemente as condições de vida da sociedade, predispondo o eleitorado a votar contra a situação. Segundo, porque, dessa vez, a sociedade brasileira não estava mais submetida à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados, ambos por segmentos das elites dominantes (PARTIDO DOS TRABALHADORES..., 1998). Está muito clara, tanto nos documentos oficiais do partido quanto nas falas dos seus principais representantes, a ideia de que o PMDB não representava os anseios dos menos favorecidos. O

Partido dos Trabalhadores não enxergava no PMDB uma oposição de fato, via-o como um mero artificialismo do regime militar para dar um semblante democrático à condição de ditadura a que o Brasil estava submetido desde 1964.

Dessa forma, o PT acabou protagonizando um conflito muito forte com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Isso também por conta da já citada campanha do *voto útil*, atribuída principalmente aos peemedebistas. Além dessa campanha, vista como extremamente agressiva pelos petistas, o PMDB, por intermédio de alguns de seus principais líderes, como Berredo de Meneses e Gerson Camata, também questionava a “verdadeira oposição do PT”. Insinuavam que, por conta dos ataques contra o PMDB, os petistas estavam se aproximando muito do PDS, fato que os tornava, na opinião irônica dos peemedebistas, quase o braço esquerdo da legenda governista (OPOSIÇÃO, 1982; PT..., 1982c). O PT respondia, por seus principais expoentes, que estava concorrendo num processo político pluripartidário; afirmava mais uma vez que as posições do PMDB eram levianas; e aludia à atitude prepotente dos peemedebistas, que, segundo os petistas, se consideravam os únicos capazes de fazer oposição (PT..., 1982a). Por todas essas questões, nas suas resoluções, o PT descartava toda e qualquer possibilidade de alianças (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Dentro de sua linha de campanha de cunho classista e pautada na ética e na moralidade, o candidato Perly Cipriano lançava constantes desafios aos dois candidatos mais fortes, para que eles se comprometessem a fazer um plebiscito para eleger o prefeito de Vitória, a fim de que, na opinião do candidato do PT, a capital capixaba deixasse de ser usada como moeda de troca em negociatas políticas (PERLY..., 1982).

Em decorrência de toda essa ordem de coisas, mais o fato de as eleições terem ocorrido em meio a um clima de muitas restrições devido ao entulho autoritário que limitava a propaganda eleitoral, mais a inexperiência do comitê de campanha do candidato petista, que apresentou o candidato Perly Cipriano como um sujeito que

fora perseguido, preso político, guerrilheiro, algo não muito legítimo junto à opinião pública (COSER, 2000 *apud* PINTO, 2001), e ainda devido às disparidades em relação às outras candidaturas, sobretudo no aspecto financeiro e no acesso aos meios de comunicação, os resultados para o PT não foram bons. Aliás, foram muito abaixo do esperado.

Na disputa para governador, Camata (PMDB) foi o grande vencedor, com 60,3% dos votos válidos. Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS) teve 38%, Perly Cipriano (PT), 1,4%, e o candidato do PDT Oswaldo Mármore ficou em último, com apenas 0,2% (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados da eleição para governador do Estado do Espírito Santo – 1982

Candidato	Partido	N.º de votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgen	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	-	63.785	7,73	-
Votos Nulos	-	19.523	2,37	-
Total de Votos Válidos		742,074	-	100
Total de votos apurados		825.392	100	-

Fonte: TRE-ES (1982) e *A Gazeta*, p. 6, 23 nov. 1982.

Para a Câmara Federal, o PMDB venceu com pequena vantagem, fazendo cinco dos nove deputados (55,6%) e o PDS fez os outros quatro, quantidade que representa 44,4% do total. O PMDB elegeu ainda o senador José Inácio Ferreira, que obteve menos votos que Camilo Cola, mas ficou com a vaga por conta de sua legenda, o PMDB, ter obtido mais votos. O Partido dos Trabalhadores, além do Partido Democrático Trabalhista, não conseguiu eleger representantes. O PTB, como já salientado, não participou dessa primeira eleição, pois ainda não havia conseguido se organizar no estado.

Embora não tenha conseguido vencer o PMDB, podemos considerar que, no geral, a estratégia do voto vinculado deu certo para o PDS. Apesar de ter obtido apenas 37% dos votos – menos que os 40% obtidos pelo PMDB e que a maioria de 53% que os partidos de oposição obtiveram em conjunto –, o PDS conquistou 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em 13 assembleias estaduais. No Espírito Santo, o desempenho também foi parecido, pois o PDS ficou como a segunda força partidária. Os erros e problemas enfrentados pelo partido, mais a popularidade de Camata, que aqui foi ajudado pelo voto vinculado, deram maioria ao PMDB na Assembleia Legislativa, onde conquistou 16 cadeiras do total de 27, algo que corresponde a 59,3%, restando ao PDS 11 vagas (40,7%).

Em eleições municipais, o PDS foi o que mais conquistou prefeituras no Brasil, elegendo 64,3% delas. O PT conquistou apenas duas: a de Diadema, em São Paulo, e a de Santa Quitéria, na Bahia. Mas o Partido dos Trabalhadores não conseguiu eleger nenhum governador de Estado ou qualquer representante no Senado, resultados que o colocaram atrás, inclusive, do PDT e PTB. Já no Espírito Santo, o partido que mais elegeu prefeitos foi o PMDB, 54,38% dos chefes municipais (Tabelas 6 e 7, a seguir).

Tabela 6 – Número de prefeitos eleitos em 1982 no Brasil, por partido

1982		
Partido	N.º	%
PDS	2.533	64,3
PMDB	1.377	34,9
PDT	22	0,6
PTB	07	0,2
PT	02	0,1
Total	3.941	100

Fonte: TSE (1982)

*As capitais dos estados e as cidades designadas como “áreas de segurança nacional” não elegeram prefeitos em 1982. Para essas 201 áreas, foram realizadas eleições especiais em 15 de novembro de 1985.

Tabela 7 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 1982

1982		
Partido	N.º	%
PMDB	31	54,38
PDS	25	43,85
PDT	-	-
PTB	-	-
PT	-	-
Total	57	100

Fonte: TRE-ES (1982)

* A capital Vitória tinha, nesse momento, o prefeito nomeado pelo governo estadual por ser considerada uma área de segurança nacional.

Como se pode ver nos números, o novo sistema político partidário capixaba emergiu com o PMDB como partido dominante, ficando o PDS logo atrás, em segundo lugar.

Os dados também mostram que a primeira experiência eleitoral do PT não foi das melhores, frustrando as expectativas de muitos militantes e do próprio candidato ao governo, Perly Cipriano, que, já no início das apurações, confessou que havia se surpreendido negativamente, pois esperava uma melhor votação, principalmente na Grande Vitória (POUCOS..., 1982).

O próprio candidato Perly Cipriano, posteriormente, analisou da seguinte forma o resultado do PT naquelas primeiras eleições:

[...] havia a necessidade de afirmar uma proposta política. Nós definimos a partir da fundação do PT, quando definimos participar das eleições, definimos *Terra, Trabalho e Liberdade*, portanto, três temas: a reforma agrária; havia muito desemprego no Brasil, então por trabalho, geração de renda, emprego e trabalho; e outra era liberdade. Liberdade partidária, sindical, então eram três temas. Então na campanha como é que o partido vai se concentrar? Em três temas - *Terra, Trabalho e Liberdade* - eram três temas centrais [...]. E as nossas campanhas foram muito parecidas no Brasil inteiro [...]. Então, o PT, eu pessoalmente acho, que não

havia muitas alternativas, não tínhamos chance de fato. Primeiro que a eleição era diferente, era uma eleição onde você votava com o chamado voto vinculado: governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador, era um voto vinculado, e você imagina um país com um voto vinculado em qualquer época já é difícil, imagina numa circunstância daquela, onde aqui tinha o Camata, oriundo da ARENA, mas apoiado pelo PMDB, concorrendo contra Carlito Von Schilgen. Então nós aparecíamos como candidato, mas nós não éramos uma alternativa para ganhar nem o Camata e nem o Carlito Von Schilgen, mas nós éramos uma proposta [...]. O PT nem com o Lula em São Paulo teve muita votação, a média era 2% da votação do eleitorado, dois, dois e meio, três e parou. Não havia nenhuma estratégia que a gente pudesse montar que pudesse ser muito grande. Eu pessoalmente acho, que não, acho que aquele era o nosso caminho mesmo (CIPRIANO, 2008).

Apesar disso, a derrota nesse primeiro pleito serviu para que o Partido dos Trabalhadores repensasse suas estratégias de atuação no seio da sociedade. O resultado dessa reflexão será uma melhora significativa nas urnas, conforme veremos adiante.

2.4 A CAMPANHA DAS “DIRETAS JÁ” E OS PROCESSOS ELEITORAIS DE 1985 A 1988: O ACÚMULO DE FORÇAS

O Partido dos Trabalhadores, que na sua primeira participação em eleições se colocou como novidade, não teve um bom desempenho nas urnas. Segundo Margareth Keck (1991), o resultado eleitoral criou o contexto de ações posteriores, pois o partido fomentou o processo de retorno às bases. Na visão da autora, a participação no pleito de 1982 ecoou como um desvio dos objetivos originais da atividade partidária. A autora está em parte correta na sua afirmação, mas é necessário fazer uma ressalva. O partido, nas eleições de 1982, não

se afastou das bases. O que ocorreu foi uma dedicação momentânea e natural à construção de estratégias eleitorais. O que é mais significativo destacar acerca dessa questão da participação em 1982 foi o fato de já ter ficado evidente o debate que iria tomar mais corpo no Partido *a posteriori*, ou seja, a questão do equilíbrio entre dois caminhos extremamente difíceis, se não impossíveis de conciliar: o da participação nos processos eleitorais e chegada ao poder dentro da lógica do arcabouço institucional brasileiro; e, ao mesmo tempo, o da manutenção da relação com as bases, com os movimentos sociais. A esse respeito, Marques (2005) sugere que, com a amargura da derrota, restou então à direção do partido a decisão de abandonar, naquele momento, qualquer preocupação eleitoral e partir para uma ação que ampliasse e consolidasse a sua atuação junto aos movimentos sociais, em especial aos sindicatos.

Além disso, o PT passou a se concentrar no seu fortalecimento orgânico, pois havia a constatação de que existira um bom crescimento do partido, “mas isso nem sempre se traduzia em crescimento, em números e qualidade, de filiados, núcleos e diretórios” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 143).

Os dois aspectos, a questão da mobilização e o fortalecimento orgânico, estão evidenciados nas resoluções do 3º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, ocorrido em abril de 1984, em São Bernardo do Campo. Nesse mesmo Encontro foi referendada uma melhor organização no âmbito do legislativo, por um lado, para denunciar e minar o governo de transição que seria eleito em 1985, visto como um grande arranjo; e, por outro, provavelmente com vistas às eleições de 1986, cujos parlamentares eleitos receberiam atribuições constituintes:

O Parlamento (em suas diversas casas legislativas) deve ser utilizado pelo PT como espaço político para combater projetos e medidas antipopulares, originados do executivo, do próprio Parlamento ou de grupos de pressão do poder econômico e político

dominante; para fiscalizar o uso de recursos públicos e o andamento da administração pública; para denunciar todas as medidas contrárias aos interesses da classe trabalhadora; para apresentar e fazer aprovar medidas legislativas em benefício dos trabalhadores; para divulgar as propostas, as diretrizes, o programa e as idéias do PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 146).

Além disso, atuando junto à sociedade, o PT foi o primeiro partido a lançar a campanha das *Diretas Já*. Em pouquíssimo tempo, a campanha se tornou um dos maiores movimentos de massa já ocorridos no Brasil. Foi um momento de singular oportunidade para um partido exercer um papel de direcionamento das massas, o que, sem sombra de dúvidas, refletiu nos resultados eleitorais posteriores.

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente, o PT adotou a linha de diminuir sua participação na esfera institucional ao abdicar de tomar parte no Colégio Eleitoral, que elegeria o presidente em 1985. Apesar de essa não ter sido uma posição muito bem aceita pela sociedade, representou uma coerência com o seu discurso, uma vez que, na sua visão, o Colégio Eleitoral foi um pacto entre as elites, fato amplamente denunciado pelo partido naquele momento. Esse episódio gerou o primeiro grande conflito interno do PT. Isso se deu porque os deputados José Eudes, do Rio de Janeiro, e Beth Mendes e Airton Soares, de São Paulo, participaram do Colégio Eleitoral em desobediência às diretrizes e orientações do partido. O debate que se estabeleceu ocorreu em torno do que fazer com eles. Os três deputados acabaram se desligando do partido, por renúncia ou expulsão. Essa foi uma das primeiras fissuras internas do PT, de muitas outras que iriam marcar a sua trajetória.

Depois de ter participado de momentos decisivos da política desde a sua fundação, o PT partiu, em 1985, para a sua segunda grande experiência nas urnas. Dessa vez, os pleitos ocorreriam para a escolha de prefeitos das áreas consideradas de segurança nacional. É nesse

período que se constata o crescimento do PT no Espírito Santo, despontando a figura do médico Vitor Buaiz, que obteve ótima votação como candidato a prefeito da capital capixaba, ficando em segundo lugar, perdendo para Hermes Laranja, do PMDB. Para se ter uma ideia desse crescimento, o PT, em 1982, teve 1.885 votos nas eleições municipais e, em 1985, obteve 28.244⁴¹. Se considerarmos o número de votos do partido, isso representa um crescimento de 1.498%. As demais agremiações caíram em números de votos, o PMDB, de 59,2% para 42,4%, e o PDS, de 25,5% para 24,6% (A ESTRELA..., 1988; PT..., 1982b).

No plano nacional, o PT conquistou a sua primeira prefeitura de capital, no caso, Fortaleza, com Maria Luiza Fontenelle, além de ter tido excelentes votações em São Paulo, com Eduardo Suplicy, que obteve 20% dos votos, e em Porto Alegre. Esses fatos abriram caminho para importantes vitórias do PT.

Nas eleições de 1986, seriam escolhidos candidatos para os cargos de senador, deputado federal, governador e deputado estadual. Ao contrário das anteriores, nessas eleições passou a ser permitida a composição de coligações para as eleições majoritárias e proporcionais.

Fatores conjunturais exerceram grandes influências nessas eleições. O Brasil estava em pleno processo de redemocratização. Um ano antes, havia sido eleito, de forma indireta via colégio eleitoral, Tancredo Neves para a presidência da República. Contudo, na véspera de sua posse, 14 de março de 1985, ele foi internado às pressas para uma cirurgia de emergência, cabendo ao vice, José Sarney, assumir interinamente a presidência, em meio à perplexidade nacional.

O primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves acabou por falecer em 21 de abril, vítima de infecção generalizada. O cortejo fúnebre, do hospital até o aeroporto,

41 Em 1982, só foram escolhidos vereadores para a capital Vitória. O primeiro pleito para prefeito das áreas consideradas de segurança nacional foi realizado no dia 15 de novembro de 1985.

em São Paulo, de onde seguiria para Minas Gerais, foi marcado por grande comoção.

Na mesma conjuntura política, ao mesmo tempo incerta e esperançosa, acrescentava-se a deterioração do quadro econômico, no auge da crise da dívida externa. Logo no início do governo Sarney, destacou-se a figura de Ulisses Guimarães, proeminente líder do PMDB, partido que teria o maior peso no novo governo, cabendo-lhe a indicação dos principais ministros, como os da área econômica. Estava clara a dominância do PMDB em aliança com o PFL no governo.

Em agosto de 1985, o ministro da fazenda recém-indicado por Tancredo Neves, Francisco Dornelles, homem ligado à antiga equipe econômica dos governos militares, pediu demissão, abrindo a possibilidade para a nomeação de um ministro do PMDB. O nome indicado foi o de Dílson Funaro, que logo se cercou de uma equipe de economistas críticos do modelo econômico adotado nos últimos anos de regime militar. Preparou-se um plano de combate à inflação que ficou conhecido como Plano Cruzado, divulgado e implantado de surpresa no dia 1º de março de 1986. Esse plano, que, inicialmente, gozou de relativo êxito e grande popularidade, contribuiu muito para a ampla maioria conquistada pelo PMDB e pelo PFL.

A situação financeira do Espírito Santo no momento não era diferente da do plano nacional. No governo anterior, sobretudo na gestão José Moraes⁴², foram realizadas diversas obras financiadas com data de pagamento posterior a 1986. Além disso, o estado ainda se reestruturava de crises econômicas anteriores e acumulava problemas urbanos, resultado do grande êxodo rural, processo estimulado ainda pela instalação de grandes empreendimentos industriais nessa região.

Já no início do ano de 1986, começaram as articulações em torno das candidaturas. A escolha do candidato ao governo pelo PMDB

42 O governador eleito em 1982, Gerson Camata, havia renunciado ao governo do Estado para se desincompatibilizar e concorrer, com sucesso, ao Senado em 1986. Assumiu em seu lugar o vice José Moraes.

foi traumática e extremamente acirrada. De um lado, estava o deputado Federal Max Freitas Mauro, que naturalmente seria candidato do partido desde o acordo com o grupo de Gerson Camata, em 1982. De outro, o senador José Ignácio Ferreira, que não abria mão de sua candidatura. Iniciadas as articulações, o cenário se mostrava mais favorável a Ignácio, que tinha o apoio do Palácio Anchieta, ocupado pelo governador José Moraes e do ex-governador Gerson Camata, figura com grande prestígio e popularidade. Somando-se a isso, a candidatura Ignácio tinha adesão do Grupo de Cachoeiro, considerado extremamente forte e importante, capitaneado pelo prefeito Roberto Valadão, além da adesão do veterano deputado estadual Hugo Borges (MOULIN..., 1986), do município de Guarapari.

Já Max Mauro tinha o apoio de vários prefeitos liderados por Luiz Moulin, de Guaçuí, num movimento que congregava outros 23 chefes municipais (MOULIN..., 1986), e era o preferido das bases do PMDB, pois era visto como a principal figura progressista do partido (PEREIRA, 2004).

Apesar de várias lideranças do PMDB afirmarem que esse tipo de disputa era saudável e natural (GOVERNADOR..., 1986b; HUGO..., 1986), os saldos para o partido não foram nada favoráveis. Em convenção bastante tumultuada no Ginásio Álvares Cabral, Max Mauro conseguiu garantir a sua candidatura com 169 votos, apesar da oposição de Camata, que chegou a pedir votos abertamente para o outro pré-candidato (CAMATA..., 1986a), José Ignácio, que ficou com 113 votos (MAX..., 1986b). No mesmo evento, o ex-governador Gerson Camata foi vaiado no momento em que ia discursar e respondeu de maneira extremamente irritada, episódio em que foi, inclusive, agredido por correligionários de Mauro, descontentes com o apoio dado pelo ex-governador a José Ignácio (MAX..., 1986b).

O problema do candidato Max com o senador Ignácio só foi superado com um acordo tácito entre os dois, muito parecido com aquele firmado entre Max e Camata em 1982. É provável que esse

compromisso entre os dois tenha levado ao rompimento entre Camata e Ignácio mais à frente (PSDB..., 1988).

Depois da ocorrência, o PMDB encontrou muitas dificuldades para restabelecer a unidade partidária. Gerson Camata chegou a condicionar o seu apoio à candidatura Max a um pedido de desculpas, pois se considerava expulso do partido em vista dos incidentes ocorridos na convenção (CAMATA..., 1986b). A união partidária só parece ter sido parcialmente alcançada *a posteriori*, com a formação, a partir de consenso, das chapas que iriam concorrer para o Senado e a Câmara Federal (MAX..., 1986c). Utilizou-se, inclusive, do recurso das sublegendas, mecanismo criado ainda no regime militar justamente para acomodar divergências partidárias. Além disso, o grupo perdedor exigiu a substituição do pré-candidato a vice-governador, Sérgio Ceotto, preferido de Max e das bases do partido, por Carlos Alberto Cunha (CUNHA..., 1987), figura mais ligada ao grupo de Gerson Camata e José Moraes (DESENCONTROS..., 1988).

A exemplo do que aconteceu com o PDS em 1982, o grande opositor do PMDB nesse pleito parece ter sido o próprio PMDB. O partido teve muitas dificuldades para unir forças em apoio à candidatura Max, mesmo após o aparente consenso na composição das chapas. Uma das maiores resistências do partido era o governador José Moraes, que durante todo o processo eleitoral se recusou a fazer campanhas para Max Mauro (MORAES..., 1986c). Em diversas solenidades de inauguração, o governador deixou de convidar Max e chegava a admitir a possibilidade de chamar Élcio Álvares para as festividades (MORAES..., 1986a, 1986b). Chegou a existir, inclusive, rumores de que Moraes e Camata articulavam uma aliança com o candidato pefelistas (CAMATA..., 1986c; GOVERNADOR..., 1986a; MORAES..., 1986). Ao longo dos meses de agosto e setembro, os grupos divergentes aparentemente chegaram a um acordo, mas, durante o governo Max (1987/1990), as intrigas com Gerson Camata tenderam a se agravar, levando ao definitivo rompimento e à saída dos dois da legenda.

Ainda no campo das siglas com peso eleitoral que se fizeram representar, tivemos o florescimento de uma nova força partidária, o Partido da Frente Liberal (PFL), que foi fundado no contexto da candidatura e eleição de Tancredo Neves, em 1985, por um grupo dissidente do PDS.

A campanha das *Diretas Já* foi extremamente impactante para o partido da situação, o PDS, pois, diante da grande mobilização popular, muitos parlamentares passaram a divergir do governo, que se mantinha determinado a bloquear o projeto na Câmara. Mesmo impulsionada por grande apelo popular, a Emenda Dante de Oliveira não conseguiu a maioria de dois terços necessários para sua aprovação. O resultado, no entanto, foi uma rachadura no partido governista, pois 55 pedessistas votaram com a oposição e outros 112 se ausentaram da seção de votação. Isso se deu porque o candidato do PDS era Paulo Maluf, figura muito hostilizada dentro de seu próprio partido, por conta de seus métodos de aliciamento e por causa de sua reputação de malversador de recursos públicos, tornando-se enorme a sua impopularidade (KINZO, 1993). Consequentemente, o PDS perdeu vários membros de seu diretório, inclusive o senador José Sarney, que renunciara à presidência do partido para se filiar ao PMDB, visando a ser companheiro de chapa de Tancredo Neves na campanha eleitoral. Assim, por volta de 1985, o PDS havia perdido 9 de seus 13 governos estaduais e 120 de seus 235 deputados federais. Sua antiga força política sofreu outro golpe, quando o PDS baiano quase se extinguiu em consequência da debandada para o PFL de todo o grupo ligado ao governador Antônio Carlos Magalhães (que incluía 12 deputados), e para o PMDB das outras expressivas lideranças políticas do Estado da Bahia.

As repercussões desse *racha* do PDS nacional foram dramáticas no Espírito Santo. Com a criação do PFL, antiga Frente Liberal, já articulado em torno da candidatura Tancredo-Sarney, dois terços dos pedessistas capixabas bandearam-se para o novo partido. Outras siglas, como o PDC, PL, PTB, além do próprio PMDB,

também levaram alguns membros do PDS, que de 2ª força partidária, de repente, tornou-se um partido inexpressivo no Espírito Santo. Já os peefelistas, no ato do seu surgimento, se posicionavam em segundo lugar em termos de força política do Estado. Em 1985, o PFL contava com um senador, Moacyr Dalla (VIEIRA, 1993), quatro deputados federais: Stélio Dias, Theodorico de Assis Ferraço, José Carlos da Fonseca e Pedro Ceolin, sete deputados estaduais⁴³ e, ainda, oito prefeitos, dez vice-prefeitos e 166 vereadores⁴⁴.

O Partido da Frente Liberal, surgido, portanto, a partir das cinzas do PDS, representou, desde a sua gênese, uma força partidária no Brasil. Desde cedo, fechou com a Nova República e participou do governo federal, com representantes em diversas autarquias e empresas públicas. Já no Espírito Santo, o PFL permaneceu durante muito tempo na oposição aos governos do PMDB, mas, apesar disso, alcançou uma grande ascensão desde o seu surgimento (DIÁSPORA..., 1988). Nas eleições de 1986, logo se definiu pela candidatura de Élcio Álvares, que apareceu desde as primeiras pesquisas como o segundo na preferência do eleitorado (ASSESSORIA..., 1986). No decorrer das articulações, o PFL teve muitas dificuldades para definir o nome que concorreria ao cargo de vice-governador e para consolidar suas chapas para o Senado e Câmara. Além disso, o partido não conseguiu oficializar nenhuma coligação, embora algumas tenham sido cogitadas (EXECUTIVA..., 1986). Três lideranças apresentaram-se para candidatos a vice-governador: o ex-deputado Edson Machado, o médico Luiz Buaiz, considerado o preferido de Élcio (PFL..., 1986b), e o próprio presidente da sigla, Emir de Macedo Gomes. Depois de

43 Eram eles: Emir de Macedo Gomes, Jorge Devéns, João Miguel Feu Rosa, Alicia Franco, Jorge Daher, Antônio Moreira e Luiz Gonzaga Borges.

44 Além dos já citados, outros importantes nomes que ajudaram a fundar o PFL no Espírito Santo: Enivaldo Euzébio dos Anjos, Ricardo Ferraço, José Tasso, Dilo Binda, José de Oliveira Serra, Waldir Durão, Adalton Martinelli, Carlos Magno Pimentel, João Batista Novais, Luiz Buaiz, dentre vários outros.

várias negociações, chegou-se ao consenso com a escolha de Edson Machado (PFL..., 1986a). O PFL até esboçou a composição de sublegendas para concorrer ao Senado, mas diante da não disponibilidade de nomes fortes para concorrer à altura com os candidatos do PMDB, o partido lançou apenas o nome de Theodorico de Assis Ferraço, que concorreu meio a contragosto, pois desejava se candidatar para outro cargo (THEODORICO..., 1986).

Outra novidade desse novo cenário foi também o considerável crescimento do PT, que, além de ter tido um grande papel na campanha das *Diretas Já*, na qual desempenhou uma grande liderança frente aos movimentos sociais, conseguiu também importantes avanços nas urnas, tanto a nível nacional como estadual, tendo quase vencido as eleições da capital capixaba com o médico Vitor Buaziz em 1985.

O Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 1982, colocava-se veementemente contrário a políticas de alianças (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998), pois via as eleições apenas como uma forma de ampliar as suas bases com vistas à construção de uma alternativa pela via do fortalecimento dos movimentos populares e não legitimava a democracia vigente. Mas, com o decorrer do tempo, essa posição do partido foi se modificando. Essa mudança de postura frente aos processos eleitorais fica muito clara no 3º Encontro Nacional do Partido, realizado em São Paulo, entre os dias 6 e 8 de abril de 1984, quando o partido assim se posicionou por intermédio de suas resoluções:

O PT não seria um partido se não almejasse o poder. Também não seria um partido político se limitasse suas atividades apenas ao plano da denúncia, da crítica e da reivindicação, recusando-se a pensar na sua possibilidade de ser governo e, ainda mais, em conquistar o poder (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 156).

Embora continuasse pregando a transformação da sociedade e a construção de um socialismo que nunca foi muito bem definido, o PT já admitia que todo partido era, por excelência, uma instituição voltada a conquistar o poder. Sendo assim, passou, com esse intuito, a voltar o seu olhar para um conjunto mais ampliado da sociedade. Além disso, assumiu a necessidade de uma política de alianças:

[...] o PT participa de campanhas em conjunto com outros partidos [...]. Sem nos diluirmos, nem perdermos nossa independência, trabalhamos dentro de um programa mínimo comum, levamos nossas propostas partidárias às bases dessas forças e ao conjunto da população (PARTIDO DOS TRABALHADORES..., 1998, p. 152).

O Partido dos Trabalhadores também dá pistas, no 3º Encontro realizado em 1984, de que começava a reconhecer a necessidade de formular um programa que se enquadrasse no que está posto como sistema político, econômico e social:

Já não basta [...] a denúncia do desemprego; devemos dizer aos trabalhadores quais as nossas propostas para resolver o problema e criar empregos. Embora seja indispensável, não basta, apenas, a apresentação de reivindicações aos governos que aí estão estabelecidos; precisamos nos preparar para o dia em que sejamos capazes de, como governo, atender nossas reivindicações como trabalhadores. Já não basta falar dos problemas vividos pelos trabalhadores, como se a solução só devesse vir num futuro muito remoto. Precisamos nos preparar para mostrar que existem coisas que se pode fazer imediatamente em benefício do povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES..., 1998, p. 152).

No 4º Encontro, realizado também em São Paulo, em 1986, as resoluções são mais claras e diretas no que tange à efetivação de coligações e alianças, que deveria seguir os seguintes critérios políticos:

[...] a) claro posicionamento de oposição ao governo Sarney, à Nova República e à transição conservadora, bem como às diversas propostas populistas, que procuraram apresentar-se como oposição ao governo Sarney, mas apóiam a transição conservadora; b) comprometimento com uma plataforma que contemple as principais posições do PT e dos trabalhadores; c) compromisso prático com as lutas dos trabalhadores e do povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 228).

Seguindo essas diretrizes, o PT capixaba fez uma aliança com o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e apontou como candidato ao governo um acadêmico: o economista e professor Arlindo Villaschi Filho, que venceu nas prévias do partido o também professor universitário Pedro Bussinger. A plataforma de campanha do candidato do PT baseou-se mais uma vez na ideia de que representava uma diferença em relação às tradicionais formas de se discutir a coisa pública. Criticava duramente aquelas posturas personalistas, feitas por políticos profissionais, fato que, na visão petista, distanciava cada vez mais o eleitorado das questões de interesse comum (VILLASCHI..., 1986e). Durante a campanha, Arlindo Villaschi fez diversas denúncias de abuso de poder econômico por parte de dois grandes concorrentes e também mencionou constantemente o comportamento de candidatos que, no passado, se acusavam, se agrediam e que, à época das eleições, faziam gestos de amizade eterna (VILLASCHI..., 1986b). O candidato do PT referia-se, claro, à candidatura peemedebista. Sugeriu que o processo eleitoral fosse um fórum por intermédio do qual a população pudesse participar e se engajar na discussão política (VILLASCHI..., 1986c). O seu programa de governo, além das questões administrativas, previa a construção de um governo participativo. Um partido como o PT, dizia o candidato Arlindo Villaschi, “deve comprometer-se e engajar-se no apoio aos movimentos sociais organizados na luta por uma participação efetiva da sociedade em assuntos do seu interesse” (VILLASCHI..., 1986d).

O candidato também defendia a descentralização de recursos e decisões, tema que já havia aparecido nas eleições de 1982. Segundo o candidato, deveriam ser estabelecidas “articulações a nível nacional a tal ponto que a governadoria do Estado deixasse de ser uma mera instância gerencial de programas federais para se transformar num nível reivindicatório e de participação e decisão de temas regionais” (VILLASCHI..., 1986d) Ele defendia também transparência na gestão da coisa pública, e apontava que a maneira como os recursos públicos eram arrecadados e distribuídos deveria ser colocada ao alcance de todos. Para isso, o candidato defendia o máximo incentivo aos conselhos populares para que eles, com suas atribuições, pudessem apresentar soluções acerca de problemas regionais (TRANSPARÊNCIA, 1986). Em seu programa, apareciam proposições na área de educação e cultura, saúde pública, programa especial para reforma agrária, de habitação social para a Grande Vitória e interior, segurança pública e programa de apoio às pequenas e médias empresas (PROGRAMA..., 1986), além de outras temáticas.

Houve ainda uma outra candidatura ao governo do Estado, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), a do professor Rubens Verploet Gomes, que foi registrada no limite do prazo (CANDIDATOS..., 1986; GOMES..., 1986).

A principal marca do processo eleitoral de 1986 foi a indecisão. Em pesquisa realizada pela empresa Gallup no mês de junho do mesmo ano, ou seja, às vésperas da escolha e definição dos candidatos, cerca de 77% dos eleitores capixabas não sabiam em quem votar para governador nas eleições que ocorreriam em 15 de novembro. Na pesquisa, Max Mauro aparecia com 8,9% das preferências, Élcio Álvares com 8,3%, José Ignácio com 3,6 e Arlindo Villaschi, com apenas 0,8 (ASSESSORIA..., 1986⁴⁵). Apesar das críticas metodológicas que fez à pesquisa, o candidato petista Arlindo Villaschi a viu com

45 Esta pesquisa ouviu 827 pessoas nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

bons olhos, considerando que ela confrontou políticos que, com ou sem mandatos, estavam no cenário político há mais de 20 anos, cujas candidaturas estavam nas ruas há seis, oito anos e que, mesmo assim, os eleitores permaneciam indecisos (VILLASCHI..., 1986a). Do outro lado, apareciam figuras que haviam surgido a apenas alguns meses no meio político, como ele mesmo, assumidamente técnico, que até então se limitava aos muros da academia. Parece ser esse ponto a base dos discursos do candidato Arlindo Villaschi.

Como aconteceu em 1982, o PT teve que concorrer com duas candidaturas gigantes, que iriam polarizar o cenário eleitoral. O partido que melhor se articulou para este pleito foi novamente o PMDB. Este formou uma ampla coalizão, aliando-se com o Partido da Mobilização Nacional (PMN), o Partido Social Cristão (PSC), o Partido Democrata Cristão PDC, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Além disso, após diversas reuniões e muitos desentendimentos, compôs duas sublegendas para o Senado, obedecendo a critérios regionais: uma encabeçada por Gerson Camata, seguida de Joaquim Beato e Waldemar Zamprogno, e outra com o senador João Medeiros Calmon na ponta, acompanhado do empresário Camilo Cola e do candidato a prefeito de Guarapari derrotado em 1982, Paulo Sérgio Borges. Ambas as sublegendas abarcavam as principais regiões do estado. O partido lançou ainda vários nomes para os cargos de deputado federal e estadual.

O cenário de disputa que se configurou tinha, portanto, de um lado, uma candidatura que, de alguma forma, tentou qualificar o debate, procurando posicionar-se antagonicamente às tradicionais formas de fazer política, e, de outro, as duas principais candidaturas, que utilizaram métodos agressivos para criticar e acusar seu adversário.

Élcio Álvares direcionou suas críticas ao abuso da utilização da máquina pública pelo candidato da situação (ÉLCIO..., 1986a, 1986b, 1986c; PMDB..., 1986) e à coligação feita com os comunistas. Curiosamente, o anticomunismo (EMIR..., 1986; FRENTE...,

1986; MACHADO..., 1986; MOREIRA..., 1986b) será utilizado para desmoralizar o candidato do PMDB e não o do PT, como poderia se supor. Isso se explica pela aliança feita entre peemedebistas, o PCB e o PCdoB. Além disso, outro fato interessante é que a questão do anticomunismo foi mais evidenciada na campanha de 1986 do que na de 1982, pelo fato de os partidos comunistas só terem voltado à sua atividade dentro de uma ordem legal em 1985. Até então, agiam na clandestinidade ou via PMDB⁴⁶.

A resposta de Max Mauro vinha no mesmo tom, associando Élcio Álvares ao Regime Militar (MOREIRA..., 1986a; PFL..., 1986c). Mas o candidato do PMDB propunha o envolvimento da comunidade nas decisões políticas, como dizia ter feito quando prefeito do município de Vila Velha. Max colocava-se como o responsável pela criação dos conselhos comunitários. Propunha fazer o mesmo quando governador (MAX..., 1986d).

O resultado do processo eleitoral confirmou a supremacia do PMDB, que mantinha uma posição invejável. Apesar das resistências dentro do partido, Max Mauro venceu o pleito com alguma facilidade, com 54,7% dos votos válidos, ficando à frente de Élcio Álvares, que obteve 34,5%. Arlindo Villaschi (PT) obteve 10% e Rubens Gomes (PDT) 0,5 ponto percentual (Tabela 8). No Senado, o PMDB ficou com as duas vagas – Gerson Camata e João Calmon. Na Câmara Federal, agora com dez vagas, o PMDB foi quase absoluto, conquistando sete cadeiras. O PFL ficou com duas e o PT com uma, no caso, o médico Vitor Buaiz, que se tornou o primeiro representante do PT

46 O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 25 de março de 1922. Poucos meses depois, foi posto na ilegalidade, retornando somente em 1945. Em 1947, durante o governo Dutra, foi colocado novamente como ilegal, passando a agir na clandestinidade. No início dos anos 1960, após a queda de Stalin, houve uma dissidência no partido, fazendo surgir o PCdoB. Durante o Regime Militar, parte de seus quadros se alojaram no MDB. Essas duas agremiações (PCdoB e PCB) só voltaram a atuar na esfera institucional em maio de 1985.

capixaba no Congresso Nacional. Na Assembleia Legislativa, a coligação do PMDB também obteve maioria, elegendo 16 representantes, contra 9 do PFL, 3 da coligação PT/PSB, 1 do PDS e 1 do PDT.

Tabela 8 – Resultados da eleição para governador do Estado do Espírito Santo – 1986

Candidato	Partido	N.º de votos	%	Votos Válidos (%)
Max Freitas Mauro	PMDB	532.713	48,06	54,9
Élcio Álvares	PFL	334.678	30,19	34,5
Arlindo Villaschi Filho	PT	97.279	8,77	10,0
Rubens Gomes	PDT	4.957	0,44	0,5
Votos Brancos	-	98.490	8,88	-
Votos Nulos	-	40.176	3,62	-
Total de Votos Válidos		969.627	-	100
Total de Votos apurados		1.108.293	100	-

Fonte: TRE-ES (1986)

A preeminência do PMDB também se confirmou no plano nacional. Beneficiado pelo momentâneo sucesso da política de estabilização do governo Sarney – o Plano Cruzado –, o PMDB não só conquistou a maioria na Câmara e no Senado, como também elegeu 22 dos 23 governadores.

Concomitante a esses resultados, observa-se um crescimento efetivo do PT, que avançou muito em número de votos para governador, se comparado ao pleito anterior, bem como em relação ao Senado, com Rogério Medeiros obtendo 6,2% dos votos, além de ter conseguido, pela primeira vez, eleger representantes na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal. No plano nacional, o PT ocupou 3,7% das cadeiras da Câmara, com 16 parlamentares. Inclusive, foi eleito, nessa oportunidade, Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado federal mais bem votado do Brasil, com 652 mil votos. O PT elegeu ainda 39 deputados estaduais em todo o país.

Por fim, esse pleito no Espírito Santo confirmou uma tendência natural do atual sistema partidário: as eleições se pautarem no candidato em detrimento do partido. Em meados do mês de julho de

1986, o IBOPE realizou uma pesquisa em que era lançada a seguinte pergunta: “Qual o partido político com que o (a) Sr.(a) mais simpatiza ou pelo qual tem preferência?”. O resultado foi 36% para o PMDB, 8% para o PDS, 6% para o PFL, 5% PT e 1% para o PTB e PDT (IBOPE..., 1986; PARTIDO..., 1886). Com exceção do PMDB, que no pleito ainda contou com o respaldo conquistado durante a ditadura militar e teve a sua preferência confirmada nas urnas com a eleição do seu candidato Max Mauro, os partidos mais representativos não foram bem nas eleições. O exemplo foi o PDS, que, embora estivesse em 2º lugar na preferência do eleitorado, teve um resultado pífio nas urnas, bem abaixo do PFL, PT e PDT.

Os anos 1987-1988 foram cruciais para o Partido dos Trabalhadores. Depois de ter participado de importantes disputas eleitorais, o partido agora se preparava para um novo desafio: participar da elaboração da nova constituição do Brasil. Os avanços nas urnas em 1986 tiveram uma importância especial para o PT, pois naquele ano foram eleitos os que seriam os representantes na Assembleia Nacional Constituinte. E a presença do PT foi fundamental, já que este se revelou uma das agremiações de perfil ideológico mais coerente, respaldando de maneira muito consistente os temas discutidos (MENEGUELLO, 1989).

No ano de 1988, é importante destacar o surgimento de uma outra agremiação partidária, que protagonizou o cenário político, sobretudo na década de 1990: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), criado em junho de 1988 por parlamentares, em sua maioria, oriundos dos quadros do PMDB.

Pelo menos dois motivos levaram à criação do PSDB: em primeiro lugar, as dissensões internas da bancada parlamentar do PMDB, que vieram à tona claramente no decorrer dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988) e se tornaram especialmente agudas em torno da questão do sistema de governo (presidencialismo/parlamentarismo). Em segundo lugar, as discordâncias em torno da duração do mandato do presidente José Sarney. Com efeito, a criação

do PSDB correspondeu, em primeiro lugar, ao desejo de um grupo descontente do PMDB de se reunir em um novo partido, de perfil mais progressista, na linha das teses da social-democracia, e que trabalhasse pela instauração do Parlamentarismo no Brasil (KINZO, 1993). Corresponhia também ao objetivo de viabilizar a candidatura de Mário Covas à presidência da República, uma vez que o crescimento e predomínio do grupo quercista e as suas pretensões de levar Orestes Quércia, então governador de São Paulo, ao mais alto posto da política nacional, deixavam pouco espaço para uma proposta de centro-esquerda.

Mesmo a aspiração do deputado Ulisses Guimarães de candidatar-se à presidência pelo PMDB contribuiu para as articulações e a conseqüente formação do PSDB, com a cisão de expressivas lideranças como: Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa, Franco Montoro, José Serra, Euclides Scalco, Pimenta da Veiga, dentre outros.

No Espírito Santo, o PSDB se instala, mas a condução pelo senador José Ignácio Ferreira lhe retirou a proposta do *novo*. Seguindo a típica tendência das agremiações partidárias do estado, um grande conflito de lideranças marcou o surgimento do partido no Espírito Santo. De um lado, estava o próprio senador, rompido com o governo Sarney e com uma relação complicada com os dois principais líderes do PMDB capixaba, o governador Max Mauro e o senador Gerson Camata. Do outro lado, estava o polêmico e controvertido deputado federal Vasco Alves, que, assim como Ignácio, trabalhava o projeto de chegar ao Palácio Anchieta em 1990 (PSDB..., 1988). Apesar de tentar tomar a frente no processo, Vasco foi logo constrangido, e o partido passou para o controle de José Ignácio.

Com o senador, foram para o PSDB figuras como Jorge Anders, que viu as possibilidades de se candidatar pelo PMDB à Prefeitura de Vila Velha se dissiparem após o diretório municipal passar para o controle de Arnaldo Mauro, irmão do então governador que também pretendia se candidatar (PSDB..., 1988), Joaquim Beato, Luiz

Moulin e Ricardo Santos, todos ex-secretários de estado rompidos com o governador Max Mauro, e o deputado estadual Paulo Hartung, que pretendia se candidatar a prefeito de Vitória em 1988, mas que abriu mão de seu anseio e apoiou a Coligação Frente Vitória de Vitor Buaziz, ao que parece, em troca do apoio nas eleições vindouras. Esse fato, inclusive, trouxe muitos problemas internos para o PT, pois foi o pivô de um dos primeiros grandes conflitos entre as várias tendências do partido aqui do Espírito Santo. Esses conflitos ficaram adormecidos durante a bem avaliada gestão de Vitor Buaziz à frente da Prefeitura de Vitória, mas voltaram à tona com todo o fôlego durante o governo de Vitor a frente do estado (1995/1998), que veremos melhor no próximo capítulo.

Em relação às eleições municipais que ocorreram em 1988, os resultados foram animadores para o Partido dos Trabalhadores, pois ele conseguiu eleger 38 prefeituras em todo o Brasil, sendo três de importantes capitais, São Paulo, Porto Alegre e Vitória, a última com Vitor Buaziz, um resultado bem melhor do que nas eleições de 1982, quando os petistas fizeram apenas dois prefeitos em todo o Brasil. No âmbito do legislativo municipal, no plano nacional, o PT também logrou muitos êxitos, pois elegeu aproximadamente 1.007 vereadores em todo o Brasil, número bem superior aos 179 do pleito de 1982 (PINTO, 2001). A vitória do PT em 1988 foi muito importante para a campanha presidencial de 1989, mas também chamou atenção para o fato de que o PT agora se inseria de maneira mais efetiva nos meandros institucionais. Vale ressaltar que as poucas experiências administrativas do partido haviam sido conflituosas, como o caso de Diadema em 1982. O PT se deparava com o grande dilema de sua história: elaborar planos de governo dentro da lógica democrática vigente.

No Espírito Santo, além da capital, o PT também elegeu o prefeito de Jaguaré Túlio Pariz. Além disso, no ano anterior, em 1987,

havia eleito Magno Pires para o mandato tampão⁴⁷ no município de Vila Velha, vencendo o candidato do então governador Max Mauro.

Esse crescimento do Partido dos Trabalhadores tem profunda relação com a implosão do PMDB, que começava a perder importantes disputas e a diminuir drasticamente seu apoio entre os setores mais pobres do eleitorado (CARREIRÃO, 2002a; KINZO, 1993). Pode-se observar que, em 1986, os peemedebistas atingiram o seu apogeu quando conquistaram 22 dos 23 governos de estado com a colaboração, é claro, do momentâneo sucesso do Plano Cruzado do presidente José Sarney. Entretanto, a derrocada do plano de estabilização econômica e a conseqüente insatisfação com o governo federal levaram ao decréscimo da força do PMDB. De 31 municípios conquistados em 1982 no Espírito Santo, o PMDB conseguiu vencer em apenas 17 prefeituras, o que representou uma grande queda. Foi pouco mais do que as dez do PTB, que, em 1982, não elegeu nenhum prefeito, e menos do que os 23 municípios conquistados pelo PFL, partido recém-formado (Tabela 9, a seguir). Com o descrédito em relação à classe política, principalmente do PMDB, que não havia conseguido dar cabo aos graves problemas enfrentados pelo Brasil, a população frustrada tendeu a canalizar os votos para outros partidos. Isso explica, em parte, o avanço do PT nas urnas, nas eleições municipais de novembro de 1988, pois o partido começava a ser visto como algo novo e como uma alternativa real de governo (A ESTRELA..., 1988).

47 No dia 13 de dezembro de 1987, foram realizadas eleições majoritárias em Vila Velha para ocupar o cargo de prefeito somente durante um ano. Isso ocorreu porque aqueles que desejassem se candidatar nas eleições de 1988 tinham que se desincompatibilizar. Foi o que fez o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, deixando o cargo vago. Assumiu, então, o seu vice Aucélio Sampaio, que após cinco meses veio a falecer. O chefe do executivo passa a ser o presidente da Câmara, Carlos Malta de Carvalho, que, por questões judiciais, foi afastado três meses depois. Com esse impasse, convocaram-se eleições em que saiu vencedor Magno Pires do PT, a primeira experiência administrativa do partido no estado.

Confirmou-se também no Espírito Santo a diminuição do apoio ao PMDB, principalmente nos grandes centros urbanos. Os peemedebistas perderam o domínio nos cinco municípios da Grande Vitória: Vila Velha e Cariacica foram conquistados pelo PSDB, Vitória pelo PT, Viana pelo PFL e Serra pelo PTB. Isso se deu pelo desgaste do governo federal, ratificado pelo crescimento do PT e também pelo surgimento de outros competidores no terreno oposicionista, como PCB, PCdoB e, sobretudo, o PSDB.

Tabela 9 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 1988

Partido	1988	
	N.º	%
PFL	23	34,33
PMDB	17	25,37
PTB	10	14,92
PDS	05	7,46
PSDB	03	4,48
PDT	03	4,48
PT	02	2,98
PDC	02	2,98
PL	02	2,98
Total	67	100

Fonte: TRE-ES (1986)

2.5 ELEIÇÕES DE 1989/1992: A INSERÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NA IDADE MÍDIA E A FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA

Em 1989, ocorreriam finalmente as primeiras eleições diretas para presidente da República depois de 29 longos anos. Além disso, a eleição presidencial de 1989, nacional e solteira, se impôs como instante inaugural de um novo tempo da política (RUBIM, 2004a). Ela não só consolida, no Brasil, um modelo eleitoral midiático, como também transfere ampla carga publicitária para o novo padrão, chamando definitivamente a atenção da sociedade brasileira para o novo caráter do processo eleitoral. Nessas eleições, as estratégias dos principais

candidatos basearam-se no amplo uso de pesquisas de opinião, associadas ao marketing político (RUBIM, 2004a). O processo eleitoral foi marcante, também, porque outros programas televisivos foram envolvidos pelas discussões políticas, a exemplo das telenovelas, que tinham como pano de fundo os aspectos do cenário político do Brasil. Por tudo isso, essas eleições podem ser consideradas um marco na política brasileira.

Na ocasião, 22 candidatos apresentaram-se para disputar a sucessão de Sarney e o PT surpreendeu, chegando à frente de grandes partidos, como o recém-criado PSDB, o PMDB e o PDS. No segundo turno, a disputa ocorreu entre Fernando Collor de Mello, do PRN, e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que, na oportunidade se aliou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), formando a Coligação Frente Brasil Popular.

Esse processo eleitoral foi marcado por uma cobertura extremamente tendenciosa da mídia (CARREIRÃO, 2002a; POMAR, 1990; RUBIN, 2004a), com práticas extremamente esdrúxulas, por exemplo, a edição de debates políticos, coisa vista com estranheza no meio jornalístico. Toda a imprensa escrita, bem como a televisão e o rádio, deu destaque especial ao *Fenômeno Collor*, como algo novo na política brasileira. O candidato foi com o *slogan caçador de marajás*, como o político que introduziria o Brasil no contexto internacional. Os demais candidatos, sobretudo Luiz Inácio Lula da Silva, foram desqualificados pela mídia, pesando sobre este a imagem do *medo* (CHAIA, 2004).

O resultado foi uma grande vitória de Collor (PRN), que obteve 53,03% dos votos, contra 46,96% do candidato Lula do PT. No Espírito Santo, a vantagem de Collor foi ainda maior: alcançou 59,29% dos votos, contra 40,70% do candidato petista (Tabelas 1 e 2).

Mesmo com a derrota de Lula, as eleições de 1989 foram muito significativas para o PT. Segundo Brice Bragato (2008),

[...] a candidatura do Lula (1989) [...] não foi uma disputa só eleitoral, foi um momento de extrema agitação, propaganda, embate político-ideológico. Uma das coisas que mais fizeram bem a toda história do PT foi a disputa com o Collor. Nós saímos daquele segundo turno muito fortalecidos [...].

Além disso, as eleições tiveram um significado pedagógico para o Partido dos Trabalhadores: ficou claro que não tinha força, tanto nos aspectos políticos quanto nos simbólicos, para vencer as eleições nacionais. Entretanto, o processo serviu para ele acumular, no curso das disputas, o respaldo político e social que mais tarde o conduziria a grandes vitórias (MARQUES, 2005).

No dia 3 de outubro de 1990, a sociedade capixaba mais uma vez iria às urnas para escolher o 24º governador eleito por voto direto, além de representantes para os cargos de senador, deputados federais, governador e deputados estaduais.

Se a campanha presidencial de 1989 é uma referência no plano nacional da utilização de formas avançadas de comunicação por meio do marketing político, as eleições estaduais de 1990 tiveram o mesmo significado para o Espírito Santo, pois foram elas que inseriram o estado na Era das campanhas modernizadas.

O cenário político estabelecido era muito diferente e muito mais complexo, se comparado às eleições anteriores. Quatro importantes aspectos marcaram a disputa: em primeiro lugar, observa-se o grande enfraquecimento do PMDB, culminando com um processo de fragmentação partidária e ideológica; em segundo, a ampliação de alianças políticas diante dessa fragmentação partidária; em terceiro, por diversos fatores, tivemos uma ausência de candidaturas de peso: a única que existiu não decolou por conta de problemas na indicação do seu candidato a vice; e, por último, um dos candidatos impôs uma nova forma de campanha eleitoral, por intermédio de uma sofisticada estrutura propagandística.

O enfraquecimento do PMDB se deu principalmente pelas suas diversas divisões internas, as quais sempre existiram, mas eram amarradas pelo ideal comum das diversas correntes, que lutavam pela redemocratização do país. Na medida em que a democracia foi se consolidando, o partido passou a ser vitorioso nas urnas e a compor governos, saindo da condição de opositor. Consequentemente, a briga pelo controle da sigla ocasionou o seu desmembramento. Associada a isso, está a vitória de Collor em 1989 e o consequente reordenamento do Estado brasileiro em direção ao neoliberalismo, o que levou o PMDB a uma grande perda de identidade, uma vez que a Constituição de 1988 havia sido construída com a cara daquele PMDB humanista, defensor das liberdades democráticas, baluarte da igualdade entre os homens, adjetivos incompatíveis com a perspectiva mercadológica. Por todos esses fatores, houve uma grande decadência do PMDB.

No Espírito Santo, o PMDB se enfraqueceu muito com a saída dos seus principais caciques: Gerson Camata chegou, em 1988, a participar da fundação do PSDB⁴⁸ (VIEIRA, 1993), mas logo passou a compor os quadros do modesto PDC, e Max Mauro, depois que saiu do PMDB, no final dos anos 1980, ficou um tempo sem partido, vindo a se filiar, em 1992, ao PDT.

Em 1990, o PMDB lançaria como candidato ao governo o deputado estadual Douglas Puppim, que, nos momentos finais para registro, acabou renunciando, dando lugar ao senador João Calmon, o qual teve como candidato a vice o ex-prefeito de Castelo e ex-secretário de agricultura Paulo Marcos Lomba Galvão, que havia sido peça-chave nas articulações dos prefeitos em torno do lançamento da candidatura de Max Mauro a governador em 1986.

48 A pretensão de Camata em se filiar ao PSDB não teria se viabilizado devido à sua adesão ao presidencialismo e aos cinco anos de mandato presidencial, postura antagônica aos princípios do PSDB.

Outro importante líder do PMDB, o senador José Ignácio Ferreira, saiu do partido para fundar o PSDB em 1988. Em 1990, Ignácio foi convidado pelo então presidente Fernando Collor de Mello a tornar-se líder do governo no Senado. Mas, para isso, deveria trocar de partido, pois os tucanos haviam adotado uma linha de independência em relação ao governo federal. Isso levou o senador a se alojar no pequeno Partido Social Trabalhista (PST), pelo qual, logo no início das articulações, se definiu como candidato ao governo em 1990, com o apoio de senador Gerson Camata (CAMATA..., 1990). Mas a saída de Ignácio do PSDB e a aproximação com o governo Collor custaram caro a José Ignácio, pois ele acabou perdendo o apoio dos partidos de centro-esquerda que tendiam a apoiá-lo por conta de sua história de perseguido político do regime militar e pelo seu perfil, até então considerado progressista. Ignácio construiu uma coligação com outros cinco partidos: PMN, PSC, Partido Republicano Progressista (PRP), PFL e PDS, formando a Frente Progressista Liberal.

O PFL, pelo acordo estabelecido, indicaria o candidato a vice-governador para compor a chapa de Ignácio. Em disputa interna envolvendo o médico Luiz Buaziz e o deputado federal Pedro Ceolin, saiu vencedor o segundo (CEOLIN, 1990; PFL..., 1990b). Nesse momento, os problemas de Ignácio começaram. Seus principais aliados, Gerson Camata (PDC) e o candidato a senador Élcio Álvares (PFL) se negavam a subir no palanque caso Ceolin permanecesse na chapa. O próprio Ignácio também rejeitou a indicação, alegando falta de sintonia entre a sua biografia e a do deputado contra o qual também pesavam uma série de outras acusações (IGNÁCIO..., 1990). Diante dessa rejeição, todos esperavam que Ceolin, demonstrando um ato de grandeza, renunciasse (VIEIRA, 1993), mas isso não aconteceu, e o PFL ameaçou romper com a coligação se seu nome não fosse aceito (PFL..., 1990a, 1990c). Esse impasse se arrastou até o final da campanha e acabou enfraquecendo muito o candidato José Ignácio. A crise culminou com o rompimento entre o senador Gerson Camata e Ignácio, ainda no decorrer do processo eleitoral.

Uma outra candidatura estava sendo construída por diversos prefeitos desde 1989: a do ex-secretário de planejamento do governo Max Mauro, Albuíno Azeredo, homem muito conhecido pelo seu perfil técnico. Em março de 1990, após diversas conversações, um grupo de 43 prefeitos enviou ao governador Max um manifesto cujo conteúdo era o apoio incondicional à candidatura Albuíno e a sugestão de que o governador também aderisse a ela (VIEIRA, 1993).

O governador Max Mauro, além da candidatura Albuíno, sondava também outros possíveis nomes para sucedê-lo. Dentre eles, estava o senador Ignácio, que logo rejeitou a sua ajuda (VIEIRA, 1993). Outros nomes foram cogitados, como Vitor Buaiz (PT) e Vasco Alves (sem partido), prefeitos de Vitória e Cariacica, respectivamente, que não aceitaram, com a justificativa de que queriam concluir seus mandatos. Max ainda tentou articular o nome de Albuíno dentro do próprio PMDB, mas houve a rejeição quase unânime dos peemedebistas.

O governador, diante desse cenário, começou a articular com o então governador da Bahia Valdir Pires e com Leonel Brizola, líderes do PDT nacional, a filiação de Albuíno naquele partido. Essa atitude rendeu frutos, pois Brizola entregou a Max o PDT capixaba para fazer seu sucessor (VIEIRA, 1993).

A partir desse momento, o governador Max Mauro abraçou de vez a candidatura Albuíno. Restava agora a escolha do vice. De início, dois nomes foram cogitados: Theodorico de Assis Ferraço e Enivaldo dos Anjos. Ambos não aceitaram por conta de compromissos que tinham com seus municípios, em concluírem também seus mandatos (VIEIRA, 1993). Em seguida, foi convidado o ex-secretário da educação na gestão Max, José Eugênio Vieira, que em seu livro *A História política e eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992* confessou que sua recusa se deu por achar que o cargo deveria ser guardado para composição com outro partido. Após muitas negociações, definiu-se pelo nome do ex-prefeito de Nova Venécia Adelson Salvador. Junto

ao PDT, agregaram-se outros três partidos: PSB, PTB e PCdoB, formando a Frente Democrática Capixaba.

No momento do lançamento dessas candidaturas, o Partido dos Trabalhadores também se articulava. Em consonância com as diretrizes do PT nacional, expostas nas resoluções de seus encontros, a ideia seria compor uma coalização com os partidos de centro-esquerda, ditos progressistas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998), no caso, o PSB, o PTB e o PCdoB (PSB..., 1990; PT..., 1990a). Entretanto, esses três partidos se uniram para apoiar a candidatura Albuíno e isso deixou os principais líderes do PT bastante insatisfeitos, levando-os a fazer declarações extremamente fortes contra os petebistas e comunistas (PT..., 1990b). Sem o apoio dos partidos de centro-esquerda, o PT partiu para a disputa coligado somente com o PCB, na Frente Popular Capixaba, lançando como candidato ao governo o jornalista e vice-prefeito de Vitória Rogério Medeiros.

Além desses quatro candidatos, um outro nome se apresentou pela Frente Independente Capixaba (PRN, PDC e PDS)⁴⁹: foi o empresário Paulo Loureiro, que teve a sua candidatura cassada dias antes das eleições.

Consolidados os acertos em torno das candidaturas, o pleito se iniciou e as pesquisas de opinião apontavam ampla vantagem para o candidato da Frente Progressista Liberal, José Ignácio, que, mesmo com problemas na sua chapa, aparecia à frente nas preferências do eleitorado (gráficos a seguir).

Com base nessas primeiras pesquisas, que atribuíam menos de 1% ao candidato Albuíno Azeredo e diante da vantagem de Ignácio, a equipe de marketing⁵⁰ que havia sido contratada percebeu a neces-

49 Com a cassação da candidatura de Loureiro, o PDS passou a compor com a Frente Democrática Capixaba, em apoio ao candidato Albuíno Azeredo.

50 A equipe de marketing montada pelo candidato Albuíno contou com profissionais de ponta desse setor, que eram conhecidos nacionalmente, por exemplo: Francisco Pontes, ex-secretário da administração Ciro Gomes em Fortaleza;

sidade de buscar mecanismos que pudessem diminuir a diferença e levá-lo ao segundo turno. Na verdade, na fase inicial da campanha, a candidatura Albuíno não havia ainda extrapolado o círculo fechado da elite empresarial e política, onde era mais conhecido pelo seu perfil técnico. Era necessário transformar Albuíno numa figura conhecida da opinião pública (VIEIRA, 1993). Exaustivas análises das pesquisas de opinião revelaram que José Ignácio possuía índices de rejeição altíssimos, que chegavam a 60%, enquanto o mesmo índice de Albuíno não alcançava 20%. Além disso, as pesquisas apontavam um grande índice de eleitores indecisos.

Com base nessas e em outras informações coletadas, delineou-se o eixo da campanha Albuíno: em primeiro lugar, era necessário desenvolver a questão da popularidade, em segundo, angariar votos que levassem o candidato para o segundo turno e, por último, explorar adequadamente realizações relacionadas diretamente a Albuíno, como o sistema TRANSCOL, sem, no entanto, envolvê-lo aos círculos tradicionais de poder⁵¹.

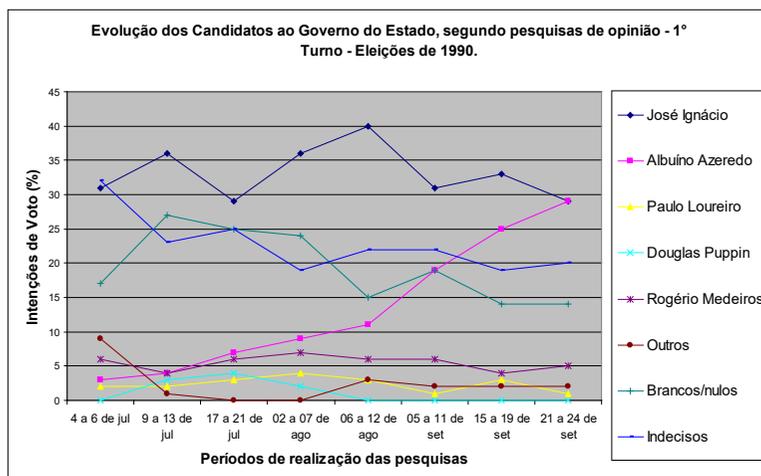
Assim, delineou-se como um dos principais pontos que embasavam seu discurso a questão da sua desvinculação com a ordem constituída, acentuando a sua competência técnica para gerir a coisa pública e desenvolver o Espírito Santo. A estratégia utilizada pela equipe de marketing contratada por Albuíno surtiu efeito, pois o candidato do PDT teve uma extraordinária ascensão. Os gráficos a seguir mostram a evolução do candidato Albuíno em comparação aos demais candidatos, com base em pesquisas de opinião realizadas

Ariosto Teixeira, oriundo da redação do Jornal *O Estado de São Paulo*; Armando Mendes, ex-membro da equipe de economia do Jornal *O Estado de São Paulo*; José Bertoni, trazido do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Benjamin Sicsu, Elizabeth Rodrigues, dentre outros.

51 Para mais esclarecimentos acerca da candidatura de Albuíno e a sua campanha modernizada, ler: VIEIRA, José Eugênio. **A história político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

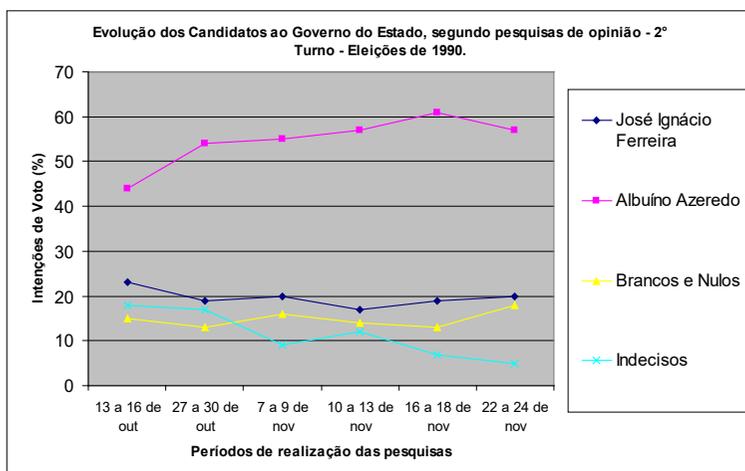
no período eleitoral. Observa-se um grande crescimento de Albuíno na preferência do eleitorado, ao passo que os concorrentes ficaram estagnados ou perderam espaço. Na última pesquisa, realizada entre os dias 21 e 24 de setembro, Albuíno já estava tecnicamente empatado com o candidato que até pouquíssimo tempo aparecia com uma folgada preferência:

Gráfico 2 – Evolução dos candidatos ao governo do Estado, segundo pesquisas de opinião – 1º turno – eleições de 1990



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de Vieira (1993)

Gráfico 3 – Evolução dos candidatos ao governo do estado, segundo pesquisas de opinião – 2º turno – eleições de 1990



Fonte: Gráfico elaborado a partir de dados de Vieira (1993)

Diante de toda essa estrutura montada para sua candidatura, mais os problemas verificados na chapa de José Ignácio, e ainda o isolamento do candidato petista, Albuíno Azeredo deu uma arrancada extraordinária e venceu as eleições no segundo turno. Um candidato que no início do processo eleitoral era inexpressivo saiu vencedor graças ao uso de uma sofisticada estrutura de marketing, inserindo o Espírito Santo na Era das campanhas eleitorais modernizadas. Foi eleito com 66,51% dos votos válidos, bem à frente do seu adversário no segundo turno, José Ignácio, que ficou com 33,56%. O candidato do PT, Rogério Medeiros, ficou em terceiro, com 15,67% dos votos válidos, e o candidato do PMDB, João Calmon, em último, com 4,76%, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir.

Tabela 10 – Resultado das eleições para governador – 1990 – 1º turno

Candidato	Partido	N.º de Votos	%	Votos Válidos (%)
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	356.754	28,92	43,79
José Ignácio Ferreira	PST	291.196	23,90	35,74
Rogério Sarlo de Medeiros	PT	127.672	10,34	15,67
João de Medeiros Calmon	PMDB	39.042	3,16	4,79
Votos Brancos	-	210.042	17,02	-
Votos Nulos	-	208.815	16,92	-
Total de Votos Válidos		814.692	-	100
Total de Votos Apurados		1.233.549	100	-

Fonte: TRE-ES (1990)

Tabela 11 – Resultado das eleições para governador – 1990 – 2º turno

Candidato	Partido	N.º de Votos	Votos Válidos (%)
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	584.269	66,51
José Ignácio Ferreira	PST	294.872	33,56
Total de Votos		879.141	100

Fonte: TRE-ES (1990)

Como pode ser constatado, o resultado concreto dessas eleições foi o fechamento de algo que já estava ocorrendo desde meados do governo Max Mauro (1987/1990): o desaparecimento de um partido dominante em favor de uma alta fragmentação partidária e ideológica. Isso pode ser constatado nos resultados para a Câmara Federal. O PMDB, embora tenha conseguido a maioria, perdeu espaço e elegeu seis representantes, ficando o PSDB com três cadeiras e o PFL com uma. A vaga no Senado ficou com o PFL, com a vitória de Élcio Álvares, que obteve 43,67% dos votos.

A composição da nova Assembleia Legislativa mostrou uma fragmentação partidária ainda maior: o partido que mais elegeu deputados estaduais foi o PFL, com seis, perfazendo 20% do total. O segundo colocado foi o PSDB, que adquiriu cinco cadeiras (16,66%). O PMDB, de primeira força partidária, passou a ser terceira, fazendo quatro deputados, empatando com o PRN (13,33%). O PT, o PTB e o PDT elegeram três deputados cada, quantidade que representa

10% da Assembleia e, por último, ficaram o PSB e PDC, que conseguiram uma vaga cada (3,3%).

Como se pode notar, o PT, nesse pleito, não avançou muito em âmbito estadual, se comparado o resultado com o das eleições de 1986. Apesar de ter tido uma pequena alta no número de votos para governador, manteve o mesmo número de deputados estaduais, mas na Câmara dos Deputados Federais perdeu o seu representante. Isso ocorreu por conta de não ter conseguido formar uma coalizão com os partidos de centro-esquerda.

Por outro lado, no plano nacional, o PT cresceu eleitoralmente. Já assumindo um novo modelo de política, aceitando o esquema de coligações, o PT fez um senador, 35 deputados federais e 81 estaduais, um crescimento superior a 50%.

Uma outra questão que muito chamou atenção no pleito no Espírito Santo foi a grande incidência de votos brancos e nulos, que, juntos, ultrapassaram a quantidade de votos recebidos pelo primeiro colocado para governador no primeiro turno. Vários fatores podem explicar esse comportamento do eleitor. Dentre eles, a descrença da população com a classe política brasileira desde o fracasso dos planos econômicos no governo Sarney. Esse fracasso evidenciou a incapacidade dessa classe política de criar meios que pudessem resolver o problema da inflação galopante em que o Brasil estava mergulhado. Uma outra causa mais específica, foi a política monetária restritiva, com confisco da poupança, executada em março de 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello, fato que trouxe profundas insatisfações à sociedade brasileira, sobretudo à classe média.

Nas eleições municipais de 1992, ano marcado pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, contexto em que o PT foi um protagonista importante, nota-se uma discrepância muito grande entre aquilo que ocorreu no plano nacional e regional. Embora as eleições municipais não sejam objetos desta pesquisa, os dados coletados e organizados até aqui mostram que o PT teve um crescimento contínuo em termos de prefeituras conquistadas no plano nacional: de

apenas 2 em 1982, passou a 38 em 1988, e 54 em 1992. Porém, no Espírito Santo, o partido não conseguiu repetir a mesma *performance*. Em 1990, lançou candidatos em 20 municípios dos 50 em que tinha diretórios montados, venceu somente em Ecoporanga, com Francisco R. Gomes, conhecido como Chico Coletor. Teve ainda 710 candidatos a vereador em 54 municípios, conseguindo eleger 40. Além disso, perdeu o governo da capital, Vitória, sua única prefeitura, já que neste momento Túlio Pariz, prefeito de Jaguaré, havia deixado o partido.

O PMDB manteve um grande volume de vitórias em eleições municipais em todo o Brasil: em 1982, obteve 1.377 (34,9%), em 1988, conseguiu eleger 1.606 (37,5%) e, em 1992, 1.605 prefeitos, número que representa 33,7% do total. Como houve um acréscimo no número de prefeituras no período, o partido perdeu força em termos proporcionais.

Quando são analisados os dados eleitorais do Espírito Santo no pleito de 1992, constata-se a fragmentação partidária e ideológica exposta e um declínio muito grande do PMDB, que elegeu apenas 17 prefeitos (23,94%), o mesmo número de 1988, mas, em 1992, o estado também passou a ter mais municípios. O PMDB capixaba, portanto, continuou diminuindo seu desempenho, pois havia conquistado 54,33% das prefeituras em 1982 e 25,37% em 1988. No Espírito Santo, de fato, repetiu-se aquilo que se viu no plano nacional: o PMDB perder espaço em termos proporcionais, mas com o agravante de a queda do PMDB por aqui ser bem superior à que ocorreu no plano nacional.

O partido vencedor no pleito foi o PDT, que, de 3 prefeituras conquistadas em 1988, passou a ocupar 23, que significam 32,39% do total. Isso se explica pelo fato de o então governador Albuíno fazer parte dos quadros do PDT. Confirma-se a tendência comum no sistema político brasileiro: a migração dos políticos para o partido governista.

Pode-se ainda perceber, pelos dados, que o partido que mais enfraqueceu no Espírito Santo foi o PFL: de 23 municípios conquistados em 1988, passou a controlar apenas 4 em 1992. Essa queda brusca não se configurou de forma tão grande no plano geral. Conclui-se,

com a análise dos dados, que eleições municipais parecem seguir uma dinâmica própria, uma vez que há uma diferença significativa entre o que ocorre nos estados e em nível nacional.

Tabela 12 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 1992

Partido	1992	
	N.º	%
PDT	23	32,39
PMDB	17	23,94
PTB	08	11,70
PDS	04	5,63
PSDB	04	5,63
PFL	04	5,63
PSB	04	5,63
PL	03	4,22
PDC	02	2,81
PT	01	1,40
PTR	01	1,40
Total	71	100

Fonte: TRE-ES (1992)

Nas eleições municipais em Vitória, o PT cometeu uma série de equívocos que culminaram com uma crise interna. O partido lançou como candidato a prefeito de Vitória João Carlos Coser, contrariando o desejo de Vitor Buaiz, a grande liderança do partido naquele momento. Era desejo de Vitor lançar o nome do seu vice-prefeito Rogério Medeiros, que já tinha montado toda a estratégia de campanha. Mas, numa prévia, venceu Coser com o apoio da ala mais radical do partido. Essas correntes, que reuniam vereadores e deputados estaduais, nunca esconderam suas divergências com Vitor, a ponto de deixá-lo sem líder na Câmara. Por isso, embora tenha afirmado que, por questões éticas, apoiaria o candidato da Frente Vitória, João Carlos Coser, Vitor Buaiz deixou claro desde o início que não abraçaria a candidatura de corpo e alma: “Não vou sair por aí abraçando Coser, dando-lhe beijinhos” (VITOR..., 1992, p. 2).

Vitor Buaiz dizia que a maior contribuição que poderia dar a Coser era o exemplo de sua administração, cabendo ao candidato aproveitar isso. O prefeito lembrava também que, durante quase todo o seu mandato, Coser lhe havia feito oposição. E, embora afirmasse que não daria qualquer apoio informal a outro candidato, salientou que não impediria que outros candidatos amigos, como Luiz Buaiz (PFL) e Paulo Hartung (PSDB), elogiassem a administração e a usassem como bandeira (VITOR..., 1992). Além disso, não colocaria a máquina à disposição de nenhum candidato.

Esse episódio levou a se cogitar a expulsão do prefeito Vitor Buaiz do PT. O que se viu durante boa parte da disputa foi um conflito entre o grupo de Vitor Buaiz e João Carlos Coser. Em entrevista ao jornal *A Gazeta*, Rogério Medeiros dizia que, se Vitor fosse punido, Kleber Frizzera (então presidente municipal do PT), João Coser e Cláudio Vereza também deveriam ser, pois eles não haviam apoiado Medeiros em 1990 na campanha para o governo estadual (ROGÉRIO..., 1992). Do outro lado, o ex-deputado Cláudio Vereza defendia o diálogo para se superar o impasse. O resultado de todo esse processo não poderia ser outro. Foram inúteis as tentativas de Coser associar o seu nome ao de Vitor Buaiz, e sua candidatura permaneceu estacionada em patamar sempre inferior a 15%. A eleição acabou sendo polarizada por Luiz Buaiz e Paulo Hartung, com a vitória do segundo. O episódio envolvendo os grupos de Vitor e João Coser veio à tona em outros momentos e trouxe muitos prejuízos para o PT no Espírito Santo⁵².

52 Detalhes desse e de outros problemas envolvendo o campo majoritário e as tendências minoritárias do PT estão nas entrevistas com quatro importantes lideranças do Partido no Estado, anexadas na dissertação que deu origem ao presente livro. OLIVEIRA, Ueber José de. **Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002**. 2008. 326f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

2.6 UMA BREVE CONCLUSÃO

O cenário político eleitoral do Espírito Santo, no período pós-ditadura, inicia-se com a dominância quase absoluta das duas agremiações gigantes – PMDB/PDS –, com vantagem do PMDB. Além disso, em 1982, os peemedebistas conquistaram maioria em praticamente todas as casas legislativas do Brasil, além da maioria dos governos estaduais.

Para o PT, a primeira experiência eleitoral foi frustrante. Com uma campanha sem recursos financeiros e com uma série de obstáculos, como a campanha do *Voto Útil* e uma verdadeira desmoralização dos seus candidatos, obteve apenas 2% dos votos do eleitorado capixaba. O resultado decepcionante levou o partido a dirigir suas forças para os movimentos sociais. Em 1984, o partido teve um papel primordial na campanha das *Diretas Já*. Apesar de não ter logrado êxito na tentativa de aprovar a Emenda Dante de Oliveira, o movimento se tornou um marco para o PT e para o Brasil.

Em 1985, o Partido dos Trabalhadores conseguiu uma boa posição entre os eleitores da capital, colocando Vitor Buaziz em segundo lugar na eleição da capital capixaba, já marcando uma boa aceitação junto à classe média. Em 1986, elege o mesmo Vitor Buaziz para a Câmara Federal Constituinte. Depois, em 1987, uma outra experiência: a eleição de Magno Pires como prefeito de Vila Velha com 20% dos votos do eleitorado do município. Em 1988, o PT venceu as eleições na capital, desbancando o então imbatível PMDB, detentor da maioria das prefeituras do estado e que vivia seu auge tanto no plano estadual como no plano federal com o momentâneo sucesso dos planos econômicos do governo Sarney e com a liderança nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

A hegemonia dos peemedebistas começou a se esvaír com o fracasso na condução da política econômica e no combate à inflação. Além disso, o PMDB não encontrou um elemento que pudesse mantê-lo unido, como fora a bandeira da redemocratização. Isso levou a

uma série de dissidências no partido e a uma fragmentação partidária e ideológica do cenário político capixaba.

Esse declínio do PMDB levou a um crescimento da esquerda. Nos anos 1986-1988, com uma campanha mais competente, o PT conseguiu melhorar a sua *performance*, elegendo, assim, para os parlamentos federal e estadual, 10% dos representantes, que se resumiam a quatro deputados, além do prefeito da capital, Vitória, e de uma municipalidade do interior.

Embora tenha obtido um bom crescimento nas eleições nacionais, no ano de 1990, o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo manteve a tendência de crescimento, pois não conseguiu construir uma aliança com os partidos de centro-esquerda, que fecharam com o candidato do PDT Albuíno Azeredo, que, contando com uma sofisticada estrutura propagandística, conseguiu surpreender e vencer as eleições. Depois da queda de rendimento nas urnas, o PT terminou o primeiro ciclo em crise, por conta, principalmente, das divergências entre seus grupos internos, em torno da sucessão de Vitor Buaiz na Prefeitura de Vitória. Quanto ao cenário político partidário, os anos 1990/1992 marcaram o fim da hegemonia peemedebista, passando a uma grande fragmentação partidária.

Capítulo 3

A conjuntura político-eleitoral de 1994/2002 no Espírito Santo: a fragmentação partidária e o PT dentro da ordem

“[...] a adaptação ao mundo, venceu o impulso para mudá-lo”

Luiz Werneck Vianna

Nesta parte da pesquisa, pretende-se analisar o desempenho do Partido dos Trabalhadores em eleições ocorridas entre os anos de 1994 e 2006, a partir da vitória nas urnas do candidato Vitor Buaiz no pleito de 1994, que marca o momento auge do PT no Espírito Santo. No mesmo período, voltam à tona fortes conflitos entre as tendências internas do PT, consubstanciados nos embates entre a bancada

petista na Assembleia e o governo⁵³. Tais embates culminaram na debandada de eminentes lideranças, inclusive do próprio Vitor Buaz, levando ao inevitável enfraquecimento do partido no estado, nas eleições seguintes. Para fazer a análise pretendida, será necessário retomar alguns aspectos da história do PT no Espírito Santo, com a sua caracterização ideológica, atentando para as suas clivagens internas, bem como para os principais conflitos verificados entre elas.

O ano de 2002 representa um importante marco na história do Partido dos Trabalhadores: é nele que alcança a presidência da República, inaugurando uma nova etapa na vida do partido, que está em pleno curso. É também a partir de 2002 que se observa uma recuperação do PT no Espírito Santo, quando volta a ser mais representativo no Legislativo Estadual e passa a compor a coalizão do governo Paulo Hartung (2003 em diante). Como já colocado, esta última parte não será alvo de grandes aprofundamentos por se entender que se trata de um período ainda em aberto. Em seguida, serão encaminhadas algumas conclusões em termos de considerações finais.

Antes disso, porém, é necessário aludir acerca de alguns aspectos das conjunturas políticas nacionais e internacionais, para depois buscar a compreensão a respeito daquilo que se passou no plano estadual. Isso se dá porque as eleições ocorridas a partir de meados da década de 1990 são marcantes do ponto de vista da inauguração de uma nova dinâmica institucional, forjada pela inserção do Brasil no neoliberalismo.

53 É importante salientar que não é propósito desta pesquisa estudar governos, mas analisar alguns aspectos da gestão Vitor Buaz à frente do governo do Espírito Santo, o que é de extrema pertinência para o entendimento da trajetória do PT no estado, uma vez que esse governo representa um momento *divisor de águas* na história da sigla no Espírito Santo.

3.1 A IDEOLOGIA NEOLIBERAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E MUDANÇAS INSTITUCIONAIS

Segundo o historiador britânico Perry Anderson (1995), as origens do *neoliberalismo* enquanto um fenômeno distinto do *liberalismo clássico* remontam ao período do pós-II Guerra Mundial, tendo surgido como uma reação teórica e política ao Estado interventor e de bem-estar. Segundo o autor, o texto que inaugurou essa corrente ideológica foi *O Caminho da Servidão*, de Frederick Hayek, produzido já em 1944. O texto é um frontal ataque aos mecanismos de limitação de mercado por parte do Estado, denunciados como uma ameaça letal à liberdade, não só econômica, mas também política.

Em 1947, enquanto se consolidava nos países europeus o Estado de bem-estar social, Hayek convocou alguns daqueles que compartilhavam de suas ideias para uma reunião que se realizaria na Suíça. Dentre os convidados, destacavam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Lipman e Michael Polanyi, todos com o traço comum de serem adversários do Estado de bem-estar e também do *New Deal* norte-americano.

Dessa reunião, seguiu-se à formação da Sociedade de *Mont Pèlerin* (denominação dada em referência à estação onde se realizara a reunião), que promoveria encontros a cada dois anos, e cujo propósito fundamental seria o combate ao keynesianismo e ao Estado de bem-estar, além da preparação das bases para um outro tipo de capitalismo, livre das regras impostas por aqueles modelos de Estado (ANDERSON, 1995).

É importante frisar que o cenário encontrado por esses intelectuais não era o mais propício para se colocarem em prática ideias de mercado livre, pois o capitalismo entrava em uma fase extraordinária de crescimento durante as décadas de 1950 e 1960, tornando inverossímeis os avisos neoliberais a respeito dos riscos que a excessiva intervenção dos Estados na economia poderia trazer para o capitalismo global.

A principal tese sustentada por Hayek, que foi endossada pelos demais defensores da corrente neoliberal, era a de que o chamado *novo igualitarismo* desse período, promovido pelo Estado provedor, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. “Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais” (ANDERSON, 1995, p. 10).

As ideias neoliberais só começaram a ganhar terreno com a ocorrência da grande crise internacional do capitalismo, verificada diante da primeira crise internacional do petróleo, a partir de 1973, das baixas taxas de crescimento e dos altos índices de inflação que já se faziam presentes há alguns anos. Para Hayek, o ponto fulcral dessa crise era o poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do operariado, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com as pressões visando melhorias salariais e com suas exigências para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Na concepção dos neoliberais, esses dois processos destruíram os níveis de lucro das empresas, desencadeando a disparada dos preços e dos índices inflacionários, que, por sua vez, geraram a crise generalizada da economia. Como remédio, admitiam a manutenção do Estado forte somente para romper com o poder dos sindicatos, mas a estrutura estatal deveria ser parca nos gastos sociais e nas intervenções no setor econômico.

Para os neoliberais, a estabilidade financeira deveria ser a principal meta de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, contenção dos gastos sociais e a restauração das taxas de desemprego, vista como natural, especialmente para diminuir os níveis salariais. Esse modelo foi adotado em maior ou menor grau a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, com a ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Helmut Kohl na Alemanha.

Os limites deste trabalho não permitem aprofundar as transformações e impactos trazidos pela adoção do modelo neoliberal nas sociedades em que foi aplicado. Para a presente análise, o importante é observar alguns aspectos da hegemonia alcançada pelo neoliberalismo enquanto ideologia que, segundo Anderson (1995, p. 23),

[...] alcançou êxitos num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se as suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

Essa hegemonia neoliberal também se expressou igualmente no comportamento de partidos e governos, mesmo daqueles que formalmente sempre se colocaram como seus opositores, vide eleição e governo de Luiz Ignácio Lula da Silva.

Além disso, é importante considerar as profundas transformações socioeconômicas e tecnológicas verificadas no último quarto do século XX e a fragmentação do *socialismo real*, que também abalaram profundamente as estruturas dos partidos políticos ocidentais. Em primeiro lugar, pode-se apontar o aumento da complexidade das sociedades ocidentais, que acarretou problemas diversos aos partidos. Segundo Pedro Ribeiro (2004, p. 30),

[...] em sua dimensão estrutural, a complexificação social significou uma crescente diferenciação funcional societária, multiplicando os interesses – cada vez mais conflitantes e complexos – presentes no seio da sociedade. Tal sociedade altamente segmentada por meio de linhas demarcatórias entrecruzadas, sobrepostas e não ajustáveis a estratificações classistas tradicionais passou

a organizar-se em subsistemas específicos, em micro-agregações de pessoas voltadas à consecução de objetivos particularistas.

Tal fragmentação desfavoreceu especialmente aqueles partidos políticos com liames societários mais fortes, como é o caso do PT, cujas bases operárias e sindicais fracionaram-se paulatinamente em vários sistemas especializados, com interesses específicos e, por vezes, conflitantes.

No caso dos partidos do tipo *catch-all*, não houve tantas dificuldades, já que sua amorfa constituição se mostrou bem mais flexível e maleável para abrigar diferentes subsistemas ideologicamente conflitantes (RIBEIRO, 2004). Mas o aparecimento dos inúmeros subsistemas, como grupos de minorias étnicas, ecologistas, organizações não governamentais, movimentos feministas de vários tipos, e outros, impeliu as agremiações partidárias a modernizarem-se sob pena de perderem grande parte dos recursos necessários à sua sobrevivência.

No aspecto simbólico, também se observam mudanças: a crescente complexidade social culminou com a ruptura das identidades tradicionais pautadas em estruturas agregadoras e inclusivas, como igrejas e partidos. Tais organizações se enfraqueceram frente aos novos subsistemas especializados que formam identidades mais efêmeras, “na medida em que estão em permanente rearranjo com outras microestruturas com o fito de melhor atender a seus interesses particularistas” (RIBEIRO, 2004, p. 31). Esse fato dificulta grandemente a construção de relações duradouras de identidades partidárias.

Outro importante aspecto dessas transformações é a evolução tecnológica e a difusão maciça dos meios de comunicação, em especial a televisão, que fez aflorar a possibilidade de uma relação direta, sem mediações, entre políticos e eleitores. Esse fato tornou ainda mais comum o sucesso de políticos sem nenhum vínculo ou apelo partidário. Dentro desse mesmo conjunto de transformações no campo da mídia, podemos incluir o refluxo da imprensa opinativa e partidária em prol de uma imprensa mais comercial e supostamente imparcial,

neutra e informativa, fazendo com que as agremiações partidárias perdessem importância como formadoras de opinião (ABREU, 2003; RIBEIRO, 2004). Em outras palavras, as agremiações partidárias, salvo raras exceções, para não se cair no determinismo, e os políticos passam a ter dois caminhos a seguir: ou aderem ao cenário hegemônico – que, na prática, significa seguir o conselho do marketing político-eleitoral para tornar-se simpático ao eleitor, mesmo que isso signifique mudar o discurso, o lugar de fala e até mesmo o programas de governo – ou o enfrentam e saem gritando palavras de ordem de oposição, com grandes chances de tais críticas terem um efeito bumerangue, culminando com derrotas nas urnas (ALMEIDA, 2002).

Coaduna-se com a ideia de que o Partido dos Trabalhadores, em nome do princípio de realidade, acabou se alinhando ao novo cenário institucional, apesar das iniciais dificuldades de compreendê-lo. Parte da esquerda do partido compartilhava a ideia de que esse comportamento seria limitado a uma inflexão necessária, que seria corrigida mais a frente, em condições favoráveis. Outros setores passaram a externar as suas insatisfações, as quais, em muitos casos, levaram a dissidências. Não obstante, passado o período mais polêmico e conturbado da transição, o diagnóstico não é outro senão aquele apontado por Vianna (2006, p. 11), segundo o qual “a adaptação ao mundo venceu o impulso por mudá-lo”.

3.2 O NEOLIBERALISMO, O PT E A TRANSIÇÃO INCONCLUSA

No capítulo anterior foi analisada a trajetória político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em eleições ocorridas entre 1982 e 1992, período da chamada *transição inconclusa*⁵⁴, iniciada em meio ao regime

54 Expressão cunhada pelo cientista político Luiz Werneck Vianna. Para mais esclarecimentos, ver VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda Brasileira e tradição Republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Reven, 2006.

ditatorial, quando a oposição democrática, liderada pelo MDB, fez sua opção pelo caminho das amplas alianças em favor da defesa das liberdades civis e públicas.

Segundo Vianna (2006), a redemocratização do Brasil, ocorrida após mais de 20 anos de um regime marcado por forte repressão, realizou-se, inicialmente, por intermédio de uma feliz articulação entre os temas da democracia política e os da democracia social, programa que se consagrou como eixo de orientação das lutas contra o regime militar tanto em seus aspectos propriamente políticos como nos movimentos sociais. Essa transição teve seu ponto alto na promulgação da Carta Constitucional de 1988, cuja lógica tendia a produzir a abertura da ordem democrática, acompanhada de progressiva incorporação à cidadania de seres sociais que, durante quase toda a história do Brasil, permaneceram alijados de qualquer participação política. Com efeito, o processo de transição apontava para o fortalecimento das agremiações partidárias e de outros organismos de defesa dos interesses sociais.

Havia, também, a expectativa de que a expressividade dos movimentos sociais que emergiam pudesse agir não somente no aprofundamento da democracia, mas também na interpelação e condução dos temas mais importantes da nação, pondo-se no lugar dos antigos atores que, fora das estruturas dos partidos e organizações, visavam a atender unicamente a seus interesses. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna (2006, p. 18), “esperava-se que o moderno dirigisse o atraso”.

Conforme se procurou demonstrar, o Partido dos Trabalhadores via a política, nesse contexto, como sinônimo de mobilização dos movimentos sociais de base, com ênfase na organização da sociedade civil, com o objetivo de se construir uma hegemonia *a partir de baixo* e que se imporia *em cima*, na formação estatal, com a força expressiva do social, projeto esse fundamentado nos ideais gramscianos.

Como existia essa linha de atuação do PT, voltada à mobilização social, aventamos a hipótese, em consonância com Vianna (2006), de que houve uma excessiva e monográfica especialização

do partido na esfera social, a qual foi consubstanciada em diversas ocasiões, principalmente nos discursos emitidos por ocasião das primeiras experiências eleitorais, bem como na recusa em subscrever a Carta Constitucional de 1988, que tinha como principais características a garantia da ampliação dos direitos sociais e da democratização do Estado.

Embora se tenha argumentado que essa atitude representava coerência com aquilo que o partido elencou como diretriz inicial, ela não deixou de contribuir para algumas consequências negativas, tanto para o Partido dos Trabalhadores quanto para a história do Brasil pensada numa perspectiva mais ampla. A ênfase no social acabou contribuindo, por um lado, para que o PT não concebesse uma alternativa de projeto político para a nação e, por outro, para que a coalizão neoliberal viesse a assumir o poder e tomar a dianteira no próprio processo de transição em curso.

O PT acabou adotando uma política isolacionista, quando não hostil, em relação ao centro político, e isso ficou evidenciado em 1989, quando Ulisses Guimarães, um dos grandes personagens da resistência democrática ao autoritarismo, ao cogitar uma aliança com o PT, foi ignorado como uma possibilidade de coalizão democrática (VIANNA, 2006). Não é outra a visão de Perly Cipriano, militante histórico da esquerda e do PT, quando afirma:

[...] aquilo foi um equívoco, aí sim o PT cometeu um equívoco. O Ulisses buscou uma aproximação e o PT, e aí sim eu chamo de um erro grave, não fez somar para construir uma grande frente, que a soma desses mais a presença de Ulisses haveria uma possibilidade histórica de a gente superar o Collor, mas houve sim uma intransigência por parte da direção, uns mais ou menos, mas na realidade foi um equívoco, e nós pagamos caro [...] O PT poderia naquele momento ter tido uma habilidade maior, [...] nós devíamos ter trazido o Ulisses e outros descontentes também no sentido de derrotarmos o Collor de Mello, o próprio PSDB quando

estava surgindo, o PT teve uma discussão grande, nos documentos você encontra, quando o PSDB sai e rompe com o PMDB pela esquerda, pra construir um partido ético mais à esquerda (CIPRIANO, 2008).

Assim, a feliz articulação centro-esquerda não resistiu a um de seus maiores êxitos, ou seja, à Carta Constitucional de 1988. A primeira eleição presidencial do ciclo da transição foi realizada em 1989, com a esquerda e o centro, componentes daquela união tácita pluriclassista responsável pela abertura, indo às urnas com candidatura própria, sem formalizar uma aliança. Naquele pleito, como já relatado, saiu vencedor um elemento externo ao cenário, Fernando Collor de Mello (PRN), com um programa de claras marcas neoliberais. Com a vitória de Collor, o processo de transição teve a sua agenda subvertida⁵⁵. O *Estado do Bem-estar Social*⁵⁶, preconizado pela Constituição citada, é substituído pelo *Estado Mínimo*. A partir de então, passou-se do *social* como plataforma para o desenvolvimento, à ideologia do *custo Brasil*. Era a inscrição do país no cenário da globalização, na *Era do Discurso Único*, em que, nas palavras de Vianna (2006, p. 28), “todas as singularidades históricas nacionais se esvaziaram de substância para se dissolver em um assemelhamento Universal”.

Deve-se destacar, com base na leitura dos documentos do partido, que o PT não observou a ascensão do neoliberalismo na América Latina, a qual já ocorria desde meados da década de 1970. A questão só foi mencionada com um pouco mais de frequência no I Congresso, mas, ainda assim, timidamente. No 8º Encontro, ocorrido após as

55 Por isso chama-se transição inconclusa, pois foi abortada antes de ser consolidada.

56 Apesar de a Constituição de 1988 imprimir ao Estado brasileiro um semblante de modelo do bem-estar, não podemos afirmar que isso tenha se concretizado, pois as políticas sociais do Estado brasileiro sempre estiveram muito longe de atender às necessidades mínimas da sociedade.

movimentações que culminaram no *impeachment* de Fernando Collor de Mello, o PT não chegou a analisar criticamente as reformas de cunho neoliberal que estavam sendo encaminhadas nem as possibilidades de retomar o arranjo de centro-esquerda possibilitado pelo governo Itamar Franco, o que era defendido por alguns setores do próprio partido. Ao contrário, apontava que Itamar praticava, “no essencial, a mesma política de Collor” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 565). Não podemos deixar de constatar, contudo, que – apesar de Itamar ter assumido as rédeas do governo em um dos momentos mais instáveis da história recente do Brasil, no qual o país escancarava as suas portas para o capital internacional e para a ideologia neoliberal – existem diferenças exorbitantes entre os dois governos.

No 9º Encontro Nacional do PT, realizado em 1994, reiterou-se que o governo Itamar mantinha a mesma linha de Collor e, erroneamente, afirmou-se que a equipe econômica do governo era marcada pelo imobilismo e, por isso, não estava sendo bem-sucedida na missão de combater a inflação. Conforme será visto mais adiante, o governo Vitor Buainain acabou pagando um preço muito caro por esse grave erro de análise do partido. No que diz respeito à questão do neoliberalismo, nesse encontro foi percebido, mesmo que tardiamente e sem profundidade, que as iniciativas da equipe econômica encabeçada por Fernando Henrique Cardoso apontavam o ideário neoliberal, pelo menos desde quando o presidente recém-eleito anunciara, em 1994, em pronunciamento no Senado, o fim da *Era Vargas*, que seria deixada para trás, removendo-se o entulho patrimonial, considerado o responsável histórico pelo atraso econômico e político da sociedade brasileira (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

Nesse momento, o PT passou a fazer oposição decidida ao neoliberalismo, como ficou evidenciado nos casos da luta contra as privatizações, da reforma da previdência, da proposta de flexibilização da legislação trabalhista, da denúncia da dívida externa.

Não obstante, até hoje o partido ainda não formulou um documento com o mínimo de consistência acerca da problemática neoliberal, algo muito grave para um partido de esquerda, que ainda possui raízes na sociedade, embora menos que outrora, e que ainda se coloca, pelo menos no campo do discurso, como uma alternativa à ordem estabelecida. A esse respeito, Perly Cipriano é enfático quando afirma que o PT

[...] precisava ter se associado mais com as universidades e fazer seminários mais profundos, cursos de formação, algo que pudesse fazer parte da cultura do nosso partido; a crítica ao neoliberalismo, eu pessoalmente acho um pouco superficial, apenas contra o que o neoliberalismo apresentava, mas não apresentando de maneira sistemática [...]. Qual é a contraposição que nós fazemos? A contraposição ao neoliberalismo não pode ser apenas dizer o seguinte: fica tudo do jeito que está. E nós, um pouco sem querer, demos um pouco de razão ao neoliberal. Quando o Collor falou que aqueles automóveis nossos eram umas carroças, aquele discurso dele é fraco, mas é real, porque não havia concorrência e ao não haver concorrência, você mantinha aquelas coisas atrasadas; nós tínhamos que ter feito uma outra proposta, uma proposta de crítica ao Estado. Como nós não fizemos? Nós ficamos meio na defensiva, eu acho que durante um período, nós ficamos na corda, porque quem tinha que fazer uma crítica profunda do Estado, tal qual está como alternativa, éramos nós, a esquerda que tinha a obrigação e ela não fez, ela ficou muito na defensiva, ela defendia tudo que está aí, mas tinha muita coisa que estava errada na Petrobrás, na Vale, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, nessas empresas públicas, até hoje tem muita coisa equivocada (CIPRIANO, 2008).

Conforme será visto mais adiante na análise do governo Vitor Buaziz (1995/1998), a irreflexão acerca das mudanças trazidas pela

nova ordem trouxe muitos problemas para o partido. Dentre eles, contribuiu para que faltasse ao PT traquejo com governos e com bancadas parlamentares cujas plasticidades foram e são, em parte, forjadas pelo novo momento institucional, marcado pelas transformações trazidas pela ideologia neoliberal. Esses são elementos muito importantes na busca de explicações para o prematuro sucesso eleitoral do PT e também para os conflitos intrapartidários, a crise do governo Vitor, seguidos do insucesso político-eleitoral no Espírito Santo.

3.3 O APOGEU E A QUEDA: A VITÓRIA NAS URNAS, OS CONFLITOS INTERNOS E O ENFRAQUECIMENTO (1994-1997)

Antes da análise da trajetória político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no período 1994-1997, é importante que se façam alguns apontamentos, mesmo que sumários, acerca da configuração interna do partido. Tais apontamentos enfocarão a suas clivagens internas, em especial no Espírito Santo, para que a análise dos conflitos intrapartidários, que se reproduziram no governo Vitor, não fique solta e perca seu fundamento. Essas considerações poderiam ter sido feitas na parte em que falamos da fundação do partido, mas se considerou mais oportuno fazê-las neste item.

Como já exposto no segundo capítulo, o Partido dos Trabalhadores resultou da aglutinação de diversas forças políticas: quadros oriundos do movimento sindical; da guerrilha armada; dos agrupamentos ligados à Igreja; de intelectuais, além de outros indivíduos de diversas orientações ideológicas.

Em linhas gerais, logo após as eleições de 1982, passaram a conviver no PT dois grandes blocos: um era a chamada *Articulação dos 113*, que, segundo Perly Cipriano, militante histórico da esquerda e um dos fundadores do PT no Espírito Santo, se tratava de:

[...] um grupo grande de pessoas e dirigentes sindicais, alguns intelectuais, alguns do movimento popular, dizendo o seguinte:

nós queremos continuar construindo esse partido e construindo com a visão de massa e de quadros, porque a discussão era essa, se era de massas ou de quadros, então a idéia era a de que mantivesse esse partido, com a mesma vinculação, buscando articulação com os diferentes movimentos sociais. A partir desse momento da definição dos chamados 113, eu incorporei essa visão, precisava manter o PT nessa visão de construção (CIPRIANO, 2008).

A *Articulação* tendia para o reformismo e reunia, basicamente, sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta Aliança Libertadora Nacional (ALN) e, a partir de 1987, alguns dissidentes do grupo trotskista *O Trabalho*. Segundo Clovis Bueno de Azevedo (1995, p. 79, grifo meu), a “*Articulação* foi criada para barrar o crescimento das tendências vanguardistas (as organizações parapartidárias) e das tendências que viam o PT como uma frente parlamentar, à semelhança do MDB”. Em parte, essa opinião é seguida por Vitor Buaiç, um dos fundadores do PT, e ex-governador do Espírito Santo:

[...] esse grupo político, se caracterizando como *Articulação* em contraposição às tendências mais radicais, mais à esquerda do Partido, que acabou também estabelecendo uma divisão interna no Partido, que foi extremamente maléfico para o PT. Mas por que eles se instalaram ali? Porque não tinham um outro partido e se eles fossem criar partidos separados seria enfraquecido o movimento. Então eles ficaram ali no PT até que uma dessas facções acabou sendo expulsa e formou o PSOL e isso só depois de muitos anos isso aconteceu, depois de muitas brigas internas, que continuaram mesmo depois que o PSOL saiu, mas talvez com menor intensidade (BUAIZ, 2008).

Já o bloco composto pelas *tendências minoritárias* tendia para uma postura mais radical à esquerda e originou-se a partir das diversas organizações comunistas que, durante o regime militar, estiveram na clandestinidade; de organizações trotskistas; bem como da vertente socialista, de ex-integrantes do Poder Popular e Socialismo (PPS), saído da *Articulação* em 1987, formado, principalmente, por militantes da área da saúde da Zona Leste de São Paulo (AZEVEDO, 1995)⁵⁷.

Diante do grande debate travado no interior do partido e das diferentes concepções teóricas de cada agrupamento, o V Encontro Nacional regulamentou a existência e a formação das tendências. Na resolução, o PT admitiu a divergência de ideologia e afirmou ser um fator importante para a democracia a existência do debate interno, mas também afirmou que era vetado aos agrupamentos defenderem posições diferentes daquelas tomadas pelo conjunto do partido:

Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões [...] O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio [...] Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do Partido e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto [...] É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de partidos em seu interior, concorrentes do próprio PT (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 356-357).

57 Para mais detalhes acerca do mapeamento dos grupos internos do PT, ver AZEVEDO, Clovis Bueno de. **A estrela partida ao meio**: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

A resolução aponta, portanto, com muita clareza, que as decisões tomadas pelo PT ou votadas em plenárias deveriam ser, obrigatoriamente, acatadas por todas as correntes.

Considerando as constantes mudanças internas sofridas pelo partido ao longo da sua história, podemos considerar que a *Articulação* deteve, durante muito tempo, a hegemonia do partido em detrimento dos demais agrupamentos. O chamado campo majoritário – a *Articulação*, embora não se assumisse como tal – reunia a maior parte dos fundadores, formando o núcleo duro do partido. Os principais nomes dessa tendência, no plano nacional, eram Lula e José Dirceu. Regionalmente, até meados da década de 1980, compunham a *Articulação* do PT: Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Perly Cipriano, Cláudio Vereza, José Baiôco, Juca Alves, João Carlos Coser, Gilsa Barcelos, dentre outros.

Ainda no final da década de 1980, por ocasião de várias divergências existentes no seu interior, a *Articulação* acabou se dividindo em dois grandes agrupamentos: a *Articulação do A* e a *Articulação do B*, posteriormente denominadas de *Unidade na Luta* e *Opção de Esquerda*, respectivamente. Vitor Buaiz, Juca Alves, Perly Cipriano, Rogério Medeiros, dentre outros, se reuniram na *Unidade na Luta*, enquanto João Carlos Coser, José Baiôco, Cláudio Vereza, Gilsa Barcelos, Iriny Lopes, Magno Pires e mais alguns se alojaram na *Opção de Esquerda*. Aqueles que não se aproximaram de nenhum dos dois grupos nem das *Tendências Minoritárias* passaram a ser denominados de *Independentes*, o que acabou se tornando uma tendência ainda na década de 1990.

No quadro a seguir, está esquematizado o desenho interno do PT (embora de maneira muito geral e por isso passível de falhas), com as principais tendências do estado e seus principais representantes. Nota-se que as principais tendências nacionais se fizeram representar no PT capixaba, disputando espaços e participando intensamente dos rumos tomados pelo partido no estado. Na nota, podem ser observadas, resumidamente, as tendências que foram majoritárias no decorrer da história do partido.

Quadro 1 – Principais tendências do Partido dos Trabalhadores e seus principais representantes no Espírito Santo, em meados da década de 1990

Esquerda ← Centro → Direita					
TENDÊNCIAS MINORITÁRIAS				ARTICULAÇÃO DOS 113	
O Trabalho	Força Socialista (FS)	Democracia Socialista (DS)	Independentes	Articulação de esquerda	Unidade na Luta
Paulo Vinha Luciano Avelar	Brice Bragato Robson Neves (antes de 1995) Lúcio Faller Eliezer Tavares Rita Lima Gilberto A. dos Santos	Otaviano de Carvalho Carlos Lobo Arthur Rangel Viana	Aloísio Kröhling Helder Salomão Pedro Bussinger	Cláudio Vereza Iriney Lopes João Carlos Coser José Octávio Baiôco Magno Pires da Silva Silvio Ramos Terezinha Cravo Dudé	Perly Cipriano Vitor Buiaz Rogério Medeiros Robson Neves (a partir de 1995) Tarcisio Vargas Maria José Machado Juca Alves
Tendências minoritárias				Campo Majoritário*	

* O agrupamento que na década de 1980 se reuniu na tendência *Unidade na Luta*, também conhecida como *Articulação do A*, foi majoritário da fundação até o ano de 1997, quando passa a ser majoritária a *Articulação do B*, ou *Articulação de Esquerda*, depois que Iriney Lopes venceu as eleições internas para a Presidência. Na mesma época, nota-se a saída do PT de boa parte dos membros da *Unidade na Luta*, inclusive do governador Vitor Buiaz, seu principal representante. A partir de 2002, há um novo reordenamento e o Diretório Regional passa a ser ocupado de forma importante pela *Articulação de Esquerda*, pelo grupo dos *Independentes* e também pela *Alternativa Socialista (AS)*, tendência recentemente fundada pelo prefeito de Vitória João Carlos Coser por ocasião das divergências com a deputada Iriney Lopes, acerca dos rumos do partido em compor ou não a coalizão do governo Paulo Hartung.

Fonte: o autor

Em relação ao PT no Espírito Santo, como já assinalado no segundo capítulo, os conflitos se deram entre os dois principais grupos, a *Unidade na Luta* (que deteve o controle do Diretório Regional da fundação até 1997) e a *Articulação de Esquerda*, e já foram bastante sintomáticos na eleição e governo de Vitor Buiaz na Prefeitura de

Vitória (1989/1992). Os grupos mais à esquerda criticavam constantemente a administração Vitor, especialmente por conta da aproximação com o PSDB. Diante da boa avaliação do governo à frente da Capital Capixaba, os embates foram amenizados, mas voltaram à tona no momento da escolha do sucessor do prefeito, em 1992, e nas eleições de 1994, ante os acordos firmados pelo candidato Vitor Buaziz ao governo do Estado. Diante dos riscos e desdobramentos que a vitória do candidato cabo Camata poderia acarretar, os conflitos foram temporariamente suspensos “em nome do Espírito Santo”, como assinala a expressão cunhada por Jonas Reis (1994, p. 12).

A *Unidade na Luta* manteve a linha da *Articulação dos 113*: possuía um perfil mais moderado e a disposição de articular-se para fora do partido, com outras forças partidárias; enquanto a *Opção de Esquerda*, embora não muito radical, era mais tendenciosa a estabelecer arranjos para dentro do partido, recebendo o apoio de tendências menores, mais à esquerda, como a *Democracia Socialista* (DS/Trotskista) de Otaviano de Carvalho e Carlos Lobo, e a *Força Socialista* (FS/Marxista-Leninista), cuja liderança era da ex-deputada estadual Brice Bragato, que, em seu depoimento, confirma a aproximação:

Durante a experiência do PT, a gente se aliou com o grupo do Coser [...]. Mas a gente se aliou sempre. Sustentamos as candidaturas de Otaviano para prefeito, de Iriny para prefeito, apoiamos internamente as chapas quando Iriny foi candidata. No Município da Serra nós fizemos alianças, em Vitória a gente sempre trabalhou muito no chamado campo de esquerda junto com o grupo da Iriny e do Coser (BRAGATO, 2008).

Durante a primeira década de existência, tais agrupamentos tiveram um convívio menos tumultuado, nada que extrapolasse as divergências naturais do campo político, especialmente quando se trata do partido que, conforme coloca Perly Cipriano, adotou o embate como um aspecto inerente à sua existência:

[...] a riqueza do PT é exatamente essa, ele viver em tensões, permanentemente e internamente o PT sempre viveu com tensões. Só que o PT teve uma inteligência, teve uma habilidade que os outros partidos não tiveram; é que ao sentir que isso fazia parte da sua vida, ele legalizou a existência das tendências. Portanto, um agrupamento político pode permanecer dentro do PT se reunindo, discutindo, elaborando documento, disputando eleição, sem que com isso ele esteja ferindo as normas partidárias (CIPRIANO, 2008).

Apesar do reconhecimento de que o debate interno era o elemento que dava vida ao partido e da legalização da existência das tendências, com o passar do tempo isso acabou trazendo problemas insolúveis para o PT. Um deles foi preconizado por Moacir Gadotti, um dos mais importantes intelectuais do partido, que, ao se referir às administrações petistas nas prefeituras entre o final dos anos 1980 e início dos 1990, sugeriu que o “PT arriscava-se a terminar sem ter clareza de onde quer chegar, porque não resolveu o problema da convivência de suas tendências internas” (GADOTTI, 1992, p. 70-71).

A partir do momento em que o partido passou a obter êxitos eleitorais e a compor governos, simultaneamente, o campo majoritário passou a imprimir mudanças no partido que, embora necessárias para o próprio êxito nas urnas, não se deram de forma consensual, e os conflitos internos entre concepções político-ideológicas completamente díspares passaram a se avolumar.

A grande virada se deu no I Congresso Nacional, ocorrido entre 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, realizado no bojo da fragmentação do bloco soviético e no momento em que estava em pleno curso a implantação do programa neoliberal de reformas econômicas sociais e políticas, comandada pelo presidente Fernando Collor de Mello. O Congresso representou a grande mudança do perfil ideológico do PT, como atesta Brice Bragato, uma das militantes históricas

do partido no Espírito Santo e participe do tal Congresso, quando argumenta que nele

[...] começaram a aparecer as teses de renúncia dos princípios fundantes do PT. Claro que teve muito debate, mas o que mais me vem à memória, que acho que é simbólico da virada que o PT começava a dar foi o embate em que tinha a tese que defendia o direito de auto defesa dos trabalhadores, na hora da guerra você pode se armar para se defender e Genuíno fazia a defesa da retirada daquele texto do documento original e era assim... isso pra mim é muito simbólico, quando eu penso na virada eu penso sempre nos episódios desse Congresso. Então foi a partir daí que o PT foi perdendo o vigor [...] (BRAGATO, 2008).

Nesse I Congresso, o PT se assumiu como um partido eleitoreiro, inserindo-se na institucionalidade democrática vigente, retirando de seu programa uma série de aspectos, jargões e posicionamentos que o tornavam sectário e isolado do centro do espectro político:

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 505).

O Congresso também reconhecia o problema da democracia representativa e do governo de coalizão. Diante da fragmentação das bandeiras e dos interesses da sociedade, o PT refletiu acerca da política de alianças:

[...] a política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987 não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente a ofensiva neoliberal [...]. Toda a experiência nos governos municipais, no Parlamento, e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças, destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil. [...] Diante desta nova época, diante das novas tarefas que esta época propõe ao Partido dos Trabalhadores, faz-se necessário repensar e alterar [...] os mecanismos e a maneira pela qual o PT se relaciona com a sociedade brasileira, com os movimentos sociais, com os outros partidos, com os trabalhadores e com o povo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 511-517).

Além disso, o partido também reconhecia a necessidade de buscar novas formas e mecanismos de comunicação, que passaram a ser vistos, pelo partido, como algo além de instrumento de organização, como sinônimo de poder (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998). Por isso, o PT deveria “consolidar seus próprios meios, como a produção de vídeos, a compra de espaços em rádios, a participação e eventual produção de programas de televisão, o uso da TV executiva, etc. [...]” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998, p. 526). As mudanças também se expressaram na questão da formação política, que deveria, segundo a resolução, ser “estimuladora do exercício crítico, superando o dogmatismo e a retransmissão de verdades prontas” (p. 527).

Para o I Congresso, o PT passou a estar comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tivesse como pano de fundo a democratização do poder. Nesse aspecto, categoricamente, o I Congresso apontou para a ideia de que o poder se constrói, e não apenas se toma. O partido mudou a linguagem, no que diz respeito às transformações sociais: passou a utilizar, de forma muito corrente, o termo *reformas*. Essas seriam

levadas a cabo por um governo democrático e popular conduzido ao poder pela maioria eleitoral, legitimando, portanto, as eleições e o jogo eleitoral (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1998).

O que se nota, como fruto desse momento de crise das esquerdas, é que houve uma tendência mundial ao centrismo. Inúmeros partidos em todo o mundo fizeram uma conversão rumo ao centro do espectro-político. Como consequência da crise do Leste Europeu, o revisionismo do marxismo veio à tona com muita força e influenciou mundialmente os partidos de esquerda, e o PT segue essa tendência.

Assim, a convivência, numa mesma agremiação, desses vários agrupamentos políticos embasados e oriundos de matrizes teóricas tão diferenciadas passou a se mostrar impraticável com o tempo. Marcante, nesse sentido, é o depoimento de Brice Bragato, quando questionada sobre as mudanças ocorridas no PT e a situação do agrupamento do qual fazia parte como principal liderança:

[...] eu faço parte de um grupo de esquerda desde antes da existência do PT. A esquerda, nesse período, dos primeiros dez anos da existência do PT, no caso o nosso grupo, que era o MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado], depois virou MCR [Movimento Comunista Revolucionário], depois virou Força Socialista, uma tendência interna ao PT, nós deixamos de ser uma organização pra ser uma tendência em função de que o PT cumpria, naquele momento, todas as tarefas que os revolucionários, que antes se organizavam em pequenas organizações de vanguarda para tentar cumprir. Então foi um momento auge do PT, de enraizamento, de radicalidade, de rigor nas filiações, de democracia interna, de pluralidade, de [...] criterioso nas alianças políticas (BRAGATO, 2008).

Nota-se claramente que a existência de um regulamento, no que tange às tendências, não foi capaz de evitar que se formassem partidos dentro do partido. Enquanto o conjunto do PT não se contrapôs

aos pressupostos ideológicos das tendências minoritárias, houve certa concordância, um relativo silêncio por parte delas. No exemplo específico da *Força Socialista*, com base na fala de uma de suas principais lideranças no estado, isso fica muito evidente, e seria perfeitamente possível transferir para outros agrupamentos esse mesmo raciocínio.

Em 1993, a esquerda do PT venceu as eleições para a direção do Diretório Nacional. Foi a primeira vez, desde a fundação da *Articulação dos 113*, considerando a *Unidade na Luta* e a *Articulação do B*, que a esquerda comandaria o partido. Mesmo que a nova orientação partidária tenha inibido o avanço na política de alianças e tenha mantido, durante as eleições de 1994, um discurso restritivo, não conseguiu frear o processo de transformação que já vinha ocorrendo. Aliás, foi um momento de grande crise interna e reavaliação das práticas políticas do partido. Em 1995, no X Encontro, a *Unidade na Luta* retomou a direção do partido, passou a contar com uma nova tendência, a *Democracia Radical*, e cristalizou-se como campo majoritário, não perdendo mais o controle do PT.

O momento descrito, em que a esquerda tomou o controle, era pré-eleitoral e foi nele que ocorreu um episódio que demonstrou os conflitos internos do Partido dos Trabalhadores: referimo-nos a circunstâncias da formulação do programa de governo do candidato Lula em 1994. Pertencente a uma tendência mais à direita do partido, Lula decidiu reagir contra alguns pontos e colocou membros do seu agrupamento político, a *Unidade na Luta* (Aloízio Mercadante e Marco Aurélio Garcia), para fazer as mudanças que julgava indispensáveis no texto que havia sido elaborado pelo Diretório Nacional do PT.

Lula não aceitava, por exemplo, que a moratória fosse incluída no programa de governo que seria apresentado no pleito de 1994, nem sequer como uma possibilidade. Via a moratória como uma medida unilateral e defendia uma renegociação política com os governos dos países credores. Admitir o princípio do calote em documento oficial do partido não facilitaria em nada a credibilidade do candidato e de seu programa de governo, afirmava a *Unidade na Luta*. Outra restrição feita pelo

candidato Lula dizia respeito à inclusão do termo *socialismo*, por achar que um programa não poderia ser estritamente partidário, pois isso, na prática, dificultaria a composição de alianças (LULA..., 1990, 1994a).

Apesar das mudanças impressas no seu programa, Lula perdeu a eleição para Fernando Henrique, que foi uma alternativa construída pelo bloco governista, através da aliança PSDB-PFL, tendo como carro-chefe de campanha o Plano Real, que, segundo Almeida (2002, p. 97),

[...] foi o grande cabo eleitoral de FHC. Pode-se dizer que o Plano Real elegeu FHC. Mas FHC também elegeu o Plano Real. Isso porque, apesar do claro cronograma eleitoral em que foi implementado, o Plano Real não era apenas eleitoreiro. Era um plano, a um só tempo, econômico, eleitoral e político no sentido amplo, pois significava, para além da vitória eleitoral e do combate à inflação, a implementação radical das políticas neoliberais, inspiradas pelo Consenso de Washington. Políticas que, desenvolvidas em processo convergente e simbiótico com a revolução tecnocientífica em curso e a globalização imperialista, obtiveram o consenso do bloco de poder em termos nacionais e internacionais, consolidando a soberania do capital financeiro e quebrando a soberania nacional dos países da periferia do sistema capitalista, como aqueles da América Latina.

É fato que o Plano Real acabou se tornando o principal meio de reforço da hegemonia do grande capital. Mas não se pode negar que também representou, para a sociedade brasileira, a possibilidade de melhoria nas condições de vida, após mais de 20 anos de constante instabilidade econômica⁵⁸. Por isso, acabou se tornando o principal

58 Os índices de inflação do Brasil até o Plano Real sempre foram exorbitantes: o governo Figueiredo (1979/1985) tomou posse com índices inflacionários a 100% ao ano. No início do governo Sarney, a inflação já estava num patamar de 220% e, no final, atingiu o maior nível – 1.320% ao ano (ALMEIDA, 2002).

elemento da estratégia de marketing político-eleitoral de Fernando Henrique Cardoso. O candidato tucano acabou vencendo ainda no primeiro turno com uma boa vantagem sobre Lula, conforme pode ser analisado na tabela a seguir.

Tabela 14 – Votação dos candidatos a presidente no ES e no Brasil – 1994

Candidato	Partido	ES		Brasil	
		N.º	% válidos	N.º	% válidos
Fernando Henrique Cardoso	PSDB	714.958	60,03	34.350.217	54,27
Luiz Ignácio Lula da Silva	PT	331.798	27,86	17.112.255	27,03
Enéas Ferreira Carneiro	PRONA	79.532	6,67	4.670.894	7,38
Orestes Quércia	PMDB	31.403	2,63	2.771.788	4,37
Esperidião Amin H. Filho	PPB	13.485	1,13	1.739.458	2,74
Leonel de Moura Brizola	PDT	11.388	0,95	2.015.284	3,1
Carlos Antonio Gomes	PRN	4.850	0,40	387.611	0,61
Hernani Goulart Fortuna	PSC	3.408	0,28	238.126	0,37
Total de Votos Apurados	-	1.415.810	-	-	-
Total de Votos Válidos	-	1.190.822	100	63.285.633	-
Votos em branco	-	113.816	-	-	-
Votos nulos	-	111.172	-	-	-

Fonte: TSE/TRE-ES (1994)

3.3.1 O PT e as eleições de 1994 no Espírito Santo

No início da década de 1994, o Espírito Santo era o retrato da crise brasileira. Com altíssimo índice de endividamento, o estado passava por séria crise financeira, com atrasos de até três meses na folha de pagamento, fato que causava constantes greves dos servidores públicos e a permanência de problemas crônicos que levavam à quase

falência dos sistemas de saúde e educação (ESPÍRITO SANTO..., 1994). Tudo isso era agravado pela crise na área da segurança pública, algo que apareceu, inclusive, como um dos panos de fundo dos debates que marcaram o processo de sucessão do governo estadual.

No aspecto político-partidário, diante da altíssima fragmentação partidária já discutida, dificilmente apenas um partido, sem a formulação de um arco de alianças, seria capaz de vencer um pleito ou compor maioria na casa legislativa. Nesse sentido, a lógica de disputa eleitoral passou a se concentrar muito mais nas coligações, em detrimento das agremiações partidárias. Assim, uma das questões que chamam atenção na análise que segue é a verdadeira corrida dos partidos e candidatos por alianças, algo, como já dito, imprescindível para o sucesso eleitoral.

Nas eleições estaduais de 1994⁵⁹, no Espírito Santo, foi imensa a dificuldade de os partidos definirem seus candidatos. A menos de uma semana do prazo final de registro no TRE com vistas às eleições de outubro, o quadro estava ainda totalmente incerto (PARTIDOS..., 1994b), com exceção de duas candidaturas. Uma era a do PT, que logo fechou questão em torno do nome de Vitor Buaiz, ao qual se uniram o PSB, o PCdoB e o PCB, formando sem grandes problemas a Frente Unidade Popular pela Cidadania. A única dificuldade foi a definição do candidato a vice, pois o PSB indicou o empresário Deividson Ribeiro, do município de Serra, que não agradava a petistas e muito menos a comunistas, por não ser considerado denso nas urnas. Os nomes de maior aceitação eram: o deputado estadual Renato Casagrande ou o ex-secretário da Justiça e Cidadania Renato Soares (DIVERGÊNCIAS..., 1994). Esse dilema foi resolvido com a escolha de Renato Casagrande, com uma forte influência nacional do senador José Paulo Bisol, importante dirigente nacional do PSB

59 Além de eleições para governadores em 1994, seriam escolhidos também o presidente da República, senadores, deputados federais e deputados estaduais.

(BISOL..., 1994; PT..., 1994a), que, no momento, ainda era candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Lula⁶⁰.

A outra candidatura que foi definida sem grandes problemas foi a do ex-governador Max Freitas Mauro, principalmente depois que o senador Gerson Camata⁶¹, seu grande desafeto, desistiu da disputa. Mauro se lançou pelo nanico PMN em aliança com PL, PPS, PRP e PSC, formando a Coligação Resistência Democrática.

Dentre aqueles que tinham dificuldade para apontar candidato à sucessão, estava o próprio grupo governista, capitaneado pelo governador Albuíno Azeredo. O Palácio Anchieta oscilava entre três possibilidades: a primeira seria o ex-prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Theodorico Ferraço (PTB); a segunda seria José Eugênio Vieira (PMDB), que havia ocupado várias pastas em diversos governos; por fim, poderia apostar as fichas em Enivaldo dos Anjos (PDT), que havia sido prefeito de Barra de São Francisco.

No mês de junho, numa reunião ocorrida na residência oficial da Praia da Costa, em que estavam presentes lideranças do PFL, PSDB, PDT e PL⁶², foi confirmada a candidatura de Enivaldo ao governo, apesar de se reconhecer as dificuldades em aglutinar forças em torno de seu nome (BANCADA..., 1994a). O governador contava, ainda, consolidar um acordo com o PMDB e/ou PSDB, de onde se esperava sair o vice (EXIGÊNCIAS, 1994). Mas a candidatura de Enivaldo não decolou, passando o candidato, a partir de então, a sofrer pressões

60 Denúncias contra José Paulo Bisol culminaram na sua substituição pelo deputado e economista Aloísio Mercadante na chapa de Lula.

61 O jornalista Jonas Reis, em seu livro *Em Nome do Espírito Santo* (1994), relata que, se o senador Gerson Camata tivesse aceitado concorrer ao governo do Estado, Max desistiria da disputa.

62 Estavam presentes, dentre outros: o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, José Tasso (PFL), os petebistas Theodorico e Ricardo Ferraço, Gilson Gomes, Etevalda Grassi, o prefeito de Santa Maria de Jetibá Edson Berger (PL), os deputados Luiz Timóteo (PSDB), Umberto Messias (PDT), além de Stélio Dias, Luiz Buaziz e o próprio Enivaldo dos Anjos, e ainda outros seis deputados do PFL.

para renunciar. Além disso, surgiram inúmeros conflitos entre o pré-candidato, o governador Albuíno Azeredo e Theodorico Ferraço, desfazendo a aparente coesão governista (FERRAÇO..., 1994). Ao final, Enivaldo disputaria uma vaga na Assembleia Legislativa e a situação acabou não lançando nenhuma candidatura.

Para peemedebistas e tucanos, o quadro sucessório de 1994 estava, inicialmente, amarrado à decisão do senador e ex-governador Gerson Camata em candidatar-se ao governo do estado. Uma pesquisa feita pelo Instituto *Análise*, em 1993, indicava que o senador era o franco favorito. Dessa forma, a definição de alianças, de acordos e, claro, a decisão de quem se lançaria na disputa, dependia do peso eleitoral de Camata (REIS, 1994).

O mesmo favoritismo apareceu em outra pesquisa realizada em junho do mesmo ano pelo Instituto Futura, encomendada pela Rede Gazeta de Comunicações. Nela, Gerson Camata também aparecia como o preferido da maioria. A mesma pesquisa situava muito bem o ex-prefeito de Vitória Vitor Buaiz (PT), que era prejudicado pelas dificuldades de penetração no interior, traço característico dos candidatos do PT nesse momento, uma vez que o partido era de origem especialmente urbana.

Diante da recusa oficial do senador Camata em disputar a sucessão, no mês de maio, a definição do quadro eleitoral ficava presa ao PMDB, de cujas movimentações os demais partidos pareciam depender. Como maior agremiação partidária do estado, e sendo um partido eminentemente de centro, o PMDB parecia confirmar o papel de fiel da balança do jogo político, característica comum de agremiações dessa natureza (BOBBIO, 1995). Mas passava por dificuldades, contribuindo para gerar um cenário ainda mais obscuro.

O problema é que os rumos que o PMDB poderia tomar eram totalmente incertos até as vésperas do início da disputa, já que, no momento, esse era um partido marcado pelas clivagens internas, sobre que não conseguia alcançar um consenso. Para ser mais específico, o PMDB do Espírito Santo entrava numa das maiores crises

de sua história, evidenciada pela queda de rendimento nas urnas nos últimos pleitos, e também pela total falta de coesão intrapartidária, sobretudo em momentos importantes, como o de definir aqueles que disputariam as eleições. Isso porque não havia nenhum elemento capaz de dar unidade ao partido (como fora, por exemplo, a bandeira da democratização durante a abertura política).

Diante da recusa do senador Camata, a cúpula do PMDB federal e lideranças peemedebistas do estado passaram a investir na deputada Rita Camata (MAIORIA..., 1994). Emissários do candidato do partido à presidência da República, Orestes Quércia, que não abria mão de candidaturas próprias nos estados para garantir palanque, tentaram persuadir a deputada, que recusou o convite, alegando não haver tempo hábil para formular propostas, pois, segundo ela, “nada havia sido discutido com antecedência” (QUÉRCIA..., 1994). Apesar disso, a deputada se comprometeu a buscar um nome que tivesse condições de vencer o pleito. Dessa forma, ela indicou o então deputado federal e presidente do PMDB regional, Roberto Valadão, e, caso este recusasse, também sinalizou para uma outra possibilidade: o lançamento da candidatura do empresário do ramo de transportes, Camilo Cola (INDEFINIÇÃO..., 1994; QUÉRCIA..., 1994). Outro nome também cogitado, mas por sugestão de Jório de Barros, foi Sérgio Ceotto, ex-secretário de Transportes e da Casa Civil dos governos Camata (1983/1985) e Max (1987/1990), respectivamente (QUÉRCIA..., 1994). Os três, logo que assediados, descartaram a possibilidade de disputar o governo (LIDERANÇAS..., 1994; MAIORIA..., 1994).

Segundo o peemedebista Sérgio Ceotto, em declaração à imprensa na época, o PMDB (e podemos utilizar o mesmo raciocínio para alguns outros partidos, dentre eles, o PSDB) não havia se preparado para a possibilidade de Gerson Camata não disputar o governo estadual (INDEFINIÇÃO..., 1994). Com a desistência de Camata⁶³,

63 Segundo Rogério Medeiros, em entrevista concedida a este pesquisador, o senador Camata havia encomendado uma pesquisa ao Instituto Futura, na

Os debates internos do PMDB acabaram não levando a lugar algum, pois os agrupamentos acabaram não se entendendo, e o partido rejeitou todas as coligações que foram propostas e também não lançou candidato próprio. De quebra, a executiva regional liberou as bases para apoiarem qualquer candidato, fato que levou o partido a se dividir ainda mais (DEFINIÇÃO..., 1994; DISPERSÃO, 1994). O resultado disso nas urnas foi traumático (PMDB..., 1994).

Diante dessa total indecisão, um grupo do PMDB acabou anunciando apoio ao candidato do PT Vitor Buaiz. O acordo, que foi selado no gabinete do então prefeito de Vila Velha, Vasco Alves (PMDB), contou com a presença de importantes lideranças peemedebistas, como Hércules da Silveira, Paulo Galvão, Sergio Ceotto, Rita Camata, Nelson Aguiar e Antônio Caldas; pelo PT, estavam presentes: Vitor Buaiz, Magno Pires, Rogério Medeiros e Aloísio Krohling (FACÇÃO..., 1994; MAX..., 1994a; PEEMEDEBISTAS..., 1994; RITA..., 1994a; VITOR..., 1994d).

O PSDB também passou por dificuldades semelhantes. Apesar de seu pouco tempo de existência, já era, nesse momento, uma das principais forças partidárias do estado e do país, ajudado, em especial, pelo advento do Plano Real. Mas, assim como ocorreu com o PMDB, problemas de divisões internas também se abateram fortemente sobre os tucanos. Como já relatado, a opinião majoritária do partido era o apoio a Gerson Camata. Entretanto, com a recusa do senador em concorrer, o PSDB também não conseguiu fechar questão em torno de um caminho a trilhar.

Em convenção bastante questionada, realizada no início do mês de junho de 1994 no Parque de Exposição de Carapina, foi lançada a candidatura da deputada federal Rose de Freitas ao governo do estado. Mas essa decisão não foi consensual no partido. Após o encontro, além do grupo da candidata Rose, os tucanos se dividiram em pelo menos outros dois agrupamentos: o então prefeito de Vitória, Paulo Hartung, e seus correligionários, que não compareceram à Convenção, já que eram contrários à candidatura própria, pois acreditavam

que o partido não havia se preparado para essa disputa e defendiam uma coligação com o candidato da Frente Popular pela cidadania, Vitor Buaiz (HARTUNG..., 1994). Aliás, como já apresentado no capítulo anterior, essa espécie de acordo, mesmo que tácito, entre o grupo de Vitor e o de Paulo Hartung, ao que parece, seguiu certa coerência de apoio recíproco desde a eleição de Vitor na Prefeitura de Vitória em 1988⁶⁴.

Outro agrupamento que era contrário à candidatura Rose, embora não apontasse alternativas, era aquele capitaneado pelo deputado Lézio Satler. Ele afirmava que a decisão de lançar o nome de Rose não havia sido resultante de discussões no partido. Lézio chegou a afirmar que a deputada Rose desgastava o PSDB (DEPUTADO..., 1994).

A candidata Rose (PSDB) retrucou a posição do grupo do prefeito Paulo Hartung, afirmando que o momento para discutir era a convenção do partido. Como Hartung não havia comparecido, deveria, democraticamente, segundo a deputada, “acatar o que fora decidido pelos convencionais, da mesma forma como ocorrera no âmbito da escolha do candidato tucano que concorreria para prefeito de Vitória em 1992” (CANDIDATA..., 1994).

Quanto às coligações, o PSDB não conseguiu avançar, apesar de diversas tentativas. Depois de rejeitados pelo PMDB, grande esperança da candidata Rose, os tucanos entraram em certo desconforto em disputar um pleito sem parceiros, principalmente quando se tratava de um sistema político fragmentado como o do Espírito Santo. Assim que os peemedebistas anunciaram sua decisão de não se unirem

64 A aliança entre os grupos de Vitor Buaiz e Paulo Hartung foi firmada, primeiramente, em 1988, nas eleições municipais, parceria que se repetiu em 1992, quando Vitor apoiou informalmente Hartung para prefeito de Vitória, deixando de lado o próprio candidato petista que havia vencido as prévias – no caso, João Carlos Coser. Em 1994, portanto, seria até natural o apoio do prefeito de Vitória a Vitor na campanha para governador.

a ninguém, os peessedebistas passaram a buscar contatos com o PTB de Theodorico Ferraço. Mas não obtiveram êxito, uma vez que os petebistas já haviam fechado com o PDT em torno de Enivaldo dos Anjos, que, nessa altura, ainda não havia desistido da disputa. Diante disso, o diretório iniciou conversas com o candidato Max Mauro (PMN), mas isso irritou grandemente o grupo de Rose de Freitas, que em resposta foi acusada pelo então secretário-geral do PSDB, Lelo Coimbra, de estar levando “o partido à dissidência e, consequentemente, para o suicídio” (PSDB..., 1994). Essas conversas desagradavam também um outro tucano: o ex-prefeito de Vila Velha Jorge Anders, um dos grandes rivais políticos de Mauro no Município de Vila Velha. O PSDB tentou ainda, sem sucesso, uma aliança com o PPS, que optou por compor a Coligação Resistência Democrática do candidato Max Mauro.

Diante desse total fracasso na tentativa de buscar aliados, ou em apoiar em consenso um candidato, acabou sendo mantida a candidatura de Rose, que partiu para a disputa hostilizada pelo diretório regional de seu próprio partido, com apoio parcial do PSDB federal e sem nenhum apoio extrapartidário. Esse cenário alimentava rumores de que a deputada poderia recuar e optar por uma disputa para Senado. Entretanto, a candidatura acabou se mantendo e Rose de Freitas acabou passando por muitos constrangimentos no decorrer do pleito. O maior deles foi o episódio da visita do candidato tucano à Presidência da República Fernando Henrique Cardoso ao Espírito Santo, ocorrida no contexto da estratégia de reverter o quadro sucessório no único estado em que o PT poderia vencer ainda em 1º turno. Ao passar por Serra, governada nesse momento pelo prefeito João Batista Motta (PSDB), FHC pediu votos para Rose de Freitas. Já em Vila Velha, Fernando Henrique subiu no palanque de Max Mauro. O problema está no fato de que a visita de FHC foi decorrente de um pedido de Rose e, para que ela fosse atendida nessa reivindicação, teve que aceitar o apoio do candidato de seu partido a um rival. Esse fato foi, sem dúvida alguma, muito constrangedor para a candidata.

O raciocínio do PSDB nacional era de que se os dois, Max e Rose, subissem alguns pontos na preferência do eleitorado, seria suficiente para levar a disputa para o segundo turno (FHC..., 1994).

Quando as articulações em torno das candidaturas entraram na reta final, desconsiderando os *laranjas* (PARTIDOS..., 1994a)⁶⁵, havia quatro postulantes confirmados na disputa: o candidato da Frente Popular pela Cidadania, Vitor Buaiz (PT/PSB/PCdoB/PCB); Max Freitas Mauro, pela Coligação Resistência Democrática (PMN, PL, PPS, PRP e PSC); Rosilda de Freitas pelo PSDB; e, por último, havia o cabo Camata, concorrendo pela Coligação União Social Trabalhista (PSD, PTdoB, PRN e PTBR).

Diante do cenário descrito até aqui, podemos perceber que o quadro político capixaba sofreu algumas alterações em relação ao panorama traçado no capítulo anterior. No caso do PMDB, o maior partido político do estado, além de não ter conseguido lançar candidato forte ao governo nem fazer coligações, ele pulverizou ainda mais suas bases, ao liberá-las para apoiar candidatos de outros partidos que fossem de suas preferências. Com isso, o PMDB deu continuidade ao

65 É importante registrar que chegando ao término da data limite de registro dos concorrentes, não havia ainda um quadro totalmente definitivo. Assim, as agremiações partidárias encontraram um artifício para burlar os prazos estabelecidos pelo TRE. Trata-se das candidaturas *laranjas*. Ou seja, registrava-se qualquer candidato com a documentação incompleta, o que permitia a sua impugnação e a sua possível substituição por outro nome. Com a utilização desse expediente, os partidos poderiam buscar novos diálogos, novas alianças e, quiçá, um nome de maior peso, enquanto o processo tramitava. Esse mecanismo foi utilizado pelo PMDB, que registrou José Maria Pimenta ao governo, quando ainda tinha esperança de lançar candidatura própria. O mesmo ocorreu com as candidaturas do PTB/PDT para o Senado, que indicaram os descartáveis Jolimar Melmeri e Regina Schneider, que guardavam vagas para candidatos mais fortes, como Theodorico de Assis Ferraço, que ainda se articulava. Assim ocorreu com o lançamento de Tadeu Batista para o Senado pelo PSDB, que guardava a vaga para sua aliada Rose de Freitas caso esta desistisse de concorrer à governadoria estadual, só para citar alguns exemplos.

processo de divisão e enfraquecimento político-eleitoral iniciado no final da década de 1980. Dois de seus principais líderes, o casal Rita e Gerson Camata, ficaram numa situação complicada com o desenrolar do processo: como adversários políticos de Max e de Albuíno, a única aliança que se tornou viável seria com o PT de Vitor Buaiz. Entretanto, isso não soava bem internamente, junto a alguns quadros do PMDB, e as repercussões em torno do apoio de Rita a Vitor se fizeram sentir logo que se anunciou a decisão (DEFINIÇÃO..., 1994; GRUPO..., 1994; RITA..., 1994b). Houve muitas reações negativas de seus aliados.

O senador Camata, campeão de votos em quase todas as eleições que disputou, dessa vez perdeu um pouco de prestígio, diante da decepção que causou em seus aliados ao desistir da candidatura ao governo. É importante que se diga que o senador, em quase todas as eleições desde 1986, apareceu como pré-candidato. Mas as fontes consultadas durante a consecução deste trabalho levam a acreditar que, em 1994, se criaram expectativas ainda maiores em torno de seu nome.

Com o PSDB, os problemas não foram menores, pois lançou uma candidata ao governo que não significava consenso no partido, fato que fragmentou grandemente a sigla. De quebra, os tucanos fracassaram em todas as tentativas de fazer coligações. Para o PSDB do Espírito Santo, não se reproduziu aquele cenário nacional, em que o partido se beneficiou do sucesso do Plano Real.

Em situação igualmente indigesta ficou o prefeito de Vitória Paulo Hartung, cujo dilema era a obrigação de subir no palanque do candidato à presidência da República pelo PSDB Fernando Henrique Cardoso e ao mesmo tempo negar apoio a Rose. Seu grupo apoiava uma aliança com Vitor Buaiz ou, na pior das hipóteses, com o ex-governador Max. Nesses sentidos, saiu perdendo.

Outro prejudicado pelo quadro que se configurou foi o governo Albuíno, que, na última hora, perdeu um de seus principais aliados na Assembleia Legislativa, o PFL. Além disso, em decorrência de

divergências internas na Coligação Trabalhista (PTB/PDT), também acabou não lançando Enivaldo dos Anjos como candidato ao governo.

Coisa parecida aconteceu com outra grande força política do estado, o próprio PFL, que, em aliança com PPR e PPB, lançou chapa somente para as eleições proporcionais, deixando de ter o peso eleitoral de outras épocas no Espírito Santo.

Por outro lado, o resultado desses arranjos beneficiou grandemente o candidato da Frente Popular pela Cidadania Vitor Buaiz. Com o fracasso das articulações de peemedebistas e tucanos e com o apoio de parte desses dois partidos, Buaiz ampliou muito as chances de aumentar sua penetração no interior do estado, onde o desempenho dos candidatos petistas sempre deixou a desejar.

Outro que aparentemente se fortaleceu com o resultado das articulações foi o candidato da Coligação Resistência Democrática (PL, PMN, PPS, PRP, PSC) Max Freitas Mauro, também beneficiado com o fracasso de tucanos em lançar candidaturas. Max havia sido governador do estado e tinha bons índices de aprovação. Ele circulava relativamente bem por alguns setores da sociedade, especialmente junto a associações de moradores, que poderiam angariar muitos votos.

Por fim, o candidato cabo Camata, totalmente negligenciado pela opinião pública, considerado azarão, inclusive, corria por fora e, no início do pleito, não aparecia com grandes chances de vitória. Acabou surpreendendo, como será visto adiante.

3.3.2 O cenário de representação da Política e o fenômeno Cabo Camata

[...] as particularidades da ação dependem, em certa medida, dos movimentos do adversário.

Antônio Gramsci

As primeiras pesquisas de opinião confirmavam os candidatos do PT e do PMN como os favoritos. Em uma notícia veiculada pelo jornal

A *Gazeta* no dia 19 de junho, Vitor aparecia na frente com 40,21% das preferências, seguido de Max com 18,14%. A grande surpresa foi o 3º colocado, o deputado cabo Camata com 7,43%, desbancando a deputada Rose de Freitas (3,29%). Nas duas últimas posições, apareciam dois nomes: Enivaldo dos Anjos (PDT), com 2,57%, candidatura que não se consolidou, e José Maria Pimenta (PMDB), que era *laranja* (VITOR..., 1994e), com 0,57%. Essa pesquisa também mostrou que, dentre os eleitores que já haviam definido seus votos, a preferência era também por Vitor – 65%. Na simulação estimulada não foi diferente, pois o ex-prefeito de Vitória também levava vantagem, com 55%. Segundo as pesquisas, portanto, o candidato petista estaria eleito já no 1º turno.

O clima era de grande otimismo em relação à campanha do candidato petista. Tudo levava a crer que Vitor venceria sem grandes dificuldades (VITOR..., 1994a). Apesar disso, o candidato voltava a sofrer inúmeras críticas de tendências do próprio Partido dos Trabalhadores com as quais já tinha atritos, em maior ou menor grau, desde quando havia sido prefeito de Vitória, principalmente por conta do seu estilo moderado de governar e da sua aproximação com agrupamentos políticos externos ao campo da esquerda, por exemplo, o PSDB e o grupo da deputada Rita Camata.

De qualquer modo, nessas eleições, o candidato Vitor representava a esperança de alterar o quadro de grave crise econômica do estado. Por conta do seu perfil sereno e equilibrado, não tinha dificuldades de circular em meio aos partidos de centro e centro-direita (CABO..., 1994a). Diante desse quadro de favoritismo, houve certo afrouxamento da base do PT em relação à campanha, conforme se atesta no depoimento do próprio candidato e ex-governador Vitor:

No primeiro turno o que aconteceu? O partido ficou acomodado numa postura política de quem já ia ganhar a eleição. Não só o partido, como a militância do partido e outros eleitores que certamente poderiam ter se envolvido mais na campanha. Os meus

eleitores desde a Prefeitura poderiam ter se envolvido mais na campanha (BUAIZ, 2008).

Aproveitando desse clima de *já ganhou* e visando a desacelerar o favoritismo de Vitor Buaiz, Max Mauro tratou logo de desqualificar a pesquisa realizada pelo Instituto Futura, acusando-a de ser atrelada ao PT (MAX..., 1994b). Inicialmente, acreditava-se que o maior concorrente de Vitor Buaiz no pleito seria o ex-governador Max Mauro, que, desde quando deixara o Palácio Anchieta, vislumbrava o retorno. Max havia feito seu sucessor Albuíno Azeredo (PDT), fato que contribuiu para manter no governo vários de seus correligionários, além de uma grande rede pessoas de sua órbita política em diversos órgãos da máquina estadual (REIS, 1994). Entretanto, contra ele pesavam alguns estigmas, que o prejudicavam grandemente. Dono de um estilo agressivo e vingativo de fazer política, Max conquistara, no decorrer da vida, muitos desafetos, dentre os quais o próprio senador Gerson Camata, o influente deputado Valci Ferreira com seu grupo político, além de um inimigo à época mais recente: o governador Albuíno Azeredo (REIS, 1994).

O afastamento de Max do governo Albuíno teve início quando este passou por um processo de desgaste. A crise de relacionamento entre os dois foi agravada por vários outros desentendimentos e o definitivo rompimento se deu quando Albuíno levou para o governo outros dois inimigos políticos de Max: Theodorico Ferraço e Enivaldo dos Anjos (REIS, 1994). Assim, o ex-governador passou a competir contra uma gama de inimigos políticos que, naquele momento, representava muita força. Simultaneamente, foram veiculadas na mídia as pesquisas de opinião que mostravam grande ascensão de cabo Camata, que já poderia ser considerado um candidato competitivo.

Existiram rumores, inclusive, de que a partir da ascensão do candidato do PSD nas pesquisas, o principal inimigo de Max, o Senador Gerson Camata, passou a jogar pesado junto ao pessoal de fora da Grande Vitória, pressionando as lideranças locais a apoiarem Cabo

Camata⁶⁶. Vasconcellos (1994, p. 68) salienta que “mais tarde ficou claro que essa pressão incluía recursos financeiros, que teriam origem no patrimônio do Empresário Oswaldo Pastore, suplente do Senador. Essa ação começou a minar apoios obtidos por Vitor em várias cidades”. O mesmo comportamento teve o governador Albuíno Azeredo, que também investiu na candidatura Camata assim que ela começou a ganhar consistência. Desse modo, os principais inimigos políticos de Max Mauro também viam no crescimento do cabo a possibilidade de tirá-lo do segundo turno, além de sepultá-lo politicamente em definitivo (VASCONCELLOS, 1994).

Na campanha, Max Mauro (PMN) procurou, durante todo o tempo, polemizar, sem sucesso, com o candidato Vitor Buaiz (PT), atitude que criou, inclusive, um clima muito desagradável, tanto no decorrer do processo eleitoral quanto depois dele, e acabou encurralando ainda mais o ex-governador, principalmente porque Vitor e Max tinham uma relação relativamente cordial, tanto é que chegou a ser ensaiada a formação de uma frente única para concorrer nesse pleito, desfeita quando Max não aceitou a ideia de concorrer ao Senado, justificando que somente ele tinha condições de vencer⁶⁷. Nos debates ocorridos na televisão durante o pleito, Mauro foi duro nas acusações contra Vitor, lançando mão de denúncias de irregularidades que teriam acontecido na Prefeitura de Vitória quando da desapropriação de terrenos, supostamente superfaturados.

Concomitantemente, começavam a se definir os contornos do *cenário de representação da política* desse pleito no Espírito Santo. E

66 Nenhum dos entrevistados, Rogério Medeiros, Vitor Buaiz e Brice Bragato, nas entrevistas concedidas a este pesquisador, confirmaram esse posicionamento de Gerson Camata. Mas não se pode negar que foram os votos do interior que definiram o pleito no primeiro e no segundo turno, e a omissão do senador influenciou no resultado para um dos lados.

67 A informação de que Max Mauro e Vitor Buaiz chegaram a ensaiar a formação de uma frente única está no livro de Reis (1994) e foi confirmada pelo ex-governador Vitor Buaiz em entrevista a este pesquisador.

o tema que mais se tornava evidente era a questão da violência e da segurança pública, favorecendo o candidato cabo Camata (PSD), que alardeava o suposto perigo de os bandidos cariocas se instalarem no Espírito Santo, onde já vinham promovendo assaltos a bancos e sequestros, fugindo da repressão promovida pelo governo Brizola, que havia feito, inclusive, uso do Exército.

Independentemente do exagero do candidato do PSD, um relatório do Centro de Defesa dos Direitos Humanos demonstrava importantes dados sobre o crescimento da violência no Espírito Santo. Com 264 homicídios registrados no ano de 1993, o estado era apontado, proporcionalmente, como a unidade mais violenta do Brasil. A média de assassinatos era de um para cada 10 mil habitantes, três vezes mais do que o Rio de Janeiro e nove vezes acima da estatística de Minas Gerais (REIS, 1994).

Esse cenário favoreceu grandemente a candidatura de cabo Camata, que, desde o início, e ao contrário de Max, foi o candidato que mais comemorou o resultado da primeira pesquisa de opinião, pois não esperava pela terceira colocação, desbancando Rose de Freitas, nome já consolidado nos meios político-partidários capixabas (CABO..., 1994b).

Assim, cada caso de estupro, sequestro ou morte que estourava era motivo de ânimo para sua campanha, pois a população via nele a solução para o problema. Quanto maior o número de crimes, maior a penetração do discurso de Camata junto à população. A temática acabou tomando uma proporção tamanha, que uma enorme parcela do eleitorado passou a reduzir os seus problemas aos bandidos e à criminalidade (REIS, 1994). O quadro de violência do estado fez disparar a candidatura Camata. O seu eleitorado era constituído por famílias que vieram da zona rural, embora parte já nascida na periferia da Grande Vitória. Em virtude da grave recessão econômica que o Brasil atravessava desde os anos 1980, houve um grande aumento do êxodo rural. A maior parte migrou para a Grande Vitória e, diante da incapacidade do mercado em absorvê-la, esse contingente populacional

passou a atuar no setor informal. Segundo o cientista político João Gualberto Vasconcellos (1994, p. 42),

[...] submetidas a um quadro de permanente tensão social, largamente acentuada pelo aumento progressivo da violência e da inoperância policial, as massas urbanas dificilmente conseguem politizar, no sentido clássico da palavra, suas expectativas e demandas e dar a elas um tratamento mais racional. São mais passíveis de reagir pela emoção. Em termos eleitorais são mais facilmente captáveis seja pelo pequeno favor pessoal seja pelo grande discurso emocional. Discurso esse cujo grande veículo é a comunicação.

Dessa forma, cabo Camata optou pelo discurso salvacionista, colocando-se como um candidato desvinculado das forças políticas então no poder, sem relações com o sistema político implantado, tal qual Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989, diferenciando-se dos outros candidatos, especialmente de Vitor e Max, que já haviam ocupado importantes espaços políticos no Espírito Santo.

Ao mesmo tempo, fazia uso de seu sobrenome *Camata* para herdar os votos do senador⁶⁸. Segundo Vasconcellos (1994), na primeira pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisa do qual é presidente – o Futura –, ficou claro para os pesquisadores em campo que muitos dos que pretendiam votar no cabo Camata o confundiam com o senador. No segundo turno, em outra pesquisa realizada pelo mesmo instituto, 20% dos eleitores que declararam voto a cabo Camata admitiram tê-lo feito pensando tratar-se do senador Gerson Camata.

Com uma linguagem popular, palatável para as massas urbanas, cabo Camata se apresentava como filho de um modesto produtor

68 O próprio candidato cabo Camata manifestou, em algumas ocasiões, a possibilidade de tirar proveito do seu sobrenome. Uma delas aparece na matéria: PARTIDOS se articulam mas não definem candidatos: Laranjas. **A Gazeta**, p. 2, 5 jun. 1994b.

rural do norte do Espírito Santo, criado dentro dos padrões de uma família italiana, com fortes vínculos católicos e uma educação bastante rigorosa no que tange ao trabalho e à autoridade. Desde criança, segundo consta, ajudava o pai na lavoura. Ainda adolescente, deixou a casa paterna e transferiu-se para a capital capixaba, onde ocupou postos de trabalho pouco qualificados, como ajudante de oficina mecânica, dentre outros empregos, até ingressar na Polícia Militar.

Projetou-se politicamente como presidente da Associação de Cabos e Soldados do Espírito Santo, de onde saiu no governo Max Mauro (1987/1990)⁶⁹. Como, nesse período, havia liderado forte movimento por melhorias para o segmento que representava, sua exclusão acabou projetando-o politicamente ainda mais (VASCONCELLOS, 1994).

Em 1990, foi eleito deputado estadual pelo PSDB, com base nos votos obtidos junto a policiais militares. A fim de obter vantagens para a categoria e adquirir mais respaldo junto a ela, aproximou-se do governo Albuíno, cuja relação com o legislativo era marcada por altíssimo grau de pragmatismo. Desde o início e no decorrer do mandato, cabo Camata demonstrou um temperamento explosivo, fato que lhe rendeu muitos problemas com a bancada e com a imprensa, especialmente quando fazia menção sobre seus métodos para resolver os problemas da segurança pública no Espírito Santo, sempre salientando e defendendo o uso da violência e intolerância em relação aos criminosos.

Essa postura intransigente, e, até certo ponto, desequilibrada, acabou custando o seu afastamento do PSDB. Isso porque o jornal *Folha de S.Paulo*, em uma matéria, fez uma relação direta entre cabo Camata e Fernando Henrique Cardoso, à época pré-candidato tucano

69 **Revista Capixaba Agora**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 5, 15 dez. 1997. Nesse periódico, em longa entrevista concedida aos jornalistas Tinoco dos Anjos, Milson Henriques e Alexandre Caetano, cabo Camata revela aspectos importantes de sua trajetória política e outras informações.

ao governo federal. Tal associação causou uma imediata resposta do núcleo dirigente do PSDB nacional, fato que, somado ao desentendimento surgido anteriormente com um companheiro de partido e de bancada – deputado Ulisses Anders⁷⁰ –, culminou com a exclusão de Camata do rol de filiados do PSDB (VASCONCELLOS, 1994).

Já no processo eleitoral, cabo Camata era responsável por apresentar as propostas mais mirabolantes e até certo ponto bizarras, tornando-se uma figura emblemática. Com isso, acabava caindo ainda mais no gosto do eleitorado mais pobre e desinformado. Com métodos severos, cabo Camata preencheu magistralmente a imagem do político que se impõe pela autoridade, encarnando efetivamente o poder como nos tempos do autoritarismo do regime militar, “quando a polícia agia” (SCHERER, 2005, p. 71), se enquadrando no imaginário afetivo do povo pobre, caracterizado por estar sujeito à tradição paternalista messiânica e autoritária.

Essa postura de homem corajoso e arrojado se casava muito bem com o *cenário de representação da política* construído nesse pleito, que se pautava, como já dito, no tema da violência e da segurança pública. Nesse aspecto, cabo Camata era taxativo nas suas declarações: “[...] quem praticar crimes hediondos em meu governo receberá o mesmo tratamento, seja o que for, e o estuprador será morto e vou mandá-lo para o ‘inferno’ em defesa da família capixaba, como faria com a minha, em caso pessoal [...]” (CABO..., 1994d, p. 2; CAMATA..., 1994, p. 3).

Camata garantia conhecer todos os focos de bandidos do Espírito Santo e os locais por onde eles chegavam, pois, segundo ele, continuava na ativa, ao lado de ex-companheiros de farda da Polícia

70 Esse episódio levou o deputado cabo Camata a prometer dar uma surra em Ulisses Anders com gurugumba, situação que foi alvo de muitas chacotas na época. E o uso da tal gurugumba acabou se tornando uma das principais marcas do candidato.

Militar e com a ajuda de policiais civis e militares. E sempre repetia o suposto risco de invasão de bandidos cariocas no Estado.

No Rio de Janeiro, [...] as polícias militar, civil, federal e até o Exército, estão expulsando os marginais. Como o Espírito Santo é vizinho, eles vêm para cá. Nós vamos fechar os limites do Estado e dar um prazo de 24 horas para os marginais deixarem o Estado. Senão, não sai mais (CABO..., 1994c, p. 2).

Suas formas não muito convencionais de resolver os problemas da população não se limitavam somente ao tema da segurança pública. Ele prometia também aumentar a arrecadação, a ponto de fazer uma reforma administrativa no estado e valorizar o salário do servidor público. Para melhor observar a arrecadação do fisco, tinha uma proposta inusitada: colocaria um funcionário para fiscalizar cada fiscal. Assim, segundo ele, um vigiaria o outro e o estado arrecadaria mais. Ele garantia, de maneira veemente, que boa parte do imposto recolhido seria devolvida à população em forma de vales fiscais (CABO..., 1994c).

Na área da saúde, cabo Camata apontava como prioridade a busca por verbas para a reativação dos leitos hospitalares. Caso faltassem recursos, dizia Camata, venderia, dentre outras propriedades públicas, a casa de praia de propriedade do governo, localizada na Praia da Costa, Vila Velha, e também a residência de inverno, de Santa Teresa, que chamava de esconderijo do governador (CANDIDATOS..., 1994).

Além dessas propostas de governo, cabo Camata prometia ainda investir na educação, que dizia não existir no estado, a não ser para os ricos, que reuniam condições de pagar uma instituição particular. Além disso, advogava a ideia de fechar a superintendência de comunicação do estado, pois, segundo ele, “[...] um governo que trabalha não precisa gastar dinheiro nos jornais e na TV para dizer que o

Espírito Santo está cada vez melhor, quando, na verdade, está indo para o buraco [...]” (CANDIDATOS..., 1994, p. 3).

A partir de toda essa explanação, endossamos a ideia de Vasconcellos (1994, p. 48), quando argumenta que a

[...] campanha de Cabo Camata no primeiro turno foi um enorme sucesso. Foi sua capacidade de comunicação com as massas que produziu tal sucesso. Foi sua comunicação dirigida aos segmentos de menor renda e escolaridade que produziu isto. Mesmo os outros elementos de comunicação foram de bom impacto junto ao seu público alvo. Todas as peças eram simples e diretas, basicamente continham o nome de Camata em vermelho sobre o fundo branco, e mais nada.

O comportamento de cabo Camata também foi pautado no denunciamento e na agressividade dirigida aos seus adversários, especialmente a Vitor Buaiz, que liderava as pesquisas. Ele afirmou, em diversas ocasiões, que a campanha do candidato petista estava sendo patrocinada pelo empresário Nahor Ferreira e pelo Grupo Itapemirim, aos quais Camata acusava de sonegadores de impostos, fato que levou Vitor a entrar na justiça contra o candidato do PSD para que provasse as acusações (CABO..., 1994e; VITOR..., 1994c).

3.3.3 O Candidato Vitor Buaiz no processo eleitoral de 1994

Natural de Vitória, Vitor Buaiz é membro de uma ramificação daquela que está entre uma das mais prósperas famílias do Espírito Santo. Médico de carreira, formado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, quando ingressou na universidade, em 1962, tendo participado da Secretaria-Geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) entre os anos de 1964 e 1966. Na década de 1970, participou ativamente na política sindical, militando na Associação dos Docentes da

Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES) e, simultaneamente, na Associação Médica do Espírito Santo (AMES), da qual foi secretário-geral. Além disso, contribuiu diretamente na fundação do Partido dos Trabalhadores no final dos anos 1970⁷¹.

Desde o início de sua carreira política, Vitor Buaz sempre se demonstrou adepto de uma linha mais moderada. Com postura de homem sério, dono de uma retórica pausada, formal e didática, era considerado o principal quadro do PT no estado. Foi credenciado por um mandato de deputado federal (1987/1988) e pela bem avaliada gestão à frente da Prefeitura Municipal de Vitória (1989/1992). Durante todo o período de campanha para governador, tentou rebater os ataques e as denúncias que lhe foram dirigidas, especialmente por Camata e Max, e evitou o quanto pôde polemizar com eles (Rosilda de Freitas não se comportou de forma tão agressiva). Vitor adotou a estratégia de direcionar sua fala para a apresentação de propostas de governo e sempre salientava a sua posição privilegiada nas pesquisas de opinião, fato que, segundo ele, demonstrava que a população estava mais amadurecida politicamente e havia assimilado o projeto político da Frente Unidade Popular (APOIO..., 1994).

No seu programa de governo, embora de maneira vaga, apontava a necessidade de um projeto alternativo ao neoliberalismo e nacional-desenvolvimentismo. Para justificar, apresentava a dramática radiografia social do Espírito Santo: 710 mil pessoas em situação de extrema miséria, passando fome; mais de 400 mil analfabetos; mais de 250 desempregados, com 80% da população economicamente ativa recebendo até dos salários mínimos; déficit de mais de 140 mil moradias, sistema de educação, saúde e segurança em frangalhos; e aumento generalizado da violência, inclusive com o fortalecimento de grupos de extermínio (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993b).

71 Entrevista de Vitor Buaz, na íntegra, é encontrada em um dos apêndices da dissertação que resultou no presente livro.

Para resolver tais problemas, o candidato petista expunha o desejo e a necessidade de se construir, na prática, “um projeto democrático e popular com uma visão mais ampla de estado, e não uma visão específica de governo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993a, p. 4). Apontava duas direções programáticas fundamentais: a distribuição de renda, com a criação de um forte mercado interno de massas; e o controle sobre os monopólios, com a inversão de prioridades para que fosse possível construir um outro modelo de desenvolvimento. Segundo seu programa de governo, isso seria viabilizado por intermédio da democratização do estado.

Essas duas grandes estratégias que foram apresentadas se desdobravam em cinco grandes eixos: 1) Inversão de prioridade para resgatar a enorme dívida social; 2) Construção de uma nova esfera pública, transparente e moralizada; 3) Apoio a setores produtivos (pequenos e médios proprietários) na cidade e no campo; 4) Desconcentração do desenvolvimento sócio econômico do ES; e 5) Descentralização político-administrativa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993b).

Um dos aspectos mais importantes do programa de governo do candidato petista e que trouxe muitos problemas no contexto do governo era a questão da reforma do Estado, vista como algo que deveria ser realizado de forma sistemática:

O Estado tem que ser reformado permanentemente, a reforma do Estado não é só de um governo, a reforma administrativa. Todos os Estados devem seguir à risca essa orientação, de constatar onde é que estão os gargalos e tentar corrigir aquilo. Você vê que quando nós entramos, você tinha uma folha salarial que era quase igual à receita do Estado. Então nós tínhamos que tomar uma atitude (BUAIZ, 2008).

Embora defendendo, no campo do discurso, um governo democrático e popular, que representava uma alternativa ao neoliberalismo, a proposta de governo Vitor não escapava do cenário

institucional a que estava submetida. Considerando outras propostas de governo apresentadas no pleito, pode-se dizer que havia muito claramente aspectos neoliberais em curso que implicavam a redefinição do planejamento governamental.

Segundo Simões (1994), assim como nos programas de governo de dois dos quatro candidatos ao governo – Max Mauro e Rose de Freitas –, o programa de Vitor também fazia referências às câmaras setoriais associadas ao planejamento e à definição de estratégias de desenvolvimento. O texto apontava que, para realizar o projeto, o futuro governo petista conclamava

[...] todos os setores sociais para [...] auxiliarem nas metas do governo. Nosso governo será, portanto, um incentivador, um aglutinador dos diversos atores sociais e econômicos para a distribuição de renda e democratização do Estado, tendo como pressuposto básico o resgate de toda a dívida social acumulada [...] (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993b).

Algo muito parecido encontrava-se na proposta de governo *Mãos à obra Brasil*, do presidente eleito Fernando Henrique Cardoso. No subitem da política industrial, estava previsto que “poderão ser adotadas políticas setoriais, formuladas e implantadas de forma tripartite, envolvendo o governo, os trabalhadores e os empresários” (SIMÕES, 1994, p. 22). Também na área econômica, integrava as *Bases do Programa de Governo* do 2º colocado no pleito presidencial, Luiz Ignácio Lula da Silva, a formulação de “fóruns por cadeia produtiva em que estarão representados empresas, trabalhadores, consumidores e governo. As atuais câmaras setoriais são um dos modelos possíveis para estes fóruns” (SIMÕES, 1994, p. 21).

Observa-se uma clara padronização no que diz respeito às propostas políticas em direção ao centro do espectro político. Para Simões (1994), não resta dúvida de que essa tendência no campo das políticas públicas deve ser entendida como parte integrante da agenda

pós-transição política no que diz respeito à reforma do Estado e à redefinição da clássica relação Estado-sociedade⁷², pois nos anos iniciais da década de 1990 já era notória uma grande alteração no

[...] comportamento de determinados setores do movimento empresarial e sindical e dos partidos políticos no tocante à proposição de políticas públicas, antes refratários a qualquer tipo de negociação e participação conjunta nos arranjos tripartites. Esta ampliação da postura política propositiva requer o estabelecimento de novas relações sociais, fundadas no “antagonismo convergente”, segundo expressão cunhada pelo Prof. Francisco de Oliveira. Trata-se de passar de uma relação conflitiva de anulação do outro para uma relação conflitiva de reconhecimento mútuo (era das estratégias cooperativas entre os agentes econômicos e sociais) (SIMÕES, 1994, p. 23).

Nas áreas da saúde e educação, Vitor Buaz salientava a total ausência de compromisso político dos governantes em investir de forma prioritária nesses setores. Acenava constantemente para a necessidade de descentralização de recursos e decisões junto aos municípios para melhorar a eficiência. Mas, para isso, seria necessário estabelecer uma relação mais democrática com os poderes locais no que diz respeito a decisões sobre verbas, participação no governo e grandes opções estratégicas para o estado. Concretamente, a proposta do candidato Vitor apontava a necessidade de se construir o orçamento participativo estadual tal como fizera quando prefeito de Município de Vitória, a implantação do orçamento regionalizado e a instituição das microrregiões (CANDIDATOS..., 1994; PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1993b).

72 Essa proposta de reforma do estado será, durante o governo, um dos principais pontos de pauta, e o assunto representará também o maior pomo de discórdia entre governo e partido.

Estratégica apontada constantemente pelo candidato, apesar de sempre desautorizado pelo partido, era de buscar a construção de um governo pautado em uma coalizão. Em uma dessas ocasiões, por exemplo, no contexto da aproximação com a deputada Rita Camata (PMDB), afirmou que ela ocorreu por conta das afinidades existentes desde os tempos em que haviam atuado juntos na Assembleia Nacional Constituinte e que outros apoios também eram bem-vindos. Vitor explicava que sua proposta era no “sentido de manter a relação entre Executivo e Legislativo através das bancadas partidárias e não com parlamentares de forma isolada”, queria, portanto, “evitar ficar refém dos deputados” (COALIZÃO, 1994; PETISTA..., 1994). Esse pensamento do candidato explica a sua aproximação de segmentos do PMDB e do PSDB. Essa defesa da coalizão foi um elemento gerador de muitos conflitos entre Vitor Buaz e seu partido, conforme veremos mais à frente.

Quanto ao prenúncio de risco em se tornar refém dos deputados, já no exercício do governo tal prognóstico parece ter se confirmado: Vitor teve muitos problemas com o legislativo capixaba, a ponto de quase ter sido impossibilitado de governar, ante o grau de corrupção e fisiologismo a que chegou a Assembleia Legislativa⁷³.

Diante de toda essa ordem de coisas, o cenário eleitoral, apesar de ainda dominado pelo candidato petista, começou a sofrer alterações importantes a partir do mês de setembro, com o crescimento significativo da candidatura Camata em detrimento dos demais, que permaneceram praticamente estáticos.

Camata era considerado um candidato desacreditado antes e no início do pleito. Segundo Perly Cipriano (2008),

73 Acerca dos governos de coalizão de Vitor Buaz (1995/1998) e José Ignácio Ferreira (1999/2002), ver: PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos**: governos e assembleias no Brasil Republicano. 2004. 239 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

O Cabo Camata é um fenômeno! Cabo Camata se lança candidato a governador porque, segundo as avaliações, ele não tinha condições de se eleger deputado. Ele se lança sem programa nenhum, apenas dizendo que ia usar a gurugumba para combater os bandidos e os corruptos e um tempo de televisão muito pequeno, mas ele bateu naquela mesma tecla da gurugumba, um discurso seco, direto e teve a Polícia Militar como um grande cabo eleitoral, a maioria dos lugares que tinham policiais eram verdadeiros comitês eleitorais [...].

Assim, já na primeira pesquisa, desponta-se uma surpresa, ao aparecer em terceiro lugar, desbancando a candidata Rose de Freitas, nome de maior projeção. No decorrer da campanha, os índices foram crescendo e, com seus 27,53% dos votos válidos, Camata acabou surpreendendo e chegou ao segundo turno com Vitor Buaiz (PT), que foi o primeiro colocado com 46,43%. O candidato Max Mauro (PMN) acabou em terceiro com 9,83% dos votos, quase empatado com a candidata tucana Rose de Freitas, que teve 9,72% dos votos (Tabela 15).

Tabela 15 – Resultados da eleição para governador do Estado do Espírito Santo – 1994 – 1º turno

Candidato	Partido	N.º de votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	495.948	35,02	46,63
Dejair Camata	PSD	290.677	20,53	27,33
Max Freitas Mauro	PMN	139.262	9,83	13,09
Rosilda de Freitas	PSDB	137.666	9,72	12,94
Votos Brancos	-	256.076	18,08	-
Votos Nulos	-	96.181	6,79	-
Total de Votos Válidos		1.063.533	-	100
Total de Votos apurados		1.415.810	100	-

Fonte: TRE-ES (1994)

Além da questão relacionada à violência e à segurança pública, que configurara o cenário da representação da política no pleito de

1994, algo que foi muito bem explorado por Camata, vários outros fatores contribuíram para que ele conseguisse chegar ao segundo turno: o voto de protesto, ou seja, voto daqueles eleitores que procuram não votar em nenhum político notável, efeito muito similar ao que ocorreu com o candidato Enéas Carneiro, do PRONA, em várias eleições; a aglutinação de várias importantes lideranças dispostas a impor uma derrota vista como vergonhosa ao candidato Max e os consequentes apoios de vários prefeitos do interior. Somando-se a isso, não se pode desconsiderar o elemento-chave na candidatura de cabo Camata: a sua enorme capacidade de comunicação com as massas empobrecidas. Segundo Vasconcellos (1994, p. 47),

Seu vocabulário simples, seus atropelos no português, sua visão simplória do mundo, o tornaram um fenômeno de comunicação. Sem recursos financeiros para fazer uma campanha mais sofisticada, gravou seus programas para o horário gratuito do TRE sozinho, em conversa direta com o eleitor. Era o Cabo Camata e a câmara de televisão. Os temas não variavam muito, mas eram todos de forte apelo popular. Sua presença nos debates era o tom mais original deles. Ora prometendo ações de implementação pouco provável, como dar uma surra pública nos secretários que fossem flagrados em atos de corrupção e ora ironizando os presentes, como fez com Vitor Buaiz ao acusá-lo de promover festinhas com bolinhos e uísque pago pela municipalidade, ele [...] ganhou a preferência dos eleitores mais simples e dos mais descrentes com os políticos tradicionais.

Nas eleições proporcionais, o resultado demonstrou a tendência de fragmentação partidária e ideológica já assinalada no pleito de 1990. Na Assembleia Legislativa, o Partido dos Trabalhadores, beneficiado pela forte candidatura majoritária, ao lado do PMDB, PSDB, PDT, PPB e PTB, elegeram as cinco maiores bancadas: quatro deputados estaduais cada. O PFL confirmou a sua tendência de queda ao

eleger apenas duas cadeiras e o baixo rendimento decorrente, dentre outros fatores, do não lançamento de um nome na eleição majoritária.

Nas eleições para o Senado, não houve grandes surpresas. Os vencedores foram Gerson Camata (PMDB), com 29,88% dos votos válidos, e José Ignácio Ferreira (PSDB), que obteve 16,20% das preferências. Na Câmara dos Deputados, o PMDB conquistou a maioria na bancada capixaba ao eleger três cadeiras, seguido de PDT e PSDB com duas. O PT, o PSB e o PTB completaram a lista com um deputado cada.

Numericamente, os resultados para o PT não poderiam ter sido melhores, pois se recuperou do mau desempenho no pleito de 1990. Além da expressiva votação nas eleições majoritárias, o partido conquistou uma quantidade razoável de cadeiras na Assembleia e readquiriu a sua vaga na Câmara Federal, além de ter obtido uma boa votação para o Senado, ficando em terceiro lugar, atrás de Gerson Camata e Ignácio.

Entretanto, quando observamos os resultados com um olhar mais crítico, as eleições significaram o prenúncio dos problemas que o novo governador enfrentaria: de um lado, havia aquelas figuras posicionadas à direita do espectro político, das quais já se esperava uma oposição sistemática ao governador petista. De outro, a nova bancada do PT, composta, em sua maioria, de nomes pertencentes a tendências minoritárias e, portanto, de enfrentamento ao grupo de Vitor Buaz.

3.3.4 O Segundo Turno

No segundo turno, foram feitas algumas pequenas alterações na estratégia de comunicação na candidatura Camata⁷⁴. Foi corroborada a ima-

74 O responsável pela coordenação da campanha de cabo Camata foi Antônio Cabral Neto, que foi também um dos seus principais assessores quando aquele foi prefeito do Município de Cariacica.

gem do candidato distante dos grandes centros políticos e de “homem simples do povo que fala a sua língua, que pensa e sofre com o povo e que tinha, portanto, capacidade para entendê-lo e dar soluções simples e diretas aos seus problemas” (VASCONCELLOS, 1994, p. 48).

Com o objetivo de ampliar o lastro de eleitores, tentou-se também, mesmo que sutilmente, atenuar o seu discurso com o intuito de desvinculá-lo da ideia de violência, de policial perverso, que provavelmente seu adversário exploraria. Nos programas exibidos no segundo turno, cabo Camata apareceu em diversas ocasiões ao lado de sua esposa, da família, ou na praia brincando com as crianças (VASCONCELLOS, 1994). Mas os eixos gerais da campanha foram mantidos.

O mesmo não aconteceu com Vitor Buaiz. Com a data das eleições se aproximando, e a distância do segundo colocado diminuindo a cada dia, era necessário algo a mais para reverter aquela situação, que certamente conduziria cabo Camata à vitória (VASCONCELLOS, 1994).

Uma das preocupações do comando de campanha⁷⁵ do candidato petista era com o próprio candidato Vitor. Optou-se pela estratégia de bater duro em Camata, com o objetivo de fazer o candidato da Coligação União Trabalhista se tornar vítima do seu próprio veneno. A ideia era dar ênfase nas críticas às suas propostas do uso da extrema violência para garantir a segurança pública. Segundo Vasconcellos (1994, p. 20), “o cabo passava uma imagem de homem valente e decidido, que lhe garantia bons votos na periferia das grandes cidades, especialmente entre as classes D e E”. Era necessário inverter essa imagem e demonstrar que o cabo era, na verdade, “um mentiroso e que, ao contrário de valente, era um covarde” (VASCONCELLOS, 1994, p. 20). Nesse sentido, foram produzidos diversos programas de televisão que, segundo Rogério Medeiros, foram decisivos para a campanha, pois foi se

75 Importante destacar que a publicitária responsável pela campanha de Vitor Buaiz no pleito foi Elizabeth Rodrigues, uma das mais conhecidas e requisitadas profissionais do ramo de marketing político do estado do Espírito Santo.

[...] desmontando essa figura do Camata de ser um homem que vinha para acabar com o banditismo no Espírito Santo, jogando a figura do Hitler e mostrando no que resultou o Hitler, e o Camata era um homem que se apresentava, que não tinha nada, ele faria a justiça, então você muda e começa a mostrar [...] ele criou uns fatos e [...] acabou por diminuir a força dele, como por exemplo, ele queimou uma pessoa, ele tinha queimado uma pessoa no eucalipto lá na região norte e se mostrou aquilo e mostrou o que ele poderia fazer (MEDEIROS, 2008).

Mas a tarefa de partir para a agressão implacável e intransigente contra o adversário esbarrava no perfil do candidato Vitor, visto como um homem da democracia e do diálogo. Do outro lado, havia o candidato Camata, ágil nas palavras, “esperto nas respostas e sem limites na imaginação, elementos que poderiam causar muita irritação em Vitor Buaiz”, no debate que ocorreria no dia 6 de novembro de 1994 (VASCONCELLOS, 1994, p. 20). Dessa forma, o candidato do PT poderia levar a pior no confronto na televisão. Diante dessas dificuldades, o comitê de campanha acabou voltando atrás e decidiu que Vitor deveria bater em Camata, mas sem deixar de se comportar da maneira equilibrada que lhe era habitual. O resultado não poderia ter sido melhor:

[...] o candidato foi duro na essência, mas ameno e quase professoral na forma. Encurralou o adversário, que apesar da grande presença de espírito e uma dose imensa de cinismo usada para explicar o inexplicável, não conseguiu esconder o nervosismo. [...] A performance agradou a direção da campanha, mas soou nos ouvidos dos eleitores como uma nota destoante, porque a ofensiva que todos esperavam do adversário partiu de Vitor. Ele bateu sem alterar a voz, mas bateu. Questionou o adversário sobre a emissão de cheque sem fundo, confissão de extermínio de bandidos, que teria sido feita no plenário da Assembléia, invasão de

terras de parentes, fornecimento de armas para bandidos e ligações com o crime organizado (VASCONCELLOS, 1994, p. 21).

Mas as providências do candidato do PT não se limitaram ao campo do discurso. Como normalmente ocorre em situações do gênero, cada candidato tratou de buscar apoio nos mais diversos setores da sociedade para superar o adversário. Enquanto Camata começava a receber apoio financeiro de grupos empresariais do estado, do setor de exportação em especial, e de políticos como o deputado Marcos Madureira e Valci Ferreira, políticos muito influentes naquele momento, Vitor Buaiz agregou apoios dos mais variados setores. O mais polêmico, controverso e responsável por gerar muitos constrangimentos em seu partido veio do PSDB, especificamente do recém-eleito presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que declarou apoio a Vitor⁷⁶, produzindo, inclusive, uma mensagem que foi exibida em seu horário eleitoral gratuito.

Diante da tendência de crescimento de seu adversário, Vitor teve que buscar o apoio do PSDB, até pelos laços já estabelecidos com o então prefeito de Vitória Paulo Hartung, que consigo, trouxe muitos outros apoiadores. “A candidata derrotada Rosilda de Freitas elaborou o texto do compromisso que seria assinado por ela e por Vitor, com os princípios que o PSDB queria ver aplicados no caso de eleição do candidato” (REIS, 1994, p. 85). O grande problema é que os dois partidos – PSDB e PT –, que no âmbito da fundação do partido tucano chegaram a ensaiar uma aliança, davam mostras de que protagonizariam como rivais o cenário político-eleitoral das décadas seguintes. A própria campanha de 1994 já demonstrou isso, pois houve uma forte polarização entre Lula e FHC. Além disso, a conversa entre Vitor e o presidente eleito FHC foi articulada e materializada sem um debate interno amplo no PT, até porque foi feita às

76 A respeito das articulações visando o encontro entre Vitor Buaiz e FHC, ver: REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Editora Nemar, 1994.

pressas, ante a necessidade de reverter o quadro eleitoral, antes que fosse tarde demais. Dissidências não se manifestaram por ocasião do risco em enfraquecer Vitor Buaiz e levar a vitória de Camata, mas o episódio foi também um prenúncio do que ocorreria mais tarde: fortes conflitos internos no Partido dos Trabalhadores que se reproduziram no governo.

Outra adesão importante à campanha Vitor foi do PDT, dirigido por Rômulo Penina, ex-reitor da UFES, que, em desobediência ao indicativo do governador Albuíno, também apoiou o candidato da Frente União Popular pela Cidadania, trazendo consigo boa parte dos pedetistas.

O PMDB, que não lançara candidato nas eleições majoritárias no primeiro turno, e que havia liberado suas bases para apoiarem os candidatos de suas preferências, acabou formalizando o apoio a Vitor no segundo turno. Quanto ao senador Gerson Camata, continuou sem oficializar apoio a um dos candidatos.

Segundo pesquisas divulgadas a poucos dias do segundo turno, a linha de ascendência do candidato cabo Camata atingiria a de Vitor Buaiz, demonstrando que as providências tomadas pelo candidato do PT ainda não haviam surtido os efeitos desejados. No dia 4 de novembro de 1994, o *Jornal do Brasil* publicaria a pesquisa do Instituto Vox Populi, dando pela primeira vez a vantagem a Camata.

O que poderia significar o início do desespero para o candidato petista acabou, segundo Vasconcellos (1994), colaborando com a candidatura do PT, pois quando ocorreu o encontro das linhas dos candidatos, os partidários de Camata festejaram muito o resultado, agindo exatamente da maneira como seus adversários esperavam, criando um clima de *já ganhou*:

Do lado de Vitor, o episódio serviu para mobilizar a sociedade civil organizada, em defesa da vida, como se divulgou em inúmeras notas de apoio. O fato ainda forçou a militância dos partidos da Frente Unidade Popular a ir para as ruas. Mesmo as bases do

PT, que haviam cruzado os braços por não concordarem com as alianças feitas pela Frente, arregaçaram as mangas e foram pedir votos (VASCONCELLOS, 1994, p. 68).

Esse clima de possibilidade de vitória de cabo Camata e o risco de institucionalizar a violência no Espírito Santo proporcionaram uma espécie de união de todos em favor de Vitor Buaiz, culminando com uma reviravolta no cenário eleitoral, garantindo a primeira vitória do PT em eleições para governador, ao lado do Distrito Federal, com Cristóvam Buarque. Vitor venceu com 55,48% dos votos, enquanto cabo Camata obteve a preferência de 44,52% dos eleitores.

Tabela 16 – Resultado das eleições para governador – 1994 – 2º turno

Candidato	Partido	N.º de Votos	%	Votos Válidos (%)
Vitor Buaiz	PT	669.533	50,93	55,48
Dejair Camata	PSD	537.051	40,85	44,52
Votos Brancos	-	11.226	0,85	-
Votos Nulos	-	96.653	7,35	-
Total de Votos Válidos		1.206.584	-	100
Total de Votos apurados		1.314.463	100	-

Fonte: TRE-ES (1994)

Além da mobilização e dos apoios em torno do nome de Vitor Buaiz e do relaxamento da campanha Camata ante o favoritismo, qual seria o principal fator que teria contribuído para a virada na campanha do candidato petista? Teria sido realmente necessária a visita feita por Vitor ao presidente eleito Fernando Henrique Cardoso? De acordo com os tucanos, a resposta é positiva, a visita a FHC foi um elemento providencial. Para a jornalista e publicitária da campanha do candidato petista, Beth Rodrigues, entretanto (RODRIGUES *apud* VASCONCELLOS, 1994, p. 69), o principal fator da virada foi a

produção e veiculação dos programas do horário eleitoral que faziam paralelo entre Hitler e Camata⁷⁷.

Segundo a opinião consensual dos entrevistados, Brice Bragato, Vitor Buaz, Rogério Medeiros e Perly Cipriano, não se pode apontar apenas um fator como determinante na vitória nas eleições de 1994, todas as articulações e movimentações foram cruciais para assegurar a vitória de Vitor Buaz. Para tanto, observemos o depoimento de Vitor Buaz:

Então foi uma campanha muito difícil. No primeiro turno eu falei pra você que a militância, que os movimentos de igreja, ficaram um pouco acomodados, pensando que já tava ganhando, [...] no segundo turno eles tiveram que entrar em campo e ir catando voto a voto. Além disso, eu tive o apoio do Fernando Henrique, o PSDB articulou esse apoio, a mídia nacional, com editoriais quase que diários, quer dizer, editoriais frequentes dizendo que era uma ameaça muito grande ao Estado do Espírito Santo se o candidato Cabo Camata fosse eleito, todo mundo já conhecia a história [...] deputados eleitos que me davam apoio, que fizeram comitês eleitorais nos seus municípios e se não fosse isso, mais o apoio do Fernando Henrique, o apoio da Igreja Católica, o Bispo soltou uma nota dizendo que a Igreja não concordava com aquele que defendia a violência e a morte, não é? [...], eu tinha perdido a eleição (BUAIZ, 2008).

Portanto, o aspecto que contribuiu decisivamente para a vitória de Vitor Buaz foi a rearticulação de forças diversas em seu favor, o que favoreceu, dentre outras coisas, a sua melhor penetração no

77 A ideia do programa teria partido do jornalista e cineasta Amylton de Almeida, que trabalhou em sua montagem junto à responsável pela campanha de Vitor Buaz no horário de propaganda política na televisão, a também jornalista Beth Rodrigues.

interior. Conforme podemos averiguar nas tabelas a seguir, houve uma inversão dos votos obtidos pelos dois candidatos no interior e na Grande Vitória.

Tabela 17 – Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e interior – 1º turno – 1994

Candidato	Grande Vitória		Interior		GV + Interior	
Vitor Buaiz	261.795	53%	234.589	47%	495.948	100%
Djair Camata	110.857	38%	179.820	62%	290.677	100%
Max Mauro	60.741	44%	78.521	56%	139.262	100%
Rosilda de Freitas	43.845	32%	93.821	68%	137.666	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base em TRE-ES (1994)

Tabela 18 – Distribuição dos votos dos candidatos ao governo do Estado entre Grande Vitória e interior – 2º turno – 1994

Candidato	Grande Vitória		Interior		GV + Interior	
Vitor Buaiz	296.669	44%	372.864	56%	669.533	100%
Djair Camata	228.827	43%	308.224	57%	537.051	100%

Fonte: elaborado pelo autor com base em TRE-ES (1994)

No primeiro turno, Camata obteve 62% dos votos no interior, contra 47% do candidato petista. No segundo turno, a coisa se inverteu: Vitor, apesar de quase empatar em número de votos na região metropolitana, aumentou sua margem de votos fora da Grande Vitória, alcançando 56%. Já cabo Camata encolheu sua margem no interior, passou de 62% para 57%.

Podemos perceber que há uma profunda relação entre os sucesos dos candidatos nos dois turnos e o bom desempenho no interior. Esses dados parecem confirmar a hipótese de que, para vencer

eleições majoritárias no estado do Espírito Santo, é imprescindível uma expressiva votação no interior, a qual se adquire com uma forte articulação com os líderes locais. Caso contrário, a vitória fica muito dificultada.

Apesar de derrotado, os saldos dessa campanha para o candidato cabo Camata não foram ruins. Nas eleições municipais seguintes, candidatou-se a prefeito do Município de Cariacica, onde, no pleito de 1994, perdera por apenas 39 votos para Vitor. Saiu vencedor, mas não chegou a concluir seu mandato, pois veio a falecer em um misterioso e controvertido acidente automobilístico em 2000.

3.3.5 Os anos 1995-1997 – Conflitos entre PT e Governo Vitor Buaz

A fatalidade das revoluções é que sem os exaltados é impossível fazê-las. E com eles é impossível governar.

Joaquim Nabuco

Após a difícil e conturbada vitória de Vitor Buaz, chegou o momento de compor o governo de coalizão. A partir desse momento, várias dificuldades já se apresentaram. No que tange à Assembleia Legislativa, dos 30 deputados eleitos, apenas 4 eram do PT, sendo apenas um componente do grupo do governador recém-eleito, no caso Juca Alves, da *Unidade na Luta*. Dois eram da *Articulação do B* (José Baiôco e Cláudio Vereza), além de Brice Bragato, da *Força Socialista*.

Tabela 19 – Partidos e representação na Assembleia Legislativa em 1995

Partidos	Vagas por partido	%
PT, PDT, PMDB, PSDB e PPB	4	66,7
PTB, PSB	3	20,0
PFL	2	6,7
PL, PMN	1	6,7
Total	30	100

Fonte: TRE-ES (1994)

A Tabela 19 mostra o grau de fragmentação da nova Assembleia Legislativa: cinco partidos completamente díspares ideologicamente representavam 66,7% da casa. Os outros 33,7% do Legislativo estavam nas mãos de outros três partidos. Se considerarmos a aliança PT/PSB/PCdoB, foram eleitos seis deputados (20%). Portanto, a *base oficial* do governo estava muito longe de representar uma boa sustentação. Repetiu-se assim, no legislativo estadual de 1995, a fragmentação partidária já assinalada no pleito de 1990, fato que levou a muitas dificuldades para a composição de um governo de coalizão, ao mesmo tempo que o mesmo se tornou cada vez mais necessário.

Tabela 20 – Coligações e representação na Assembleia Legislativa em 1995

Coligações	Vagas	%
PDT/PTB	8	26,7
PPR/PFL/PP	6	20,0
PT/PSB/PC do B	6	20,0
PSDB	4	13,3
PMDB	4	13,3
PSC/PL/PPS/PMN/PRP	2	6,7
Total	30	100,0

Fonte: TRE-ES (1994)

No Encontro do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo no dia 4 de junho de 1994, Rogério Medeiros, um dos mais importantes assessores de Vitor Buaid, que no decorrer do governo ocupou a Casa Civil e a Secretaria da Fazenda, explicitou as dificuldades enfrentadas desde o início do mandato no que diz respeito à formação de uma coalizão:

A governabilidade estabelecida a partir de conversas com os partidos políticos para formar o Secretariado de Governo, foi se constituindo numa nova forma de convivência. A maioria dos Deputados (80%) são municipalistas, não querem enfrentar o governo, estão observando o movimento com perspectivas

nas eleições/96 [...] Há um grupo de Deputados compostos por Ferraço, Adelson, Durão e Jorge Anders que querem eleger 30 projetos municipais. O grupo corre em campo próprio. Paulo Hartung busca fazer um caminho próprio, aliando-se a Ferracinho chamado campo progressista com 7/8 Deputados como sustentação [...] O PT está fora de qualquer proposta e não há aproximação e corre em campo próprio, formando seus quadros [...]. Vasco Alves assumiu o PMDB como um bloco próprio aliando outras forças do partido no processo, não dá para saber como ficará o PMDB nas mãos do Vasco. Nas SEFA, 80% dos fiscais estão na área e/ou esquema de corrupção [...] A retração de mercado resulta em queda de arrecadação [...] Não há perspectivas de melhoria acentuada na receita. A receita não consegue acompanhar o crescimento das despesas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1994, p. 2-3).

Além da questão política, o novo governador assumiu já tendo que administrar graves problemas financeiros que redundavam em sistemáticos atrasos na folha de pagamento do funcionalismo, herança do governo Albuíno Azeredo (PDT). Para agravar ainda mais a situação, Vitor Buaziz fez aquilo que ele mesmo considera o grande erro da sua gestão enquanto governador, ou seja, conceder, em maio de 1995, aumento ao funcionalismo público de 25,34%. Segundo Buaziz (2006): “Nosso governo tomou uma atitude equivocada, ao dar reajuste de 25% para o funcionalismo. Nem mesmo o movimento sindical entendeu as mudanças que estavam ocorrendo e continuaram pressionando o governo”. Não é outra opinião a de Perly Cipriano, outro importante nome do governo:

[...] acho que o maior erro do governo Vitor, que foram os 25% de aumento para os servidores, sem haver grandes demandas da sociedade dar um aumento de 25%. Quando estabilizou a moeda, 56% era uma quantidade de dinheiro astronômica e na votação

do secretariado do Vitor, teve dois votos contrários a isso, um é de uma pessoa do PSDB, Ricardo Santos e outro era o meu, dois votos contrários, todo o secretariado achava que poderia dar, porque a tradição nossa era a luta no meio do movimento popular, então dar aumento de salário é uma coisa boa, não é? Deu o aumento, só que quando tinha uma inflação galopante, você podia prometer 50% de aumento, porque quando você pagasse o aumento, você pegava aquele dinheiro, deixava depositado uma semana em algum lugar, só com os juros você pagava aquela folha. Mas quando houve a estabilização, 25% a cada quatro meses era uma folha de pagamento pra trás (CIPRIANO, 2008).

O grande problema é que o PT apostou suas fichas no fracasso do Plano Real. Nesse aspecto, a Direção Nacional teve grande responsabilidade, ao não dar assistência necessária ao novo governo. Segundo Rogério Medeiros (2008),

[...] depois quando foi dessa pressão para o Vitor dar os 25% de aumento, que foi o grande erro do Governo do Vitor, eles levaram o Vitor lá para Brasília e estava sendo estabelecido o Real, depois foram para São Paulo e aí fizeram uma reunião dizendo que o Vitor não entrasse nessa do Real que o Real era um engodo [...], não sei o que, e aí o Vitor ficou lá dois ou três dias, o pessoal daqui, eu também fiquei, e aí veio o Senador Mercadante, como grande economista que diz que é, e essa posição não haveria nada, que a inflação ia continuar.

No decorrer do ano de 1995, o governo tomou várias medidas visando cortar gastos e aumentar a arrecadação. Mas as iniciativas não surtiram o efeito esperado. A dívida pública foi aumentando e a folha de pagamentos acumulando. Dessa forma, segundo Pereira (2004, p. 140),

[...] o governador entendeu que deveria tomar medidas drásticas para resolver a situação. No final do ano de 1995, foram enviadas à Assembleia Legislativa várias matérias, cujo objetivo era diminuir os gastos com servidores públicos. Até então, o governador não havia submetido ao Parlamento qualquer matéria mais importante e a bancada da situação, composta por deputados de diferentes origens, não havia sido realmente testada.

Além disso, ainda no ano de 1995, várias mensagens polêmicas foram enviadas à Assembleia, causando os primeiros grandes conflitos entre a bancada petista e o governo Vitor Buaiz. Dentre elas, destaca-se a que previa a venda das ações da Escelsa: a bancada, contrariando as recomendações da executiva estadual do partido e do governo, votou de forma contrária a ela (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1995). Outra questão que causou muita polêmica foi a do programa de incentivos do governo às empresas de importação e exportação por ocasião da implantação do Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (FUNDAP).

O ano de 1996 foi extremamente complicado para o estado. Para piorar a sua já abalada situação financeira, entrou em vigor, no dia 13 de setembro, a *Lei Kandir*⁷⁸, que isentava do pagamento de ICMS os produtos e serviços destinados à exportação. Essa lei, ao interferir em uma das principais fontes de arrecadação de tributo do estado, prejudicou ainda mais o governo no que diz respeito ao equilíbrio das contas públicas, o que gerava ainda mais atrasos das folhas de pagamento e, conseqüentemente, mais descontentamento do funcionalismo público e conflitos com os sindicatos⁷⁹.

78 Lei Complementar n.º 187, de autoria do deputado Antônio Kandir do PSDB-SP.

79 Importante frisar que nessa altura dos acontecimentos, a *Articulação Sindical*, setor mais moderado do movimento sindical e ligado à tendência *Unidade na Luta*, a mesma do governador, durante muito tempo hegemônica no

Essa situação veio a piorar no decorrer do ano de 1996, com o envio à Assembleia Legislativa do *Projeto de Privatização de Empresas Públicas*, dentre as quais estavam o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES) e a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN). Foi feito um documento intitulado “Alerta aos Petistas”, o qual divulgado em 26 de outubro de 1996 e assinado por várias lideranças do partido⁸⁰, que, em tom de denúncia, afirmavam o seguinte:

O Governo do Espírito Santo, conduzido pelo Governador Vitor Buaiz, está levando o Partido dos Trabalhadores a viver perante a opinião pública um grave desgaste político e uma acirrada disputa interna, porque desrespeitando resoluções partidárias e descumprindo o programa democrático e popular, têm provocado junto aos movimentos sociais, sindicais, servidores públicos e formadores de opinião o descrédito político e o desprestígio da proposta do Modo Petista de Governar (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 1).

No mesmo ano de 1996, as dissensões internas do PT, já críticas, foram potencializadas pela agenda assumida pelo Poder Executivo. No dia 8 de setembro, em plena campanha eleitoral nos municípios, o governador do estado, junto ao presidente estadual do PT e à revelia dos órgãos de direção partidária, anunciou pela imprensa que o governo só entraria em campanhas nos municípios cujos interessados fossem membros da base de sustentação na Assembleia Legislativa

movimento, abria espaço, para outros agrupamentos, tais como: *Articulação de Esquerda*, *Força Socialista (FS)*, *Democracia Socialista (DS)*, todas correntes internas do PT. Para mais esclarecimentos, ver: **Revista Capixaba Agora**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 5, 15 dez. 1997.

80 Assinaram o documento os seguintes membros do partido: Cláudio Vereza, Brice Bragato, José Baiôco (bancada petista na Assembleia), João Carlos Coser, Magno Pires, Iriny Lopes, Eliezer Tavares, Lúcio Faller, Hélder Salomão, Terézinha Cravo, Gilsa Barcelos, José Aguilar Dalvi, dentre outros.

(PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 1). Na avaliação de importantes membros do PT, inclusive da bancada na Assembleia, com exceção de Juca Alves, esse ato significou uma afronta que desqualificava o partido. Denunciavam então que, em muitos municípios, a posição do governo contribuiu para a vitória de adversários do partido:

Ação do governo proporcionou a vitória de adversários históricos do PT, com a inauguração de obras, prestação de serviços, presença de membros do Governo nos palanques dos adversários, favorecendo com créditos políticos aos adversários do PT as poucas realizações do Governo Estadual, como o ocorrido nos municípios de Viana, Barra de São Francisco, Linhares, Jerônimo Monteiro, Nova Venécia, São Mateus, Jaguaré, Vitória, Vila Pavão, Colatina, entre outros (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 1)⁸¹.

Por conta dos desacertos no lançamento de candidatos nos municípios, o resultado das eleições locais de 1996 não foi dos melhores para o PT, pois elegeu prefeitos em apenas três municípios: Brejuba, Conceição da Barra e Fundão. Apesar de ter obtido um resultado melhor do que no pleito anterior (em 1992 venceu em apenas

81 Acerca da trajetória do PT em Viana, ver Pinto (2001, p. 107-111). A autora atesta a informação acima, de que nesse município, o governador Vitor não subiu no Palanque do candidato do PT, José dos Santos da Silva. Segundo a autora, essa atitude do governador acabou favorecendo o candidato Balestreiro (que também lhe havia dado apoio em 1994), principalmente em decorrência dos palanques em inauguração de obras. Segundo o mesmo estudo, muitas obras foram marcadas por protestos dos candidatos petistas e, em alguns casos, ocorria até a divisão do palanque. Situação parecida é apresentada por Scherer (2005), por ocasião do não apoio ao candidato do PT à Prefeitura de Vitória, Otaviano de Carvalho, quando Vitor apoiou, em seu lugar, o candidato Luiz Paulo Velloso Lucas, do PSDB.

um município), o resultado não pôde ser considerado bom, principalmente por se tratar do partido que estava ocupando o governo do estado. Além disso, os municípios nos quais o PT obteve êxito em 1996 não estavam entre os mais importantes. O resultado contrastou completamente com aquele obtido pelo PT no plano nacional, quando conquistou 111 prefeituras, dobrando a quantidade do pleito de 1992, quando conseguiu eleger 54 chefes municipais em todo o país.

É importante registrar que o PMDB foi o partido que mais conquistou municípios no ano de 1996 no Espírito Santo, perfazendo um total de 20 prefeituras num total de 77, seguido do PSDB, que conquistou 18 e do PDT com 12 municípios.

Tabela 21 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 1996

Partido	1996	
	Nº	%
PMDB	20	25,97
PSDB	18	23,37
PDT	12	15,58
PPB	06	7,79
PFL	05	6,49
PSB	05	6,49
PTB	03	3,89
PL	03	3,89
PT	03	3,89
PSD	01	1,29
PMN	01	1,29
Total	77	100

Fonte: elaborado pelo autor com base em TRE-ES (1996)

Ainda, no que diz respeito à nova agenda assumida pelo executivo estadual, Pereira (2004, p. 140) aponta o seguinte:

[...] a guinada em termos de proposta de administração pública, consubstanciada em um novo conjunto de matérias, enviadas a ALES na segunda metade do ano. Destacam-se: a criação de um

órgão responsável por reunir as empresas públicas mais rentáveis do Estado (Agência para o Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo - ADERES); liberdade ao Executivo para promover privatizações ou concessões de serviços públicos por decreto e aumento da contribuição dos servidores ao Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro (IPAJM).

No mesmo documento, *Alerta aos Petistas*, reconhecia-se a crise do Estado brasileiro, decorrente, dentre outros fatores, de sucessivas políticas econômicas que centralizaram os recursos políticos nas mãos do governo federal. Apontava-se também que a então política de estabilidade monetária levada a cabo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com altas taxas de juros combinadas com a recessão econômica e o desemprego, agravou a situação das finanças públicas em diversos estados, e uma das maiores vítimas era o Espírito Santo. Além disso, o documento fazia críticas ao *Programa de Demissão Voluntária* (PDV); a contratos com a Caixa Econômica Federal; e à já citada política de renúncias fiscais do governo do estado. E completava denunciando a suposta adesão do governador Vitor Buaz à política de FHC, que, segundo o documento, estava expressa em entrevista à “*Revista Veja*, de 23 de outubro de 1996, [na qual declarava] o seu apoio ao projeto da reeleição e às reformas do Governo Federal, confrontando-se a um só tempo publicamente com as posições da bancada federal [...] e com as posições do Diretório Nacional do PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 2).

O documento citado assinalava ainda que o governo, com suas posições, afastava-se do programa democrático e popular e dos movimentos sociais, inibindo o processo de democratização do Estado, e se aproximava cada vez mais de setores empresariais, que, “no Espírito Santo, sempre privatizaram os recursos públicos, através de instrumentos como o FUNDAP, caso do SINDIEX (Sindicato dos Importadores e Exportadores Capixabas)” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1996, p. 2).

Na prática, sacramentou-se o rompimento dos deputados do PT e de uma porção significativa do próprio partido com o governo. Segundo Pereira (2004, p. 141), diante desse quadro de crise,

[...] Buaiz iniciou negociações para ampliar a participação de lideranças políticas na sua administração, tendo em vista, inclusive, melhor articulação em Brasília. A maior parte destes, porém, não assumiu compromissos. O desgaste do governo era muito alto e permaneceria assim deste jeito até o final do mandato.

Ainda nos últimos meses de 1996, o governo retomou medidas voltadas para cortes de gastos com servidores, realizou a aprovação da Agência de Desenvolvimento em Rede do Espírito Santo (ADERES) e autorizou a tomada de um empréstimo do governo federal cujo objetivo era liquidar as folhas de pagamentos em atraso. Naquele momento, o Legislativo estadual já havia se dividido em três agrupamentos: um governista, um independente e um de oposição, no qual se inseriam três dos quatro parlamentares petistas (PEREIRA, 2004).

No início de 1997, a coisa viria a piorar ainda mais com a formação de uma coalizão de governo contando, segundo acusações do PT, com a indicação de dois secretários de Estado e com a eleição para a presidência da Assembleia Legislativa do principal líder do grupo dos independentes, José Carlos Gratz (PFL) (PEREIRA, 2004). Essa aliança foi alvo de mais um sem número de críticas por parte do partido.

Diante de todos esses problemas, os conflitos envolvendo o governo e o Partido dos Trabalhadores aumentaram significativamente, culminando com a convocação de Vitor à Executiva Nacional para se explicar. Isso ficou claro em um documento divulgado no mês de julho de 1997, em que o Partido dos Trabalhadores, por sua instância máxima estadual, deliberava que: o governo procedesse à imediata revisão de sua base de sustentação na Assembleia Legislativa (artigo I); e que instituísse de fato o controle social sobre o Estado, efetivando sua real governabilidade, com a participação dos

movimentos sociais, através do alargamento dos mecanismos de participação popular (artigo II). Deliberou-se também que o governo deveria extinguir o Conselho de Estado⁸² e que fossem implementadas políticas tais como *Orçamento Participativo* (artigo VII).

Foge dos objetivos deste trabalho fazer juízo de valor acerca de qual dos dois lados estava com a razão. Endossamos a ideia de que o importante é ter a compreensão de que havia uma incompatibilidade ideológica entre a *Unidade na Luta* e as *tendências minoritárias*, de modo a tornar inviável a convivência no mesmo partido. Os princípios ideológicos que norteavam as visões de mundo dos dois agrupamentos eram completamente divergentes. Isso ficou muito evidente no depoimento de Vitor Buaiz, quando falou acerca da formação de alianças, composição de governos e dos fatores que provocaram as crises entre o seu governo e o PT:

[...] a partir do momento que nós havíamos feito uma campanha eleitoral com o apoio do PSDB, estava implícito que dentro da equipe teríamos secretários tucanos. Isso foi feito durante o processo e não teve nenhuma dissidência interna em relação aos partidos que participavam, não só o apoio do PSDB, como também o PC do B, PCB, na época nem sei se tinha o PPS já? Eu acho que não? Então houve uma ampla composição, talvez seja a primeira composição político-eleitoral que o PT fez com o PSDB no Brasil e que deu certo[...]. Eu não poderia deixar de ter o apoio de um deputado que não fosse do partido se esse deputado tava concordando com todos os projetos políticos do governo. A bancada não queria que desse apoio a determinado parlamentar que tinha uma atuação política no município do interior do Estado. Mas ele é de direita... Governo é governo e partido é partido e

82 Tratava-se de um Conselho formado com o intuito de romper com o isolamento ideológico-político-partidário e auxiliar o governo na inserção do estado no processo de desenvolvimento nacional.

eles não conseguiam separar isso. Eles queriam que o governador fosse seguir a cartilha do partido, enquanto que eu disse logo no primeiro ano de governo: eu não sou governador do PT, eu sou governador do estado do Espírito Santo (BUAIZ, 2008).

Nota-se que Vitor Buaiz enxerga a democracia como de fato representativa e de partidos, na qual cada força política pode e deve participar da composição de governos, desde que tenha uma afinidade mínima e seja independente de aspectos ideológicos.

Sem entrar no mérito da questão quanto às tendências existentes no interior do PT e aos conflitos subjacentes a elas, Vitor Buaiz não as reconhecia como algo benéfico para a vida do partido:

Naquela ocasião tinha a *Articulação*, depois se transformou na Articulação do B, que é uma dissidência da Articulação, e tinha o João Carlos Coser e a Iriny como as lideranças. Tinha... não lembro mais porque eu deletei isso da minha memória...(risos). Tinha a do Otaviano, a *DS*, [...], que era mais chegada, a *Força Socialista*, essa era mais sectária, da Brice Bragatto. Tanto naquela época e depois quando eu fui governador e prefeito, continuaram fazendo oposição ao nosso governo [...] se discutia ideologia e aí para a comunidade aquele debate não era interessante, podia ser interessante [...] para o partido (BUAIZ, 2008).

Diante de todo esse quadro de conflitos e a despeito das tentativas de reconciliação, um fato veio a corroborar a complicada relação Vitor/PT: a *Articulação do B*, com Iriny Lopes à frente e contando com os apoios da *Democracia Socialista* (DS), da *Força Socialista* e de outros agrupamentos opositores à *Unidade na Luta* (tendência do governador Vitor Buaiz), venceu a disputa interna pela direção do partido. A situação, que era complicada para Vitor, ficou insustentável, levando ao seu pedido de desligamento da sigla em agosto de 1997, transferindo-se para o Partido Verde (PV).

A saída de Buaiz do PT redundou na debandada de importantes lideranças do partido. Cerca de 50 membros pediram desligamento, dentre os quais se destacavam: o secretário de Educação, Robson Neves; o de Transportes, Fernando Bettarello; o diretor do BANESTES, Waldir Toniato, e o presidente da CESAN, Cláudio Machado, além de Rogério Medeiros, que já havia deixado o partido. De acordo com Scherer (2005, p. 91), o PT, na ocasião, “perdeu cerca de 40% de seus membros”.

Em 1998, já filiado ao Partido Verde (PV) e com baixa popularidade devido à não resolução dos principais problemas que abatiam o estado, especialmente na área econômica, Vitor Buaiz resolveu não se candidatar à reeleição.

3.4 ELEIÇÕES 1998/2002 E O PT: DA FRAGILIDADE ELEITORAL AO REVIGORAMENTO

No pleito de 1998, quem saiu na frente nas articulações foi o PSDB, montando uma ampla aliança, que reunia outros cinco partidos: PPB, PL, PFL, PSDC e PV, este último, partido do governador Vitor Buaiz. Entre os tucanos, apareciam dois nomes como pré-candidatos ao governo do estado: um era o ex-deputado e ex-prefeito de Vitória Paulo Hartung, e outro era o senador José Ignácio Ferreira. Depois de uma disputa bastante acalorada, com agressões advindas de ambos os lados e marcada por um incidente mais grave, que foi o afastamento do presidente do partido⁸³, realizado pela justiça (HARTUNG..., 1998; IGNÁCIO..., 1998; JUSTIÇA..., 1998; PRESIDENTE..., 1998), Ignácio

83 O presidente do PSDB Tadeu Batista, ex-prefeito de Bom Jesus do Norte (1989/1992), foi afastado do partido por irregularidades cometidas quando ainda era prefeito do Município. O Jornal *A Gazeta*, do dia 5 de julho de 1998, publicou uma matéria na qual apontava a ideia, existente no interior do PSDB, de que o senador José Ignácio estava por trás do afastamento, uma vez que quem assumiria a direção dos tucanos seria Luzia Toledo, figura considerada mais próxima. Apesar das acusações, Ignácio sempre negou o envolvimento nesse episódio.

saiu vencedor, ficou com 244 votos contra 104 do ex-prefeito de Vitória (JOSÉ..., 1998).

Os vários incidentes ocorridos no contexto das disputas internas acabaram levando a uma aproximação informal de Paulo Hartung com o principal concorrente do candidato tucano, Albuíno Azeredo, que se lançou pelo PDT com o apoio de outros quatro partidos: PSL, PSC, PPS e PAN. Sinal dessa aproximação foi a manifestação, ainda no dia da Convenção tucana, no momento em que se anunciou a vitória de José Ignácio, quando partidários de Paulo Hartung gritaram sem o menor constrangimento: “Albuíno, este é o Homem” (O PSDB..., 1998, p. 4), *slogan* do candidato pedetista no pleito de 1990.

Depois desses episódios, o PSDB teve muitas dificuldades para reunificar o partido, só conseguindo acalmar os ânimos internos com a indicação de Paulo Hartung para concorrer ao Senado na vaga que seria do ex-prefeito de Serra João Batista da Motta.

O Partido dos Trabalhadores, bastante enfraquecido com a debandada de importantes lideranças no ano anterior, não reuniu condições de lançar candidato próprio nessas eleições majoritárias, nem para o cargo de governador, nem para o Senado. Acabou se coligando ao PSB, que indicou o então vice-governador Renato Casagrande. Houve ainda a tentativa, por parte da aliança PSB/PT, de ampliar seu arco de acordos, mas não obtiveram êxito (CASAGRANDE..., 1998).

Pelo PMDB, mais uma vez Gerson Camata aparecia como o mais cotado para a disputa. Mas, diante da recusa do ex-governador, depois de muito protelar, foi homologado o nome do ex-prefeito de Vila Velha, Vasco Alves (PMDB..., 1998a, 1998b). Em termos de aliança, chegou a ser ensaiado um acordo com o PFL, que esperava a confirmação do nome de Gerson Camata. Diante da recusa do senador, os peemedebistas acabaram se unindo somente ao PTB.

Quanto aos peefelistas, novamente fortalecidos, principalmente por ocasião de estarem compondo a coalizão do governo Fernando Henrique Cardoso, fornecendo, inclusive, um nome para o Ministério da Defesa e ocupando alguns dos postos mais importantes da máquina

estadual, como a Presidência da Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, acabaram fechando com a candidatura José Ignácio (PSDB). E, por fim, pelo PSD, Jesus Vaz saiu candidato ao Palácio Anchieta.

O cenário que despontou em 1998, portanto, remontou ao pleito de 1990, quando o mesmo José Ignácio disputou com Albuíno. Mas os desdobramentos foram completamente diferentes, pois, dessa vez, por um lado, Ignácio não teve problemas como na campanha de 1990 e ampliou o seu leque de alianças. Por outro, Albuíno não teve o mesmo fôlego e não contou com a máquina estatal para montar uma estrutura de campanha como ocorrera em 1990. Além disso, o candidato pedetista possuía altos índices de rejeição em decorrência de o seu governo ter sido avaliado de maneira muito negativa.

Dessa forma, José Ignácio teve uma vitória tranquila. Foi eleito no primeiro turno com 61,29% dos votos válidos, contra 13,72% do segundo colocado e 12,32% do terceiro. Na Assembleia Legislativa, o melhor desempenho foi o do PFL, que conquistou seis cadeiras (20% do total). Em segundo, vieram PTB, PMDB, PSDB e PPS, com quatro cadeiras cada (13,3%). O PSB ficou com três cadeiras (10% do total) e o PDT, com duas (6,7%). Fechando a lista estavam o PT, o PPB e o PMN com uma vaga cada um, o que representava 3,3% do total.

Tabela 22 – Resultados da eleição para governador do Estado do Espírito Santo – 1998

Candidato	Partido	N.º de votos	%	Votos Válidos (%)
José Ignácio Ferreira	PSDB	723.853	48,31	61,29
Albuíno Cunha de Azeredo	PDT	162.109	10,82	13,72
Jose Renato Casagrande	PSB	145.547	9,71	12,32
Vasco Alves de Oliveira Jr.	PMDB	133.287	8,89	11,28
Jesus dos Passos Vaz	PSD	16.187	1,08	1,37
Votos Brancos	-	200.647	13,39	-
Votos Nulos	-	117.135	7,81	-
Total de Votos Válidos		1.180.983	-	100
Total de Votos apurados		1.498.175	100	-

Fonte: TRE-ES (1998)

Para o Partido dos Trabalhadores, portanto, foram graves as consequências da crise vivenciada nos anos anteriores, pois obteve um resultado pífio nas eleições. Só elegeu um representante na Câmara Federal e um na Assembleia. No plano nacional, Lula foi derrotado mais uma vez por Fernando Henrique, e novamente no primeiro turno, com o candidato tucano ainda se aproveitando da onda do Plano Real e do momento auge da hegemonia neoliberal, com 64% dos votos, contra 20% do candidato petista.

Nas eleições municipais de 2000, o PSDB, assim como ocorrera em 1998 nas eleições estaduais, conseguiu capitalizar politicamente a hegemonia tucana no plano nacional: conquistou o maior número de prefeituras no estado, 17 ao todo, quantidade que representava 24% do total, desbancando o até então imbatível PMDB (tabela a seguir). Em seguida, veio o PFL, com 14 prefeituras. Observa-se que a coalizão do governador eleito José Ignácio foi a grande vencedora: PFL e PSDB, juntos, conquistaram quase metade dos municípios do Espírito Santo, consolidando a aliança PSDB-PFL também no estado e confirmando mais uma vez a hipótese de que os partidos governistas tendem a obter vitórias no plano municipal.

Tabela 23 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 2000

Partido	2000	
	N.º	%
PSDB	19	24,36
PMDB	18	23,07
PFL	14	17,94
PSB	06	7,69
PDT	05	6,41
PTB	04	5,12
PL	03	3,84
PPB	03	3,84
PMN	02	2,56
PSD	01	1,28
PHS	01	1,28
PRN	01	1,28
PPS	01	1,28
PT	00	00
Total	78	100

Fonte: TRE-ES (2000)

Como se nota na tabela apresentada, nas eleições municipais, os resultados para o PT, no Espírito Santo, foram ainda inferiores àqueles obtidos no pleito estadual de 1998: não conseguiu eleger um prefeito sequer.

No ano anterior, em novembro de 1999, aconteceu, em Belo Horizonte, o II Congresso Nacional, que procurou ajustar a ação do PT ao quadro político nacional, depois da terceira derrota de Lula em eleições presidenciais, e ao cenário que emergiu ao longo da década de 1990 (MARTINEZ, 2007).

Em relação à hegemonia neoliberal no governo da coalizão PSDB/PFL, “que continuara o trabalho iniciado por Collor” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 4), o PT reconheceu que isso se deu, dentre outros fatores, pela falta de alternativa mais consistente das esquerdas:

É certo que faltou às propostas do PT e das esquerdas uma visão mais aprofundada das transformações em curso no mundo e no capitalismo brasileiro. É certo que não se deu ênfase necessária a temas relevantes como os do financiamento do desenvolvimento e dos novos papéis do Estado, por exemplo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 4).

Na visão dos militantes e dirigentes do PT, diante da crise do capitalismo brasileiro, aprofundada com a liberalização do comércio internacional, com a globalização e com a desregulamentação financeira mundial, estavam dadas as condições para a construção de novos projetos nacionais e internacionais.

Assim, foi apresentado e discutido, nesse Congresso, o *Programa de Revolução Democrática*, que teria três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Segundo o documento, seriam encaminhadas reformas nesses três campos para implantação de um “modelo econômico estruturado em torno da idéia de construção de um amplo mercado interno de bens de consumo e de massas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 4), a ser executado por um governo apoiado em uma ampla coalizão de forças sociais e políticas.

Diante da revolução tecnológica, da internacionalização crescente da economia e das mudanças verificadas na própria sociedade brasileira, o novo posicionamento do Brasil no mundo foi entendido como inevitável, caso o PT viesse a governar o país, a partir de seu ambicioso programa de transformações sociais e políticas. Assim, a condução da política externa deveria refletir o grande projeto nacional do PT:

[...] é fundamental que o PT ocupe outro lugar no mundo. A compreensão teórico-política dos processos de globalização, acentuados nos últimos anos, coloca a necessidade de conviver com a economia mundial desde uma perspectiva soberana. Isso significa que para vincular-se à economia mundial é necessário, ao

mesmo tempo, construir um projeto nacional de desenvolvimento. A política externa brasileira será um instrumento deste projeto nacional, visando assegurar condições internacionais para sua realização (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 5).

No II Congresso também foi redigido e aprovado o documento denominado “Por uma Esquerda Republicana”, em que fica mais explícita a guinada política do partido rumo à institucionalidade democrática vigente:

Na tese que apresentamos para o Congresso partidário decidimos não fazer referência ao socialismo por entendermos que este conceito designa uma realidade identificada historicamente com o comunismo soviético e do Leste europeu. Trata-se de uma herança negativa, fracassada, assimilada à supressão da liberdade política e econômica, à ditadura de partido único e de líderes autocráticos, que violaram os direitos humanos [...] O programa do PT deve atacar essas condições estruturais do capitalismo brasileiro que concentram a riqueza e a terra e impedem a democratização do capital e da propriedade. Promover uma radical reforma democratizadora do capital, da propriedade e das rendas, e republicinizadora do Estado, tem, no Brasil, o alcance de uma revolução. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 4).

Nota-se, claramente, que o documento aponta para a reforma, que seria implementada pela via da legalidade vigente, e o partido teria o papel de ampliar a democratização e, conseqüentemente, trazer a igualdade social. Fazendo uma análise atenta do documento, percebe-se que as propostas nele contidas não diferem de propostas da social democracia. Mas essa também é questão para um outro estudo.

A nova política de alianças também foi uma determinação do II Congresso Nacional. Com o objetivo de aumentar as chances de ganhar as eleições de 2002, foi aprovada a coligação com o PL, um

partido historicamente adversário do PT. Esse processo de mudança na política de alianças acirrou grandemente o debate interno no partido, gerando, inclusive, renúncias de candidatos ao governo de Estado, como foi o caso de Heloísa Helena, em Alagoas.

Em 2001, no 12º Encontro do partido, o assunto não foi outro senão a “determinação de governar o Brasil e mudar a nossa sociedade” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 5). As expectativas eram alimentadas por aquilo que o PT denominou de “enfraquecimento do neoliberalismo” (MARTINEZ, 2007, p. 270). Esse quadro oferecia à esquerda uma oportunidade de confronto com o capitalismo e, ao PT, a possibilidade da conquista do poder e da implementação de um governo democrático e popular.

Em 2002, o processo eleitoral se iniciou de forma tumultuada, por ocasião de uma polêmica levantada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no que diz respeito à lei eleitoral: a menos de oito meses do dia da realização da eleição, em 26 de fevereiro de 2002, o TSE apreciou consulta formulada pelos deputados federais Miro Teixeira, José Roberto Batochio, Fernando Coruja e Pompeo de Mattos, todos integrantes do PDT. No parecer, o TSE instituiu a verticalização das coligações partidárias, ou seja:

Os partidos políticos que ajustarem coligação para eleição de presidente da República não poderão formar coligações para eleição de governador de estado ou do Distrito Federal, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital com outros partidos políticos que tenham, isoladamente ou em aliança diversa, lançado candidato à eleição presidencial (BRASIL, 2003)⁸⁴.

Essa resolução causou enorme celeuma no cenário político nacional e estadual, modificando o processo político de formação de alianças partidárias em todo o país. Apesar de diversas críticas

84 Informação retirada do site: www.tse.gov.br. Acesso em: 29 maio 2008.

levantadas contra o entendimento do TSE, e também de várias alternativas apontadas por lideranças políticas e por partidos com o intuito de impedir a mudança de última hora, prevaleceu, no processo eleitoral em curso, a decisão do TSE, ou seja, aquilo que ficou conhecido como *verticalização* das coligações partidárias.

As eleições nacionais de 2002 começaram a ser articuladas após o pleito de 1998, uma vez que, assim que foram divulgados os resultados eleitorais dos quais saiu vencedor o candidato Fernando Henrique Cardoso, as candidaturas de Luiz Ignácio Lula da Silva (PT) e Ciro Gomes (PPS) já foram lançadas.

Posteriormente, entrou na disputa, pelo PSDB, José Serra, apesar de toda a resistência de setores de seu partido. Tasso Jereissati, por exemplo, então governador do Estado do Ceará, foi preterido e, por isso, passou apoiar abertamente a candidatura de Ciro Gomes, seu ex-correligionário e também ex-governador do Ceará.

Outro candidato foi Anthony Garotinho, ex-governador do Rio de Janeiro, que se lançou pelo PSB. Devemos também registrar as candidaturas de José Maria de Almeida, pelo PSTU e Rui Costa Pimenta, pelo Partido da Causa Operária (PCO).

Ao contrário do que havia ocorrido anteriormente, dessa vez o PT conseguiu vencer o medo do eleitorado, prosseguiu impondo mudanças na imagem do partido e conseguiu atrair o empresariado, especialmente do setor produtivo. Sem desagradar o mercado financeiro e com uma sofisticada máquina publicitária, desconstruiu a imagem de partido político dogmático, radical, intransigente, e construiu a imagem de um partido moderno, negociador, confiável e conciliador. Obteve uma importante vitória sobre o candidato governista.

No Espírito Santo, o processo eleitoral de 2002 se iniciou em meio a uma série de denúncias de corrupção envolvendo setores do Executivo e do Legislativo, que levaram, inclusive, a um pedido de *impeachment* contra o governador José Ignácio Ferreira, feito pelos partidos da oposição. Essas questões, mais a atitude de afastamento de Ignácio de sua base de sustentação nos dois primeiros

anos de mandato, levaram ao fortalecimento dos seus opositores (PEREIRA, 2004), dos quais saíam os dois principais candidatos que concorreriam ao pleito de 2002: Paulo Hartung (PSB) e Max Freitas Mauro (PTB).

3.4.1 Paulo Hartung e o pleito de 2002

Paulo Hartung, que havia perdido as prévias tucanas para Ignácio em 1998, se lançou candidato ao governo pelo PSB e conseguiu apoio de uma ampla frente que reunia nove partidos: PSB, PSD, PSC, PRONA, PTdoB, PV, PAN, PSL e PHS (Frente Competência pra mudar). Homem com pouca vinculação partidária (já passou por vários partidos, dentre eles PSDB, PPS, PSB e PMDB por duas vezes), Hartung teve dois mandatos como deputado estadual (1983/1987 e 1987/1990), um de deputado federal (1991/1992), quando chegou a exercer a vice-liderança do PSDB na Câmara, tendo como líder José Serra, além de ter sido prefeito de Vitória na gestão 1993/1996. Em 1998, Paulo Hartung assumiu, a convite do presidente Fernando Henrique Cardoso, a Diretoria de Desenvolvimento Regional e Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, no mesmo ano, aos 41 anos de idade, foi eleito senador da República com a maior votação que um político já recebeu no Espírito Santo (780 mil votos).

Em 2002, Paulo Hartung concorreria com o ex-governador Max Freitas Mauro, do qual já se falou diversas vezes neste livro e que, filiado ao PTB, mais uma vez se apresentava como candidato ao governo. Max se aliou a mais quatro partidos: PDT, PST, PSDC e PRP, formando a *Frente Trabalhista Muda Espírito Santo*, além de ter obtido o apoio da *Coligação Mudança pra valer* da qual faziam parte o PT, o PL e o PMN. Como se pode notar, o Partido dos Trabalhadores mais uma vez não conseguiu reunir condições de lançar uma candidatura própria, tendo que apoiar um candidato de outro partido e de outra coligação.

Além de Max e Hartung, lançaram-se ainda no pleito os seguintes candidatos: pelo PFL, Haroldo Santos Silva; pela Coligação *Espírito Santo Forte* composta por PSDB, PMDB e PPB, saiu Paulo Ruy Valim Carnelli; pelo PCO, Sônia dos Santos Silva; pelo PSTU, Silvio Pereira Felinto; e pelo PTN, Walter Maciel de Figueiredo.

Com amplo apoio de variados segmentos sociais e políticos, Paulo Hartung venceu com certa facilidade ainda no primeiro turno, com 53,97% dos votos válidos, contra 41,50% do segundo colocado, Max Freitas Mauro.

Tabela 24 – Resultados da eleição para governador do estado do Espírito Santo – 2002

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Paulo César Hartung Gomes	PSB	820.949	46,43	53,97
Max Freitas Mauro	PDT	631.326	35,71	41,50
Haroldo Santos Filho	PFL	31.104	1,76	2,04
Paulo Ruy Valim Carnelli	PPB	22.987	1,30	1,51
Sônia Santos Silva	PCO	6.099	0,34	0,40
Silvio Pereira Felinto	PSTU	5.648	0,32	0,37
Walter Maciel de Figueiredo	PTN	3.138	0,18	0,21
Votos Brancos	-	78.873	4,46	-
Votos Nulos	-	167.925	9,50	-
Total de Votos Válidos		1.521.251	-	100
Total de Votos apurados		1.768.049	100	-

Fonte: TRE-ES (2002)

Na Assembleia Legislativa, permaneceu a mesma fragmentação partidária verificada nos três pleitos anteriores: o PFL, o PPB e o PT foram os que mais conquistaram vagas no legislativo estadual: quatro cada (13,3%). O PT, claro, favorecido pela campanha vitoriosa do candidato Lula à Presidência da República, marcando o início da sua recuperação em termos eleitorais no Espírito Santo. Em segundo lugar, apareceu o PTB, com três vagas conquistadas. Em seguida, na terceira posição, temos o PSDB, PPS, PSB, PDT e PL, que

conquistaram duas cadeiras (6,7%). E, por último, com uma cadeira, ficaram o PRN, PGT, PMN, PSC e o PMDB. Nota-se que os peemedebistas, no ano de 2002, registraram o pior desempenho nas urnas desde que fundaram o partido no Espírito Santo no início da década de 1980. Na Câmara Federal ocorreu uma fragmentação ainda maior: o PSDB e o PPB ficaram com duas vagas cada, e as outras seis cadeiras foram distribuídas entre outros seis partidos, quais sejam: PMDB, PTB, PT, PSB, PDT e PL.

Considerações finais

O presente trabalho procurou mostrar o desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores em eleições ocorridas entre 1982 e 2002 no Espírito Santo. A partir das análises realizadas, constatou-se, em primeiro lugar, uma situação corriqueira na realização de pesquisas históricas no Brasil, em especial quando se trata de estudos regionais: a dificuldade de acesso às fontes primárias. Há uma escassez enorme de acervos constituídos, organizados, disponíveis e de fácil acesso para aqueles pesquisadores interessados em conhecer e pesquisar a história. Quando se refere ao Partido dos Trabalhadores, a situação é ainda pior: os documentos estão completamente dispersos ou amontoadas em pequenas saletas ou em porões, sujeitos a toda sorte de fatores de destruição.

Este trabalho não teve a pretensão de esgotar o assunto, pois se trata de uma leitura densa, intrigante e muito rica, especialmente quando observamos a grande quantidade de fontes existentes e a simultânea dificuldade em adquiri-las, além da grande quantidade de depoimentos que estão para serem colhidos. O que se fará neste tópico final é aquilo que se poderia denominar de considerações acerca do passo inicial de um longo trabalho, que é o de contribuir para a escrita da história política do Espírito Santo, com foco nos partidos políticos e nas eleições ocorridas no período pós-ditadura.

A pesquisa também procurou demonstrar que a trajetória do Partido dos Trabalhadores no estado foi ascendente na década de 1980: depois do fracasso de 1982, o partido conquistou três cadeiras na Assembleia Legislativa e uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte em 1986, além de uma boa votação nas eleições majoritárias, extrapolando, pela primeira vez, a casa dos 10% dos votos em pleitos para governador; e venceu o pleito de 1988 na capital capixaba (uma das primeiras capitais vencidas pelo PT), onde conseguiu realizar um bom governo.

Por um lado, a análise do período nos leva a crer que a preocupação central do PT na primeira década de atuação político-eleitoral, pelo menos no campo do discurso, era a mobilização social, e as eleições eram vistas como um meio de difundir o seu projeto de partido de esquerda e popular frente à boa parte das demais agremiações, que, na ótica petista, eram marcadas pelo pragmatismo e pelo clientelismo. Partindo da teoria gramsciana, pontuou-se que, da fundação até o final da década de 1980, a preocupação do partido era se colocar como um paradoxo em relação às agremiações congêneres, pois sua ação política se pautava em uma ideologia. Nesse período, o objetivo de luta do partido era fazer com que os trabalhadores repensassem a si mesmos e se reconhecessem como agentes transformadores da realidade histórica. Por isso, a difusão da ideologia revolucionária, pois representava uma força motriz e um elemento de união da classe trabalhadora em busca de uma efetiva incursão na ação democrática.

Por outro lado, constatou-se também que a trajetória de êxitos eleitorais do PT no Espírito Santo, nos anos 1980, ocorreu na esteira de uma postura mais moderada e flexível do *campo majoritário* (*Articulação do A ou Unidade na luta* – liderada por Vitor Buaiz) em estabelecer acordos políticos e coalizões de governo antes mesmo que isso tivesse ocorrido no plano nacional. Em outras palavras, o conjunto do partido se concentrava na mobilização social, e o *campo majoritário* dava sinais de que tendia à participação efetiva na institucionalidade democrática vigente.

A partir dos anos 1990, o campo majoritário prosseguiu na imposição de mudanças na feição do partido com vistas a torná-lo mais competitivo nas urnas, inserindo-o, definitivamente, nas regras do jogo político-eleitoral. Partindo do pensamento de Pierre Bourdieu sobre o *campo político* e de autores que se debruçam sobre o estudo de campanhas eleitorais modernizadas, as quais buscam conquistar o eleitor – através da melhor estratégia que é pensada à luz do *cenário de representação da política*, captado pelas pesquisas de opinião – com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e a rejeitar seus adversários, observou-se que, nos anos 1990, o desempenho do partido foi extremamente oscilante. Em 1990, não repetiu a boa *performance* de 1986 e 1988, mas em seguida, no pleito de 1994, venceu, depois de disputa muito acirrada, as eleições para o governo do Estado, com Vitor Buaiz, que foi também pioneiro entre petistas na governadoria de estados, ao lado de Cristovam Buarque no Distrito Federal. Além disso, o partido conseguiu quatro cadeiras na Assembleia Legislativa e uma na Câmara Federal. Nesse momento, sobretudo após o I Congresso Nacional, o campo majoritário consolidou mudanças já iniciadas no período anterior. Diante do *cenário de representação da política* forjado naquele momento, que contribuiu para emergir o fenômeno cabo Camata e os perigos que a sua possível vitória poderia acarretar, aprofundou-se o leque de alianças em direção ao centro e até à direita do espectro político.

Esse momento marcou o início da hegemonia neoliberal, consolidada no governo da aliança PSDB/PFL. Foi também o momento caracterizado como o grande divisor de águas da história do PT capixaba, uma vez que voltaram à tona fortes conflitos entre governo e partido, remontando a embates já existentes no interior da sigla desde a eleição e gestão de Vitor na Prefeitura de Vitória, o que culminou na saída de importantes lideranças, inclusive do governador Vitor Buaiz.

Conclui-se que, além das dificuldades naturais e crônicas do PT em lidar com governos, com mandatos e com o Legislativo, e dos

erros cometidos pelo governo Vitor, o campo majoritário não conseguiu isolar as esquerdas do partido, e isso acabou trazendo grandes problemas para o governo petista, que foi ainda prejudicado pela total negligência do Diretório Nacional.

A análise do desempenho político-eleitoral do PT entre 1982 e 2002 nos permite concluir, portanto, que o Diretório Regional do PT capixaba foi um dos pioneiros no processo de adequação aos parâmetros institucionais vigentes. O agrupamento majoritário, a *Unidade na Luta*, cujas principais lideranças eram Vitor Buaziz, Rogério Medeiros e Perly Cipriano, tendeu a direcionar o partido para o centro do espectro político, buscando, ainda na parte final da década de 1980, a ampliação do arco de alianças, estabelecendo, inclusive, relações de coalizão com vários partidos, em especial com o PSDB. Esse posicionamento moderado do partido instigou prematuramente as tensões entre o *campo majoritário* e as *tendências minoritárias*, que se tornaram insustentáveis com o tempo.

Diante da manutenção da postura de associar-se fora do partido, mais as profundas divergências constatadas no governo Vitor Buaziz (1995/1997) no que tange à gestão da coisa pública e às relações de coalizão, desacordos cuja origem está nas antagônicas concepções ideológicas, ocorre o definitivo racha no partido, consubstanciado na vitória de um membro da tendência *Articulação de Esquerda* para a direção do partido em 1997, e no desligamento de grande parte da *Unidade na Luta*.

Toda essa problemática se fez refletir nas urnas. Depois de 1997, o PT se fragilizou muito eleitoralmente. Em 1998, teve um desempenho muito ruim: além de não ter conseguido lançar candidatos nas eleições majoritárias, elegeu apenas um deputado estadual e um federal. Em 2000, nas eleições locais, teve um rendimento ainda pior, não conseguindo eleger nenhum prefeito.

O ano de 2002 marca a trajetória político-eleitoral do PT pela chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao cargo de presidente da República. Para o PT capixaba, o ano é também muito representativo: foi o

princípio do recomeço no aspecto eleitoral. Embora ainda não tivesse reunido condições de lançar candidatura própria ao governo, obteve bons resultados nas eleições proporcionais, elegendo quatro deputados estaduais e um federal, além de ter obtido uma boa votação para o Senado (584.666 votos com João Coser), mesmo que o seu candidato não tenha sido eleito. Tudo isso ocorreu depois de sistemáticos fracassos eleitorais verificados em 1998 e 2000.

Esse revigoreamento também se materializou nas eleições municipais de 2004, pois o desempenho do Partido dos Trabalhadores refletiu o bom momento em nível nacional. Manteve a tendência de recuperação, conquistando cinco prefeituras, sendo duas na região metropolitana da Grande Vitória – na capital e em Cariacica –, resultado muito bom para um partido que não havia conquistado nenhum município em 2000. Os desempenhos do PT e do PSB confirmaram, mais uma vez, a hipótese do sucesso em eleições municipais de partidos governistas no plano estadual ou federal. Registre-se ainda a queda considerável do PFL, que obteve vitória em apenas quatro municípios, muito diferente dos 14 conquistados em 2000 (tabela a seguir).

O mesmo pleito confirmou a forte fragmentação do sistema político-partidário capixaba. O PPS e o PSB, com 14 municípios cada (17,95%), apareceram como os partidos com melhor rendimento, aproveitando-se do sucesso eleitoral de Paulo Hartung, sendo que o PSB era o partido com o qual Hartung havia sido eleito governador. O PPS foi favorecido, provavelmente, pelo fato de ter sido o partido anterior do governador, mas essa hipótese precisa ser estudada.

Tabela 25 – Número de prefeitos eleitos no ES, por partido – 2004

2004		
Partido	N.º	%
PPS	14	17,95
PSB	14	17,95
PMDB	12	15,38
PSDB	06	7,69
PTB	06	7,69
PT	05	6,41
PP	04	5,12
PMN	04	5,12
PDT	04	5,12
PFL	04	5,12
PTdoB	02	2,56
PL	01	1,28
PHS	01	1,28
PRTB	01	1,28
Total	78	100

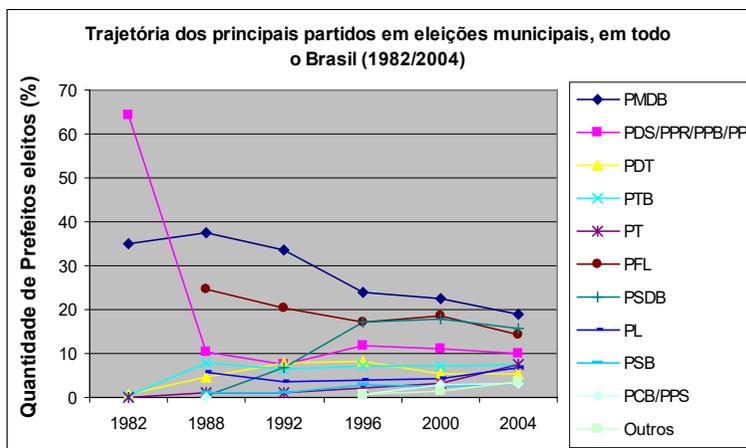
Fonte: TRE-ES (2004)

Esse novo momento, iniciado em 2002, é marcado por um novo rearranjo no interior do Partido dos Trabalhadores. A *Articulação de Esquerda*, grupo que passou a ser majoritário a partir da saída de boa parte da *Unidade na Luta*, sofreu uma cisão por conta da divergência entre compor ou não a coalizão do governador Paulo Hartung. O grupo capitaneado por Iriny Lopes, contrário ao acordo com o governo, permaneceu na tendência. Já o agrupamento do atual prefeito de Vitória João Carlos Coser passou a se reunir em uma nova tendência denominada *Alternativa Socialista* (AS). Esse processo de debate, rearranjo interno na agremiação, ainda não está concluído, motivo pelo qual deixaremos para tratá-lo em outra oportunidade.

Este estudo teve também o mérito de clarear o cenário político-eleitoral do Espírito Santo no período recente da nossa democracia. Entretanto, ficaram algumas lacunas que certamente serão alvo de novas pesquisas em um futuro próximo. Uma delas diz respeito às eleições municipais: embora não tenham sido o alvo principal das

preocupações do presente trabalho, os dados encontrados em relação aos pleitos locais no Espírito Santo permitem levantar algumas hipóteses que devem ser testadas. No gráfico a seguir, por exemplo, temos a evolução dos principais partidos em pleitos majoritários nos municípios em todo o Brasil. Observa-se que o campo político tendeu a se fragmentar à medida que foram surgindo siglas competitivas. Resguardadas algumas exceções, as curvas estão minimamente paralelas. Nesse sentido, os principais partidos, simultaneamente, foram perdendo espaço. Ou seja, com exceção de uma ou outra sigla, como é o caso do PDS/PPB/PP (entendidos aqui como um único partido), que teve uma queda muito brusca, não houve grandes oscilações no desempenho dos partidos, considerando pleitos consecutivos. Por esse e por outros motivos, pode-se dizer também que o sistema funciona com um grau mínimo de previsibilidade.

Gráfico 4 – Trajetória dos principais partidos em eleições municipais em todo o Brasil (1982/2004)

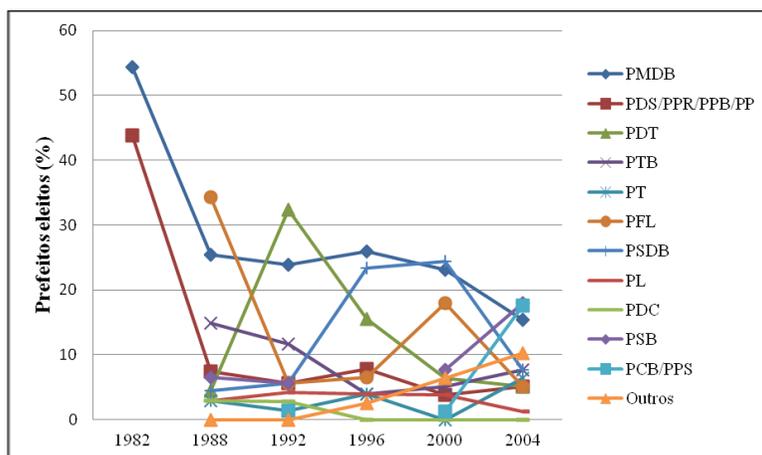


Fonte: TRE-ES, TSE (1982 a 2004) e Fleischer (2002)

Entretanto, quando se observam os dados referentes ao desempenho das principais siglas nas eleições para prefeito dos municípios

capixabas, notam-se grandes diferenças no rendimento dos partidos em eleições consecutivas e, geralmente, o partido governista, no plano da unidade federativa ou no plano nacional, quase sempre é beneficiado na esfera local. Observam-se muitas oscilações na trajetória dos partidos.

Gráfico 5 – Trajetória dos principais partidos em eleições municipais no Espírito Santo (1982/2004)



Fonte: TRE-ES e TSE (1982 a 2004)

Os dados apontam para, pelo menos, três marcas do sistema político-partidário e eleitoral do Espírito Santo, especialmente quando analisamos os pleitos ocorridos a partir dos anos 1990: 1) o sistema eleitoral funciona com altíssimos índices de incerteza; 2) o sistema de partidos é pouco institucionalizado; e 3) possui alta volatilidade eleitoral, ou seja, o eleitorado capixaba muda de maneira exacerbada o seu voto de um partido para outro em eleições consecutivas. Assim, a análise (embora superficial) dos pleitos municipais conduz à conclusão de que os partidos capixabas têm tido muitas dificuldades para fixar sua marca junto aos eleitores, e o vácuo deixado por eles tem sido preenchido por indivíduos que acabam por perpetuar

determinadas práticas, as quais dificultam grandemente a consolidação da nossa democracia.

Partidos com liames societários um pouco mais consistentes, como é o caso do PT, sempre tiveram muitas dificuldades eleitorais em sistemas oligárquicos. Essa pode ser uma hipótese para explicar a fragilidade quase crônica do PT em pleitos municipais, especialmente em um estado como o Espírito Santo, cuja maior parte do eleitorado se encontra no interior, ou seja, fora da região metropolitana. Deve-se evidenciar que é exatamente no interior que, na maioria das vezes, o eleitorado se encontra sob a tutela de determinadas lideranças. Nesse sentido, aspecto que carece de um estudo mais aprofundado seria em que medida o novo pacto federativo preconizado pela Constituição de 1988, com as práticas de descentralização de recursos financeiros, administrativos e poder político, reorientou as eleições nos municípios capixabas e de que forma contribuiu para romper ou manter práticas oligárquicas. Da mesma forma, uma reflexão importante a ser feita é a construção de um mapa eleitoral para termos uma noção mais consistente da geografia eleitoral do Espírito Santo em termos partidários. Especialmente, uma análise mais detalhada da divisão dos votos entre as camadas da sociedade, no que diz respeito à questão socioeconômica. Também faltaram dados completos e fôlego do pesquisador. Este aspecto também será alvo de outros estudos.

Além disso, outra lacuna deixada por este livro diz respeito ao desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições proporcionais, tanto no plano estadual quanto no plano municipal, e à relação que há entre os resultados das eleições para os cargos majoritários, sejam federais ou estaduais, e o desempenho dos partidos nos pleitos proporcionais. O TRE não disponibiliza dados completos, e as limitações cronológicas não permitiram que tal empreitada fosse realizada. Mas não resta dúvida de que é um tema a ser retomado em leituras posteriores.

Também ficou em aberto uma análise mais apurada das pesquisas de opinião nos pleitos em que o PT lançou candidato ao governo

do Estado. Nas primeiras eleições, isso não ocorreu por ocasião de não existirem dados disponíveis. O Instituto Futura, que cobriu os pleitos ocorridos a partir do final da década de 1980, não forneceu os dados, apesar da nossa insistência.

Especificamente, na análise do governo Vitor Buaiç, faltou uma reflexão sobre a difícil posição dos sindicatos controlados pelo PT e a maneira como se deram os conflitos entre as tendências petistas no interior do movimento sindical e os embates deste com o governo nessa conjuntura.

No que diz respeito aos depoimentos colhidos durante a execução do trabalho, algumas entrevistas deixaram de ser realizadas, como são os casos de Cláudio Vereza, fundador do partido ligado às CEBs; João Carlos Coser, oriundo do movimento sindical; e Iriny Lopes, importante quadro do partido, que era presidente do PT no contexto da saída de Vitor Buaiç. Com relação a Vereza e a Iriny, foram realizados alguns contatos, mas sem a obtenção de resposta. Com relação a Coser, foram feitas várias tentativas junto à sua assessoria, mas as respostas foram todas negativas, sob a justificativa de não haver agenda. A mesma justificativa pode ser dada em relação à não realização de uma entrevista com a publicitária que cobriu várias eleições do PT a partir da década de 1990, no caso, Elizabeth Rodrigues.

Essas e outras questões acerca dos processos eleitorais no Espírito Santo carecem, portanto, de estudos mais aprofundados. Diante dessas constatações, muitas questões permaneceram em aberto nesta pesquisa. Quanto às conclusões aqui apresentadas, as limitações metodológicas e documentais do trabalho, mais a falta de fôlego do pesquisador, não permitiram que elas fossem mais consistentes.

Referências

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

ABREU, Alzira Alves de. Jornalismo cidadão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 25-40, 2003.

ABRÚCIO, Fernando. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, Jorge. **Marketing político**: hegemonia e contra-hegemonia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Xamã, 2002.

ALMEIDA, Jorge. Pesquisa de opinião e cenário de representação da política. **Revista Comunicação & Política/UNB**, Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/jorge2001.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2008.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A política internacional do Partido dos Trabalhadores: da fundação à diplomacia do governo Lula. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, p. 87-102, jun. 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Edusc, 2005.

ALVIM, Joaquim Leonel de Rezende. **O projeto de participação popular da administração municipal de São Paulo sob a gestão do PT (1989-1990)**: uma tentativa de mudança na representação política. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995. p. 9-23.

ARISTÓTELES. **Política**. Brasília: Editora UnB, 1985.

AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio**: ambigüidades do pensamento petista. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BÉNDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 219-229.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral de política. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 2004.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. O aprofundamento da democracia no Brasil: tendências, conflitos e dinâmica recente.

Civitas – Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 4, n. 1, 73-94, jan./jun. 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel: Bertrand Brasil, 1989.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis: Ed. UFSC; Rio de Janeiro: FGV, 2002a.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A eleição presidencial de 2002: a decisão do voto na região da Grande São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano/v. 19, n. 56, p. 75-93, 2002b.

CÉSAR, Benedito Tadeu. **Verso, reverso, transverso: o PT e a democracia no Brasil**. 1995. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1995.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: UNB, 1981.

CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o “medo” como estratégia política. In: RUBIM, Antônio A. C. **Eleições presidenciais em 2002: ensaios sobre mídia, cultura e política**. São Paulo: Hacker, 2004. p. 29-52.

COSTA, Letícia Vianna. **Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992)**. 2006. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTO, Cláudio G. **O desafio de ser governo**: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989/1992). São Paulo: Paz & terra, 1995.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.

DOMINGUES, Mauro Petersen. O declínio dos partidos políticos. Uma visão da literatura recente. **Mosaico Revista de Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 157-158, 1998.

DOWS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

EPSTEIN, Leon. **Political Parties in Western Democracies**. 2nd. ed. New Brunswick/London: Transaction Books, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimir L. Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Série Estudos**, Rio de Janeiro, n. 100, p. 1-32, 1998.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982/2000). **Opinião Pública**, Campinas, ano/v. VIII. n. 1, p. 80-105, 2002.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1976.

FURTADO, Olavo Henrique Pudenci. **Trajetos e Perspectivas social-democratas: do modelo europeu para o PSDB e o PT no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em ciência política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola vivida, escola projetada**. Campinas: Papirus, 1992.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Cyro. **Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença**. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PB Editores, 1980.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e borboletas**: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização do final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

KECK, Margareth. **PT – a lógica da diferença**. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, Maria D'Alva. A democracia brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 3-12, out./dez. 2001.

KINZO, Maria D'Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **A opção parlamentarista**. São Paulo: Sumaré, 1991a.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **O voto de desconfiança**: eleições e mudança social no Brasil 1970-1979. São Paulo: Vozes, 1980.

LAMOUNIER, Bolívar. **Depois da transição**: democracia e eleições no governo Collor. São Paulo: Loyola, 1991b.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar os nos 90. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique. **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1975.

LAVAREDA, Antonio. **A democracia nas urnas**. O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **PT e o dilema da representação política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa & Ômega, 1978.

LIMA JR., Olavo Brasil de (org.). **O balanço do poder** – formas de dominação e representação. Rio de Janeiro: IUPERJ/ Rio Fundo, 1990.

LIMA JR., Olavo Brasil de. Articulação de interesses, posição sócio-econômica e ideologia: as eleições de 1976 em Niterói. *In*: REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime**: a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978. p. 99-153.

LIMA JR., Olavo Brasil de. **Partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional 1945/1964. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MAINWERING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MANHANELLI, Carlos A. **Estratégias eleitorais**: marketing político. São Paulo: Sumus, 1988.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002**. 2005. 230 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (org.). **História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos no após os anos 60**. Campinas: Unicamp, 2007. p. 239-288.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1999.

MEDEIROS, Rogério. Kinkas: o detonador de oligarquias. **Século Diário**, Vitória, p. 24-26, abr. 2002.

MELO, Douglas Cristian Ferrari de. **Entre a proposição e a crítica: o Partido dos Trabalhadores e as políticas em educação em Vila Velha (1989/1996), Vitória e Cariacica (1993/1996)**. 2007. 285 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

MENEGUELO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1995)**. São Paulo: Paz & Terra, 1998.

MENEGUELO, Raquel. **PT – A formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILL, John Stuart. **O governo representativo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004a.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas eleitorais**. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. São Paulo: Nova Fronteira: Publifolha, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? *In*: SADER, Emir. **E agora, PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso & leitura**. São Paulo: Cortez/Edunicamp, 1988.

ORRICO, José Luiz. Os números da eleição. *In*: REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994. p. 72-83.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. **Por baixo dos panos: governos e assembleias no Brasil Republicano**. 2004. 239f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política industrial e localização de investimentos e o caso do Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 1998.

PETIT, Pere. **A esperança equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Jinking; Belém: Núcleo de Altos Estudos da Amazônia: Universidade Federal do Pará, 1996.

PINTO, Carolina Julia. **Partido dos trabalhadores 20 anos**: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana. 2001. 152f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

POMAR, Wladimir. **Quase lá**: Lula, o susto das elites. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000. p. 19-76.

KIRCHHEIMER, Otto. The catch-all party. In: MAIR, P. (ed.). **The European party system**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

REIS, Jonas. **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Companhia Siderúrgica de Tubarão**: a história de uma empresa. Vitória: CST, 2005.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. **Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 22, p. 25-43, 2004.

RUBIM, Antônio Canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, Antônio Canelas. **Eleições Presidenciais em 2002**: ensaios sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004a.

RUBIM, Antônio Canelas. Visibilidades e estratégias nas eleições de 2002: política, mídia e cultura. *In*: RUBIM, Antônio Canelas. **Eleições presidenciais em 2002**: ensaio sobre mídia, cultura e política. São Paulo: Hacker, 2004b.

SADER, Emir. A esquerda frente ao Estado. *In*: HADDAD, Fernando (org.). **Desorganizando o consenso**: nove entrevistas com intelectuais à esquerda. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Petrópolis: Vozes, 1998. p. 131-148.

SADER, Emir (org.). **E Agora, PT?** Caráter e identidade. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SADER, Emir. **Idéias para uma alternativa de esquerda à crise brasileira**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SARTI, Ingrid. **Representação e a questão democrática contemporânea**: o mal estar dos partidos socialistas. 1998. Tese (Doutorado em ciências humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru: USC, 2001.

SCHERER, Canício. **Entre a utopia e a Realidade**: tensões e conflitos entre PT e Vitor Buaiz (1995-1998), 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em

História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

SILVA, Cleber de Deus Pereira. **O novo arranjo federativo brasileiro**, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004. 2004. 199f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Graziela Loureiro da; MINGO, Ivana Sonegueti de. **Imprensa na década de 80: um livro sobre o jornalismo capixaba**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade Integradas Espiritosantense – FAESA, 2003.

SILVA, Marcos A. da. (org.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo: Estado, interesses e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida: UFES, 1995.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. *In*: SILVA, Marcos A. da (org.). **República em Migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 43-48.

SILVEIRA, Flavio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

SIMÕES, Júlio Assis. **O dilema da participação popular**: a etnografia de um caso. São Paulo: Ampocs, Marco Zero, 1992.

SIMÕES, Roberto Garcia. Câmaras Setoriais e Planejamento. **Revista do Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória, ano VII, n. 1, p. 21-25, 1994.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**: o caso da Grande Vitória (1950-1980). Vitória: Edufes, 2001.

VASCONCELLOS, João Gualberto M. O fenômeno Cabo Camata. *In*: REIS, Jonas (org.). **Em nome do Espírito Santo**. Vitória: Nemar, 1994, p. 39-51.

VIANNA, Luiz Werneck. **Esquerda Brasileira e tradição Republicana**: estudos de conjuntura sobre a era FHC-Lula. Rio de Janeiro: Reven, 2006.

VIEIRA, José Eugênio. **A história político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

FONTES PRIMÁRIAS

Fontes do Partido dos Trabalhadores (PT)

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Alerta aos Petistas**. Vitória, p. 1, 26 out. 1996.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Bancada do PT na Assembleia Legislativa. **Manifesto dos deputados petistas**, Vitória, p. 1, 28 set. 1995.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Bases para um Programa de Governo**: encontros com a sociedade civil, Vitória, nov. 1993a.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, 27 dez. 1993b.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores. **Diretrizes do Programa de Governo Estadual do Partido dos Trabalhadores**. Um outro país, um outro ES: uma vida com dignidade, Vitória, p. 4, 27 dez. 1993c.

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. **Encontro Diretório Regional do PT, ampliado**. Vitória, p. 2-3, 4 jun. 1994.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontro e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções do II Congresso do Partido dos Trabalhadores**. Belo Horizonte, 1999.

Jornais e Periódicos

A CRISE da ARENA. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 25, p. 4-8, jun./jul. 1978.

A ESTRELA sobe. **Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 5-9, jan., 1988.

ADVOGADOS vão ao TSE para anular convenção. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 jul. 1982.

APOIO de FHC movimentava debate na TV. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 27 set. 1994.

ASSESSOR de Leni gravou o discurso de Gerson Camata. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 1 ago. 1982.

ASSESSORES reivindicam vitória no debate na TV. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 20 set. 1994.

ASSESSORIA acha boa a situação de Élcio. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 jul. 1986.

BANCADA do PFL recua e dá apoio a Enivaldo. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 jun. 1994a.

BANCADA recebe apoio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, p. 25, 14 fev. 1994b.

BISOL deverá decidir o vice de Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994.

BURACO. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 19 set. 1994a.

BURACO. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 4 set. 1994b.

CABO Camata diz que pesquisa indica desejo de mudança. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 21 jun. 1994a.

CABO Camata diz que resultado é verdadeiro. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 20 jun. 1994b.

CABO Camata promete devolver a arrecadação. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 19 set. 1994c.

CABO Camata promete exterminar criminosos. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 10 set. 1994d.

CABO Camata volta a atacar adversário. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 set. 1994e.

CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 out. 1982a.

CAMATA acredita na vitória de Ignácio. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 4 jul. 1986a.

CAMATA condiciona apoio a Max a pedido de desculpas. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 1 jul. 1986b.

CAMATA confirma apoio e Ignácio e Ignácio disputa governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 16 jun. 1990.

CAMATA defende pena de morte para corruptos **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 set. 1994.

CAMATA diz que PMDB fará campanha de alto nível. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 18 jul. 1982b.

CAMATA nega acordo com membros da Frente Liberal. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 13 jul. 1986c.

CANDIDATA lembra compromisso. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 jun. 1994.

CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 71, p. 16, ago. 1982.

CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 25 jul. 1982.

CANDIDATOS a governados tem solução para tudo. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 4 set. 1994.

CANDIDATOS ainda não definiram planos de governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 ago. 1986.

CANDIDATOS se enfrentam em debate na TV Gazeta. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 out. 2002.

CARLITO afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 2 out. 1982a.

CARLITO diz que PDS vencerá as eleições. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 out. 1982b.

CASAGRANDE tem apoio de oito partidos. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 10 jul. 1998.

CEOLIN é eleito vice de Ignácio. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 6 jul. 1990.

COALIZÃO. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 15 jun. 1994.

CUNHA reage mas não rompe. **Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 5, 6 nov. 1987.

DEBATE de candidatos sai em clima de equilíbrio. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 19 set. 1994.

DEFINIÇÃO. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 11 jul. 1982.

DEFINIÇÃO de alianças provoca repercussão. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 14 jun. 1994.

DEPUTADO contesta candidatura de Rose. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 jun. 1994.

DESENCONTROS no poder. **Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 8, abr. 1988.

DIÁSPORA começa a rondar o PFL capixaba. **Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 6, jun. 1988.

DISPERSÃO. **A Gazeta**, p. 2, 19 jun. 1994.

DIVERGÊNCIAS prejudicam alianças. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994.

ECOS da incorporação. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 64, p. 4, jan. 1982.

ÉLCIO acusa PMDB de empreguismo para ajudar Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 23 jul. 1986a.

ÉLCIO afirma que PMDB abusa do poder econômico. **A Gazeta**, p. 6, 6 nov. 1986b.

ÉLCIO condena uso de helicóptero na campanha. **A Gazeta**, Vitória, 3, 3 nov. 1986c.

EMIR destaca coligação com os comunistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 7 nov. 1986.

ESPÍRITO Santo em dados. **Revista Instituto Jones dos Santos Neves**, Vitória, ano VII, n. 1, p. 5-8, dez. 1994.

EXECUTIVA do PFL marca sua Convenção para o dia 20. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 2 jul. 1986.

EXIGÊNCIAS. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 jun. 1994.

FACÇÃO do PMDB formaliza apoio a Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 26 jun. 1994.

FERRAÇO anuncia rompimento político com Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 24 jun. 1994.

FEU Rosa acredita em prejuízo para PMDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 out. 1982.

FHC vem para tentar reverter sucessão no Estado. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 22 set. 1994.

FRENTE Liberal rebate críticas de peemedebistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 nov. 1986.

GOMES disputa governo pelo PDT. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 27 jul. 1986.

GOVERNADOR recua e participa da campanha de Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 16 ago. 1986a.

GOVERNADOR vê equilíbrio na disputa Max-Ignácio. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 2 jul. 1986b.

GRANDE Vitória tem 37,4% do eleitorado capixaba. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 21 out 1982.

GRUPO do PMDB já defende aliança informal com Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 19 jun. 1994.

HARTUNG lamenta e lembra armação. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 5 jun. 1998.

HARTUNG lidera com 52%. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 1 set. 2002a.

HARTUNG pede esforço para vencer no primeiro turno. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 1 out. 2002b.

HARTUNG quer apoio a Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 jun. 1994.

HUGO diz que PMDB fica mais popular com brigas. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 jul. 1986.

IBOPE: 77% dos capixabas não sabem em quem votar. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, jul. 1986.

IGNÁCIO alerta sobre Convenção. **A Gazeta**, Vitória, p. 7, 5 jun. 1998.

IGNÁCIO rejeita Ceolin e não o quer no palanque. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 8 jul. 1990.

INDEFINIÇÃO no PMDB atrasa processo sucessório. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jun. 1994.

JOSÉ Ignácio vence Convenção do PSDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 14 jun. 1998.

JUSTIÇA destitui presidente do PSDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jun. 1998.

LARANJAS. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994.

LIDERANÇAS sondam Rita, Camilo e Sérgio Ceotto. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jun. 1994.

LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jul. 1982.

LULA e radicais estudam acordo para tirar moratória do programa. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10, fev. 1994a.

LULA rejeita programa elaborado pelo PT. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 10 fev. 1990.

LULA tenta minimizar crise interna do PT. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro p. 10, 10 fev. 1994b.

MACHADO reitera críticas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 nov. 1986.

MAIOR crise do PT está por vir. **A Tribuna**, Vitória, p. 4, 13 fev. 1994.

MAIORIA quer Rita Camata. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jun. 1994.

MAX busca consenso para segunda fase da convenção. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 7 jul. 1986a.

MAX, candidato, pede unidade do PMDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 6 jul. 1986b.

MAX critica decisão de peemedebistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994a.

MAX defende consenso para senadores e deputados. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 7 jul. 1986c.

MAX diz que Futura é atrelada ao PT. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 20 jun. 1994b.

MAX faz maratona eleitoral atrás de votos. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 4 out. 2002a.

MAX garante que organizou comunidade em Vila Velha. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 2 jul. 1986d.

MAX pretende intensificar as caminhadas na reta final **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 1 out. 2002b.

MORAES diz que não convidará Max para inauguração. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 13 jul. 1986a.

MORAES evita participação. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 13 jul. 1986b.

MORAES não participa da campanha eleitoral de Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 9 jul. 1986c.

MORAES descarta acordo e garante que apoiará Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 8 ago. 1986.

MOREIRA: Élcio tenta reerguer o anticomunismo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 nov. 1986a.

MOREIRA: Élcio tenta soerguer anticomunismo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 nov. 1986b.

MOULIN garante apoio à Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 jul. 1986.

NO PMDB, cobras e lagartos. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 65, p. 5, fev. 1982.

NÚMERO de votos não preocupa o PT. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 8 jul. 1982.

O PSDB e Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 4, 15 jul. 1998.

OPOSIÇÃO. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 nov. 1982.

PARTIDO de preferência é o PMDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, jul. 1986.

PARTIDOS registram vários laranjas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 11 jun. 1994a.

PARTIDOS se articulam, mas não definem candidatos. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994b.

PEEMEDEBISTAS analisam Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 21 jun. 1994.

PERLY volta a desafiar candidatos ao governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 13 nov. 1982.

PETISTA afirma que PMDB participará do governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 15 jun. 1994.

PFL defende Ceolin e ameaça romper coligação. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 10 jul. 1990a.

PFL define o nome de Edson Machado para compor a chapa de Élcio Álvares. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 28 jul. 1986a.

PFL definirá vice de Élcio na próxima semana. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 16 jul. 1986b.

PFL é apoiado por magnatas. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 nov. 1986c.

PFL indica hoje o vice de Ignácio. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 5 jul. 1990b.

PFL não admite renúncia de Ceolin. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 10 jul. 1990c.

PMDB confirma o nome de Vasco à sucessão. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 13 jul. 1998a.

PMDB é campeão de INFRAÇÕES eleitorais. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 nov. 1986.

PMDB rejeita coligação e não disputará sucessão. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 11 jun. 1994.

PMDB reúne-se para preparar a Convenção. **A Gazeta**, p. 2, 12 jul. 1998b.

POUCOS votos do PT surpreendem Perly. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 17 nov. 1982.

PRESIDENTE do PSDB contesta destituição. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1998.

PROGRAMA de governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 ago. 1986.

PSB, PTB e PC do B decidem apoiar Albuíno. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 5 jul. 1990.

PSDB: trocando bicadas. **Espírito Santo Agora**, Vitória, p. 5-6, jun./jul. 1988.

PSDB lança Rose e entra só na disputa. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 11 jun. 1994.

PT ainda crê na união de partidos de esquerda. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 4 jul. 1990a.

PT chega a acordo com PSB. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 5 jun. 1994a.

PT decide sobre participação. **Jornal do Brasil**, Vitória, p. 10, 7 fev. 1994b.

PT dirige acusações aos comunistas. **A Gazeta**, Vitória, p. 1, 5 jul. 1990b.

PT lamenta posição de Berredo. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 14 out. 1982a.

PT Municipal reúne-se amanhã. Vitória. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 2 ago. 1982b.

PT promete surpresa em Linhares. **A Gazeta**, Vitória, p. 5, 7 out. 1982c.

QUÉRCIA quer Rita Camata candidata ao governo. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 2 jun. 1994.

RITA admite apoio a Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 14 jun. 1994a.

RITA Camata admite apoiar Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 14 jun. 1994b.

ROGÉRIO defende posição de Vitor. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 11 jul. 1992.

SENADOR venceria no 1º turno, se as eleições fossem hoje. **A Gazeta**, Vitória, p. 6, 1 set. de 2002.

SEPARAÇÃO litigiosa. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 82, p. 5-8, out. 1987.

SUCCESSÃO: no ES, o PDS briga e a oposição espera. **Conceito**, Vitória, [s. l.], v. 2, p. 6-10, jan. 1982.

THEODORICO não pretende disputar. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 29 jul. 1986.

TRANSPARÊNCIA. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 ago. 1986.

TRUNFOS da Sucessão. **Espírito Santo Agora**, Vitória, n. 65, p. 4-6, fev. 1982.

UNIDADE Partidária. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 3 jul. 1982.

VILLASCHI assegura que seu programa desperta interesse. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 24 jul. 1986a.

VILLASCHI crê que eleitor saberá julgar o PMDB. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 16 jul. 1986b.

VILLASCHI defende ampla discussão com o povo. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 22 jul. 1986c.

VILLASCHI ressalta constituinte. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 3 ago. 1986d.

VILLASCHI vê desinteresse. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 1 jul. 1986e.

VITOR acha que ganha eleição no Primeiro Turno. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 20 jun. 1994a.

VITOR acredita que divide a preferência com Max. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 12 jun. 1994b.

VITOR anuncia processo contra candidato do PSD. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 6 set. 1994c.

VITOR estuda participação na campanha. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 10 jul. 1992.

VITOR garante apoio de peemedebista. **A Gazeta**, Vitória, p. 3, 16 jun. 1994d.

VITOR lidera primeira pesquisa no Estado. **A Gazeta**, Vitória, p. 2, 19 jun. 1994e.

Depoimentos

BUAIZ, Vitor. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 14 abr. e 19 maio 2008.

BUAIZ, Vitor. O governo Vitor Buaz. [Entrevista concedida a] Nilo De Mingo. **Revista Essa**, Vitória, 19 abr. 2006.

BRAGATO, Brice. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 29 abr. 2008.

CIPRIANO, Perly. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 25 maio 2008.

CAMATA, Djair. Meu grupo é o povão. [Entrevista cedida] a Tinoco dos Anjos, Milson Henriques e Alexandre Caetano. **Revista Capixaba Agora**, Vitória, ano 1, n. 1, p. 5, 15 dez. 1997.

MEDEIROS, Rogério Sarlo de. Desempenho político-eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002. 2008. Entrevista concedida a Ueber José de Oliveira, Vitória, 10 abr. 2008

PESQUISA EM MEIOS ELETRÔNICOS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 22.161**. Consulta. Coligações. [...]. Brasília, DF: TSE, 2002.

ESTIMATIVAS IBGE, 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 29 jul. 2007.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. Coordenação de Economia e Desenvolvimento Núcleo de Contas Regionais, 2004. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2007.

TRIBUNAL Superior Eleitoral – Eleições. Disponível em: www.tse.gov.br. Acesso em: 16 maio 2023.

